

**Adriana Duarte Leon**

**A Tradição e a Modernidade: a Igreja  
Católica e o Debate Educacional no  
Rio Grande do Sul – 1930/1935**

**Belo Horizonte  
Fevereiro, 2015**

**Adriana Duarte Leon**

**A Tradição e a Modernidade: a Igreja Católica e o Debate  
Educativo no RS – 1930/1935**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação.

Orientador: Professor Dr. Luciano Mendes de Faria Filho

**Belo horizonte  
Fevereiro, 2015**

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte e respeitados os direitos autorais.

Catlogação na publicação Serviço de Biblioteca e Documentação Departamento de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

LEON, Adriana Duarte

A tradição e a Modernidade: a Igreja Católica e o Debate Educacional no RS – 1930/1935. Adriana Duarte Leon; Orientadora Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho – Belo Horizonte - MG, fev/2015.

Tese (Doutorado) – FaE – UFMG – Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação: História da Educação.

(LC HV- a preencher pela biblioteca)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO E EDUCAÇÃO: CONHECIMENTO E  
INCLUSÃO SOCIAL

Tese intitulada *A Tradição e a Modernidade: a Igreja Católica e o Debate Educacional no RS – 1930/1935*, de autoria de *Adriana Duarte Leon*, aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

---

Prof. Dr. Luciano Mendes de Faria Filho - FAE/UFMG – Orientador

---

Prof. Dr. Lúcio Kreutz – UCS

---

Prof. Dr. Carlos R. Jamil Cury – Emérito UFMG – PUC/Minas

---

Profa. Dra. Maurilane de Souza Biccas – USP

---

Prof. Dr. João Valdir Alves de Souza – FAE/UFMG

---

Profa. Dra. Eliane Peres – UFPEL (suplente externo)

---

Prof. Dr. Tarcísio Mauro Vago - FAE/UFMG (suplente interno)

---

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e  
Inclusão Social – FAE/UFMG

Belo Horizonte, 25 de fevereiro de 2015.

Av. Antônio Carlos, 6627 – Belo Horizonte, MG – 31270-901 – Brasil

Ao Álvaro e ao Caetano,  
companheiros nas lutas do mundo  
e nas alegrias da vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Os quatro anos que investi na realização desta pesquisa foram marcados por um sentimento de alegria derivado do convívio com professores e colegas da Universidade Federal de Minas Gerais; por isso, agradeço a oportunidade e a carinhosa acolhida realizada pela Faculdade de Educação.

Aos funcionários do programa de pós-graduação da Faculdade de Educação pelo auxílio na resolução das diversas questões burocráticas que fazem parte do cotidiano como discente e pesquisadora.

Aos Professores do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da UFMG, pela oportunidade de discutir questões acerca do meu objeto de estudo nos espaços de sala de aula, corredores e grupos de pesquisa.

Ao CNPq pela concessão de auxílio para a realização desta pesquisa e à CAPES pelo financiamento do estágio sanduíche na Universidade de Buenos Aires.

Ao GEPHE (Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação), pela possibilidade de diálogo crítico e fraterno que enriqueceu a abordagem teórica realizada neste trabalho.

Aos colegas do PMMM (Projeto 'Moderno, modernidade, modernização: a educação nos projetos de Brasil – séculos XIX e XX') que pacientemente leram e escutaram as diversas versões do meu texto antes de chegar à versão final, opinando com rigorosidade acadêmica e amorosidade, possibilitando-me um percurso acadêmico prazeroso, mediado pelo carinho e pela afetividade.

Ao Luciano Mendes de Faria Filho, orientador e amigo, que de forma fraterna e competente me ajudou a construir essa tese; sem sua orientação e seu apoio certamente eu não teria realizado este trabalho. Agradeço a oportunidade de convívio e destaco sua generosidade, disponibilidade e capacidade de agregar pela valorização dos indivíduos.

Aos amigos Tarcísio Mauro Vago, Aninha, Mariana e Luca, que acolheram a minha família em Belo Horizonte e tornaram a experiência de mudar de cidade algo

leve e prazeroso.

Aos muitos amigos que fiz nestes quatro anos e não ousou nomear, sob o risco de excluir alguém. Foram muitas as pessoas que compartilharam comigo a experiência do doutorado, nas aulas, nos corredores, nas reuniões discentes, no grupo de pesquisa, nos colóquios de formação e na cantina da Faculdade de Educação; de certa forma, todos fazem parte deste texto e fazem parte do meu fazer como pesquisadora.

À professora Sandra Carli, que me acolheu na Universidade de Buenos Aires e me possibilitou a integração junto ao seu grupo de pesquisa e junto ao Instituto Gino Germani. Por meio da vinculação ao grupo da Prof.<sup>a</sup> Sandra obtive acesso a diversos espaços da Universidade, dentre eles a 'Biblioteca Nacional de los Maestros'.

Aos professores da banca examinadora Carlos Roberto Jamil Cury, Lúcio Kreutz, Maurilane de Souza Biccas e João Valdir Alves de Souza, pela leitura atenta e cuidadosa deste trabalho e pela valiosa interlocução estabelecida na momento de defesa da tese.

Agradeço à família e aos amigos de longa data, que foram sensíveis às minhas ausências e se mantiveram na torcida para que eu chegasse ao final desta caminhada.

De modo especial, aos meus colegas de trabalho da Prefeitura Municipal de Pelotas que entenderam a minha necessidade de formação e contribuíram para a efetivação do meu afastamento.

Aos funcionários e funcionárias dos diversos arquivos que visitei no estado do Rio Grande do Sul pela disposição e contribuição para o levantamento de dados desta pesquisa.

Por fim, agradeço a parceria, a solidariedade e a tolerância de Álvaro e Caetano, que acompanharam todos os momentos da minha pesquisa e foram um porto seguro nos momentos de insegurança e angústia.

## Resumo

Este estudo aborda as estratégias de atuação estabelecidas pela Igreja Católica, com o objetivo de intervir no debate educacional, na primeira metade de 1930, no estado do Rio Grande do Sul. Nacionalmente, destaca-se uma série de articulações entre representantes do Estado e da Igreja, o que culmina na Constituição de 1934. O recorte estabelecido para este trabalho busca cercar o processo constituinte a fim de entender algumas das tensões presentes no período e como a Igreja organiza sua intervenção, tendo como meta retomar e/ou aumentar sua influência junto ao espaço escolar no estado do Rio Grande do Sul. O debate educacional apresentado pela imprensa católica anuncia algumas estratégias estabelecidas pela instituição e se consolida como 'via de entrada' para abordar a temática proposta. A base empírica desta análise é constituída por impressos católicos que circularam no estado do Rio Grande do Sul, são eles: o jornal *Estrella do Sul*, o jornal *A Palavra*, e o jornal *Staffetta Rio-grandense*; a revista *Unitas* e a revista *Rainha dos Apóstolos*. A participação da Igreja Católica na discussão política do país é ratificada pelos temas anunciados nos jornais e nas revistas que explicitam a posição assumida pela instituição. O debate educacional é abordado sob três aspectos emergentes: a liberdade de ensino como estratégia discursiva utilizada pela Igreja Católica para reivindicar sua intervenção no espaço escolar; a constituição de um espaço para a mulher, vinculado ao mundo do trabalho e da política e a utilização da imprensa como um espaço de formação para os professores. A tese defendida é de que a Igreja Católica adaptou-se ao processo de modernização do país como uma estratégia de ampliação da sua intervenção no espaço social. Pretendeu manter a tradição em diálogo com a modernidade e nesse movimento contribuiu para a consolidação de um novo lugar para a mulher, vinculado à atuação pública. Os discursos acerca do voto feminino promovem as mulheres a salvadoras da nação e estimula a sua presença na cena política do país.

Palavras-chaves: Igreja Católica, debate educacional, tradição, modernidade.

## Abstract

This study addresses the strategies of action established by the Catholic Church, in order to intervene in the educational debate in the first half of 1930 in the state of Rio Grande do Sul. Nationally, stands out a series of articulations between representatives of the State and the Catholic Church, which culminates in the 1934 Constitution. The historical period established for this investigation surrounds the constitutional process in order to understand some of the tensions present in this period and how the Church organizes its intervention with the goal of reassume and/or increase its influence on the public schools in the state of Rio Grande do Sul. The educational debate presented by the Catholic press announces some strategies established by the institution which consolidate itself as 'entrance gate' to address the proposed theme. The empirical basis of this analysis is comprised of printed catholic materials circulated in the state of Rio Grande do Sul, they are: the newspapers *Estrella do Sul*, *A Palavra*, and *Staffetta Rio-grandense*; the journals *Unitas* and *Rainha Apóstolos*. The participation of the Catholic Church in the national political discussion is ratified by themes announced in the newspapers and journals that express the position taken by the institution. The educational debate is addressed from three emerging areas: freedom of education as a discursive strategy used by the Catholic Church to claim his intervention at schools; the constitution of a space to woman in the world of work and politics, and the written media use as a training area for teachers. The argument is that the Catholic Church has adapted to the country's modernization process as a strategy of expansion of its intervention in the social space. The Catholic Church had intended to keep its tradition in dialogue with modernity and this movement contributed to the consolidation of a new place to women, linked to public action. The speeches about the women rights to vote promote women as homeland saviors and encourages their presence on the national political scene.

Keywords: Catholic Church, educational debate, tradition, modernity.

## Résumé

Cette étude aborde les stratégies d'action établies par l'Église Catholique avec l'objectif d'intervenir dans le débat sur l'éducation dans la première moitié de 1930, dans l'état du Rio Grande do Sul. À l'échelle nationale, on distingue une série d'articulations entre des représentants de l'État et de l'Église, ce qui culmine dans la Constitution de 1934. La découpe déterminée pour ce travail vise à entourer le processus constitutionnel afin de comprendre certaines des tensions présentes dans cette période et comment l'Église organise son intervention, visant à reprendre et/ou à augmenter son influence dans l'espace scolaire dans l'état du Rio Grande do Sul. Le débat sur l'éducation présenté par la presse catholique annonce quelques stratégies établies par l'institution et se consolide comme la « voie d'entrée » pour aborder la thématique proposée. La base empirique de cette analyse est constituée d'imprimés catholiques qui ont circulé par l'état du Rio Grande do Sul. Ce sont les suivants: le journal *Estrella do Sul*, le journal *A Palavra*, et le journal *Staffetta Rio-grandense*; le magazine *Unitas* et le magazine *Rainha Apóstolos*. La participation de l'Église Catholique au débat politique du pays est ratifiée par les thèmes annoncés dans les journaux et magazines qui explicitent la position prise par l'institution. Le débat sur l'éducation est abordé dans trois aspects émergents: la liberté d'enseignement comme stratégie discursive employée par l'Église Catholique pour revendiquer son intervention dans l'espace scolaire; la constitution d'un espace pour la femme liée au monde du travail et de la politique; et l'utilisation de la presse comme un espace de formation pour les enseignants. La thèse défendue c'est que l'Église Catholique s'est adaptée au processus de modernisation du pays comme stratégie d'extension de son intervention dans l'espace social. Elle a prétendu maintenir le dialogue entre la tradition et la modernité et, avec ce mouvement, elle a contribué à la consolidation d'une nouvelle place pour la femme liée à l'activité publique. Les discours sur le vote des femmes promeuvent les femmes les sauveurs de la nation et stimulent leur présence sur la scène politique du pays.

Mots-clés: Église Catholique; débat sur l'éducation; tradition; modernité.

## **Lista de Siglas**

**ACMPA** - Arquivo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

**ABE** - Associação Brasileira de Educação

**AMSM** - Arquivo do Museu Sacro de Santa Maria

**ACPCS** - Associação Católica de Professores e Cultura Social.

**ACP** - Associação Católica de Professores

**CCBE** - Confederação Católica Brasileira de Educação

**LEC** – Liga Eleitoral Católica

**PRR** – Partido Republicano Rio-grandense

**PRL** – Partido Liberal Republicano

**MusCap** – Museu dos Capuchinhos

**AHCMPA** – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre

**JOC** – Juventude Operária Católica

**JUC** – Juventude Universitária Católica

**JC** – Juventude Católica

**AEC** – Associação de Educação Católica

**UPA** – Universidade de Porto Alegre

## Lista de Figuras

Figura 1 – Mapa ilustrando a divisão eclesiástica realizada em 1910 .....	39
Figura 2 – Reunião de lideranças políticas e eclesiásticas em Santa Maria/RS.....	43
Figura 3 – Homenagem a Rainha dos Apóstolos .....	79
Figura 4 – Revista Unitas .....	84
Figura 5 – Estrella do Sul p. 1 .....	88
Figura 6 – Estrella do Sul p. 2 .....	88
Figura 7 – Rafael Lop.....	91
Figura 8 – Rainha dos Apóstolos n.2 .....	92
Figura 9 – Rainha do Apóstolos n.7 .....	92
Figura 10 – A Palavra p.1 .....	95
Figura 11 – A Palavra p.3.....	95
Figura 12 – Staffetta Rio-grandense .....	98
Figura 13 – Dom João Becker .....	120
Figura 14 – Revista <i>Rainha</i> dos Apóstolos – seção Página Alegre .....	156

## Lista de Quadros

Quadro 1 – Diocese e Arquidioceses Brasileiras por ordem de criação até 1848 ...	34
Quadro 2 – Responsáveis eclesiásticos do Rio Grande do Sul .....	35
Quadro 3 – Responsáveis eclesiásticos pós 1910.....	40
Quadro 4 – Cidades contempladas em cada região eclesiástica.....	41
Quadro 5 – Matrícula Geral no Ensino Primário no Rio Grande do Sul .....	50
Quadro 6 – Organização do Ensino Primário e Normal no Rio Grande do Sul.....	52
Quadro 7 – Levantamento dos impressos circulantes no Rio Grande do Sul .....	76
Quadro 8 – Quantidade de páginas por revista .....	83
Quadro 9 – Cartas Pastorais de Dom João Becker .....	121

## Sumário

Introdução .....	16
1 A Igreja Católica e o Debate Educacional .....	31
1.1. Igreja Ultramontana e o Rio Grande do Sul .....	32
1.2. A relação política e partidária estabelecida pela Igreja Católica .....	44
1.3. Reorganização da Igreja Católica no Brasil .....	58
1.4. Ampliação da imprensa católica: uma estratégia de intervenção organizada .....	68
1.5 Os impressos circulantes no Rio Grande do Sul .....	77
1.5.1 A revista <i>Unitas</i> .....	81
1.5.2 O <i>Estrella do Sul</i> uma publicação casada da arquidiocese .....	86
1.5.3 A revista <i>Rainha dos Apóstolos</i> uma publicação nacional dos Palotinos.....	89
1.5.4 O jornal <i>A palavra</i> e as notícias do sul do Brasil .....	94
1.5.5 O jornal <i>Staffetta Rio-grandense</i> uma produção dos Capuchinhos .....	97
2 A Liberdade de Ensino como princípio para educação.....	101
2.1 A Liberdade de Ensino na lógica pontifícia .....	105
2.2 A família e a liberdade de ensino .....	113
2.3 Um apóstolo da romanização – Dom João Becker .....	118
3 A modernização de um discurso sobre as mulheres .....	130
3.1 <i>As mulheres e o voto eleitoral</i> .....	139

3.2 As mulheres modernas demais .....	148
3.3 O humor na seção <i>Página Alegre</i> .....	154
3.3.1 As Rainhas do Lar .....	157
3.3.2 Situações Escolares .....	158
3.4 Um protótipo profissional anunciado .....	160
4 O debate educacional como espaço de formação .....	165
4.1 Os professores como foco do debate educacional .....	168
4.2 O Associativismo e a capacitação pedagógica .....	172
Conclusão .....	182
Referências Bibliográficas .....	187

## Introdução

Este trabalho analisa as estratégias de atuação estabelecidas pela Igreja Católica, com o objetivo de intervir no debate educacional, na primeira metade de 1930, no estado do Rio Grande do Sul. Nacionalmente, destaca-se uma série de articulações entre representantes do Estado e da Igreja, o que culmina na Constituição de 1934. Busca-se aqui entender algumas das tensões presentes neste processo e como a Igreja organiza sua intervenção, tendo como meta retomar e/ou aumentar sua influência junto ao espaço escolar no estado.

A Igreja Católica estabelece um lugar de atuação que articula a tradição e a modernidade com o objetivo de ampliar sua intervenção junto ao laicato; intervém ativamente no processo constituinte com objetivo de reservar formalmente espaços de ação para o catolicismo. O debate educacional, estabelecido pela imprensa católica, anuncia algumas das estratégias estabelecidas e se consolida como a nossa 'via de entrada' para a temática proposta.

A periodização estabelecida cerca o período constituinte, entendendo este como um acontecimento que possibilita perceber muito das tensões do período. Operacionalizamos o conceito de acontecimento a partir de Bloch (2002), que foi um combatente contra a história narrativa e contra o acontecimento isolado, estanque, sem vínculo com o contexto social. Ao estabelecer a crítica à ideia de acontecimento tradicional, consolida um novo trato para o acontecimento, numa lógica contextualizada que pensa uma "historiografia do problema"<sup>1</sup>, voltada para todas as atividades humanas, com colaboração interdisciplinar e indo além de

---

<sup>1</sup> Marc Bloch foi um dos fundadores da Revista dos Annales, publicação que daria origem a todo um movimento de renovação na historiografia francesa e que está na base do que ficou conhecido como "Nova História". Nos primeiros números da revista, ficavam expressas as prerrogativas do grupo: o combate a uma história narrativa, a exaltação de uma "historiografia do problema", a importância de uma produção voltada para todas as atividades humanas e não só à dimensão política e a necessária colaboração interdisciplinar. No início dos anos de 1930, publica um livro sobre a história rural francesa. Na presente obra, o historiador aplica seu método "regressivo" e busca ler a história ao inverso e utilizando-se de temas do presente. A seguir, publica *A sociedade feudal*, onde elabora um painel sobre a história europeia, de 900 a 1300. Por fim, os estudos de Bloch, junto com os de Lucien Febvre, se consolidavam como motes de ataque aos modelos mais empíricos, assim como defendiam e propunham "um novo tipo de história", identificada no grupo dos Annales. A trajetória de Bloch foi interrompida pela guerra.

uma visão estritamente política.

Le Goff autodenomina-se discípulo de Bloch e, ao redigir o prefácio para “apologia da história”, afirma que o acontecimento recusado por Bloch é aquele que dele fazem um resíduo desprezível, uma narração dos acontecimentos despreendida de qualquer problematização.

Sem dúvida, nas origens da historiografia, os velhos analistas não se constrangiam nem um pouco com tais escrúpulos. Narravam, desordenadamente, acontecimentos cujo único elo era terem se produzido mais ou menos no mesmo momento: os eclipses, as chuvas de granizo, a aparição de espantosos meteoros junto com batalhas, tratados, mortes dos heróis e dos reis. (BLOCH, 2002, p. 52)

A crítica ao acontecimento, descolado de sua estrutura, dos seus mecanismos, daquilo que nele se integra, é explicitada por Bloch (2002) e tem como objetivo propor uma visão problematizadora dos acontecimentos históricos; tal ideia é seguida por Pierre Nora (1976) ao advogar o “retorno do acontecimento”<sup>2</sup> como evento de reflexão, afirma que o acontecimento para ser histórico precisa se tornar público: “O fato de terem acontecido não os torna históricos. Para que haja acontecimento é necessário que seja conhecido” (NORA, 1976 p.181) e nesse processo de reconhecimento ou ascensão o acontecimento se constitui como um evento.

Nesta perspectiva, analisamos o processo constituinte como um evento que apresentou diversos embates no campo social e a problematização acerca destes embates nos permite identificar variáveis que se explicitam em âmbito regional e se conectam com o movimento nacional do catolicismo brasileiro.

Ao tratar da publicização do acontecimento, Nora (1976) destaca que o século XX é precursor na produção de eventos, pois os meios de comunicação apresentam uma capacidade extraordinária de confeccioná-los, sob a forma de processos, escândalos; enfim, transformam incidentes locais e particulares em grandes acontecimentos históricos. A imprensa, o rádio e a televisão são veículos de propagação de notícias que, pela sua própria condição de existência, tornam pública sua produção e possibilitam o reconhecimento a diversos acontecimentos.

---

<sup>2</sup> Nora advoga a favor do retorno ao fato em um capítulo publicado em 1976, no livro organizado por Jacques Le Goff e Pierre Nora, denominado 'História: novos problemas'.

De certa forma, o historiador perde a gerência sobre a produção dos fatos e a imprensa ganha *status* na divulgação dos acontecimentos. Certamente, que muitos fatos bombásticos, potencializados pela mídia, não apresentam potencial para o trato historiográfico; caberá ao historiador, no exercício de seu ofício, averiguar e justificar a relevância do fato.

O acontecimento para Bloch (2002) é a possibilidade de repensar atos, palavras ou atitudes de alguns personagens, reunidos sobre uma duração curta. Os limites do tempo histórico podem ser aplicados a partir do acontecimento ou de outro recorte estabelecido pelo pesquisador. Nesta perspectiva, o tempo histórico consolida-se de forma dinâmica, podendo abarcar diferentes períodos.

O tempo humano, em resumo, permanecerá sempre rebelde tanto à implacável uniformidade como ao seccionamento rígido do tempo do relógio. Faltam-lhe medidas adequadas à variabilidade de seu ritmo e que, como limites, aceitem frequentemente, porque a realidade assim o quer, conhecer apenas zonas marginais. É apenas ao preço dessa plasticidade que a história pode esperar adaptar, segundo as palavras de Bergson, suas classificações às "próprias linhas do real": o que é propriamente a finalidade última de toda ciência. (BLOCH, 2002, p. 153)

O tempo histórico pode oscilar no que Braudel<sup>3</sup> chamou 'longa duração' e o que Bloch denomina de 'momento/acontecimento', desde que o trabalho historiográfico explicita suas opções e a contribuição desta escolha para a problematização da sua pesquisa. Definimos o tempo histórico de acordo com um acontecimento/evento que mobiliza diversos setores da sociedade, dentre eles, os católicos. Designamos este período considerando o embate como um momento de explicitação dos argumentos utilizados na disputa social. Com o objetivo de compreender o contexto, cercamos o acontecimento e ampliamos nossa periodização para um período anterior e outro posterior ao acontecimento em si.

Apropriamo-nos do evento como materialidade temporal e percebemos as opções políticas de um grupo de referência no país; consideramos um espaço

---

<sup>3</sup> O tempo de que a história se ocupa é feito de diferentes durações: o tempo longo, o tempo do episódio, o tempo da estrutura, o tempo da conjuntura, do ciclo breve, do acontecimento, do evento, do individual. Seria na longa duração que a história cumpriria seu desiderato de produzir uma história. Braudel (2011) não nega o acontecimento, mas advoga a favor de um tempo de longa duração para a pesquisa histórica. Para o historiador, aceitar a longa duração é propor-se 'a uma mudança de estilo, de atitude, a uma reviravolta do pensamento, a uma nova concepção do social. É familiarizar-se com o tempo em câmera lenta, às vezes nas raias da imobilidade' (BRAUDEL, 2011, p. 98)

geográfico específico: o estado do Rio Grande do Sul. As particularidades locais do espaço em análise estão em conexão com o contexto nacional, ora se aproximam e ora se afastam. No desenvolver do texto, são estabelecidas algumas escalas entre as particularidades locais e o contexto global. O tempo estabelecido compreende cinco anos, absorvendo a mobilização acerca da eleição dos constituintes que elaboram a constituição de 1934; sendo assim, a pesquisa abarcou os anos de 1930 a 1934.

As fontes privilegiadas para esta pesquisa são impressos católicos que circularam no recorte interpretativo estabelecido. Por meio dos impressos foi possível mapear uma série de iniciativas da Igreja, no sentido de ampliar sua intervenção no espaço social. Com o objetivo de explorar melhor essas informações, buscamos contextualizar os fatos ocorridos, precisar a situação de produção dos impressos e desvendar sua intencionalidade<sup>4</sup>.

Os impressos propostos como fontes para este trabalho estão vinculados de forma explícita à Igreja Católica e subdivididos em jornais semanais e revistas mensais ou bimestrais. Inspirados em Revel (1998), buscamos analisar os impressos valorizando as migalhas de informação no intuito de compreender de que maneira estes detalhes podem dar acesso a lógicas sociais simbólicas que são dos grupos ou de conjuntos muito maiores. A Investigação proposta situa-se no campo historiográfico e busca ser uma contribuição para a história da educação e para a história da Igreja.

Temos entendido os documentos acessados, assim como sugere Ginzburg (2011), como “uma janela aberta” que nos possibilita estabelecer um olhar sobre as estratégias estabelecidas pela Igreja Católica a fim de retomar espaço e autoridade no debate educacional.

Foi possível mapear diversos impressos católicos circulantes no Rio Grande do Sul, dentre eles, os que mantiveram circulação na primeira metade da década de 1930 e se consolidaram como base empírica de nossa análise foram: O jornal semanal *Estrella do Sul* e a revista *Unitas*, produzidos pela arquidiocese de Porto Alegre; o jornal semanal *Staffetta Rio-grandense*, produzido pela

---

<sup>4</sup> De acordo com Jacques Le Goff (2003), todo documento faz parte de um contexto e não é possível analisá-lo de forma isolada. O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de força que aí detinham poder.

Congregação dos Capuchinhos em Caxias do Sul, vinculado à arquidiocese de Porto Alegre; o jornal semanal *A Palavra*, produzido pela diocese de Pelotas; e, finalmente, a revista *Rainha dos Apóstolos*, produzida pela Congregação dos Palotinos, integrante da diocese de Santa Maria.

Os jornais com periodicidade diária ou semanal são um tipo de manifestação impressa muito estudada e, de acordo com Vieira (2007), apresentam muito do cotidiano da cidade, pois devido ao fluxo intenso de informações, estabelecem um considerável espaço para as questões do dia-a-dia. Tais aspectos contribuem para constituir as particularidades do local de pesquisa. No período estudado, por intermédio da ação organizada, a Igreja Católica investiu em diversos setores, dentre eles a educação. Os discursos apresentados nos impressos anunciam as formas de organização utilizadas, os discursos legitimados e as opções sociais e políticas da instituição.

Discursivamente, a imprensa católica estabelece a crítica à leitura de livros e jornais inadequados. Novaes (2010, p. 73-75) observa que a Igreja Católica, desde o início do século XX, preocupava-se em caracterizar a *má imprensa* e os jornais laicos como representantes desta linha. Em contrapartida, a imprensa católica era valorizada e cumpria uma função estratégica de *instrumentalizar os fiéis a combater os anticlericais*.

Os impressos católicos são entendidos nesta reflexão como parte de uma estratégia de intervenção da Igreja Católica para conservar, construir e consolidar formas de pensar e agir. Essa ação católica estabelece-se em continuidade ou ruptura com as estratégias que, nas décadas iniciais do século XX, a Igreja Católica criou com o objetivo de retomar espaço no meio social. Por meio de tais estratégias, os representantes católicos estabeleceram um diálogo com os interesses do Estado e intensificaram a romanização da Igreja Católica no Brasil. Nesse sentido, as informações que circulam nos impressos católicos constroem representações sobre fatos, contextos e conflitos, bem como disputam a adesão do leitor a essas representações<sup>5</sup>.

Benjamim (1986) observa que a narrativa da imprensa possibilita a

---

<sup>5</sup> Chartier partindo da concepção do “mundo como representação” (1990) problematiza as práticas de leitura, pois considera o mundo como uma representações do real que apresenta o mundo social de forma contraditória e diversa; observa que no objeto “impresso” as representações estão vinculadas aos objetivos de sua produção e disputam a adesão do leitor a essas representações.

alteração do campo de experiência do homem moderno que recebe uma série de informações e se consolida neste choque de notícias, muitas vezes dissociadas de um componente crítico ou reflexivo. Ao tratar da experiência do sujeito desassociada da condição social, faz o seguinte questionamento: “qual o valor de todo nosso patrimônio cultural, se a experiência não mais o vincula a nós?” (BENJAMIN, 1986, p. 115). O próprio autor responde que o desdobramento desta experiência é a conformação de uma subjetividade moderna baseada na “pobreza da experiência”<sup>6</sup>.

A intervenção possibilitada pela imprensa comporta diversos olhares sobre uma mesma questão. A imprensa não está vinculada à verdade ou às questões do cotidiano, é um mecanismo de intervenção social que defende ideias, conforme sua vinculação política, religiosa, social, entre outras. O sujeito está exposto a essas diversas versões e se consolida nesta experiência; eis o motivo pelo qual a Igreja Católica investe na produção impressa, a fim de participar institucionalmente da disputa dos sujeitos.

A expressão ‘moderno’ é usada de forma recorrente neste trabalho e está relacionada à presença marcante deste termo em nossas fontes. Por vezes, moderno está associado a algo positivo e por vezes a algo negativo, sempre tendo em mente que os impressos católicos apresentam um posicionamento identitário com os princípios da Igreja Católica Romana. A partir das nossas fontes, identificamos que a palavra ‘moderno’ aparece como algo positivo quando relacionada ao progresso e ao desenvolvimento do Brasil, e como algo negativo quando associado à estética feminina e aos avanços da ciência. O termo moderno é utilizado de forma corriqueira nos impressos, mantendo relação permanente com o novo; tal apropriação apresentada nos impressos nos remete ao conceito de Le Goff (2003) que compreende o termo moderno associado a uma ideia de novidade, ruptura ou mudança.

Já os modernismos são criticados constantemente e recebem denotação pejorativa; são utilizados para caracterizar comportamentos individuais ou coletivos; objetos como roupas, maquiagem, livros, jornais, revistas ou inovações tecnológicas. Embora a ideia de modernismo no Brasil apresente relação com o

---

<sup>6</sup> No ensaio “Experiência e Pobreza”, de Benjamin (1986), a pobreza da experiência está apresentada como uma característica da modernidade, junto com a decadência da arte de narrar e de compartilhar experiências.

movimento intelectual e artístico dos anos 20 do século passado<sup>7</sup>, na imprensa católica a apropriação feita se relaciona à ideia de moderno, muito próxima a uma adjetivação do termo moderno, sugerindo uma crítica ao sujeito que adere aos modernismos.

Nota-se uma certa ambivalência na apropriação realizada pela instituição do conceito de moderno. Podemos citar aqui o exemplo do voto: a Igreja Católica atua de forma fervorosa a favor do exercício do voto feminino, apoiando, assim, uma concepção de Estado moderno. Paralelamente, defende uma postura conservadora para a organização familiar onde a mulher assume um espaço de permanente submissão.

Temos entendido essa tensão como parte da modernidade que se caracteriza exatamente pelo dissenso e não pelo consenso. A Igreja busca se estabelecer em um novo lugar, incorporando aspectos da modernidade e mantendo os princípios da Igreja Católica Romana, o que só é possível se entendemos a modernidade como uma potencialidade em si, que prescreve sua normatividade.

A modernidade não pode e não quer tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação, ela tem de extrair de si mesma a sua normatividade. A modernidade vê-se referida a si mesma, sem a possibilidade de apelar para subterfúgios. (HABERMAS, 2002, p. 12).

Temos compreendido a modernidade como um progressivo distanciamento entre o espaço da experiência e o horizonte de expectativa. Conforme a experiência se consolida, a expectativa aumenta, sendo impossível o encontro de ambas. Koselleck (2006, p. 312) afirma que “não se trata, pois, de simples conceitos opostos. Pelo contrário, eles indicam maneiras desiguais de ser, e da tensão que daí resulta pode ser deduzido algo como o tempo histórico”. Nesta lógica, a modernidade contempla essa tensão, pois é uma época orientada para o futuro.

De acordo com o mesmo autor, a tradição, que caracteriza o espaço de experiência, é progressivamente abandonada em nome do novo, que caracteriza

---

<sup>7</sup> Trata-se comumente de modernismo, na história do Brasil, o conjunto de movimentos culturais que permearam as artes e o design nos anos 20 do século XX; tal movimento englobava artistas e intelectuais, principalmente paulistas, cariocas e mineiros. Neste sentido, ver Souza (2007).

a expectativa. A tese defendida por Koselleck (2006) é de que a modernidade pode ser percebida na medida em que ocorre um distanciamento entre horizonte de expectativa e espaço de experiência.

Minha tese afirma que na era moderna a diferença entre experiência e expectativa aumenta progressivamente, ou melhor, só pode conceber a modernidade como um tempo novo a partir do momento em que as expectativas passam a distanciar-se cada vez mais das experiências feitas até então. (KOSELLECK, 2006, p. 314)

A Igreja Católica, pela sua gênese, não pode abandonar a tradição, mas ela reinventa a sua tradição pela experiência e estabelece um horizonte de expectativa em diálogo com a modernidade. “A modernidade não veio impor-se perante um mundo antigo [...] o que a define é seu caráter aberto e vinculado a uma permanente transformação”. (SOUZA, 2007, p. 19)

Sob inspiração de Hobsbawm (1997), entendemos que a Igreja Católica reinventa a sua prática com o objetivo de manter-se como um espaço de referência; realiza adaptações na sua ação institucional com o objetivo de conservar velhos costumes em condições novas. A adoção de uma postura moderna por parte da Igreja é compreendida aqui como uma estratégia de manutenção do espaço de intervenção que *reinventa sua tradição*, mas mantém sua finalidade.

A participação da Igreja Católica no espaço político é algo recorrente no Brasil, o que é observável quando consideramos aqui a constituição histórica do país (o catolicismo como religião oficial e a proibição, por muitos anos, da prática de outros cultos). A Igreja e o Estado mantinham uma relação de conveniência que, de certa forma, foi desestruturada pela proclamação da República e o anúncio de um Estado laico.

O combate à ideia de um Estado laico estimula a organização da Igreja Católica em diversos setores da sociedade, já que a orientação é “recatolizar o Brasil” e disputar espaço na opinião pública; no desempenho dessa tarefa a boa imprensa cumpre função estratégica, pois os impressos eram um espaço privilegiado de ocorrência do debate público e as ideias católicas estavam representadas e em disputa neste meio. A nossa pesquisa cerca o período

constituente, compreendendo que, neste momento histórico, ocorre maior exposição das estratégias utilizadas e adotadas pela instituição a fim de disputar o espaço social e ampliar a prática do catolicismo no Brasil. Também acreditamos que esse momento anuncia algumas iniciativas que corroboram com a ideia de uma modernidade católica assumida pela Igreja no início do século XX no Brasil.

A mobilização ocorrida em torno da constituição de 1934 explicita estratégias que, embora presentes em outros momentos da história, emergiram de forma acentuada pelo contexto de disputa acerca do processo constituinte. O debate educacional ganha destaque neste período, pois é um dos pontos polêmicos na reforma da constituição e foco de disputa pelo movimento católico. Podemos perceber a corporificação das reivindicações em torno deste ponto, considerando algumas estratégias explicitadas em jornais e revistas que temos acessado.

A defesa da liberdade de ensino é uma estratégia recorrente e presente no debate educacional, o argumento mais utilizado é a afirmação da autoridade da família sobre a educação dos filhos. Nesta lógica, o Estado é compreendido como segunda instituição de autoridade no campo terreno e deve submeter-se à decisão da família.

A construção discursiva presente nos impressos também anuncia um novo lugar para a mulher, vinculado ao exercício do voto e ao exercício do magistério. Ambas as tarefas projetam uma nova função para a mulher na sociedade brasileira e essas novas funções estão articuladas com a reorganização interna da instituição católica. O conceito de gênero, potencializado como ferramenta analítica a partir da década de 1980, no Brasil, nos auxilia a entender a construção sociocultural acerca do feminino e do masculino. Neste estudo, ao tratar das mulheres, abarcaremos a sua construção de gênero e destacaremos algumas particularidades que fazem parte do universo da Igreja Católica.

A articulação da Igreja Católica junto ao debate educacional no sul do Brasil enfrenta a influência das ideias positivistas, muito presentes no contexto local. Na primeira metade da década de 30 do século XX, o estado do Rio Grande do Sul estava dividido em quatro circunscrições eclesiais<sup>8</sup>: diocese de

---

<sup>8</sup> As informações referentes à estrutura eclesial da Igreja Católica no Rio Grande do Sul foram acessadas

Pelotas, diocese de Santa Maria, diocese de Uruguaiana e arquidiocese de Porto Alegre. Junto à arquidiocese estava situado o Arcebispo e junto a cada uma das dioceses estava situado o respectivo bispo responsável. A divisão do estado nessas quatro grandes regiões eclesiais ocorreu em 1910 pela bula “*Praedecessorum nostrorum*” de PIO X<sup>9</sup>. No período anterior<sup>10</sup> à Bula, a província do Rio Grande do Sul, na estrutura da Igreja Católica, estava subordinada ao Rio de Janeiro. Havia um vigário geral em Porto Alegre e vigários esporádicos em algumas paróquias. De forma geral, a gerência da Igreja sobre as paróquias era muito limitada<sup>11</sup>. A nova organização possibilitou certa autonomia para a Igreja no estado, bem como dinamizou as ações nas dioceses, devido à presença dos bispos responsáveis.

As informações que circulam nos impressos citados constroem e expressam representações (sobre fatos, contextos e conflitos) e disputam a adesão do leitor às mesmas. Chartier (1998, p.14) observa que “no objeto impresso, o fato nada é para além da apresentação do texto e da imagem, que dão a ler ou a ver a sua representação”.

As representações são re-significadas pela singularidade do sujeito que está ativo na relação com o escrito; o leitor lê o texto e re-significa-o a partir do seu capital cultural<sup>12</sup>. Nesse sentido, o responsável pela produção do texto imprime características na sua produção que podem indicar o público leitor. O mesmo ocorre com o perfil estabelecido para uma revista ou um jornal; dependendo de como o material é apresentado, no conteúdo e na forma, estará sugerindo um determinado público. A observação de tais características nos dá boas pistas sobre os possíveis leitores de um determinado material.

Umberto Eco (1986) ajuda-nos a perceber o leitor por meio do texto, quando destaca que o autor ao escrever um texto prevê um *leitor modelo*<sup>13</sup> e

---

através do setor de arquivo da arquidiocese de Porto Alegre.

<sup>9</sup> De acordo com Tambara (2005), uma das formas mais eficazes e tradicionais de comunicação da Igreja Católica com seus fiéis foi a epistolar. Nesta área, destacam-se, na hierarquia da Igreja, as encíclicas papais, como é o caso da bula ‘*Praedecessorum nostrorum*’, de São Pio X, e as cartas pastorais episcopais.

<sup>10</sup> O primeiro Bispo de Porto Alegre, Dom Feliciano José Rodrigues Prates (1853–1858), foi um dos bispos que contribuía com o movimento de reforma da Igreja Católica no Brasil. Ao ser designado para assumir o bispado de Porto Alegre, intensifica a organização da Igreja Católica no Estado: constrói cemitérios, estabelece o bispado, cria novas paróquias e preocupa-se com a formação do clero.

<sup>11</sup> Ver Rubert (1994).

<sup>12</sup> Para Bourdieu (1992), o capital cultural está relacionado à cultura dominante e às suas práticas culturais.

<sup>13</sup> Sobre as estratégias narrativas que constituem o leitor modelo ver Umberto Eco (1986, p. 35-49).

organiza sua estratégia textual de acordo com o respectivo leitor. A ideia de leitor modelo está alicerçada na ressignificação e o autor, ciente desta condição, mobiliza o seu texto de forma a construir para o leitor um espaço de ressignificação.

A estratégia textual é aqui entendida além dos códigos linguísticos que possibilitam a escrita do texto. Engloba a possibilidade de ampliar e direcionar as interpretações de um texto. Eco (1986, p. 39) observa que “gerar um texto significa executar uma estratégia de que fazem parte as previsões dos movimentos de outros”. O bom estrategista leva em consideração eventos casuais e deixa espaço para o leitor estabelecer sua intervenção. Identificar as estratégias textuais presentes nos impressos permite-nos dialogar com as representações explicitadas, sua significação na prática social e como estão relacionadas com as estratégias de intervenção no espaço educacional.

Os impressos elencados como fontes empíricas para nossa pesquisa transitaram em regiões diferentes do estado do Rio Grande do Sul e foram produzidos por grupos distintos, integrantes de uma mesma instituição, a Igreja Católica. Embora apresentem forma e direcionamentos particulares, os impressos apresentam em comum a conexão com a ideia expandida nacionalmente de recatolizar o Brasil e, neste sentido, estabelecem uma estratégia textual e um argumento no que tange o debate educacional muito próximo, o que nos indica uma potente organização da imprensa católica em prol de um ideal comum e uma capacidade de organização que contempla diferentes leitores.

Os três jornais estudados definem de forma muito clara seu público leitor, publicam textos curtos, apresentam estrutura visual atrativa com ilustrações e imagens, mesclam as notícias locais com a pauta nacional da Igreja Católica, investem em divulgação de eventos, tratam do cotidiano das regiões, possuem espaços reservados para os patrocinadores; enfim, disputam espaço com os jornais diários e certamente disputam o mesmo público leitor, um sujeito comum, que não precisa estar vinculado ao catolicismo. Os jornais podem ser adquiridos de modo avulso ou por assinatura mensal, são disponibilizados para aquisição em bancas comuns, comumente localizadas no centro das cidades. Os leitores católicos são estimulados cotidianamente a se tornarem assinantes e assim contribuirão com a *divulgação da Boa Imprensa* no Brasil.

No que se refere às revistas: a *Unitas* caracteriza-se pela densidade explicitada nos textos longos e no vocabulário sofisticado, também relata situações do cotidiano administrativo da arquidiocese, utilizando um vocabulário restrito, com expressões comuns ao universo dos clérigos, o que nos sugere um leitor vinculado à vida orgânica da instituição, provavelmente os padres, as religiosas e o laicato intelectualizado. Já a revista *Rainha dos Apóstolos* utiliza um vocabulário popular, textos curtos, seção de variedades, seção de notícias, biografias, ilustrações e uma seção específica de piadas, denominada *Página Alegre*, o que nos indica um leitor mais amplo, possivelmente católico ou simpatizante.

Nacionalmente, a Igreja Católica mantinha algumas publicações que circulavam de forma mais abundante na região central do país, considerando a necessidade de ampliar a produção e a circulação da imprensa católica no Brasil. A Igreja estimula a publicação de impressos regionais que disseminariam a pauta nacional da Igreja e abordariam as particularidades regionais; tal estratégia, ao mesmo tempo em que implementa um projeto de abrangência nacional, torna os impressos católicos mais interessantes para o leitor que neles vê sua realidade retratada.

Em conformidade com essa estratégia, foram publicados diversos jornais católicos no início do século XX, entre eles os jornais e as revistas que temos estudado no Rio Grande do Sul. Por meio destas publicações, estabelecemos nossa análise acerca das tensões presentes no processo constituinte.

Na presente reflexão, operamos com os conceitos de estratégias e táticas, por considerá-los adequados para analisar as diversas ações da Igreja Católica no período em questão. De acordo com Certeau (2011, p. 96), “as estratégias são organizadas pelo postulado de poder, estabelecem ações de um lugar de poder, elaboram um lugar teórico (um discurso totalizante) e constroem uma articulação com o espaço físico”. As estratégias combinam esses três lugares e visam dominá-los uns pelos outros.

As táticas ocupam papel de destaque junto às estratégias, mas, ao contrário destas, são caracterizadas pela ausência de poder. Trata-se de uma ação calculada que não apresenta pretensão por si só, não possui um interesse em si, faz parte de uma estratégia, existe no outro.

Diversas foram as estratégias estabelecidas pela Igreja Católica tendo como objetivo ampliar sua intervenção e colocar em prática o projeto de recatolização do Brasil. A imprensa católica foi uma destas e, por meio dela, se efetivaram outras estratégias. Ainda sob inspiração de Certeau (2006), entendemos que o historiador produz um olhar sobre o passado; então, nos propomos aqui, a olhar a ação da Igreja Católica no sul do Brasil a partir dos impressos que a instituição publicou.

Entendemos os impressos como uma construção discursiva que é parte constituinte das práticas sociais, pois se observa que a imprensa assume espaço de destaque na intervenção da Igreja Católica, já que através dela a Igreja dialoga com setores internos e externos à instituição, articula o laicato católico e estimula a criação de novos grupos.

Dentro dessa tradição, eles guardariam, de maneira muito particular, a confiança no poder e na instrumentalidade do livro, da escrita e, por que não dizer, da leitura. Desse lugar é que se caracterizariam, portanto, como um tipo de impresso colocado a serviço da utilidade, da formação, do entretenimento, aliado moral e ensinamento prático, saber e diversão. Por isso, e também pela sua ampla circulação, os almanaques acabaram por se transformar em um instrumento pedagógico útil e eficaz na educação do povo. (DUTRA, 2005, p. 16)

Azzi (2008), ao tratar da história da Igreja no Brasil, no início do século XX, afirma que a característica principal do período é o esforço da Igreja pelo fortalecimento de suas bases institucionais, através da organização das paróquias, dos colégios e das dioceses. A “Igreja deseja consolidar o seu enraizamento no solo brasileiro, a fim de manter e de preservar os valores tradicionais” (AZZI, 2008, p. 485). Na realização desta tarefa, a imprensa católica contribui de forma positiva, pois funcionava como uma 'via da entrada' para o catolicismo em espaços desvinculados da instituição e assim ampliava a base da mesma.

Em alguns momentos, a imprensa ganhou *status* de apóstolo, considerando exatamente a possibilidade de chegar a locais imprevisíveis e improváveis. O jornal católico *A palavra* traduz essa ideia de forma muito objetiva.

A imprensa também pode ser considerada como um apóstolo, porquanto ela tem entrada nos lares, nas sociedades, e até nas casas

de correção, neste último caso quando para ali é encaminhado por uma boa alma, e em outros tantos lugares onde seria impossível a presença de uma pessoa para neles lançar a semente do bem. (*A palavra*, 01/02/1930)

Cabe anunciar que o trato metodológico do material coletado ocupou um tempo considerável da pesquisa, pois englobou a captação e a categorização das fontes. Estivemos trabalhando com uma quantidade de 780 exemplares de jornais e 110 exemplares de revistas produzidos no recorte temporal de cinco anos. Na tentativa de imprimir organicidade e inteligibilidade às nossas fontes, estabelecemos a categorização do material e no que se refere ao debate educacional identificamos três abordagens que ganham destaque na imprensa católica.

As tópicas do debate educacional consolidam-se como o corpo desta tese e serão abordados individualmente nos capítulos dois, três e quatro; são elas: a liberdade de ensino, a constituição de um espaço para a mulher e a imprensa como espaço de formação.

O presente texto está composto por uma contribuição inicial que busca anunciar e contemporizar o nosso objeto, situando-o no debate dos anos 20 e 30 do século XX. Para potencializar sua relevância no campo da história da educação e indicar metodologicamente nossas opções, tais reflexões estão enquadradas no capítulo um.

No capítulo dois, abordaremos a liberdade de ensino como estratégia discursiva da Igreja Católica para reivindicar o espaço escolar. Na lógica do catolicismo, a família é responsável pela educação integral dos filhos; a educação escolar faz parte desta educação e deve estar submetida à autoridade familiar. Seguindo essa linha argumentativa, a imprensa católica rearticula o seu discurso e utiliza-se de conceitos como democracia para reivindicar que o Estado implemente o ensino religioso facultativo nas escolas públicas.

No capítulo três, analisamos de forma específica a intervenção da Igreja Católica junto às mulheres e abordamos o estímulo ao exercício do voto e o estímulo à docência, como iniciativas que dialogam com a disputa travada pela instituição para ampliar espaço social e retomar espaço junto às instituições educacionais. O estímulo à participação na cena pública contribui para a

constituição de um novo lugar para a mulher, relacionado à política e ao mundo do trabalho, embora algumas das representações apresentadas a mantenham como *rainha do lar*, nota-se que o espaço público passa a fazer parte de seu cotidiano.

No último capítulo, abordamos o potencial formativo dos impressos, no que tange o debate educacional. A Igreja Católica, por meio da imprensa, dialoga com setores internos e externos à instituição, articula o laicato católico e estimula a criação de novos grupos. Analisamos a proposta educacional defendida pela imprensa e como a instituição consolida essa proposta por meio da Associação Católica de Professores.

A participação da Igreja Católica nas discussões políticas do país é ratificada pelos temas emergentes nos impressos; as questões pautadas repetidamente no que tange o debate educacional estão relacionadas à política administrativa adotada no país e percebe-se o posicionamento claro da Igreja nos três aspectos destacados anteriormente.

O debate educacional apresentado na imprensa é permeado pela disputa acerca do ensino religioso facultativo nas escolas e, sob esse pano de fundo, nota-se a valorização da família, a ampliação do espaço de atuação da mulher, o estímulo à formação dos professores e o estímulo ao associativismo docente.

## 1 A Igreja Católica e o Debate Educacional

### *A Instrução*

*Ninguém, evidentemente, desconhece a necessidade que têm, a juventude e a mocidade, de receberem, com a máxima normalidade e eficiência, uma instrução sadia que lhes prepare e cultive a inteligência para as árduas lutas da vida, um dia, quando ingressarem nos vários ramos das atividades humanas.*

*Entretanto, acreditamos, com sobradas razões, que a velha escola, até então imperante, a escola sem Deus, jamais conduzirá as crianças de hoje, que serão os homens de amanhã, às suas grandes finalidades.*

*Somente a instrução religiosa, ao lado da outra, em geral, poderá, com proficiência, formar caracteres, orientar bem os cérebros que se instruem, as inteligências que se acrisolam, no sentido da nítida compreensão de seus deveres, de suas obrigações, serem como cristãos ou homens da sociedade. (A Palavra, 29/11/31, p. 1)*

## 1.1 Igreja Ultramontana e o Rio Grande do Sul

*Deus, religião e pátria serão sempre os grandes e nobres ideais que deverão cimentar a grandeza e a prosperidade do presente e do futuro da nossa nacionalidade. (Rainha dos Apóstolos, agosto, 1933, p. 139)*

A Igreja Católica Ultramontana adquiriu organicidade no Rio Grande do Sul em meados do século XIX. A diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul foi criada em 1848 e tinha como objetivo consolidar e ampliar a estrutura eclesiástica, bem como diluir o 'cisma religioso' herdado da Revolução Farroupilha. No período de 1835-1845, durante a Revolução Farroupilha, a estrutura eclesiástica foi mantida, mas os vigários eram nomeados, independente do conhecimento de Roma, situação que constitui um cisma religioso sobre a organização da Igreja Católica no Estado<sup>14</sup>.

O papa PIO IX, por meio da bula "*Ad oves dominicas rite pascendas*", criou a diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul, desmembrada da então diocese de São Sebastião do Rio de Janeiro; elegeu para comandar tal empreendimento Dom Feliciano José Rodrigues Prates, que recebeu uma estrutura precária e extremamente frágil, pois além dos limites referentes à estrutura física enfrentou um cotidiano descolado das práticas religiosas. A população Rio-grandense não tinha uma vida religiosa orgânica, sequer o clero mantinha os sacramentos e a pregação. Embora tenham ocorrido algumas iniciativas com o objetivo de superar tais limites, a situação se manteve muito parecida até o início do século XX, quando surgem algumas ações mais eficazes com objetivo de recatolizar o Estado.

PIO IX foi Papa de 1846 a 1878 e ficou conhecido como o Papa da Restauração Religiosa Católica, pois liderou ferrenhamente o embate contra o avanço do liberalismo na constituição de uma sociedade fundada em princípios laicos. Conclamava a sociedade para uma restauração católica e um retorno aos

---

<sup>14</sup> De acordo com Giolo (1997) o Estado independente da Revolução Farroupilha nomeou um padre como vigário em 1838. Essa nomeação não foi reconhecida pelo Império e pela Igreja Católica e foi considerada uma afronta à autoridade de ambas as instituições.

valores religiosos tradicionais, com primazia da Igreja para a definição da ordem e das referências ético-morais da sociedade. PIO IX deu atenção especial para a formação do clero e de lideranças católicas na perspectiva da restauração religiosa e manteve como pressuposto a nomeação de bispos alinhados com esta perspectiva, como é o caso Dom Feliciano José Rodrigues Prates.

Giolo (2009), ao analisar a constituição da Igreja Católica nos estados brasileiros, afirma que uma das particularidades do Rio Grande do Sul é o desenvolvimento tardio da estrutura eclesiástica, ao contrário de alguns estados onde a organização desta instituição recebeu considerável impulso no período colonial, no sul isso não ocorreu. No Rio Grande do Sul, o estímulo só ocorre de forma mais sistemática no final do século XIX e início do XX.

A Igreja Católica, no Rio Grande do Sul, era uma instituição fraca até os anos finais do regime imperial. Diferentemente das províncias centrais do Brasil, onde as congregações religiosas, sobretudo a companhia de Jesus, tinham criado, durante a colônia, uma certa estrutura eclesial, a Igreja gaúcha permaneceu completamente esquecida. Nenhum seminário, nenhum colégio, nenhuma ação missionária minimamente organizada. (GILOLO, 2009, p. 249)

O Rio Grande do Sul foi o décimo estado do país a fundar uma diocese<sup>15</sup>, como bem nos mostra Souza (2000) ao analisar a expansão da Igreja Católica no país. Os primeiros anos da diocese de Porto Alegre foram de atuação muito limitada e somente no início do século XX, com a elevação da diocese de Porto Alegre a arquidiocese e com a criação de outras dioceses, é que a organização eclesiástica ganha fôlego no estado.

---

<sup>15</sup> A criação de dioceses ou a diocesenização foi um estratégia encontrada pela Igreja Católica na segunda metade do século XIX, na Europa, para compensar a perda dos territórios eclesiásticos na península itálica e em outros lugares. Implementou-se uma territorialidade religiosa que pretendia recortar o mundo em dioceses, prelaturas, paróquias etc. Pode-se considerar que tal estratégia preservou e ampliou, no âmbito espiritual e no plano de controle religioso, os antigos domínios da Igreja, transpondo para essa nova territorialidade o capital simbólico e o poderio institucional adquirido pelo catolicismo ao longo de sua história. Nesse sentido ver o texto de Aquino (2012).

**Quadro 1**  
**Diocese e Arquidioceses Brasileiras por ordem de criação até 1848**

Dioceses e Arquidioceses	Ano de criação diocese	Arquidiocese	Estado
1º São Salvador da Bahia	1551	1676	BA
2º Olinda e Recife	1676	1910	PE
3º São Sebastião do Rio de Janeiro	1676	1892	RJ
4º São Luíz do Maranhão	1677	1921	MA
5º Belém do Pará	1719	1906	PA
6º Mariana	1745	1906	MG
7º São Paulo	1745	1908	SP
8º Cuiabá	1826	1910	MT
9º Goiás <sup>16</sup>	1826	-	GO
10º São Pedro do Rio Grande do Sul	1848	1910	RS

(SOUZA, 2000, p.338)

Nesse processo de ampliação da estrutura eclesiástica aparece um certo indiferentismo religioso e um abandono das práticas sacramentais no sul do Brasil. Tambara (1995, p. 433) relata que em 1910, quando o recém-nomeado bispo de Pelotas realiza sua primeira visita pastoral, “teve que providenciar para as igrejas os móveis destinados aos confessorários, pois, na maioria delas, estes eram totalmente desconhecidos”. Tal contexto, além de indicar a descatoalização, era propício para o surgimento de ideias anticlericais e exigiu, por parte da Igreja Católica, um investimento considerável para fins de garantir sua intervenção no estado.

Dado nosso interesse, não trataremos aqui das experiências dos missionários relacionadas às missões jesuíticas, que embora estejam presentes no imaginário Sul Rio-grandense, pouco contribuíram para o enraizamento do catolicismo no estado. A bibliografia<sup>17</sup> nos indica que a ação missionária dos jesuítas esteve voltada à catequese e ao assentamento das tribos nômades, no entanto essa tentativa de consolidar uma vida comunitária tendo como base a religião não se manteve após a expulsão deste grupo.

<sup>16</sup> Não consta na tabela original a data de criação da diocese de Goiás.

<sup>17</sup> Cesar (1979); Kern (1982); Assumpção (1982), entre outros.

Os Jesuítas ganharam novo destaque no cenário Rio-grandense no final do século XIX; quando comprometidos com o Movimento de Restauração Católica de PIO IX, irão retornar ao estado como ordem religiosa e atuarão em diversos espaços, dentre eles o espaço educacional.

Os primeiros bispos nomeados por Roma para atuar em prol do desenvolvimento da Igreja Católica no Rio Grande do Sul foram: Dom Feliciano Prates, que recebeu uma estrutura precária e buscou minimamente reorganizar a instituição, foi o primeiro bispo nomeado por Roma e assumiu a diocese quatro anos após ter sido criada. Logo depois, Dom Sebastião Dias Laranjeira, que dirigiu a diocese com esparsos fundos e para sanar a necessidade de recursos humanos estimulava que padres de outros estados e países viessem para o Rio Grande do Sul. Por último, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, que acolheu diversas ordens no estado e foi o líder da reorganização estrutural que promoveu a diocese de Porto Alegre à arquidiocese, se tornando então o primeiro arcebispo do estado.

De acordo com Tambara (1995), no período compreendido entre 1890 e 1935, instalaram-se 44 congregações religiosas no estado, apresentando a média de uma por ano. O ano de 1890 inaugura a gestão de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão como Bispo do Rio Grande do Sul, embora sua gestão como bispo e posteriormente como arcebispo de Porto Alegre tenha se encerrado em 1912, os contatos por ele realizados com diversas congregações europeias e com o próprio Vaticano estimularam a vinda de diversos grupos religiosos para o estado.

**Quadro 2 – Responsáveis eclesiásticos do Rio Grande do Sul**

Responsáveis eclesiásticos				
Local	Bispos	Nome	Permanência	
Diocese de Porto Alegre	1	Dom Feliciano Prates	1852	1858
	2	Dom Sebastião Dias Laranjeira	1861	1888
	3	Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão	1890	1912

Fonte: Revista Unitas (1930 -1934)

A gestão dos dois primeiros bispos foi marcada pela presença de focos de anticlericalismo, número reduzido de sacerdotes e uma vida espiritual fora de sintonia com o que pretendia a Igreja de Roma, com a nomeação de Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão essa situação vagarosamente vai se alterando.

No Rio Grande do Sul, a virada do século encontrava um clero despreparado e não raro fora do perfil sacerdotal preconizado pelo concílio de Trento. Era preciso dar respeitabilidade à Igreja no Rio Grande do Sul. Essa tarefa será encampada, principalmente, pelo terceiro bispo do Rio Grande do Sul, D. Cláudio, que integra o elenco dos chamados bispos 'reformadores', que tentarão reverter o quadro de decadência apresentado pelo catolicismo ao alvorecer do século XX. (ISAIA, 1998, p. 34-35)

Alguns autores<sup>18</sup>, que estudaram o período, afirmam que o desafio posto para a Igreja Católica no Rio Grande do Sul era superar a crise do clero, ou seja, superar a decadência do clero que se apresentava mais comprometido com a organização de festas e comemorações do que com os sacramentos e a pregação.

“O clero gaúcho promovia um tipo de religião que se restringia em organizar festas para os vivos e pompa funerária para os mortos. Os sacramentos e a pregação praticamente não ocorriam, sendo o álcool, as carreiras, os negócios e as mulheres uma constante em quase todos os documentos da época” (CORSETTI, 1998, p.119).

Diversas são as interpretações sobre a presença de um clero tão festivo no estado. Corroboramos com a ideia de que a distância limitou o controle da Igreja Católica no estado<sup>19</sup> que, de certa forma, ficou esquecido, no contexto mais amplo do país. Junta-se a isso a influência das ideias positivistas que afirmavam a liberdade espiritual e a precária estrutura física e humana da Igreja Católica no estado.

O acolhimento de imigrantes estabeleceu um potencial para o desenvolvimento econômico e junto com isso a atenção de vários grupos se volta

---

<sup>18</sup> Tambara (1995), Corsetti (1998), Giolo (1997), Isaia (1998).

<sup>19</sup> A distância dos grandes centros se tornou um limite para o desenvolvimento do estado do Rio Grande do Sul em alguns momentos. Isaia (1998, p. 36).

para o sul, dentre eles a Igreja Católica. Se por um lado a Igreja Católica adquire organicidade tardiamente no estado do Rio Grande do Sul<sup>20</sup>, por outro lado, cabe destacar que o seu desenvolvimento ocorre em um ritmo mais intenso e acelerado do que em outros estados do país, considerando que “um dos motivos que propiciaram este processo foi a imigração alemã e a italiana, que criaram um clima mais predisposto a aceitar as concepções ultramontanas”. (TAMBARA, 1995, p. 427)

Os imigrantes alemães e italianos se organizavam de forma comunitária e apresentavam um universo cultural que valorizava a religiosidade e a educação; conseqüentemente, eles primavam pelo ensino das primeiras letras e pela prática religiosa<sup>21</sup>. Muitas das congregações religiosas que vieram para o Rio Grande do Sul se estabeleceram nas áreas de colonização, considerando a demanda pelo cotidiano sacramental, a necessidade de consolidar escolas e seguindo a orientação do Vaticano de recatolizar o país, em consequência do Movimento de Restauração Católica potencializado por PIO IX. Sobre os grupos religiosos nas zonas de colonização, Kreutz (1991, p. 64) observa que as congregações religiosas atuaram em todas as regiões do estado, mas “voltaram-se com particular atenção para a colonização alemã e italiana – celeiro das vocações – e era aí que abriam suas casas de formação”.

Dom Cláudio inaugura uma nova fase para a Igreja no estado, estabelece uma série de iniciativas com o objetivo de alimentar a espiritualidade e fomentar a prática católica. A importância atribuída a Dom Cláudio é continuamente reforçada e atualizada nos impressos católicos, vejamos a representação estabelecida na Revista Católica *Unitas* sobre sua atuação: “conduziu firmemente o estado, propiciou o desenvolvimento religioso, trouxe para o Rio Grande do Sul novas ordens, sua ação foi tão fecunda que solicitou ao arcebispo metropolitano a criação de novas dioceses e foi atendido.” (*Unitas*, 1934, jun/jul, p. 174-175).

O mérito pela vinda de novas ordens para o Estado é atribuído pela imprensa a Dom Cláudio, que havia contatado e convidado diversos grupos

---

<sup>20</sup> Giolo (2009) afirma o desenvolvimento tardio do catolicismo no Rio Grande do Sul, em comparação aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais e Bahia.

<sup>21</sup> Sobre a educação e os imigrantes alemães e italianos ver os estudos de Kreutz (1991) e Luchese (2007).

religiosos para se instalarem no estado<sup>22</sup>, buscava com essa alternativa educar o clero Rio-grandense, bem como fortalecer a ação da Igreja; tal iniciativa estava em diálogo com a ação nacional da Igreja Católica de recatolizar o Brasil. A Igreja Católica, ciente da fragilidade da organização eclesiástica no estado e em meio a uma política interna de expansão e romanização da Igreja no Brasil, percebe que as características de uma sociedade de base agrícola com a presença marcante de imigrantes é o cenário propício para a inserção de ideias e práticas do catolicismo e amplia estrategicamente sua ação no estado.

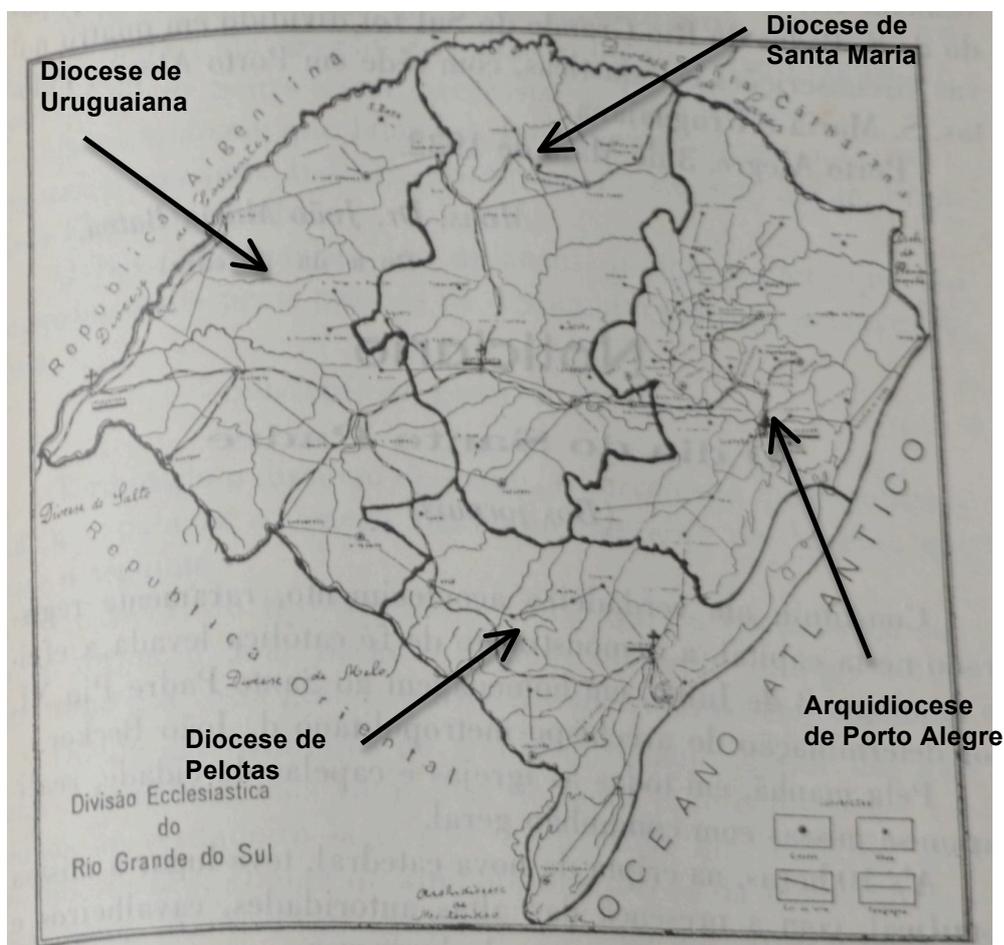
Em 1910, na organização eclesiástica, o estado foi dividido em quatro grandes regiões: arquidiocese de Porto Alegre, diocese de Pelotas, diocese de Santa Maria e diocese de Uruguaiana. Tal divisão vigorou até o final de 1934, data da criação da diocese de Caxias do Sul. Ainda no final da década de 1930, foi criada a diocese de Vacaria. A partir de 1951, outras divisões ocorreram, no entanto não serão abordadas aqui.<sup>23</sup>

---

<sup>22</sup> Corsetti (1998, p. 119) afirma que a ação de Dom Cláudio implicou na solicitação de reforços a todas as ordens e congregações religiosas da Europa, enquanto não pudesse contar com elementos locais.

<sup>23</sup> Tal divisão aparece de forma detalhada na revista católica *Unitas*, ano de 1932, número referente aos meses de junho e julho.

Figura 1 – Mapa ilustrando a divisão eclesiástica realizada em 1910



(*Unitas* de 1932, jun/jul., p. 217)

Com objetivo de garantir a organicidade nas quatro regiões eclesiásticas, foram nomeados um arcebispo e três bispos responsáveis. Em Porto Alegre, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão foi elevado a arcebispo metropolitano, mas solicitou renúncia dois anos depois, quando assumiu Dom João Becker, que ficou no cargo por mais de três décadas, transformou-se em uma das figuras de referência da Igreja Católica Rio-grandense na primeira metade do século XX e, em 1913, criou a revista *Unitas*, editada pela arquidiocese de Porto Alegre, com o objetivo de informar e orientar sobre as principais polêmicas da Igreja no estado<sup>24</sup>.

<sup>24</sup> Informações referentes à trajetória de Dom João Becker foram obtidas no AHCMAPA.

**Quadro 3 – Responsáveis eclesiásticos pós 1910**

Responsáveis eclesiásticos a partir de 1910			
Local	Nome	Permanência	
Arquidiocese de Porto Alegre	Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão <sup>25</sup>	1890	1912
	Dom João Becker <sup>26</sup>	1912	1946
Diocese de Pelotas	Dom Francisco de Campos Barreto <sup>27</sup>	1911	1920
	Dom Joaquim Ferreira de Melo <sup>28</sup>	1921	1940
Diocese de Santa Maria	Dom Miguel Lima Valverde <sup>29</sup>	1911	1922
	Dom Ático Eusébio da Rocha <sup>30</sup>	1923	1928
	Dom Antônio Reis <sup>31</sup>	1931	1960
Diocese de Uruguaiana	Dom Hermeto José Pinheiro <sup>32</sup>	1911	1941

Fonte: AHCMPA

Os bispos Dom Francisco de Campos Barreto, Dom Miguel Lima Valverde e Dom Hermeto José Pinheiro tinham em comum o fato de, antes da nomeação, residirem fora do Rio Grande do Sul<sup>33</sup>. Com exceção de Dom João Becker, os dirigentes locais da Igreja Católica não tinham sido promovidos a bispos. A arquidiocese e as dioceses contemplavam todas as cidades do Estado. Observe, no quadro abaixo, a distribuição das cidades por regiões eclesiásticas. Tal divisão nos indica que a arquidiocese contemplava uma quantidade maior de municípios, o que justifica sua divisão, no final de 1935, e criação da diocese de Caxias do Sul.

<sup>25</sup> Dom Cláudio foi ordenado em 1867 na congregação dos padres Lazaristas, em Paris. No Brasil, foi professor do Seminário do Ceará por oito anos e Bispo de Goiás em 1888. Em 1890, foi nomeado bispo da diocese de São Pedro do Rio Grande do Sul e renomeado em 1910. Afastou-se em 1912, por motivos de saúde (Informações obtidas no AHCMPA, disponíveis também no site da arquidiocese de Porto Alegre).

<sup>26</sup> Dom João Becker foi ordenado em 1891, em Porto Alegre, onde esteve à frente da paróquia Menino Deus por doze anos. Em 1908, foi nomeado bispo de Florianópolis e, em 1912, foi promovido a arcebispo de Porto Alegre (Fonte - AHCMPA, disponíveis também no site da arquidiocese de Porto Alegre).

<sup>27</sup> Natural de São Paulo, foi ordenado em 1900 e atuou como vigário em diferentes paróquias do Estado. Em 1911, foi nomeado bispo de Pelotas no Rio Grande do Sul (Informações obtidas no site da diocese de Pelotas).

<sup>28</sup> Nasceu no sul do Estado do Ceará. Estudou no seminário de Olinda e foi ordenado sacerdote em fevereiro de 1898 (Informações diocese de Pelotas).

<sup>29</sup> Criada a diocese de Santa Maria, seu território continuou sendo administrado pelo arcebispo de Porto Alegre, Dom Cláudio José Gonçalves Ponce de Leão, até fevereiro de 1911, quando foi nomeado como bispo da diocese Dom Miguel Lima Valverde, natural da Bahia; no entanto, tomou posse somente em 1912 (Informações obtidas em RIGO, 2010).

<sup>30</sup> Era natural da Bahia, assumiu a diocese de Santa Maria em maio de 1923 e ficou até 1928 quando foi nomeado para atuar em São Paulo. (Informações diocese de Santa Maria)

<sup>31</sup> Foi ordenado em 1910, em Porto Alegre, logo depois de sua ordenação foi nomeado para atuar como cônego na Igreja Nossa Senhora da Conceição em Porto Alegre. (Informações diocese de Santa Maria)

<sup>32</sup> Estudou no seminário de Olinda, foi ordenado em 1895, atuou como sacerdote em Recife até ser nomeado bispo de Uruguaiana, em 1911 (Informações obtidas no site da diocese de Uruguaiana).

<sup>33</sup> Dados referentes aos responsáveis eclesiásticos, obtidos nos acervos específicos das dioceses. Segue a especificação junto a cada um dos arcebispos e bispos.

**Quadro 4 – Cidades contempladas em cada região eclesiástica**

Cidades contempladas em cada região eclesiástica		
Divisão Eclesiástica	Cidades por região	Total de cidades
Arquidiocese de Porto Alegre	Alfredo Chaves, Antônio Prado, Bento Gonçalves, Bom Jesus, Caxias do Sul, Conceição do Arroio, Encantado, Encruzilhada, Estrela, Garibaldi, Gravataí, Guaíba, Guaporé, Lajeado, Lagoa Vermelha, Monte Negro, Novo Hamburgo, Nova Trento, Porto Alegre, Prata, Santo Amaro, Santo Antônio da Patrulha, Santa Cruz, São Francisco de Paula, São Jerônimo, São João do Camaquã, São Leopoldo, São Sebastião do Caí, Tapes, Taquara, Taquari, Torres, Triunfo, Vacaria, Venâncio Aires e Viamão.	36
Diocese de Pelotas	Arroio Grande, Bagé, Canguçu, Jaguarão, Lavras, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Rio Grande, São João do Herval, São José do Norte, São Lourenço e Santa Vitória do Palmar.	13
Diocese de Santa Maria	Caçapava, Cachoeira, Candelária, Carazinho, Cruz Alta, Erechim, Ijuí, Jacuí, Jaguarí, Júlio de Castilhos, Palmeiras, Passo Fundo, Rio Pardo, Santa Maria, São Pedro, São Sepé, Soledade, Tupanciretã.	18
Diocese de Uruguaiana	Alegrete, Dom Pedrito, Quaraí, Itaqui, Livramento, Rosário, Santo Ângelo, São Borja, São Francisco de Assis, São Gabriel, São Luís, Santa Rosa, São Vicente, Uruguaiana.	14

(*Unitas* de 1932, jun/jul., p. 210-218)

Para compreender como ocorreu a ampliação da intervenção da Igreja Católica no Estado é relevante acompanhar a trajetória de Dom João Becker, que ascendeu ao cargo de arcebispo de Porto Alegre em 1912. Era natural do Wintersbach, município de St. Wendel, Alemanha; considerava-se um estrangeiro adaptado ao Brasil, pois pouco conviveu no país de sua origem, já que veio para o Rio Grande do Sul criança, acompanhando sua família. Seu pai atuava como professor primário e desde jovem Becker acessou as letras, primeiro sob influência do pai, depois sob influência do colégio Conceição em São Leopoldo e, por fim, fez parte da primeira turma do seminário diocesano de Porto Alegre, onde se aproximou de Dom Cláudio, bispo da diocese de Porto Alegre na época.

Becker apresenta influência jesuíta, considerando a frequência ao Colégio Conceição, administrado pelos padres jesuítas; e influência lazarista, considerando que fez seus estudos durante a administração episcopal de D. Cláudio José Ponce de Leão, que herdará influência de D. Antônio Ferreira

Viçoso<sup>34</sup> e imprimia no seminário diocesano uma orientação lazarista<sup>35</sup>. Becker foi ordenado sacerdote em 1896 e nomeado vigário da paróquia Menino Deus. Após dez anos de atuação na mesma paróquia, foi designado a Cônego Honorário da Catedral de Porto Alegre (1906) e dois anos depois foi designado a bispo de Florianópolis (1908).

A liderança de Dom João Becker na arquidiocese de Porto Alegre iniciou-se em 1912, após renúncia de D. Cláudio e estendeu-se até 1946. Durante esse período, o estado passou por diversas transformações<sup>36</sup> e a Igreja Católica, tendo na figura do arcebispo sua 'fala oficial', participou ativamente dos debates e de algumas ações implementadas no estado. Becker era fiel ao modelo de neocristandade proposto por Dom Leme<sup>37</sup> e realiza no estado um projeto de cristianização baseado na inserção da Igreja na sociedade.

A naturalidade de Becker não limitou o apoio da Igreja Católica às políticas de repressão realizadas junto aos imigrantes no estado do Rio Grande do Sul; talvez essa postura assumida pela Igreja, representada na figura de Becker, tenha sido uma das maiores críticas ao seu trabalho como arcebispo metropolitano<sup>38</sup>. Voltaremos a essa questão a seguir, pois Becker é uma figura de destaque para o nosso estudo.

A instauração da República promove uma reação nacional por parte do movimento católico que potencializa a organização da Igreja, principalmente no sul do Brasil. Monteiro (2007), ao tratar da expansão da Igreja Católica no Rio Grande do Sul, afirma que

o período da primeira república foi benéfico para a Igreja, uma vez que com a perda de sua oficialidade, liberou-se da tutela do Estado, e

---

<sup>34</sup> Dom Antônio Ferreira Viçoso esteve à frente da diocese de Mariana e a consolidou como um foco irradiador do espírito reformador; foi uma forte influência para D. Cláudio que assim como Viçoso era lazarista. Neste sentido ver Azzi (1974).

<sup>35</sup> Isaia (1998).

<sup>36</sup> Becker acompanhou a consolidação do castilhismo de inspiração comtista, o movimento contestador da perpetuação borgista de 1923, a Revolução de 1930, a ascensão de Vargas e a institucionalização do Estado Novo.

<sup>37</sup> D. Sebastião Leme foi bispo de Olinda, posteriormente arcebispo do Rio de Janeiro, e eminente líder da Igreja Católica brasileira do início da década de 10 do século XX até sua morte em 1942. Dom Sebastião argumentava que o Brasil era uma nação católica e deveria aproveitar esse fato e marcar presença na sociedade, argumentava que a Igreja Católica precisava cristianizar a sociedade (Almeida, 2007).

<sup>38</sup> Isaia (1998).

passou a se construir institucionalmente, apenas seguindo as orientações de Roma, não mais do Estado, e a expandir territorialmente o laicato, com a organização de novas dioceses que investiram na formação e na reprodução de quadros eclesiásticos e na formação da elite política através da expansão das escolas católicas. (MONTEIRO, 2007, p. 464)

A revista *Rainha dos Apóstolos* publicou em janeiro de 1936 uma imagem onde aparece boa parte das lideranças que citamos e que se constituíam nas lideranças da Igreja Católica no período.

**Figura 2 – Reunião de lideranças políticas e eclesiásticas em Santa Maria/RS**



(*Rainha dos Apóstolos*, 1936, jan., p. 5)

Sentados estão: Mons. José Barea, bispo eleito de Caxias; Dom Antônio Reis, Bispo de Santa Maria; Dom João Becker, Arcebispo Metropolitano de Porto Alegre; Dom Joaquim Ferreira de Melo, bispo de Pelotas e Mons. Silvano de

Souza, vigário geral de Pelotas. Em pé estão: Padre Wagner, secretário de Dom João Becker; Dr. Amaury Lenz, prefeito municipal; Sra. Bijou S. Lenz, D. Alda Saldanha, Diriemá P. Da Rocha, Dr. Francisco M. Da Rocha e Padre Caetano Pagliuca, Cúria da Catedral<sup>39</sup>.

De acordo com as informações contidas na Revista *Rainha dos Apóstolos*, edição de janeiro de 1936, a imagem foi captada na cidade de Santa Maria, na residência do prefeito municipal.

A reunião de tais lideranças na cidade de Santa Maria/RS é justificada pela realização do Congresso Eucarístico diocesano. O evento foi divulgado na imprensa católica como um sucesso para a cidade, envolvendo associações religiosas, colégios e representantes eclesiais de todo o estado. As cerimônias foram realizadas em praça pública que, de acordo com os relatos e algumas fotos, se manteve lotada durante a realização do evento.

A revista *Rainha dos Apóstolos* anunciou a presença de cinco mil pessoas para recepcionar Dom João Becker, arcebispo metropolitano de Porto Alegre, que presidiu o Congresso. Encontramos relatos sobre o congresso em vários dos impressos, embora não tenhamos localizado a programação específica do evento. Conseguimos mapear algumas das atividades realizadas, dentre elas: missa de abertura; bênção às crianças, aos idosos e aos doentes; avaliação em grupos sobre a situação da Igreja Católica no Brasil e confraternizações.

A realização de Congressos é uma prática estimulada pela instituição e busca promover a revitalização das práticas do catolicismo nas dioceses. Nota-se a realização de congressos nas outras dioceses, seguindo o mesmo protocolo e atividades em comum.

## 1.2 A relação política e partidária estabelecida pela Igreja Católica

A 'Estrela do Sul' está na estrita obrigação de esclarecer os seus leitores sobre as próximas eleições da constituinte, e fá-lo-á

---

<sup>39</sup> As informações referentes à composição da foto foram retiradas da revista *Rainha dos Apóstolos*, edição referente ao mês de janeiro de 1936.

exclusivamente desde o ponto de vista de nossas reivindicações, propugnadas pela Liga Eleitoral Católica.

(Estrella do Sul, 27/04/1933, p. 1)

Em termos políticos, foi intensa a relação da Igreja Católica com as instituições e os agrupamentos políticos no estado, apesar de o Rio Grande do Sul definir sua prática política, pelo menos até a década de 30, em comum acordo com os princípios positivistas.

O PRR<sup>40</sup> – Partido Republicano Rio-grandense – esteve à frente do governo gaúcho desde a proclamação da República (1889) até a década de 30 do século XX. O positivismo adotado como ideologia do estado e as ideias comtianas, aplicadas à estrutura político-administrativa, fundidas à figura de Júlio de Castilhos, originaram o que ficou conhecido como ‘castilhismo’. De acordo com Peres (2000, p. 78), “O federalismo que caracterizou os primeiros anos da República brasileira permitiu que o Estado gaúcho fosse organizado de maneira peculiar, diferenciando-se política e administrativamente dos demais estados da Federação”.

Júlio de Castilhos era um dos líderes do PRR e autor da Constituição Estadual de 1891, por meio da qual procurou adequar o Rio Grande do Sul aos princípios positivistas<sup>41</sup>. A constituição promulgada por Júlio de Castilhos ficou conhecida como constituição positivista: assegurava a supremacia do poder executivo sobre o legislativo e permitia a sucessiva reeleição do governante, desde que obtivesse três quartos da votação. Considerando que as fraudes faziam parte do contexto eleitoral, a reeleição se tornou fato recorrente<sup>42</sup>.

O período influenciado por Júlio de Castilhos é tratado como um momento de ditadura positivista no Rio Grande do Sul. Alonso (2007) afirma que Castilhos advogava o progresso para o país e nesta lógica a ditadura positivista e as políticas públicas eram uma forma de estabelecer a civilidade.

---

<sup>40</sup> O PRR foi fundado no Rio Grande do Sul em 1882 por um grupo entusiasta e radical que em sua maioria era composto por recém-formados nas faculdades de São Paulo e Rio de Janeiro. Retornavam ao Estado com as ideias da filosofia positivista de Augusto Comte. Neste sentido, ver Sandra Pesavento (1980; 1992) e Giolo (2009).

<sup>41</sup> Sobre a constituição estadual de 1891 e os princípios positivistas nela incorporados ver Peres (2000, p. 78) e Trindade (1980).

<sup>42</sup> Ver Sandra Pesavento (1992, p. 68).

No Rio Grande do Sul, sobressaiu a face política em sentido pleno, que objetivava o poder de estado, a ditadura positivista e as políticas públicas como meio mais eficaz de civilizar o país. Embora partidário da religião da humanidade, Castilhos afastou-se cedo da órbita da Igreja, defendendo a necessidade da intervenção política para que o progresso se instaurasse no país, buscando meios que permitissem apressar a 'marcha da civilização'. Com o advento da República, ele conseguirá implementar muitas de suas idéias, assumindo o governo do Rio Grande do Sul, para o qual criou uma constituição estritamente positivista. (Alonso, 2007, p. 173)

Ao utilizar a expressão ditadura positivista para caracterizar a influência de Castilhos, pretende-se afirmar que Júlio de Castilhos foi adepto da ditadura republicana nos termos da proposição de Augusto Comte<sup>43</sup>, como regime transitório, de conciliação da ordem com o progresso e de conciliação da autoridade com a liberdade<sup>44</sup>. Embora Júlio de Castilhos tenha falecido em 1903, “Não podemos esquecer que, ao contrário do resto do Brasil, a versão 'castilhista' do positivismo controlou a política Rio-grandense, mesmo com a morte de Júlio de Castilhos. Contudo, essa influência perdurou do fim do século XIX até meados de 1940” (MONTEIRO, 2007, p. 458)

A constituição do estado do Rio Grande do Sul foi aprovada no congresso Constituinte de Porto Alegre, em 14 de julho de 1891<sup>45</sup>, poucos meses depois de ser aprovada a constituição republicana, em fevereiro de 1891. Nota-se que Júlio de Castilhos compunha o grupo derrotado pela maioria dos republicanos liberais que aprovaram a primeira constituição republicana do Brasil, cujo projeto foi proposto por Rui Barbosa<sup>46</sup> que, aderindo à república, buscou inspiração no modelo presidencialista dos EUA. Considerando a disputa nacional e a presença de Castilhos neste cenário, corroboramos com Trindade (2007, p.139) ao afirmar que “o jacobinismo republicano, cujo projeto fora derrotado no plano federal, transforma-se em suas linhas gerais no projeto castilhista de Constituição da República Rio-grandense”.

---

<sup>43</sup> Sobre vida, obra e influência de Augusto Comte no estado do Rio Grande Sul ver Trindade (2007).

<sup>44</sup> Soares (2007, p. 371).

<sup>45</sup> A constituição do Rio Grande do Sul, também conhecida como “Constituição Castilhista” vigorou entre 1891 até 1934.

<sup>46</sup> Sobre a trajetória de Rui Barbosa ver Faria Filho (2012) - *Edições e Sociabilidade Intelectuais: as obras completas de Rui Barbosa (1930-1949)*.

A constituição estadual apresenta uma série de particularidades, mas destacaremos aqui as liberdades de culto, ensino, associação e imprensa. Embora a constituição garantisse tais liberdades, não limitava o posicionamento dos líderes políticos e percebe-se claramente a disputa a partir das forças presentes em cada campo específico; no que se refere ao culto, destacam-se alguns embates regionalizados entre maçons e católicos; católicos e espíritas, protestantes e católicos, entre outros. No entanto, tais disputas não se refletem no estado como um todo, pois o catolicismo mantinha maior tradição no campo religioso.

Corroboramos com Soares (2007) quando afirma que é impossível pensar a constituição histórica do Rio Grande do Sul e desconsiderar a influência positivista.

Depois do Rio de Janeiro, foi o Rio Grande do Sul o Estado brasileiro em que o positivismo atingiu seu mais expressivo desenvolvimento. Suas manifestações aqui não todas se limitaram a um ou outro aspecto do sistema comtiano, mas abrangeram sua totalidade: foram políticas, científicas, religiosas e, ainda estéticas. (SOARES, 2007, p. 357)

De certa forma, o Rio Grande do Sul define sua prática política, pelo menos até a década de 30, em comum acordo com os princípios positivistas. Gomes (1979), ao analisar os discursos pronunciados na Câmara dos Deputados (1912-1928), sobre a legislação trabalhista, afirma que a bancada gaúcha é aquela que mais firmemente reagiria à regulamentação do trabalho; “pautando-se pelos princípios positivistas, a bancada defenderia a liberdade de mercado e de trabalho”. (GOMES, 1979, p. 75)

Outra reivindicação da bancada gaúcha era a autonomia. Eram contra a intromissão do governo central nas questões locais e, em algumas questões, eram contra a ação do próprio estado. Tambara (1998, p. 179) afirma que no que se refere à educação a máxima positivista era “ensine quem quiser, onde quiser e como puder”, o argumento desenvolvido era de que a intervenção do Estado interviria na liberdade espiritual, as instituições privadas poderiam fazer qualquer coisa, mas o Estado não!

No que se refere ao relacionamento da Igreja Católica com a política governamental, Isaia (2007) observa que as relações são extremamente complexas no Rio Grande do Sul, pois se percebe certa cordialidade entre governos castilhistas e hierarquia católica. No entanto, tal característica não anula as possibilidades de tensões conjunturais e a oposição entre chefias locais do PRR e setores da Igreja. O “castilhismo Rio-grandense desenvolveu um padrão de relacionamento com o catolicismo baseado em um *'modus vivendi'* harmônico” (ISAIA, 1998, p. 70). Embora apresentassem ideias divergentes, conviviam com certa harmonia e estabeleciam acordos políticos.

Ainda que a relação da Arquidiocese de Porto Alegre, liderada por D. João Becker, não apresente conflitos com a política do Partido Republicano Rio-grandense, nota-se que na esfera cultural estavam longe de manter unidade de pensamento, pois as ideias baseadas no cientificismo e materialismo eram base de sustentação de parte dos positivistas, “entre a intelectualidade, ao lado do positivismo comtista predominante, divulgavam-se ideias embasadas pelo materialismo e pelo evolucionismo” (ISAIA, 1998, p. 116).

Se a unidade política não ocorria pela unidade de pensamento, entende-se que sua provável origem estava na possibilidade de ajuda mútua. O Estado e a Igreja Católica mantinham uma relação de interdependência<sup>47</sup> que se mantém até a década de 30; tal relação estabelece algumas condescendências, dentre elas o ensino religioso. Mesmo que o ensino religioso tenha sido legalmente excluído das instituições de ensino no final do século XIX, nota-se, na prática escolar do estado, indicadores de sua permanência.

A aproximação entre catolicismo e castilhismo fica ainda mais nítida ao constatar-se a maneira como a prática política contornava o texto legal. Assim, apesar de a constituição castilhista vetar a subvenção às atividades educacionais ou de culto da Igreja, são inúmeras as evidências empíricas, onde fica claro como o governo contornava a letra fria da lei. (ISAIA, 2007, p. 28)

---

<sup>47</sup> Tambara (1993), ao tratar do Círculo de Operários no Rio Grande do Sul, observa que da mesma forma que a Igreja necessitava do governo para implementar seus programas de assistência, o governo necessitava da Igreja para legitimar suas medidas e manter sob controle os operários; eis que ocorre na prática uma relação de interdependência. (TAMBARA, 1993, p. 63)

A Constituição Estadual, citada anteriormente, apresenta alguns detalhes que nos indicam essa relação cordial entre Igreja Católica e PRR. Quanto aos interesses da Igreja Católica, observa-se que a constituição permitia todas as manifestações religiosas, estimulava a monogamia, permitia o casamento sob a forma religiosa e concedia às igrejas o direito de administrar cemitérios e enterrar os mortos. Vale retomar que a constituição estadual foi promulgada meses após a primeira constituição republicana do Brasil e esperava-se uma constituição totalmente desvinculada do catolicismo e vinculada à ideia de um estado laico, seguindo a lógica da constituição republicana.

A regulamentação específica sobre a educação é explicitada pelo decreto número 89, de dois de fevereiro de 1897, que reorganiza a instrução primária do estado. De acordo com o decreto, o ensino é livre, leigo e gratuito, no grau primário. Nas cidades maiores, admite-se a formação de um 'Colégio Distrital', de caráter complementar ao primeiro. O ensino secundário e o superior não se constituem como dever do Estado, mas direito da comunidade, que pode promovê-lo, de acordo com a natureza das diversas confissões religiosas que desejarem exercê-lo<sup>48</sup>.

Quanto ao ensino primário, pode-se dizer que existiram no Rio Grande do Sul, até o final do século XIX, dois sistemas, os quais, embora semelhantes, apresentavam significativas diferenças na organização que estava baseada na dualidade entre o ensino oficial e o ensino particular. O século posterior caracterizou-se pelo processo de institucionalização do ensino<sup>49</sup>; muitas escolas pequenas e particulares foram absorvidas pelas congregações religiosas ou pelo poder público. As congregações religiosas também adquiriram instituições com uma estrutura física maior<sup>50</sup> e investiram na consolidação de espaços de formação para a educação primária. Ainda que as Congregações religiosas tenham investido consideravelmente nas instituições escolares e ampliado a sua intervenção neste setor, observa-se que a partir da década de 30 ocorre um maior investimento público na expansão da rede de ensino municipal e estadual;

---

<sup>48</sup> Soares, 2007, p. 383.

<sup>49</sup> Ver Elomar Tambara (1995, p. 439).

<sup>50</sup> Um exemplo deste processo é o Colégio Sevigné, fundado em 1900, por Octávio Courteihl, que passou aos cuidados das Irmãs de São José em 1906. Tambara, (1995, p. 439)

paralelamente, ocorre uma desaceleração no crescimento da rede particular.

**Quadro 5 – Matrícula Geral no Ensino Primário no Rio Grande do Sul**

Ano	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total
1932	.....	83.402	88.429	89.616	261.447
1933	1.745	89.977	88.537	69.639	249.895
1934	1.251	100.256	100.335	62.629	264.471
1935	1.491	103.345	111.058	63.979	279.873

Fonte: TAMBARA (1995, p. 286)

De acordo com Tambara, a quantidade de religiosos com atuação no estado aumentou de forma significativa. “No final da década de 30, do século XX, a Igreja dispunha de 3.637 religiosos em seus quadros no Rio Grande do Sul (um religioso para cada 850 habitantes)” (TAMBARA, 1995, p. 440). Muito da atuação desses religiosos ocorria nos espaços educacionais, o que se relaciona ao grande número de escolas particulares, vinculadas às congregações religiosas. Pode-se dizer que o Rio Grande do Sul apresenta nos anos 30 uma atmosfera de cristandade. Por um lado, a zona colonial alicerçando sua vida na economia familiar, criando assim as condições para que os valores religiosos se mantivessem como valores sociais, e, por outro lado, nas cidades, as escolas católicas que se tornaram lugares importantes na disputa da Igreja pela recristianização social<sup>51</sup>.

Ainda sobre a vinda de congregações religiosas para o sul, cabe afirmar que a vinda de tais grupos para o estado estava atrelada à política adotada pelo Vaticano, que pretendia ampliar o laicato católico e ampliar a intervenção da instituição. Algumas congregações, impossibilitadas de atuar em seus países de origem, foram encaminhadas para o Brasil com o objetivo específico de atuar junto aos imigrantes e consolidar a prática do catolicismo nestas comunidades.

A partir de 1910, o Rio Grande do Sul agregou religiosos advindos de

<sup>51</sup> Isaia (1998, 44-45).

várias ordens e congregações católicas impossibilitadas de atuar em seus países de origem. Nessa estratégia, o principal aliado da Igreja foi a imigração. A Igreja, através de suas várias Ordens europeias, expandiu sua atuação e buscou formar seu laicato nas religiões de imigração alemã, italiana e polonesa, o que ficou conhecido como Catolicismo de Imigração. (MONTEIRO, 2007, p. 464)

A imigração foi um fator de destaque no campo educacional do Rio Grande do Sul. Considerando que nas regiões de colonização foram criadas escolas, por meio do estímulo comunitário, só nas regiões de colonização alemã, Kreutz (2011) observa que entre os anos de 1890 e 1939, por iniciativa dos imigrantes alemães, foram mantidas em torno de mil e duzentas escolas étnico-comunitário/confessionais. O destaque para a liberdade de ensino, defendida pelos positivistas, pode ter contribuído para o crescente número de escolas comunitárias no sul do Brasil, pois permitia a criação de escolas de acordo com as possibilidades locais.

De acordo com Monteiro (2007), a liberdade de culto, estabelecida na constituição estadual, visualizava a ação da Igreja junto às populações coloniais como estratégia de ampliação das políticas executadas pelo estado. Considerando aqui que a Igreja estabelecia uma ação solidária com as políticas implementadas pelo governo estadual, em alguns aspectos, pode-se afirmar que “a liberdade de culto e de ensino foi benéfica para a Igreja Católica, porque o novo governo republicano precisava da igreja como doutrinadora das populações coloniais.” (MONTEIRO, 2007, p. 465)

O PRR ficou no governo do Rio Grande do Sul por 40 anos e, após a reorganização político-econômica ocorrida na década de 1930, foi nomeado José Antônio Flores da Cunha<sup>52</sup>, vinculado ao PRL – Partido Republicano Liberal –; inicialmente como interventor e depois como governador, ficou no cargo de 1930 a 1937<sup>53</sup>. Durante seu governo, efetivou uma série de políticas com o objetivo de estabelecer certa organização administrativa para a educação, dentre elas, em 1935, criou a Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Saúde Pública.

---

<sup>52</sup> Flores da Cunha, líder histórico do republicanismo gaúcho, rompe com Borges de Medeiros na década de 1930; será um dos fundadores do PRL e figura presente ao lado de Getúlio Vargas. Ver Rangel 2007, p. 26.

<sup>53</sup> O Partido Republicano Liberal foi organizado por Flores da Cunha, em 1932, e se tornou o porta-voz, em nível político-partidário, da corrente da oligarquia gaúcha que ficará ao lado de Vargas. Ver Pesavento (1992, p. 109).

O movimento de renovação escolar, baseado nos princípios e diretrizes da escola nova, ganha espaço no Estado na década de 30, “embora nenhuma 'grande reforma' tenha sido proposta. Foram sendo desenvolvidas paulatinamente várias ações que permitem identificar a fusão de discursos e de práticas ligadas ao movimento renovador.” (PERES, 2000, p. 130)

Dentre as ações desenvolvidas, destacamos a ampliação da quantidade de escolas e a consequente contratação de professores, principalmente no atendimento à educação primária. Seguem abaixo alguns dados que ilustram a ampliação realizada na rede escolar.

**Quadro 6 – Organização do Ensino Primário e Normal no Rio Grande do Sul**

Tipos	Borges de Medeiros (1928)		Flores da Cunha (1934)	
	Escolas	Professores	Escolas	Professores
Escola Complementar	1	36	6	60
Colégios Complementares	46	460	53	1007
Grupos Escolares	33	11 <sup>54</sup>	104	553
Escolas Estaduais	309	309	350	350
Aulas Subvencionadas	87	95	510	510
Aulas Reunidas			30	92
Escola Normal			1	39

Fonte: Almanaque Escolar/RS – 1935 (Apud TAMBARA, QUADROS, BASTOS, 2007, p. 318)

O debate educacional pós 30 apresenta um quadro bastante diversificado, contemplando a ampliação da estrutura educacional pública, a adaptação aos novos métodos pedagógicos, a reorganização das escolas étnicas. Enfim, o estado buscava adaptar-se ao processo de modernização do país<sup>55</sup>. De acordo com Tambara (1995), a principal tensão presente no debate educacional ocorria

<sup>54</sup> A quantidade de 11 professores causa estranhamento, talvez tenha ocorrido algum equívoco na transcrição dos dados pelos autores, mantivemos na tabela os dados conforme consta na fonte.

<sup>55</sup> De acordo com Peres (2000, p. 81) as bases de um sistema de ensino público estatal estavam lançadas e paulatinamente, até o final dos anos 30, a participação do estado no ensino primário aumenta consideravelmente.

entre o grupo católico e o grupo positivista. Cabe observar que ocorre um deslocamento da posição do grupo positivista no que se refere à Igreja, no início do século XX: quando de sua hegemonia política no estado, apresentava uma relação relativamente harmônica com a Igreja, até o início da década de trinta; no período posterior, quando perde a hegemonia política no controle do estado, se opõe à Igreja. A Igreja Católica, por sua vez, pós 1930, passa a apoiar o PRL, que representa a hegemonia política no estado e a hegemonia nacional. Nas eleições de 1933, o apoio da Igreja ao PRL ocupa espaço público, com a orientação explícita sobre o voto.

### **Os Católicos e as eleições da constituinte**

A *'Estrella do Sul'* está na estrita obrigação de esclarecer os seus leitores sobre as próximas eleições da constituinte, e fá-lo-á exclusivamente desde o ponto de vista de nossas reivindicações propugnadas pela Liga Eleitoral Católica.

Proclamamos em alto e bom som que sempre mantivemos, no jornal, a mais estrita neutralidade em face dos partidos políticos e também agora não nos movem interesses partidários, quando vamos dizer em quem podem votar os católicos.

A que partido, pois, ou a que partidos podem, neste Estado, dar seu voto os católicos?

Está aí, em primeiro lugar, o PARTIDO Republicano LIBERAL, que encampou oficialmente no seu programa os postulados do ensino religioso facultativo nas escolas, da assistência religiosa às forças armadas, da indissolubilidade do vínculo matrimonial.

Portanto, os candidatos do partido Republicano Liberal podem ser votados 'tua consciência' pelos católicos.

Do outro lado, se apresenta a frente única, com chapa completa, sendo oito de cada um dos dois partidos componentes, a saber, pelo partido libertador: [...]

Esta chapa única, como tal, não pode ser integralmente votada por nenhum católico, porque o partido libertador, no seu recente congresso de Rivera, recusou explicitamente as reivindicações católicas.

Por conseguinte, os candidatos libertadores não podem receber votos dos católicos.

Ficaria a chapa parcial da frente única, dos candidatos do partido republicano Rio-grandense.

Em carta (sem data) assinada pelo Sr. Mauricio Cardos, em nome da comissão central do dito PRR, e recebida pela Junta estadual da LEC a 24 de abril, veio a comunicação de que o PRR adota um programa político e estatuto doutrinário, do qual publicamos no último número os artigos referentes à causa religiosa.

Portanto, em si, os oito candidatos do PRR podem ser votados pelos católicos, desde que na chapa não figurem os candidatos do partido

libertador.

Ainda assim, é preciso dizer que o PRR, com aceitar os postulados católicos, apoia e recomenda, por outro lado, a chapa do Partido Libertador, que repele e combate os ditos postulados.

Estes reparos nos são ditados, não por partidarismo, mas exclusivamente em face dos interesses católicos.

Mons. Marx (*Estrella do Sul*, 27/04/1933, p. 1)

O grupo que reivindicava os princípios positivistas, herdeiros da tradição castilhana, estava presente nas escolas de ensino superior, principalmente na Faculdade de Direito e na Escola de Engenharia<sup>56</sup>, e, a partir daí, reafirmavam o princípio de liberdade espiritual e, por essa razão, se opunha ao grupo católico, também presente no espaço universitário, uma vez que “os referenciais de luta do grupo católico no espaço universitário Rio-grandense foram direcionados contra as diversas teorias laicas difundidas nas faculdades existentes” (MONTEIRO, 2007, p. 460)

De acordo com Bastos (2005, p. 41), os desdobramentos do debate entre positivistas e católicos se efetivou no ensino superior: “os positivistas, que procuravam defender suas posições, organizaram-se na liga Pró-ensino leigo, ao passo que os católicos, procurando ampliar seus espaços, formaram e potencializaram a Liga Eleitoral Católica (LEC)”. Ambas as ligas apresentam vida orgânica com atuação nas faculdades do estado, principalmente em Porto Alegre.

A UPA (Universidade de Porto Alegre) foi criada em 1934, no governo de Flores da Cunha, foi instituída pela junção<sup>57</sup> das Faculdades (Direito e Medicina) com a Universidade técnica<sup>58</sup>; tais instituições foram criadas a partir da iniciativa de grupos profissionais, como previa a legislação estadual que preconizava a liberdade profissional. A criação da UPA precedeu um articulado movimento pró-universidade que reivindicava a criação de uma Universidade em Porto Alegre; foi liderado por bacharéis e estudantes das diversas Faculdades e Universidade e reunia em prol da pauta em comum o grupo católico (LEC), os positivistas (Liga

<sup>56</sup> Tambara, Quadros e Bastos (2007, p. 315-333).

<sup>57</sup> Sobre a junção que dá origem à UPA ver Monteiro (2007, p. 460).

<sup>58</sup> A escola de Engenharia criada em 1896 foi transformada em Universidade Técnica em 1922, reunindo onze institutos que passaram a ter caráter de faculdade (NEVES, 2007 p. 336-337); ainda sobre a Universidade Técnica ver Monteiro (2007).

Pró-ensino leigo) e os liberais<sup>59</sup>. É importante ressaltar que o grupo católico se consolida no Rio Grande do Sul de uma forma muito maleável e articula sua ação a partir de objetivos práticos. A União da LEC com a Liga Pró-ensino leigo e com os liberais em prol da criação da UPA é um exemplo da postura adotada pelo grupo católico que estabelecia parcerias, mesmo com grupos divergentes, a fim de atingir objetivos específicos.

Além da ação junto ao movimento universitário, a intervenção da Igreja Católica foi contundente junto aos operários, organizando os círculos operários<sup>60</sup>; junto aos professores, com a criação das associações católicas de professores; junto à imprensa, com a criação de impressos próprios e junto às comunidades com o fomento às pastorais.

Cabe destacar que o primeiro Círculo Operário do Brasil surgiu no Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas, em 1932, o que nos indica que os pressupostos do positivismo aplicados à estrutura do estado possibilitaram um campo fértil para a organização da Igreja.

A fundação do Círculo Operário resultou, pois, da conjugação de interesses da elite intelectual oriunda, principalmente, do Centro D. Vital e da Revista *A Ordem* projetados no movimento de base sócia, para promover a efetiva incorporação deste ao sistema corporativo. Pelotas foi apenas a área de projeção inicial dos interesses circulistas, onde organizaram-se operários para 'livrá-los' do anarquismo, 'desmaterializá-lo'. (DIEHL, 1990, p. 12)

O Círculo Operário de Pelotas, ao completar um ano de fundação, contava com 3.000 sócios e 10 sindicatos filiados, o que nos indica uma ação considerável da Igreja Católica na região sul do Estado. Em 1934, foi inaugurado um núcleo do Círculo Operário em Porto Alegre e em 1935 já haviam sido fundados 10 núcleos no estado, contabilizando em torno de 10.000 sócios<sup>61</sup>.

A estrutura eclesial, que cobria em extensão todo o Rio Grande do Sul,

---

<sup>59</sup> Neves (2007).

<sup>60</sup> Sobre o movimento operário sugerimos Ghiraldelli Jr (1987); sobre os Círculos Operários no Brasil ver Souza (2002) e sobre a atuação dos Círculos Operários no Rio Grande do Sul ver Diehl (1990), Tambara (1993), Marçal (1985).

<sup>61</sup> Os dados referentes à quantidade de núcleos do Círculo Operário existentes no Rio Grande do Sul, bem como a quantidade de sócios foram obtidos em Diehl (1990).

contava com uma série de congregações religiosas que facilitavam a atuação da Igreja Católica no estado e mantinham uma produção considerável de material impresso que acessava diferentes grupos. Na imprensa católica que temos analisado, a disputa discursiva central, tinha como meta retomar espaço na legislação constitucional e defendia o retorno do ensino religioso de forma facultativa nos estabelecimentos educacionais.

O discurso da Igreja do Rio Grande do Sul resgatou fortemente não apenas o dever da mesma em educar, mas, sobretudo, seu direito. Sendo a instituição escolar um dos meios principais de educação, a Igreja reivindicava o direito a uma escola que, penetrada do espírito cristão, servisse à educação cristã e, desse direito, não podia nunca renunciar, sendo este diretamente relacionado à educação religiosa e moral. (CORSETTI, 2007, p. 300)

Embora, como já dito, tenhamos indicadores de que o ensino religioso se manteve de forma extra-oficial em algumas instituições, nota-se que o movimento católico do Rio Grande do Sul aderiu ferreamente à campanha nacional da Igreja Católica que pretendia eleger representantes comprometidos com o catolicismo e com a pauta mínima estabelecida pela Igreja Católica.

O programa do eleitor católico, reproduzido a seguir, ilustra a ação do *Boa Imprensa*<sup>62</sup>, pois o mesmo trecho é publicado em vários impressos católicos do país, seguindo a orientação nacional da imprensa católica. Curiosamente, notamos que o texto publicado no Rio Grande do Sul, repetidamente nos jornais católicos, apresenta cinco itens a mais do que o Programa do eleitor católico publicado em outros estados do país. Atribuímos esse acréscimo à disputa regional e à influência positivista na política administrativa do estado.

#### **Programa do eleitor católico**

- 1- Ser eleitor independente, ou filiar-se a um partido que, além de outros objetivos patrióticos, pleiteie:
  - 1° Deus na constituição e um dia oficial de ação de graças;
  - 2° Ensino facultativo de religião nas escolas;
  - 3° Repulsa ao divórcio;
  - 4° Registro do casamento religioso para efeitos civis;

---

<sup>62</sup> O Centro da Boa Imprensa e a Liga da Boa Imprensa tinham a função de auxiliar a criação e a manutenção dos impressos católicos.

- 5° Descanso dominical;
  - 6° Honestidade administrativa;
  - 7° Unidade do Brasil e distribuição equitativa das rendas Federais, em benefício dos diversos Estados;
  - 8° Desdobramento e coordenação das vias de penetração, convergindo para uma via de ligação interna entre o norte e o sul do Brasil;
  - 9° Proteção às classes agrícolas e operárias;
  - 10° Fomento à produção e à exportação: e repressão do protecionismo exagerado;
  - 11° Completa isenção de impostos para os gêneros de primeira necessidade.
2. Formar juntas paroquiais consultivas, para orientação da consciência eleitoral católica, e seleção de candidatos.
  3. Em qualquer hipótese, negar sempre seu voto a um candidato ímpio ou desonesto ou absorvente.

Nota: pede-se a todos os jornais católicos transcreverem este programa.  
(A PALAVRA, 10/04/1932, p. 2)

O castilhismo continua a fazer parte do cenário do Rio Grande do Sul pós 1930. Trindade (2007, p.497) observa que “a 'gauchização' da política nacional, em decorrência da ascensão de Vargas ao poder, terá, no velho ideário do castilhismo positivista, certamente uma de suas fontes de inspiração”.

A disputa discursiva estabelecida nos impressos tinha como um dos focos a defesa da família como responsável terrena pela educação do sujeito. Nesta lógica, o Estado deveria respeitar o desejo da família e propiciar o ensino religioso facultativo nas escolas públicas.

O direito da Igreja de educar os cristãos era, na avaliação da instituição, um direito divino, superior ao da própria família, que neste campo era apenas auxiliar e representante da mesma; era matéria que não se podia discutir e muito menos negar. Nessa linha de argumentação, a Igreja atacou a atuação do Estado no campo educacional, delegando a este uma tarefa acessória. (CORSETTI, 2007, p. 301)

O início do século XX é um marco na organização da Igreja Católica no Brasil e o pano de fundo desta organização é a ideia de recatolizar o país. O investimento realizado na defesa do ensino religioso facultativo nas escolas e o estímulo ao exercício do voto feminino, considerando o novo código eleitoral que permitia o voto para as mulheres, fazem parte desta disputa ampla que tinha

como objetivo retomar a influência da Igreja Católica no espaço social e cultural.

### 1.3 Reorganização da Igreja Católica no Brasil

*No pico do Corcovado, em pleno coração da terra de Santa Cruz, erguer-se-á, em breve, uma majestosa estátua de Cristo, ao tributo de amor dos católicos brasileiros. Quando despontará o dia em que possamos dizer, olhando para aquela grandiosa imagem: Cristo vence, Cristo reina, Cristo impera no Brasil. (Unitas, jan/fev, 1930, p. 52)*

As mudanças estabelecidas pela Igreja Católica no Rio Grande do Sul fazem parte de um movimento nacional de reorganização da Igreja Católica. De certa forma, pode-se afirmar que tal movimento foi acionado pela promulgação da carta constitucional republicana em 1891<sup>63</sup>, que, dentre diversas questões, estabelecia a laicização do Estado. De acordo com Mainwaring (2004), a Igreja Católica, pós 1890, preocupa-se com a consolidação de reformas internas que possibilitem promover uma presença mais marcante na sociedade<sup>64</sup>. A força da Igreja no Brasil esteve, por muito tempo, respaldada pelo Estado<sup>65</sup>; a tomada de posição do Estado republicano a favor do ensino público laico<sup>66</sup> confronta a tradição marcada pelo ensino religioso presente na escola e estimula a organização do movimento católico<sup>67</sup>.

De acordo com Romano (1979), a neutralidade religiosa e teológica da República possibilitou à Igreja libertar-se da gerência do Estado e, de certa forma, ampliar sua ação no país. Ainda que a instituição católica estabeleça sua organização a fim de disputar espaço social e constitucional, nota-se que preserva um espaço de autonomia para a instituição, desvinculado da tutela do Estado.

---

<sup>63</sup> A constituição do primeiro governo republicano, promulgada em 1891, estabelecia diversas questões, dentre elas são pertinentes a este estudo a liberdade de culto, a proibição do Estado de financiar qualquer religião, a instituição do casamento civil, a secularização dos cemitérios; o clero não gozava mais de imunidade política, a educação foi laicizada e a religião excluída do ensino escolar (Horta, 2005).

<sup>64</sup> Embora a Igreja estivesse presente no cotidiano social, a prática do catolicismo era algo relativo e a população, embora se manifestasse como católica, não exercia as práticas do catolicismo; conseqüentemente, a influência da Igreja junto à população era de alguma forma limitada (Mainwaring, 2004).

<sup>65</sup> Montes (1998, 64–171).

<sup>66</sup> Magaldi (2007, p. 100).

<sup>67</sup> Ver Schueler e Magaldi (2008, p. 47).

A República, especialmente os sectários positivistas, abriram para Igreja as possibilidades transitórias, de sua sobrevivência. Isto teve por consequência, entre outros traços, a rápida multiplicação das dioceses, dando-lhes o desafogo necessário para o desempenho da pastoral e, simultaneamente, abrindo caminho para sua modernização e centralização burocrática. (ROMANO, 1979, p. 132)

O movimento católico estabelece nacionalmente diversas iniciativas no sentido de ampliar o espaço de intervenção. O cardeal D. Sebastião Leme<sup>68</sup> foi uma das lideranças importantes deste movimento e reivindicava a recatolicização do Brasil, em acordo com os princípios da romanização do catolicismo<sup>69</sup>. Em 1916, Dom Leme publica uma carta pastoral<sup>70</sup> que apresenta como base duas reivindicações que deveriam ser incorporadas pelos católicos: primeiro, o retorno do ensino religioso às escolas e, segundo, a organização da Ação Católica<sup>71</sup>. De acordo com Almeida (2007), a carta pastoral de D. Leme que continha tais reivindicações foi importante na medida em que pretendia efetivar o vínculo entre católicos e Igreja.

Segundo Mainwaring (2004), o Vaticano encorajou os esforços da Igreja brasileira para fortalecer sua presença na sociedade, especialmente durante o papado de Pio XI (1922-1939) que julgava os partidos políticos como extremamente divisionistas, mas acreditava ser possível alianças com o Estado para defender os interesses católicos.

D. Leme, como uma das lideranças do movimento católico, *aponta para a*

<sup>68</sup> Sebastião Leme de Oliveira Cintra nasceu no município de Espírito Santo do Pinhal (SP), em 1882. Em 1894, ingressou no Seminário Menor Diocesano de São Paulo e, em 1896, foi estudar Filosofia na Universidade Gregoriana em Roma. Retorna ao Brasil em 1904. Exerceu o sacerdócio em São Paulo até 1910 quando foi convidado pelo cardeal Joaquim Arcoverde para assumir o cargo de bispo-auxiliar do Rio de Janeiro. Em 1916, assumiu a arquidiocese de Olinda e Recife, voltou ao Rio de Janeiro em 1921, como arcebispo coadjutor e, em 1930, foi elevado a cardeal pelo papa Pio XI. Após a morte do cardeal Arcoverde, assumiu a arquidiocese do Rio de Janeiro. D. Leme foi uma das principais lideranças da Igreja Católica no início do século XX e defendia a constituição de um Brasil Católico.

<sup>69</sup> O movimento de Romanização do catolicismo era uma forma de restabelecer no cotidiano dos sujeitos a prática dos sacramentos e a hierarquia da Igreja Católica. No Brasil, a romanização do catolicismo expressou-se no movimento que ficou conhecido como recristianização ou recatolicização do Brasil.

<sup>70</sup> Cartas Pastorais são documentos epistolares que estabelecem a comunicação da Igreja Católica com seus fiéis e com a sociedade de forma geral.

<sup>71</sup> A carta pastoral em questão foi publicada em 1916, quando Dom Leme era Bispo de Olinda. Dom Leme, com a publicação da carta pastoral, explicitou seu programa, que fazia referência à Encíclica de Pio X e observava que o problema da sociedade brasileira estava na vida sem Cristo, por isso era necessário reestabelecer a relação com a Igreja (Almeida, 2007).

*necessidade de mobilizar os intelectuais e as massas*<sup>72</sup>, em prol dos interesses da Igreja Católica. Na década de 1920, aglutina ao seu redor um grupo de intelectuais católicos, dentre eles Jackson de Figueiredo<sup>73</sup> e, posteriormente, Alceu Amoroso Lima<sup>74</sup>. Em 1922, sob a liderança de Jackson, foi fundado o Centro Dom Vital que se constituiu em um espaço privilegiado de intervenção da Igreja. As atividades desenvolvidas no Centro possibilitavam o encontro e a organização do laicato que se dispunha a intervir em torno da restauração do catolicismo no país. A coordenação do Centro estimulava a participação dos católicos no movimento de renovação e sugeria a criação de filiais do Centro Dom Vital em todo país.

Identificamos a intenção de criar uma filial do Centro Dom Vital na região sul do Rio Grande do Sul, na cidade de Pelotas. Ao que tudo indica, a intenção de criar uma filial do Centro Dom Vital no Rio Grande do Sul foi absorvida pela ideia de criar uma Associação Católica de Professores.

Há mais de um ano funciona nesta cidade a Associação de professores Católicos com a finalidade das existentes em todas as grandes cidades do Brasil. Ultimamente, de acordo com autoridade eclesiástica, tentou o clérigo Heitor Cavalcante congregar os intelectuais católicos de nosso meio, **no intuito de fundar aqui uma filial do Centro Don Vital do Rio de Janeiro**. Os trabalhos para a organização da nova sociedade iam seguindo em curso natural, quando surgiu a ideia de fundir a APC e os elementos do Centro em formação, numa única sociedade com os fins que ambas se propunham a atingir para o bem da ação social católica.

[...] (*A palavra* 17/06/34, p. 1, grifo nosso)

A ideia de criar uma filial do Centro Dom Vital aparece uma vez na imprensa que estudamos. A partir do que foi anunciado no jornal e considerando

<sup>72</sup> Ver Campos (2010, p. 43).

<sup>73</sup> Jackson ocupou papel significativo na ação da Igreja Católica desde sua conversão, em 1918, até sua morte, em 1928. Jackson esteve à frente do Centro Dom Vital de 1922 até 1928, quando foi assumido por Alceu Amoroso Lima. Sobre a história de vida de Jackson de Figueiredo ver a Revista *A Ordem*, ano de 1938, que dedicou o número de novembro ao décimo aniversário da morte de Jackson. Ver Também Francisco Iglesia (1981).

<sup>74</sup> Alceu Amoroso Lima se converteu ao catolicismo em 1928; sob influência de Jackson, foi colaborador de Dom Leme e tornou-se, na década de 30, um dos principais líderes leigos da Ação Católica. Ajudou a fundar a LEC (Liga Eleitoral Católica) e esteve à frente do Centro Dom Vital até a década de 40. Recentemente, foi lançado pela Coleção Educadores do Brasil um livro sobre Alceu Amoroso Lima, cujo autor responsável, Carlos Jamil Cury (2010), faz parte da nossa bibliografia. Ainda sobre a história de Alceu Amoroso Lima ver Maria da Graças Almeida (2007).

a falta de documentação nos arquivos sobre essa questão, supomos que a filial não foi criada. Todavia, a intenção de criar essa instituição no estado e a publicização desta informação, nos indica que o laicato católico Rio-grandense mantinha uma relação ativa com o movimento católico nacional.

De acordo com Azzi (2008, p.482) “foram criadas filiais do Centro Dom Vital em diversas cidades do país” como uma estratégia de ampliação da ação do Centro, o que localizamos na imprensa católica provavelmente foi uma iniciativa que dialogava com a pretensão de ampliar o Centro Dom Vital, o que não se efetivou no RS. Embora não tenha sido criada uma filial do Centro Dom Vital, nota-se que as disputas apresentadas na imprensa estão sintonia com a pauta nacional, como por exemplo a ampla divulgação da encíclica *Divini illius Magistri* que anuncia os argumentos utilizados pela Igreja Católica na disputa do espaço educacional.

A encíclica *Divini illius Magistri*, publicada pelo Papa PIO XI, trata da educação da Juventude. No trecho inicial, explicita seu objetivo com o seguinte questionamento: a quem pertence à educação? A resposta é tão objetiva quanto a pergunta. A educação cabe primeiramente à Igreja, que faz parte da ordem sobrenatural do mundo; secundariamente, à família e como terceira instituição responsável está o Estado. As duas últimas, família e Estado, fazem parte da ordem natural do mundo e estão submetidas à primeira, que faz parte da ordem sobrenatural.

A publicação da encíclica tinha como objetivo estabelecer um pressuposto básico para a Educação da Mocidade, que seria defendida pelos católicos. Foi publicada em 1929 e divulgada amplamente no Brasil. Nota-se, nos jornais católicos, a transcrição de trechos da encíclica e na revista católica *Unitas* ocorre a publicação, na íntegra, da carta. A liberdade de ensino defendida pelos católicos apresenta como base os argumentos desenvolvidos na encíclica.

O debate sobre a presença do ensino religioso nas escolas é pauta nacional, embora a primeira constituição republicana tenha estabelecido a laicidade nos estabelecimentos de ensino mantidos pelos poderes públicos, ocorre, em 1926, uma revisão constitucional que explicita a disputa em torno deste tema: o ensino religioso não voltou às escolas pela diferença de 11 votos.

Francisco Campos foi um dos defensores da emenda constitucional que propunha o retorno do ensino religioso às escolas e perdeu a votação. Entretanto, em 1931, já como Ministro da Educação e Saúde do Governo Provisório, Francisco Campos estimulará Vargas a assinar o decreto<sup>75</sup> que reintroduz de forma facultativa o ensino religioso nas escolas<sup>76</sup>.

José Silvério Baía Horta (2005) apresenta o pensamento de Francisco Campos, no que se refere à Igreja e mostra que “para Campos, a doutrina católica não era apenas uma doutrina religiosa, mas uma doutrina de Estado. Ora, a razão de toda a crise pela qual passava o Brasil era que ao Estado brasileiro faltava uma doutrina.” (HORTA, 2005, p. 149)

A concessão realizada à Igreja Católica, por meio do decreto que permitia ensino religioso nas escolas, somada às outras características da reforma educacional, acabaram por desagradar uma parte dos escolanovistas<sup>77</sup> que, como reação a tais encaminhamentos, publicaram o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*<sup>78</sup>, que produziu uma cisão definitiva no interior do movimento que se articulava em torno da ABE (Associação Brasileira de Educação)<sup>79</sup>.

Cury (1984), ao tratar do debate educacional neste período, afirma que para os católicos a educação tinha a função de formar um homem ideal, à imagem de Deus e para os reformadores a educação deveria formar o cidadão, independente da religiosidade. Os reformadores entendiam que a laicidade era um pressuposto básico para a organização do Estado moderno. Ainda fazendo referência a estes dois grupos, corroboramos com a seguinte distinção:

O confronto que se estabeleceu em vários níveis, ao menos no discurso linguístico, posicionava dois grupos contraditórios e relativamente

---

<sup>75</sup> Decreto n. 19.941, de 30 de abril de 1931.

<sup>76</sup> Sobre a revisão constitucional de 1926, ver Cury (2005).

<sup>77</sup> De acordo com Schueler e Magaldi (2008), nos debates educacionais que se expressaram nos anos 1920, estendendo-se pela década seguinte, emergiram como atores privilegiados os educadores comumente identificados pela historiografia como ‘escolanovistas’, ‘renovadores’ ou ‘reformadores’ e os chamados ‘educadores católicos’.

<sup>78</sup> Sobre o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, existe vasta bibliografia disponível. Indicamos para leitura o Livro Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate, organizado por Maria do Carmo Xavier, publicado em 2004, o qual faz referência aos 70 anos do manifesto e mostra a relevância dos temas tratados pelos pioneiros na constituição de um legado educacional. Ainda sugerimos Carvalho (1979; 1988; 1998) e Cury (1982; 1984).

<sup>79</sup> Ângela Castro Gomes (2003, p. 445- 462).

antagônicos. A visão católica nitidamente intelectualizada e espiritualista se choca com um pragmatismo funcionalista assumido pelos reformadores. Tal confronto básico, mediatizado pelo estado, trouxe discussões de toda ordem. No fundo, ambos os grupos, no objetivo de inserir seus princípios na Constituição, entendiam ser aí a melhor estratégia a de continuar a pugnar por seus interesses. (CURY, 1984, p. 169)

O governo assume uma postura ardilosa no trato com os grupos citados. Embora a Igreja não estivesse satisfeita com o decreto de 1931 e Alceu Amoroso Lima<sup>80</sup>, diretor da revista *A Ordem* e presidente do Centro Dom Vital, afirmasse a necessidade de lutar para que os princípios básicos da ordem cristã orientassem a constituição do país, o Estado assumia uma postura mediadora e se comprometia com a instalação da Assembleia constituinte.

O decreto representou uma vitória para o movimento católico, mas não era suficiente e a mobilização em torno da nova constituição seguiu em todo país. Destacamos, a seguir, um trecho publicado pelo jornal católico *A palavra*, no Rio Grande do Sul, que faz referência ao decreto, parabeniza o governo por tal iniciativa, mas estimula a organização dos professores a participarem ativamente do processo constituinte.

Quando foi por ocasião do decreto do ensino religioso facultativo nas escolas, passaram-se vários telegramas de felicitações ao governo. Mas esse decreto não era e nem é definitivo. Pode ser anulado de um momento para o outro. Urge, pois, que os católicos, mas especialmente os professores católicos, se unam em associações e empreguem todos os seus esforços para que esse decreto se torne efeito. (*A Palavra* 04/09/32, p. 1)

No intuito de garantir suas reivindicações, a Igreja estabelece nacionalmente diversas estratégias de mobilização popular; dentre elas, a criação da LEC (Liga Eleitoral Católica), em 1932. A Liga tinha como objetivo eleger constituintes comprometidos com os princípios defendidos pela Igreja Católica. Não estava ligada a nenhum partido político, mas era explicitamente anticomunista. Estimulava os católicos a votar e promovia candidatos

---

<sup>80</sup> Importante intelectual católico, figura representativa do movimento de renovação do catolicismo no Brasil.

comprometidos com os seus pressupostos<sup>81</sup>. Nas eleições para a constituinte de 1933, a LEC organizou uma grande campanha nacional e elaborou um programa mínimo contendo três pontos: defesa da indissolubilidade do laço matrimonial e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso, incorporação legal do ensino religioso facultativo nos programas de escolas públicas e regulamentação da assistência religiosa facultativa nas Forças Armadas<sup>82</sup>.

Em termos de sua construção discursiva, uma das frentes adotadas pela Igreja Católica, como destaca Almeida (2007), foi associar o laicismo à desordem e, por meio deste fio condutor, estimular a construção de um determinado imaginário social sobre o ser católico. Se o laicismo representava a desordem, o catolicismo representava o inverso: a ordem e o progresso para o país. Essa orientação sugeria uma possível proximidade entre os projetos de progresso e modernidade do Estado e da Igreja.

A LEC promoveu o alistamento de eleitores católicos em todo o país, advogou em prol do voto feminino em sentido amplo<sup>83</sup>, mapeou os candidatos que se comprometiam com o programa mínimo e indicou a votação nesses candidatos. Por fim, a LEC conseguiu eleger a maioria dos candidatos que apoiou.

Todos os defensores da escola laica, - liberais, maçons, bolcheviques et cetera -, devem estar, esta hora, descontentes e com forte razão. A vitória do ensino religioso nas escolas não pode sofrer contestação. Os resultados do seu estabelecimento nas diversas unidades brasileiras são extraordinários, não se registrando, até hoje, nenhum dos inconvenientes apontados pelos inimigos da religião. (A Palavra, 10/05/1936, p. 2)

O tom do debate apresentado na imprensa é de comemoração, a eleição dos candidatos vinculados à LEC indica o poder de mobilização da Igreja Católica no Brasil e demarca espaço no campo político.

---

<sup>81</sup> Sobre a LEC, ver Almeida (2007).

<sup>82</sup> Horta (1994, p. 112).

<sup>83</sup> O projeto de Código Eleitoral, preparado em 1932, previa a concessão do direito de voto para as mulheres, com algumas restrições.

A LEC funcionou, durante todo o período, como grupo de pressão eclesiástico, tendo em vista propagar a adoção dos princípios católicos nas leis. O que, aliás, foi conseguido: incorporou-se na constituição a sacralidade da família e, no plano educacional, a instrução religiosa nas escolas públicas. (ROMANO, 1979, p. 151)

Embora a Igreja tenha advogado insistentemente a favor do voto para as mulheres, cabe ponderar que tal defesa estava atrelada à necessidade de eleger o máximo possível de candidatos comprometidos com a LEC; no entanto, reconhecemos que o exercício do voto consolida outro lugar para a mulher no Brasil.

### **A mulher e os objetivos da Liga Eleitoral Católica**

Por Anna Aurora do Amaral Lisboa

A venerada professora D. Anna Aurora não precisa de apresentação, no Rio Grande do Sul, para dizer de seus méritos e de sua autoridade.

É ela quem fala, nesta magnífica conferência, à mulher Rio-grandense, em palavras repassadas de fé e patriotismo. Seguros estamos de que as leitoras da *'Estrella do Sul'* se associarão aos entusiasmados aplausos que exímia educacionista recebeu do povo do Rio Pardo.

Talvez, no meu modo de pensar, ainda seja cedo para que a mulher exerça semelhante direito no Brasil, se atendermos à política exclusivamente, porque a verdade é que ainda está muito arraigado o preconceito de que a mulher não se deve ocupar com a política, donde se deriva a máxima aceita por todos: a política da mulher é e deve ser o cuidado do lar.

Mas a providência divina que vela pelo Brasil, determinou em seus imperscrutáveis desígnios, sem dúvida, que o direito do voto fosse espontaneamente concedido à mulher pelos que dirigem os destinos da pátria, neste momento único em que ela pode e deve exercer esse direito abstraindo por completo de ideia de política.

[...]

É o momento, minhas prezadas patricias, em que se trata de dar à nossa amada Pátria uma nova constituição, a lei magna que assegurará a todo o cidadão brasileiro seus direitos.

Ora, minhas estimadas patricias, católicas que somos, aproveitemos pressurosas a oportunidade que se nos oferece, para dar uma prova do nosso amor à religião que professamos: auxiliemos com o nosso voto aos que tão patrioticamente fundaram a Liga Eleitoral Católica, que visa reivindicar para a Igreja a que pertencemos os direitos que lhe negava a constituição que se vai reformar.

Entre estes o ensino religioso facultativo das escolas.

Haverá, entre as que me ouvem, uma mãe que não queira que seus filhos recebam na escola primária o ensino religioso, esse ensino que único, pode preparar-lhes o coração para o bem, inculcando-lhes os sentimentos de amor e obediência aos pais e superiores, como representantes que são do mesmo Deus.

A escola, hoje em dia, supre o lar, porque as necessidades, cada vez mais imperiosas de ganhar sustento, não concedem tréguas às mães pobres para cuidarem, como desejariam, da educação dos filhos, pelo que fundam toda a sua esperança na escola.

[...] (*Estrella do Sul*, 23/03/1933, p. 1)

A construção discursiva que estimula o exercício do voto das mulheres estabelece relação direta com a religião e com a família, o que de certa forma coloca as mulheres católicas em uma situação muito desconfortável, pois o não exercício do voto poderia ser interpretado como um descompromisso da mulher com a religião e com o bem-estar de sua família, principalmente uma falta de cuidado com a educação dos seus filhos. Tal construção é estrategicamente articulada na imprensa e tem como objetivo desacreditar as justificativas para o não exercício do voto.

Ao mesmo tempo em que buscava garantir uma vitória nas urnas, a Igreja investia internamente no fortalecimento da Ação Católica e convocava seus fiéis a assumirem tarefas em prol da instituição. Paralelamente, mantém a relação estável com o Estado, por intermédio do pacto de colaboração que constituiu uma parceria entre as instituições. De acordo com Schwartzman (1986), pelo menos três fatos demonstram como o projeto do pacto havia frutificado: as emendas religiosas foram incorporadas na Constituição de 1934; Getúlio Vargas, em um ato de acatamento à autoridade da Igreja, casa-se no religioso, após anos de vínculo estritamente civil; e Gustavo Capanema é empossado no Ministério da Educação e Saúde, após negociações das quais participou Amoroso Lima.

O discurso proferido por Dom João Becker para celebrar o retorno de Getúlio Vargas e sua esposa ao Rio Grande do Sul, após uma 'excursão' política ao Rio de Janeiro, nos fornece elementos sobre a posição política assumida pela Igreja Católica no país.

No pico do Corcovado, em pleno coração da terra de Santa Cruz, erguer-se-á, em breve, uma majestosa estatua de Cristo, ao tributo de amor dos católicos brasileiros. Quando despontará o dia em que possamos dizer, olhando para aquela grandiosa imagem: Cristo vence, Cristo reina, Cristo impera no Brasil. Não sei se me caberá a aventura de assistir a essa cena empolgante! Mas, uma coisa eu creio como certa; creio, com firmeza, que o Rio Grande do Sul, nosso amado estado Natal, terra de heróis e de filho prestimosos da Igreja, há de contribuir eficazmente com as suas inesgotáveis reservas de elementos psíquicos e morais, cívicos e religiosos para o advento daquele grande dia, que será o mais feliz, o mais glorioso da nossa pátria. (*Unitas*, 1930, jan/fev, p. 52)

A intervenção da Igreja Católica na década de 30 do século XX foi orientada pela disputa dos espaços institucionais e pela reorganização interna para atender às demandas impostas pela modernidade. Pode-se afirmar que, de certa forma, a Igreja Católica busca modernizar-se para manter sua tradicional autoridade.

Paralelamente à atuação do Centro Dom Vital, e à circulação da revista *A Ordem*, pode-se identificar a criação de diversos grupos sociais que atuavam em prol dos interesses católicos, em espaços internos e externos à Igreja, como por exemplo: A Liga das Senhoras Católicas, a Ação Católica Brasileira, a JUC (Juventude Universitária Católica), a JC (Juventude Católica), os Círculos Operários, a JOC (Juventude Operária Católica), as Associações de Professores Católicos, entre outros.

De acordo com Dias (1993), a Igreja Católica organizou sua intervenção contra o laicismo, objetivando atingir dois grupos sociais identificados como a base e os intelectuais. A criação dos Círculos Operários e da Juventude Operária Cristã, em meados de 1930, estava diretamente relacionada à intenção de intervir junto à base, junto ao movimento do operariado no intuito de frear as manifestações comunistas neste setor. Os Círculos Operários e a Juventude Operária estimulavam a participação nos sindicatos, mas assumindo uma postura passiva no que se referia ao Estado.

A ação da Igreja, por meio desses movimentos, visava estabelecer inserção, organização e representação da Igreja nesses setores. A ideia era estabelecer a organização sindical, mas sem o confronto com o Estado. Os Círculos Operários<sup>84</sup> (ou movimento circulista) alcançaram uma organização nacional e pode-se identificar, na década de 30 do século XX, sedes em vários Estados do Brasil. No caso do Rio Grande do Sul, localizamos a existência de diversos núcleos em funcionamento, sendo o primeiro criado em 1932<sup>85</sup>. O Movimento Circulista mantinha a publicação de um impresso nacional

---

<sup>84</sup> O primeiro Círculo Operário do Brasil foi criado por iniciativa de um padre jesuíta em 15 de março de 1932, na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>85</sup> Informação obtida através de relatório da JOC, publicado no impresso *O trabalho*, em 08/02/1936.

denominado *O Federalista*<sup>86</sup> e, em alguns Estados, percebe-se a publicação de um impresso próprio, no caso do Rio Grande do Sul foram localizadas algumas edições do jornal Estadual do Círculo Operário, denominado *O trabalho*<sup>87</sup>.

O jornal *O trabalho* começa a ser publicado em 8 de dezembro de 1934; mantém publicação semanal, em torno de quatro páginas, apresenta no cabeçalho a seguinte identificação: “Órgão oficial dos Círculos Operários do Rio Grande do Sul” (*O trabalho*, 08/12/1934, p. 1). O impresso foi uma ferramenta importante na organização dos Círculos operários no estado, pois se consolida como um espaço de diálogo com o associado e apresenta, além das informações gerais, informes específicos sobre a organização e os serviços disponibilizados pela instituição.

#### **1.4 Ampliação da imprensa católica: uma estratégia de intervenção organizada**

*“Para dar combate ao erro, a heresia, a mentira, a calúnia contra a nossa religião, a arma indicada é a IMPRENSA CATÓLICA” (Estrella do Sul, 20/04/1930, p. 2)*

A intensificação do investimento católico na imprensa é motivada pela necessidade de ampliar espaço de intervenção social e pela possibilidade de combater a ideia de um Estado laico presente na primeira constituição republicana e vigente até a década de 1930. Na tentativa de recatolicizar o Brasil, a Igreja Católica reorganiza-se internamente e estabelece novas frentes de atuação, com o objetivo de manter-se como espaço de referência religiosa e cultural no país. Para viabilizar tal intervenção, foi necessária a rearticulação dos discursos e das práticas, em que a Igreja buscou adaptar-se ao processo de modernização como estratégia de disputa pelo espaço que considerava perdido ou em disputa.

---

<sup>86</sup> Encontramos edições intercaladas de *O Federalista* na sede do Círculo Operário de Pelotas/RS.

<sup>87</sup> Na sede do Círculo Operário de Pelotas/RS encontramos exemplares do jornal *O trabalho*, no entanto não farão parte de nossa base empírica, considerando o recorte temporal estabelecido para a pesquisa.

Participar da fase do periodismo no Brasil era algo fundamental para qualquer setor que pretendesse estabelecer a intervenção no meio social. Abdicar deste espaço era se colocar à margem do mecanismo que pautava as principais polêmicas e disputas do país. A Igreja Católica estabelece sua intervenção englobando a imprensa e consolida uma estratégia para esse setor que contempla a criação da Liga da Boa Imprensa, com jornalistas católicos e uma forte campanha em prol das assinaturas de revistas e jornais. A imprensa se constituiu em um movimento de larga escala que alterou a forma de organização da vida social; também anunciava o cenário político, os movimentos e os grupos organizados em emergência.

A imprensa de caráter confessional, especificamente a católica, não podia ficar à margem de todo esse movimento de fundamentação, avaliação e interpretação históricas de periodismo. Primeiramente porque, em nível religioso, a produção impressa marcou, em graus ainda a aquilatar corretamente, a presença e a ação da Igreja sobre a sociedade brasileira. E em segundo lugar porque a imprensa, sobretudo os periódicos, foi canal privilegiado, utilizado bem ou mal pela hierarquia e pelos católicos, para defender a fé e os costumes, para reivindicar direitos, para lutar contra os adversários e, em uma palavra, para formar e informar. (LUSTOSA, 1983, p. 8)

O início do século XX anuncia a passagem da pequena imprensa para a grande imprensa, caracterizada pela substituição dos pequenos jornais, feitos artesanalmente em tipografias, pelos jornais produzidos nas empresas jornalísticas, com equipamento gráfico potente, produção em grande escala e de circulação ampla. Sodré (1977), ao tratar da História da Imprensa, destaca que esse momento foi um marco na produção de impressos no país, pois muitos jornais regionais e locais não conseguiram concorrer com o moderno equipamento que possibilitava a produção dos jornais em larga escala e desapareceram<sup>88</sup>.

Já no Rio Grande do Sul, Hohlfedt (2007) afirma que o desenvolvimento da imprensa, na passagem do século XIX para o XX, está intimamente ligado a dois fatores: a luta política e o aporte de novas tecnologias que interferem diretamente na passagem de uma produção artesanal para uma produção mecanizada, assim

---

<sup>88</sup> De acordo com Sodré (1977), o jornal, como empreendimento individual, diminui drasticamente com o crescimento da imprensa empresarial e gradativamente os pequenos jornais, vinculados a grupos de menor expressão, deixam de fazer parte do cotidiano do país.

como no restante do país.

O período de 1870 a 1930 foi de radical modificação na história da imprensa Sul-Rio-Grandense, bem como na brasileira, ainda que não se deva falar de ruptura total de modelos ou abandono de certas práticas. Pode-se, antes, citar a convivência, com maior ou menor beligerância, de práticas de tendências preexistentes e que perdurarão durante o período, ao lado de outras tantas que surgiram e terminaram por se afirmar durante essa época, caracterizando um processo híbrido de desenvolvimento da imprensa entre nós, como de resto em todo o Brasil. (HOHLFEDT, 2007, p. 322)

O surgimento da imprensa no Brasil acompanha as transformações nos espaços públicos e se mistura com essas transformações, potencializa o debate acerca das polêmicas de cada período e disputa o leitor para sua interpretação sobre os fatos. Cabe lembrar que até a década de 50 do século XX, a imprensa aderiu a um “jornalismo de combate, de crítica, de doutrina e de opinião” (ABREU, 2008, p. 467). Somente pós 50 que esse modelo foi “gradualmente substituído pelo modelo norte-americano: um jornalismo que privilegia a informação e a notícia e que separa o comentário pessoal da transmissão objetiva e impessoal da informação” (ABREU, 2008, p. 467).

Os jornais produzidos pela imprensa católica, no período que estudamos, se caracterizam pelo posicionamento claro sobre as questões de interesse da Igreja Católica. O posicionamento ambíguo se restringe a questões que são indiferentes aos interesses do catolicismo.

Sobre a imprensa católica de forma geral, localizamos alguns indicadores da pretensão de produzir um diário católico nacional<sup>89</sup>, que embora tenha feito parte do debate da boa imprensa em alguns momentos, não adquiriu concretude. A estratégia estabelecida na produção de jornais católicos foi estimular a produção de jornais estaduais e/ou regionais e subsidiar teórica e estruturalmente esses impressos por meio da Boa Imprensa.

No que se refere à produção de revistas, a Igreja Católica mantinha, em

---

<sup>89</sup> De acordo com Lustosa (1983), a ideia de um diário católico não teve condição de ser levada adiante, embora tenham sido feitas algumas tentativas no sentido de transformar os diários locais, como *O São Paulo – 1906*, em diário nacional. No entanto, tais iniciativas não deram certo, pois não se caracterizavam no conteúdo ou na circulação como uma potência nacional.

âmbito nacional, algumas publicações que circulavam de forma mais abundante na região central do país, constituindo-se a cidade do Rio de Janeiro como espaço prioritário para a produção e a circulação desse material. Dada a necessidade de ampliar a produção e a circulação da imprensa católica no Brasil, a Igreja estimula a publicação de impressos regionais possibilitando a ampliação da pauta nacional, bem como o atendimento às particularidades locais. Tal estratégia, ao mesmo tempo em que implementa um projeto de abrangência nacional, torna os impressos católicos mais interessantes para o leitor que vê neles sua realidade retratada.

No intuito de oferecer 'boas leituras' e de intervir no espaço público, a Igreja Católica mantinha nacionalmente a Revista *A Ordem*, órgão do Centro Dom Vital; o *Boletim da Associação dos Professores Católicos*, que começou a circular em 1932 e, em 1934, foi substituído pela *Revista Brasileira de Pedagogia*<sup>90</sup>, que se propunha a discutir as diversas questões relacionadas ao ensino e ampliar o debate acerca dos pressupostos anunciados na encíclica *Divini Illius Magistri* de PIO XI.

Além dos impressos promovidos pela instituição, nota-se a presença das ideias defendidas pela Igreja Católica em impressos não católicos, o que ocorria pela provável correlação de força presente na composição política que orientava a produção do impresso. Citamos como exemplo a Revista do Ensino de Minas Gerais, que começa a circular em 1925. Era uma produção da Diretoria de Instrução Pública do estado e explicita, no início da década de 30, o acordo com algumas das ideias defendidas pelo catolicismo, principalmente no que se refere à educação. “Os princípios religiosos estavam em consonância com os princípios norteadores das novas diretrizes educacionais mineiras, principalmente nos aspectos relacionados à formação moral e disciplinar” (BICCAS, 2008, p. 64).

A revista do Ensino de Minas Gerais, assim como diversos outros impressos espalhados pelo Brasil, divulgava as ideias católicas, sem manter uma veiculação específica do impresso com a Igreja. Tal intervenção pode ser atribuída à relação política estabelecida pela Igreja Católica, que variava de

---

<sup>90</sup> Sobre o Boletim da Associação dos Professores Católicos e a Revista Brasileira de Pedagogia, ver Sgarbi (1997) e Lopes (2003).

estado para estado, ao crescimento de um laicato católico intelectual que apresentava influência junto a espaços significativos da sociedade, como, por exemplo, a imprensa; a organização interna da Igreja Católica que estimulava a disputa nos meios de comunicação da época e, por fim, a identidade cultural da população brasileira com o catolicismo.

Retornando a reflexão aos impressos católicos, observamos que, além das produções nacionais, a Igreja estimulava a publicação de impressos regionais com o objetivo de ampliar o diálogo da instituição com a sociedade. Tal orientação propiciou o surgimento de diversos impressos católicos no Brasil. Em conformidade com essa estratégia, no Rio Grande do Sul, foi produzida uma gama variada de impressos. Em nossa pesquisa, localizamos cinco desses impressos que circularam no período, os quais demonstram e permitem analisar a ampliação da imprensa católica no país.

Resguardada a característica didático-pedagógica, os jornais católicos, no início do século XX, se pareciam pelo estilo e conteúdo. Tal identidade era possível pela existência do Centro da Boa Imprensa e da Liga da Boa imprensa; o Centro tinha como função auxiliar na criação de jornais ou revistas e na manutenção de seu conteúdo; a Liga auxiliava no suporte administrativo e financeiro. Ainda movendo seus esforços sobre a imprensa católica, estava a Associação da Boa Imprensa, que reunia jornalistas católicos com o objetivo de pensar estratégias para ampliar a intervenção no setor.

O programa do eleitor católico, reproduzido em vários impressos católicos, ilustra a ação da Boa Imprensa, pois o mesmo trecho é publicado repetidamente em diferentes impressos. Entre os jornais que analisamos, nota-se a publicação contínua do trecho em dois jornais. Considerando que o mesmo texto aparece em outros impressos católicos que circularam no país, supomos uma possível influência da Boa Imprensa na divulgação deste trecho.

Joaquim José de Carvalho, escritor católico, integrante da Boa Imprensa, orientava sobre as características necessárias a um jornal católico, distinguindo o jornal de outros materiais impressos, como revistas e folhetins. Na sua opinião, a imprensa católica precisa aderir à vida moderna e estabelecer outras formas de

diálogo com a sociedade.

Jornal é jornal; não é missa rezada, nem sermão de quaresma. Clero e católicos precisamos de um jornal, de um órgão diário, sim, aparelhado para a vida moderna, para defesas e ataques em dados momentos que, por inevitáveis, apareçam, mas sem solidéu e sem escapulário, à secular, nunca como arremedo e arremesso do missal diário. (Joaquim José de Carvalho, apud Lustosa, 1983, p. 19)

Pós século XVIII, os impressos projetam os valores da modernidade relacionados à ideia de progresso e difusão da ciência. Os jornais ou os almanaques atingem um público leitor mais amplo, considerando que o acesso a cada exemplar é facilitado pelo baixo custo e as notícias são apresentadas de forma objetiva, facilitando a apreensão do leitor. De acordo com Dutra (2005), o Almanaque é caracterizado como literatura de fácil apreensão, pela linguagem simplificada, conteúdo ameno, variado e, sobretudo, barato.

É possível afirmar que os jornais, almanaques e revistas funcionam como espaços de sociabilidade que projetam sujeitos, ideias, valores e a própria instituição. Micelli (1977), ao tratar do mesmo período, afirma que os impressos se constituíram na principal instância de produção cultural da época e forneciam a maior das gratificações no que se refere à posição intelectual. Neste sentido, é fundamental observar que os intelectuais e as lideranças católicas estavam presentes nos impressos em estudo. Estes são os casos, por exemplo, de Dom Leme, referência nacional da Igreja Católica e Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre.

Dom João Becker publica na revista da Arquidiocese de Porto Alegre e contribui com o conjunto dos impressos estudados, mais acentuadamente com o jornal *Estrela do Sul*, pois é uma produção do Centro da Boa Imprensa, localizada na capital e sob influência direta do seu bispado. O reconhecimento público de Dom João Becker é resultado da posição que ocupa na hierarquia da Igreja Católica e das suas aparições no espaço público, dentre os quais se destaca a imprensa.

É interessante ponderar que a imprensa está atrelada à constituição de um

novo espaço público que possibilita a visualização ampla de diversos sujeitos e o surgimento de lideranças políticas. Morel e Barros (2003, p. 7) afirmam que o “surgimento da imprensa no Brasil acompanha e vincula-se a transformações nos espaços públicos, à modernização política e cultural de instituições, ao processo de independência e de construção do Estado nacional”.

Os jornais diários ou semanais se consolidam como um eficiente espaço de construção da imagem pública, pois possibilitam o acesso ao cotidiano de um desconhecido e cria-se uma relação de intimidade política, social e estética.

Dentro dessa tradição eles guardariam, de maneira muito particular, a confiança no poder e na instrumentalidade do livro, da escrita e, por que não dizer, da leitura. Desse lugar é que se caracterizariam, portanto, como um tipo de impresso colocado a serviço da utilidade, da formação, do entretenimento, aliado moral e ensinamento prático, saber e diversão. Por isso, e também pela sua ampla circulação, os almanaques acabaram por se transformar em um instrumento pedagógico útil e eficaz na educação do povo. (DUTRA, 2005, p. 16)

Dom João Becker é uma liderança da Igreja Católica no Rio Grande do Sul e aparece constantemente na imprensa; utiliza-se estrategicamente deste meio de comunicação para ratificar a posição que ocupa na hierarquia da instituição e promover a publicização de suas orientações. Nota-se na *Unitas* e no *Estrela do Sul* a transcrição de trechos de suas cartas pastorais, o júbilo manifestado nas suas aparições públicas e a publicação de seus textos e comentários que orientam os leitores às questões práticas do dia a dia.

A imprensa católica almejava ser um canal de comunicação entre a Igreja e a sociedade de forma geral. Para estabelecer tal meta, imprimia atrativos em suas publicações como a divulgação de receitas, curiosidades, relatos cotidianos e até piadas. Contudo, a publicação de tais atrativos não perdia de vista os objetivos que norteavam a existência da imprensa católica e, em alguns casos, funcionavam como uma alternativa discursiva lúdica que construía um padrão de conduta desejado.

Imprensa Católica

[...]

Fim da Imprensa

A imprensa católica tem por fim, no dizer do Santo Padre, cooperar com todo o zelo e com toda a operosidade para propagar o reino de Deus e a salvação das almas. Esta deve ser a aspiração do jornal católico, deve ter um próprio e característico campo de atividades que se desenvolve, quer defendendo e divulgando sempre mais largamente a doutrina da Igreja, as prerrogativas da Santa Sé, a autoridade e o supremo magistério do Pontífice Romano; quer reunindo e ilustrando, para informação, ensinamento e bom exemplo, as notícias do pensamento e da ação católica.

É este o programa da Imprensa Católica no tempo em que vivemos, cercados por jornais de todas as cores e de todos os tamanhos, na sua maioria indiferente em matéria de religião. (*A Palavra*, 22/01/33, p. 1)

Dentre os impressos que temos analisado, é recorrente a orientação sobre como realizar a leitura do impresso e como utilizá-lo para reflexão coletiva, também sugere como armazenar o impresso, pois além de apresentar caráter informativo, poderia ser utilizado posteriormente para orientar um amigo ou ajudar na reflexão sobre alguma questão importante. Nota-se, assim, a explicitação de alguns protocolos de leitura, a representação de um leitor e o investimento na constituição de um novo leitor através da socialização do impresso; buscando uma apropriação para mudar hábitos e práticas.

Ao terminar o ano, o bom assinante reúne os números de sua revista para encaderná-los ou colecioná-los com ordem. É este o melhor modo de utilizar a toda a hora os tesouros das ideias, dados e variedades que se arquivam na coleção (*A Rainha*, julho, 1932, p. 128)

A análise dos impressos católicos<sup>91</sup> dá visibilidade a algumas das iniciativas utilizadas pela Igreja visando à modernização de sua mensagem e os meios recorridos para chegar aos fiéis.

A leitura do bom jornal dá grande baixa no movimento das prisões, defende a honra das famílias e fomenta a paz das consciências; ajude,

<sup>91</sup> Os impressos propostos como fontes para esta pesquisa estão subdivididos em jornais e revistas, embora tenhamos consciência que o termo “impressos” é mais amplo e se refere a todo material escrito e impresso.

portanto, o bom jornal; recrutem-se para ele muitos leitores, angariem-se recursos para a sua manutenção porque ajudar o jornal é ajudar o catequista do povo. (*A palavra*, 06/12/31, p. 1)

A produção impressa é uma iniciativa nacional que estabelece um diálogo eficaz com o leitor e possibilita a divulgação dos pressupostos do catolicismo no país. Em consonância com esses objetivos, foram criados diversos impressos no estado do Rio Grande do Sul. Seleccionamos e destacamos abaixo os que circularam na primeira metade de 1930.

**Quadro 7 – Levantamento dos impressos circulantes no Rio Grande do Sul**

Levantamento de Impressos Católicos circulantes no Rio Grande do Sul na primeira metade de 1930										
Nome	Jornal	Revista	Formato	Semanal	Mensal Bim. Trim.	N. de pág.	Cidade	Produção	Acervo	Período
<i>Estrella do Sul</i>	x		A3	x		4	PoA	Arquidiocese de PoA e Boa Imprensa	AHCMPA	1923 1939
<i>Unitas</i>		x	A5		x	50 a 130	PoA	Arquidiocese de PoA	AHCMPA	1913 -
<i>A palavra</i>	x		A3	x		4	Pelotas	Diocese de Pelotas	Mitra diocesana Pelotas	1912 1959
<i>La Libertá</i>	x		A3	x		4	Caxias do Sul	Caxias do Sul	MUSCAP	1901 1911
<i>IL Colono</i>		1912 1917								
<i>Staffetta Rio-grandense</i>		1918 1940								
<i>Rainha dos Apóstolos</i>		x	A5		x	15 a 20	Santa Maria	Santa Maria	Acervo Padres Palotinos	1923 Atual

Para fins de nossa análise, observamos duas modalidades de imprensa periódica, os jornais e as revistas. Embora apresentem características distintas, essas duas modalidades serão analisadas em suas similitudes no que se refere à proposição de um projeto político para o Brasil.

Analizamos a imprensa sob inspiração de Lustosa (1983, p.11) quando afirma que a “imprensa católica é uma espécie de termômetro da vitalidade da comunidade eclesial em cada uma das épocas históricas; através de uma leitura crítica dos periódicos se toma o pulso da atuação da Igreja”.

Os jornais e as revistas que localizamos foram criados no início do século XX e seguem a lógica do movimento de reorganização da Igreja Católica no Brasil. Circularam em regiões importantes do estado e indicam representações importantes sobre questões polêmicas do período. Cabe explicitar que não estão representados no quadro acima os jornais de cunho católico, produzidos pelos imigrantes alemães<sup>92</sup> e circulantes em comunidades específicas. A presença destes impressos é significativa no estado, mas não faz parte do recorte estabelecido para nossa análise, considerando o limite de tempo estabelecido para a realização da pesquisa.

O jornal *O Trabalho* produzido pelo Circulo Operário de Pelotas também foi excluído de nossa análise, pois, no período estabelecido como recorte temporal para este estudo, foram publicados somente três números do impresso. A circulação deste jornal inicia em dezembro de 1934, último mês do período estabelecido para análise da pesquisa. Utilizamos alguns trechos do jornal *O Trabalho* com o objetivo de potencializar a reflexão acerca das ações e das influências da Igreja Católica no estado.

Chartier (1996) utiliza a expressão *cultura popular do impresso* na tentativa de identificar as características que dialogam de forma direta com a população. No caso dos jornais e das revistas que analisamos, a cultura popular do impresso se apresenta por meio das imagens, dos cartazes, dos anúncios com design diferente, das frases de efeito apresentadas em negrito e no meio da página e do humor. É evidente a tentativa de tornar os impressos católicos menos densos e mais atrativos, o que aparece de forma diferenciada em cada um dos impressos estudados.

## 1.5 Os impressos circulantes no Rio Grande do Sul

*Qualquer jornal, livro ou revista ofensiva à moral, à religião ou à pátria, deve ser rasgado, queimado ou devolvido.*

(*A Palavra*, 15/01/1933, p. 4)

---

<sup>92</sup> Nas colônias de imigrantes alemães circulavam impressos católicos produzidos pelos grupos imigrantes. Embora não tenhamos mapeado esses impressos, nos aproximamos desta produção por intermédio dos estudos de Lúcio Kreutz (1991; 2002; 2007; e 2011).

Buscamos impressos que tenham circulado no Estado do Rio Grande do Sul, na primeira metade de 1930. Foram localizados na arquidiocese de Porto Alegre a *Revista Unitas*, o jornal *Estrella do Sul* e o jornal *Staffetta Rio-grandense*; na diocese de Pelotas, o jornal *A palavra*; na diocese de Santa Maria foi encontrada a revista *Rainha dos Apóstolos* e o *Boletim da diocese*; na diocese de Uruguaiana foram localizados, através da Cúria metropolitana de Porto Alegre, três álbuns comemorativos da diocese: *50 anos da diocese de Uruguaiana*, *Álbum de Uruguaiana, 1947*, *diocese de São Miguel de Uruguaiana e diocese de Uruguaiana 2001*. A informação que se tem até o momento é que a diocese de Uruguaiana não produziu um impresso contínuo como as outras dioceses.

Os títulos dos jornais e das revistas que temos analisado foram estrategicamente escolhidos e anunciam os impressos católicos como representantes da boa imprensa católica. A revista da Arquidiocese de Porto Alegre tem como título: *Unitas* fazendo referência à ideia de única, exclusiva, inigualável, ou seja, a única orientação adequada. A revista produzida pelos padres Palotinos recebe o título de *Rainha dos Apóstolos*, fazendo referência explícita a Maria, mãe de Jesus, aquela que cuida e guia a todos; cumula-se a isso, a Congregação Palotina ser devota de Maria.

Os missionários Palotinos chegaram ao Brasil em 1886 e se instalaram primeiramente no Rio Grande do Sul; a devoção dos Palotinos a Maria mãe de Jesus como Rainha dos Apóstolos é anunciada nas páginas da revista que mensalmente faz referência a mesma

### Figura 3 – Homenagem a Rainha dos Apóstolos



(*Rainha dos Apóstolos*, 1931, agosto, p. 32)

Dois dos jornais analisados apresentam, assim como as revistas, nomes que fazem referência religiosa. O jornal da arquidiocese de Porto Alegre, em parceria com a Boa Imprensa, denomina-se *Estrella do Sul*, fazendo referência à estrela que guiou os reis magos do Ocidente até Jesus. Entende-se discursivamente que o *Estrella do Sul*, assim como a estrela, guiará os católicos no caminho certo. O jornal produzido pela diocese de Pelotas denomina-se *A Palavra*, fazendo referência à Palavra de Deus, aquela que deve ser ouvida e seguida por todos, como bem indica a frase apresentada em destaque na capa do impresso: “todo católico deve propagar 'A palavra' ”(*A Palavra*, 21/11/31, p.4). Por fim, o terceiro e último jornal que utilizamos em nossa análise denomina-se *La Staffeta Rio-grandense*, é uma produção da Congregação dos Capuchinhos e circulou em uma região com quantidade considerável de italianos, por isso a

denominação em italiano, que traduzido para o português significa Correio Rio-grandense, denominação que recebeu o mesmo jornal na segunda metade da década de 1930.

Os acervos consultados não possuem os documentos digitalizados o que, por um lado, dificulta o acesso ao material e, por outro, estimula o pesquisador a concentrar-se mais em cada um dos documentos analisados. Os acervos com os quais propomos a pesquisa apresentam condição de preservação e organização muito variada. Estão localizados em diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul e apresentam limites estruturais consideráveis. Farge (2009), ao falar sobre a pesquisa em arquivos observa que o arquivo, por vezes, é “*difícil em sua materialidade*”. Tal frase sintetiza a sensação presente na coleta realizada junto aos arquivos da Igreja Católica no estado; dadas as condições de preservação de alguns materiais é possível supor que alguns destes jornais se extinguirão em breve.

A pesquisa de campo foi realizada em três momentos: a primeira, no início da pesquisa, com o objetivo de realizar um levantamento que viabilizasse a constituição do problema de pesquisa; a segunda, explorando a potencialidade das fontes e averiguando a possibilidades de apreensão do material; a terceira se constituiu na digitalização e na categorização do material citado e elencado como base empírica da pesquisa.

Paralelamente às dificuldades relacionadas às condições físicas e estruturais dos acervos, também fomos nos fascinando pela variedade dos registros encontrados nos impressos. Esse fascínio certamente atrasou o desenvolvimento do trabalho nos arquivos. A motivação metodológica engloba o processo de desmontar e remontar o período, buscando estabelecer conexões que possibilitem entender as estratégias estabelecidas pela Igreja Católica a fim de intervir no debate educacional no Rio Grande do Sul em torno da Constituição de 1934.

Organizamos o debate educacional apresentado na imprensa em três eixos: a liberdade de ensino, a constituição de um espaço para a mulher e a imprensa como espaço de formação. Tais tópicos do debate educacional são foco

de nossa análise e serão tratados individualmente. Ao todo, foram analisados 890 exemplares, entre jornais e revistas. A organização de tal material nos possibilitou diversas entradas para discutir a Igreja Católica no Rio Grande do Sul. Neste trabalho, abordamos o debate educacional e como a instituição se organiza para intervir neste espaço.

De acordo com Magaldi (2010), os impressos católicos têm-se mostrado como importante fonte e objeto de pesquisa para a história da educação, pois assumindo um caráter doutrinário explicitam muito das tensões presentes no projeto católico. Cumula-se a isso o fato de a imprensa ser o meio de comunicação com maior circulação no período. Como já mencionado, a Igreja estimulava a publicação de impressos regionais com o objetivo de orientar católicos e simpatizantes.

Realizaremos a seguir uma breve caracterização dos impressos que analisamos e que se constituem na base empírica de nossa pesquisa. Posteriormente, exploraremos individualmente as três tópicos que emergiram na análise do debate educacional apresentado na imprensa.

### 1.5.1 A revista *Unitas*

“Nenhuma família católica sem jornal católico”  
(*Unitas*, 1930, n.2, p. 138)

A revista *Unitas*<sup>93</sup> é uma publicação da arquidiocese de Porto Alegre. De forma geral, apresenta, nas primeiras páginas, uma carta pastoral de Dom João Becker ou informes da Santa Sé; após, informes sobre as paróquias, às vezes informes das dioceses e informes gerais; apresenta uma seção doutrinária que comumente apresenta uma reflexão sobre temas polêmicos.

Na primeira página, a apresentação se repete: “*Unitas* - Revista da província eclesiástica de Porto Alegre – direção Cúria Metropolitana”. Sua

---

<sup>93</sup> A *Unitas* está preservada e disponível para pesquisa no AHCMPA e na PUC/RS Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

abrangência é maior do que a anunciada, pois assume a função de formar o clero espalhado pelo estado do Rio Grande do Sul. O conteúdo da revista é composto por textos longos; comumente publica cartas pastorais e discursos de representantes eclesiásticos; o vocabulário é rebuscado e seletivo, o que nos sugere um leitor acostumado ao mundo da leitura, aos informes do ambiente eclesiástico e conhecedor da hierarquia da Igreja Católica. Nota-se também a publicação dos relatórios das dioceses: Santa Maria, Uruguaiana e Pelotas. Por vezes, em tais relatórios, aparece o valor arrecadado na diocese. Esse, entre outros detalhes, nos leva a crer que a *Unitas* tinha como principal público leitor o clero, os integrantes dos grupos religiosos e o laicato intelectualizado, provavelmente vinculado às dioceses.

O primeiro número da revista foi lançado em 1913, um ano após Dom Becker assumir o cargo de arcebispo metropolitano. Com a morte de Becker em 1946, a revista foi interrompida, mas volta a ser editada posteriormente. De certa forma a revista a *Unitas*, era um item eficiente que compunha a gestão do arcebispo metropolitano.

A quantidade de páginas que compunha cada edição da revista *Unitas* era muito variável. De forma geral, quando ocorria a publicação de uma carta pastoral de D. Becker, a edição se tornava mais extensa. Dentre os impressos que analisamos, a *Unitas* é a única que não mantém uma padronização, no que se refere à quantidade de páginas. A versão que utilizamos neste trabalho faz parte do arquivo da Mitra Diocesana de Porto Alegre, onde os exemplares da revista estão encadernados pelo ano de sua publicação, a numeração apresentada é a sequência da encadernação; por esse motivo, as páginas referidas fazem referência à organização do acervo específico.

**Quadro 8 – Unitas – Quantidade de páginas por revista**

<i>Unitas – Quantidade de páginas por revista</i>														
	mês	pág.		mês	pág.		mês	pág.		mês	pág.		mês	pág.
1930	01/02	66	1931	01/02	120	1932	01/02	96	1933	01/02/ 03/04	54	1934	01	50
	03/04	78		03/04	114		03/04/05	68		05/06	68		02/03/ 04/05	74
	05/06	80		05/06	82		06/07	80		08	46		06/07	88
	09	110		07/08	112		08/09	134		09	44		08/09	166
	10/11/ 12	86		09/10	136		10/11	66		10	98		10	falhas
				11/12	96		12	58		11	158		11/12	16
										12	66			

Na revista referente aos meses de agosto e setembro de 1932, Dom João Becker publica sua vigésima segunda carta Pastoral sob o título: *Os Católicos e a futura constituição*. Considerando a data da publicação e o conteúdo, nota-se que a carta faz uma avaliação negativa do período vivenciado pela Igreja e afirma que os católicos têm a possibilidade de reverter tal situação, por meio do voto.

A carta pastoral citada trata basicamente da reforma constituinte e aborda o assunto sob vários aspectos: faz uma breve retrospectiva sobre as constituições brasileiras, critica o laicismo, convida os católicos a defender o catolicismo, trata da possibilidade de um república católica, fala da necessidade do ensino religioso nas escolas, das características de um bom político e da obrigação dos católicos no processo constituinte.

No item referente 'aos católicos em face à política', Dom Becker convoca de forma explícita os católicos a participarem da política e da organização do Estado.

Das atribuições da religião com referência à política profana e, sobretudo, à política religiosa e eclesiástica resulta que os católicos "têm a obrigação sacrossanta, imposta por Deus, de envidar todos os esforços para que o espírito do evangelho penetre em todas as leis e instituições dos povos". Devemos transfundir a sabedoria e a fortaleza da religião, como um sangue vivificador, nas artérias do Estado.

(*Unitas* 13/09/32, p. 32 - 22ª Carta Pastoral de D. Becker)

A construção discursiva sobre educação, presente nas páginas da *Unitas*, mantinha o foco na educação escolar e nesse sentido disputava espaço para o catolicismo no sistema público de ensino, defendia a família e os direitos desta instituição na educação da criança, argumento que era apresentado de forma recorrente e buscava justificar a presença do catolicismo nas escolas.

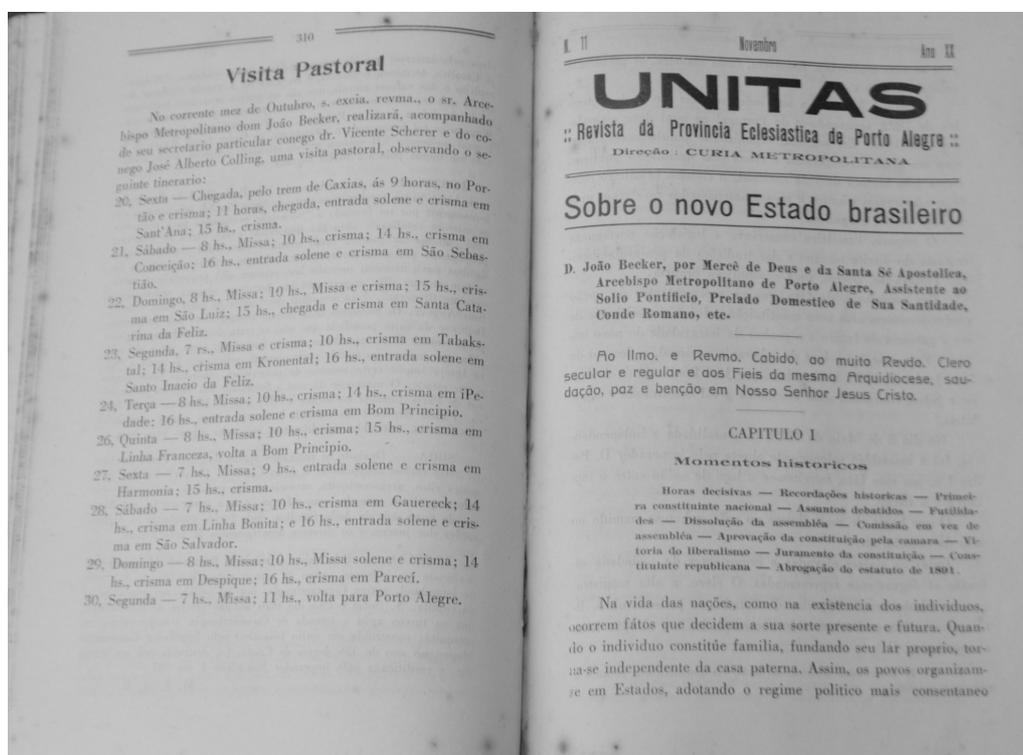
No trecho abaixo, publicado na *Unitas*, nota-se a crítica à liberdade religiosa e afirma que, independentemente da constituição, a religião se mantém no cotidiano escolar, pois faz parte da vida cotidiana das pessoas.

Foi a liberdade religiosa, de acordo com a hermenêutica americana, que nós escrevemos na constituição brasileira. Esta exclui do programa escolar o ensino da religião. Mas não consegue que o ensino escolar, os livros escolares professem a irreligião e a incredulidade.

E assim que se pratica nos Estados Unidos essa neutralidade, que nunca se encarou ali como profissão nacional do agnosticismo ou do materialismo do estado, senão somente como expressão de sua incompetência e do seu respeito e as várias denominações religiosas.

(*Unitas*, set/out, 1931, p. 520)

Figura 4 – Revista *Unitas*



(*Unitas*, última página da edição de out. e primeira página da edição de nov. de 1933)

Destacamos acima uma capa da *Unitas*, que apresenta o padrão utilizado na primeira página. Observa-se que neste número é publicada uma carta pastoral de Dom João Becker tratando do Estado Brasileiro. O número faz referência a outubro de 1933 e pauta a organização do Estado. Na realidade, a carta apresenta pontualmente o que deve ser um Estado Brasileiro Católico.

Sobre a carta pastoral “*O Novo Estado Brasileiro*”, os nossos estudos corroboram com a afirmação já feita por Corsetti (2007) de que a *Unitas* apresentava de forma muito clara o seu posicionamento sobre a educação e defende claramente a presença do ensino religioso na instituição escolar. Esse era o pano de fundo da carta, ou seja, o que falta ao estado brasileiro é a religião.

A Igreja Católica contra-atacava por vários meios, entre os quais estava a utilização da revista oficial da arquidiocese de Porto Alegre, a *Unitas*, bem como das organizações leigas vinculadas à instituição. Exemplo disso é a defesa de Deus na escola, que permeou o trabalho dessa revista ao longo de todo o período de sua existência, na primeira República.

(CORSETTI, 2007, p. 300)

A Igreja Católica, representada por Becker, demarcava explicitamente sua posição política. Atuou firmemente junto ao processo constituinte e apoiou o governo Vargas na década de 1930. Em um período de reorganização do país, Becker escolheu e apoiou a hegemonia política no sul, ora representada pelo PRR, antes de 1930, e ora representada pelo PRL, pós 1930.

Os católicos devem ser mais do que nunca verdadeiros apóstolos. É preciso contribuir para a manutenção da ordem pública, para o prestígio do governo estadual e da república, para a estabilidade da família e para a realização das aspirações católicas.

(*Unitas*, 1931, n. 7 e 8, p. 385)

Becker, com a publicação da *Unitas*, pretendia consolidar um discurso homogêneo entre as autoridades superiores da Igreja no Estado, bem como unir o clero que era composto de várias nacionalidades e atuavam em regiões

distantes da arquidiocese, muitas vezes distantes das dioceses. A revista se constituiu como um importante recurso pedagógico que publicava informações, textos, avisos, sugestões de leituras, cartas pastorais, orientações, relatórios das dioceses, entre outros temas. Apresentava diferentes seções que contemplavam: o Governo do Arcebispado, basicamente questões relacionadas à arquidiocese; *Chronica Nacional*, relatos sobre a Igreja brasileira; *Actos da Santa Sé*, orientação da Igreja Católica Romana; *Seção Doutrinária*, orientação aos católicos; *Echos do Estrangeiro*, relatos de diversos países sobre a organização do catolicismo; *variedades*; avisos; relatos; convites; necrologia; óbitos; notas bibliográficas; sugestões de leitura, entre outras.

Por fim, as cartas pastorais publicadas na *Unitas* funcionavam como um instrumento educativo que possibilitou a formação do clero, das congregações religiosas e provavelmente de parte do laicato católico.

### **1.5.2 O *Estrella do Sul*: uma publicação casada da arquidiocese**

Quem assina o *Estrella do Sul*, faz o bem; quem o propaga, procede melhor. O primeiro cumpre o seu dever de católico; o segundo torna-se apóstolo da mais santa das causas: a imprensa católica.

(*Estrella do Sul*, 19/01/1930, p. 3)

O *Estrella do Sul* é uma publicação vinculada ao Centro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul, sob influência da arquidiocese de Porto Alegre. O Jornal *Estrella do Sul* circulou de 1923 a 1939, com edição semanal e distribuição privilegiada no centro do estado. O conteúdo é vinculado à Igreja Católica e às questões centrais disputadas no período. A primeira página é composta por artigos com temas polêmicos relacionados à pauta local ou nacional, a segunda e a terceira página são compostas de propagandas, artigos, notas, agendas, eventos e notícias internacionais; por fim, a quarta página é constituída por avisos, notícias curtas e pouca propaganda.

Dom João Becker, assim como na revista *Unitas*, é uma figura presente no *Estrella do Sul*. Nota-se a publicação de trechos de suas cartas pastorais, de seus textos e de seus discursos; também observamos alguns relatos da participação do arcebispo em eventos sociais e políticos. O trecho transcrito abaixo, com o destaque para a palavra *Aviso* é assinado por Dom João Becker e explicita o leitor pretendido pelo jornal *Estrella do Sul*, paralelamente responsabiliza o laicato católico e o clero pelo êxito da publicação.

A apresentação do jornal anuncia as entradas pretendidas com a publicação; nota-se que vão além das questões relacionadas ao cotidiano funcional da Igreja, o que corrobora com a ideia da imprensa católica como uma importante estratégia de disputa social no período.

#### **Aviso**

A '*Estrella do Sul*', semanário genuinamente católico, inicia hoje um novo ano de sua benéfica publicação. É justo, pois que os reverendos, vigários lhe ofereçam o mais decidido apoio, procurando franquear-lhe a entrada em todos os lares católicos. No intuito de se conseguir esse fim, queiram eles ingressar-se, seriamente, pelo referido jornal, angariando novas assinaturas, que, com as antigas sejam pagas sem demora.

Essa propaganda deve ser feita pessoalmente, pelos reverendos, sacerdotes e com o valioso auxílio das corporações religiosas estabelecidas nas referidas igrejas.

Uma palavra de recomendação proferida na escola, no catecismo, antes da pregação, nas reuniões de diretoria das associações católicas será de grande utilidade.

Mas, essa propaganda constante e sistemática, além de ser útil, torna-se necessária e constitui um sagrado dever para o reverendo clero.

A '*Estrella do Sul*' não representa apenas um criterioso repertório de abundantes informações, mas é, sobretudo, uma defensoria temida e acérrima dos ensinamentos e preceitos da Igreja.

O vigário que lhe nega amparo priva-se de um poderoso auxílio no desempenho de seus trabalhos apostólicos.

As revistas populares que se publicam dentro e fora do estado, ainda que mereçam nossa inteira aprovação, não podem, de forma alguma, em face de sua finalidade especial, substituir a '*Estrella do Sul*', redigida com muito carinho e indiscutível competência.

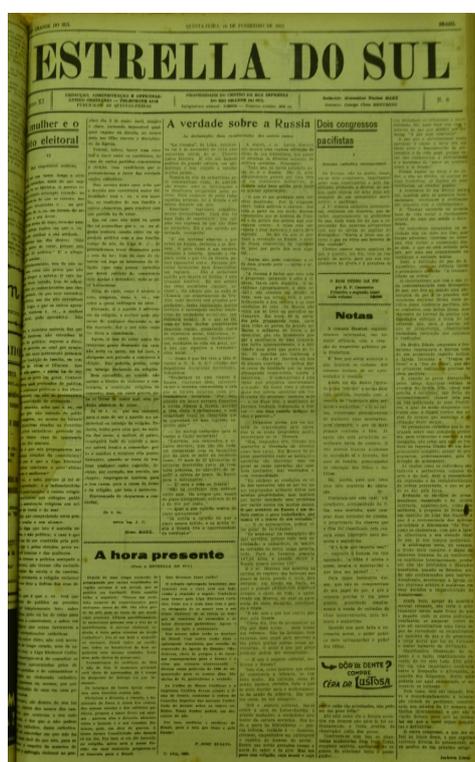
Para despertar maior interesse local, é mister que os Srs. vigários mandem regularmente notícias e informações com referência ao movimento social e religioso de suas paróquias.

Porto Alegre, 1º de janeiro de 1931.  
João Becker Arcebispo de Porto Alegre.  
(*Estrella do Sul*, 04/01/1930, p. 1)

Dentre os diversos temas abordados pelo *Estrella do Sul*, focam-se aqui as questões relacionadas ao debate educacional e percebe-se a valorização do espaço escolar como espaço de formação. A frase a seguir aparece em negrito e na primeira página de algumas edições: “O pai que não manda seu filho à escola é um criminoso” (*Estrella do Sul*, 07/12/1930, p. 1). Tal afirmação valoriza o espaço escolar e constrói essa representação no imaginário popular; a escola é valorizada e disputada pelos católicos.

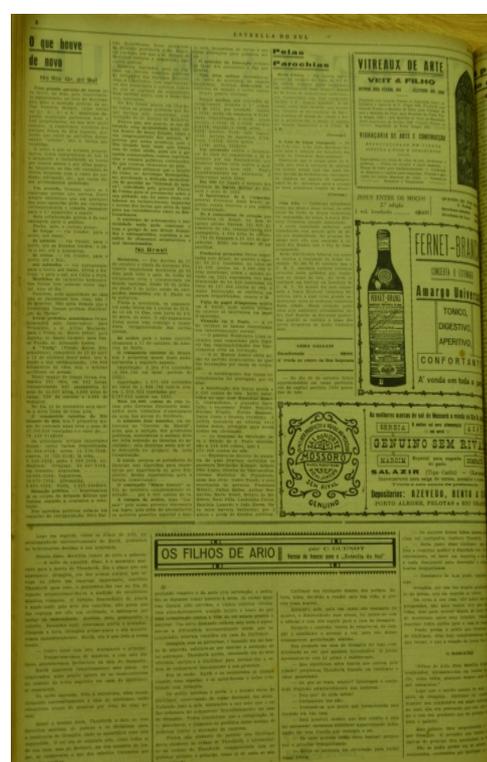
Ao contrário da *Unitas*, o *Estrella do Sul* possui uma apresentação atrativa, com imagens, textos curtos, pequenas chamadas, receitas, agendas, eventos, publicação de artigos e traduções – realiza a tradução de dois a três livros de literatura geral por ano, apresenta semanalmente pequenos capítulos ao leitor. Essas características são importantes para notarmos que o público leitor do jornal é diferente do público da *Unitas*; o *Estrella do Sul* pretende ser o jornal da família, conforme ele próprio anuncia: “O guia e consultor das famílias, para 1930, deve ser o almanaque da *Estrella do Sul*” (*Estrella do Sul*, 12/01/1930, p. 1).

Figura 5 – *Estrella do Sul* p. 1



(*Estrella do Sul*, 16/02/1933, p. 1)

Figura 6 – *Estrella do Sul* p. 2



(*Estrella do Sul*, 16/02/1933, p. 2)

Apresentamos acima duas páginas do jornal *Estrella do Sul*. Conforme já dito, destacamos aqui os textos curtos e as propagandas ilustradas. “Os Filhos de Ario”, na figura 6, é parte da tradução de um livro. Na mesma figura, lê-se o título de uma seção “O que houve de novo” e nela são relatadas notícias rápidas sobre acontecimentos locais, nacionais ou internacionais. Já na figura 5 apresentamos a capa do jornal que mantém um estilo padrão; nota-se diversos textos curtos que tratam de assuntos diversos, a maioria sem autor identificado; enfim, o jornal assume a autoria da maioria dos textos publicados.

O *Estrella do Sul* é publicado em papel jornal, tamanho A3, em torno de quatro páginas. Notamos somente uma variação na quantidade de páginas durante o período estudado, por ocasião de uma comemoração da arquidiocese. A publicação é semanal e distribuída para revenda em vários locais da cidade de Porto Alegre.

Por fim, o *Estrella do Sul* e a *Unitas* são uma publicação casada da Arquidiocese de Porto Alegre e, embora apresentem estilos e editores diferentes, são gestadas sob a mesma influência e publicam textos muito similares no conteúdo. Se consolidam como publicações complementares, pois o jornal reforça semanalmente a orientação presente na revista mensal.

### **1.5.3 A revista *Rainha dos Apóstolos*: uma publicação nacional dos Palotinos**

Publicação mensal sobre assuntos missionários, religiosos e literários, editado pelos padres Palotinos.

(*Rainha dos Apóstolos*, 1932, jan., p. 1)

A revista *Rainha dos Apóstolos* é uma produção dos padres Palotinos que chegaram ao Brasil em 1886 e se instalaram no Vale Vêneto, no interior do Rio Grande do Sul. A vinda da congregação religiosa Palotina para o Brasil estava relacionada com a presença dos imigrantes italianos na região sul e a identidade deste grupo com a congregação; no Vale Vêneto deu-se a origem Palotina no

Brasil.

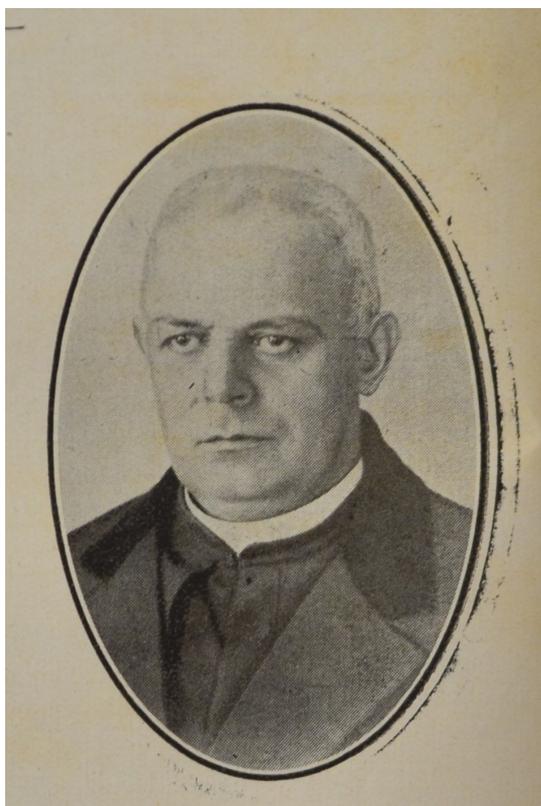
A congregação ampliou sua ação de forma rápida e, um ano após ter chegado ao país, o bispo autorizou a construção da igreja matriz do Vale Vêneto. A congregação se caracterizava pelo trabalho comunitário, missionário e pela identidade mariana; dentre a sua ação nota-se uma forte investida na formação de um laicato católico. De acordo com a frase publicada na revista, os Palotinos “arrebanhavam leigos para a obra do Senhor”; assim disse Vicenti Pallotti, fundador da congregação<sup>94</sup>.

Nas primeiras edições da revista, nota-se que o nome aparece em latim: *Regina Apostolorum*. No período de nossa análise, já é denominada *Rainha dos Apóstolos*. A revista valoriza o trabalho missionário e potencializa essa prática nas suas edições: “Revista missionária editada pelos padres Palotinos da Região Brasileira - com licença da autoridade eclesiástica”, essa frase aparece impressa na capa, repetida em diversas edições, indica, dentre outros elementos presentes no impresso, a pretensão de ser uma publicação nacional da Congregação Palotina Brasileira.

Rafael Lop era padre palotino e editor da revista *Rainha dos Apóstolos* no período contemplado pelo nosso estudo, acreditava na evangelização por meio da Boa Imprensa. Chegou ao vale Vêneto em 1922 e criou a revista em 1923, também foi reitor do seminário local que, assim como a revista, se denominava Rainha dos Apóstolos. Em 1934, Lop mudou-se para o Patronato Antônio Alves Ramos, aproximadamente a 40 km do Vale Vêneto, localizado na cidade de Santa Maria, levando consigo a tipografia. Nas edições produzidas em Santa Maria, percebemos alteração no que refere à localização apresentada na capa, mas o conteúdo e a forma mantêm o padrão anterior.

---

<sup>94</sup> Essa frase de Vicenti Pallotti foi publicada na primeira edição da revista *Rainha dos Apóstolos*, em 1923.

**Figura 7 – Rafael Lop**

(*Rainha dos Apóstolos*, 1931, junho, p. 98)

Conforme mencionado, a revista foi criada em 1923. Na época, no Brasil, a Congregação Palotina somente estava instalada no Rio Grande do Sul; a partir de 1954, a congregação se expandiu por outros estados brasileiros<sup>95</sup> e a revista *Rainha dos Apóstolos*, em circulação até os dias atuais, realmente se torna uma publicação com circulação nacional.

De forma geral, a revista apresentava uma ilustração na capa, comumente prédios que se subdividiam em igrejas, capelas, colégios, seminários, ruínas das missões jesuíticas e conventos; raramente a capa contemplava a ilustração de um representante eclesiástico, embora também tenhamos observado a ilustração de Maria em várias edições, o que se justifica pela identidade mariana da congregação. A revista encontra-se preservada na sede da Congregação

---

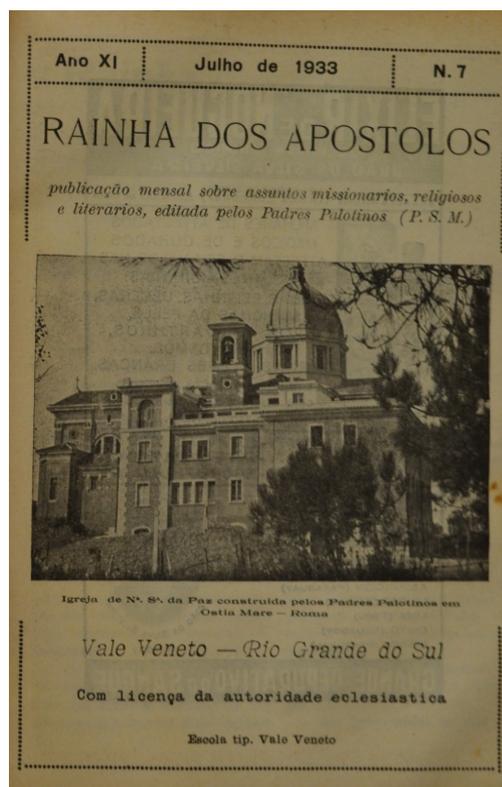
<sup>95</sup> Em 1954, os Palotinos ampliaram sua ação para os estados do Paraná e do Mato Grosso; logo em seguida, Amazônia e outros. Atualmente, estão presentes em vários estados.

Palotina em Santa Maria, foi encadernada e recebeu uma nova numeração que estabelece uma sequência anual. Apresentamos abaixo duas capas da revista, como objetivo ilustrativo. Na primeira, a imagem retrata o Colégio dos padres Palotinos no Vale Vêneto e na segunda, retrata a Igreja de Nossa Senhora da Paz, construída pelos padres Palotinos em Roma.



**Figura 8 – Rainha dos Apóstolos n.2**

(*Rainha dos Apóstolos*, fev, 1933, p. 1)



**Figura 9 – Rainha dos Apóstolos n.7**

(*Rainha dos Apóstolos*, jul, 1933, p. 1)

A revista era composta de textos que tratavam de assuntos diversos: transcrição de trechos de encíclicas; parábolas; estórias curtas sobre o cotidiano que transmitiam uma mensagem moral; seção de variedades e notícias onde apareciam relatos curtos sobre a conjuntura internacional e nacional: África, China, Alemanha, Índia; enfim, o mundo passava por ali; uma seção sobre donativos que relatava as doações recebidas em prol do colégio dos Palotinos ou de outras instituições, as doações eram divulgadas apresentando o nome da

pessoa ou da instituição e o valor doado; seção vida e obras, sempre divulgando a vida e a obra de uma figura importante na história da igreja; de forma geral, a história de um mesmo ícone era tratada em vários números da revista; seção página alegre, composta basicamente de piadas curtas com personagens diversos; cabe ponderar que dentre uma seção e outra localizamos chamadas, avisos, frases de efeito, ilustrações, sempre relacionadas às ações desenvolvidas pelos Palotinos e, por fim, algumas propagandas, em número reduzido.

Sobre os autores da revista, notamos a maioria dos textos sem assinatura e naqueles em que aparece uma identificação, por vezes é somente o primeiro nome, como, por exemplo: Padre Pedro. Em várias edições, encontramos a solicitação de artigos para publicação no impresso. Repete-se a seguinte chamada:

Colaboram assiduamente nesta revista os alunos Pallotinos da P. S. M. (Pia Sociedade das Missões), sendo uns filósofos e outros teólogos do Seminário provincial de S. Leopoldo. Aceitam-se colaborações sobre assuntos que de algum modo se refiram às missões, sem compromisso de publicação. Não se devolvem originais.

*(Rainha dos Apóstolos, 1932, n.6, p.92)*

A revista faz um apelo permanente à construção da obra de Deus na terra e responsabiliza os cidadãos da sociedade atual, também afirma em diversos momentos que a obrigação dos sujeitos é lutar pela família, pela pátria e pelo progresso do país.

Se quereis salvar a sociedade, se desejais salvar a vossa família, se quiserdes que a virtude seja uma realidade sobre a terra, que a dor seja consolada, que a honra e a honestidade apareçam em vossa convivência, se quiserdes fazer alguma coisa por Deus e pela vossa pátria. Inspire o amor de Maria, propague o seu culto. Tereis então feito pelo progresso e pela civilização de vossa pátria mais do que todos os congressos e todos os legisladores sem consciência, mais do que todos os literatos sem moral e sem pudor, mais do que todos os reformadores sem justiça.

*(Rainha dos Apóstolos, 1931, n. 5, p. 87)*

As páginas da *Rainha dos Apóstolos* se consolidam como uma leitura agradável, pois a revista oferece ao leitor diferentes seções, compostas por textos curtos e vocabulário acessível. Possivelmente, um leitor desavisado pode confundir o impresso com uma revista de variedades e, somente após acessar o conteúdo com mais atenção, identificar o componente religioso.

#### 1.5.4 O jornal *A palavra* e as notícias do sul do Brasil

Católicos – trabalhe pelo *A palavra* órgão dos interesses católicos.  
(*A Palavra*, 01/01/1933, p. 4)

O jornal *A Palavra* circulou durante o período de 1912 a 1959, com edição semanal e distribuição para a diocese de Pelotas. O formato do jornal era A3 e a impressão em papel jornal. A quantidade de páginas era variável, mas durante os cinco anos analisados, a edição semanal manteve em torno de quatro páginas. O impresso abordava assuntos diversos e mantinha-se em harmonia com os princípios da Igreja Católica; está disponível para pesquisa no acervo da Mitra Diocesana de Pelotas.

O impresso era composto por textos curtos, parábolas, avisos, orações, agendas, publicações das comunidades, trechos de encíclicas, eventos, reuniões, propagandas e notícias relacionadas ao cotidiano da região. As ilustrações apareciam comumente vinculadas às propagandas, às figuras eclesiais e aos prédios da instituição. O debate acerca da educação aparece de forma constante no impresso, sendo o ensino religioso um tema recorrente; o argumento desenvolvido a seu favor era variado, embora a reprovação ao contexto laico apareça de forma muito acentuada.

O ensino religioso nas aulas  
[...] Portanto, vê-se que a religião pode e deve ser ministrada em nossas aulas, principalmente na nossa amada pátria, a qual,

conforme afirmou ultimamente o Sr. Washington Luiz, se ufana de ser católica.

Se na França, Suíça, Holanda, Itália, Estados Unidos, a religião é facultativa nas aulas, por que será que, no Brasil, também não poderá ser permitida? Até na própria constituição da Alemanha protestante se lê o seguinte:

"A educação physica, moral-social da prole é dever supremo, direito natural dos pais, sobre cuja execução vela o Estado; a instrução religiosa é matéria ordinária do ensino nas escolas, exceção feita para as confessionais... A instrução religiosa é dada de conformidade com os da respectiva sociedade religiosa, salvo o direito de vigilância do Estado, etc." Felizmente, o benemérito governo do Estado do Rio Grande do Sul, imitando o exemplo de Minas Gerais, vê com bons olhos o ensino religioso. [...]

(A Palavra, 13/09/1930, p. 1)

O jornal era divulgado pela Igreja Católica como o meio de comunicação que expressava a verdade sobre os acontecimentos, era divulgado como A Palavra a ser lida e seguida. A produção do jornal era responsabilidade da diocese de Pelotas em parceria com o Centro da Boa Imprensa e circulava na região sul do estado.

Figura 10 – A Palavra p. 1



(A Palavra, 11/01/1930, p. 1)

Figura 11 – A Palavra p. 3



(A Palavra, 11/01/1930, p. 3)

Notamos diversas chamadas apresentando uma crítica acirrada aos pais católicos que não colocam seus filhos em escolas religiosas. Isso se relaciona à disputa do período contra a laicidade e a favor do ensino religioso facultativo nas escolas; também se relaciona com o estabelecimento de um público para a manutenção das escolas católicas.

Dom Francisco de Campos Barreto foi o primeiro bispo da diocese de Pelotas e logo que assumiu tratou de organizar a imprensa católica na região, foi o idealizador do jornal A Palavra e, em 1912, lançou o primeiro número do impresso. O jornal propagava o catolicismo e tinha como objetivo ser um 'defensor da causa católica'. Era um meio estratégico de propagação das atividades da diocese e um mecanismo eficiente de diálogo junto ao laicato católico. "A boa imprensa melhorando as ideias, prepara a elevação social" (A Palavra, 01/11/31, p. 1)

Além de textos, o jornal publicava chamadas curtas, com letras maiores e em negrito, com o propósito de obter a atenção do leitor e anunciar as principais notícias. Citamos como exemplo deste tipo de nota uma chamada sobre a inauguração do Cristo Redentor no Rio de Janeiro.

Durante as solenidades da semana do Cristo Redentor, na capital da república, vários oradores, em forma de comício, declaram que o governo provisório, atualmente, e, no futuro o regime constitucional que suceder, para dirigir o Brasil de acordo com os seus tradicionais sentimentos religiosos, deverá imprimir em todas as suas leis, um espírito cristão, orientado na doutrina católica.

(A Palavra, 01/11/31 p. 1)

O texto acima foi publicado na primeira página do jornal católico, era a chamada que se destacava na capa do impresso, tinha como provável intenção tornar público um evento importante para a instituição, a inauguração do Cristo Redentor. Além disso, atrela política e publicamente o governo provisório ao catolicismo, o que indica uma estratégia discursiva bem organizada por parte dos editores do A Palavra.

O jornal A Palavra é disponibilizado para vendas em bancas de rua e em locais vinculados à diocese. Assim como no Estrela do Sul, nota-se uma forte

campanha a favor de assinaturas mensais, o argumento utilizado baseia-se na afirmação do compromisso do católico com a causa de Deus na terra, muito próxima do argumento presente no *Estrella do Sul* e no *Staffetta Rio-grandense* que vamos observar a seguir.

### 1.5.5 O jornal *Staffetta Rio-grandense*: uma produção dos Capuchinhos

*A religião é a base do progresso.*  
(*Staffetta Rio-grandense*, 21/02/1934, p. 1)

O jornal *Staffetta Rio-grandense* circula de 1909 até os dias atuais em Caxias do Sul. De 1909 a 1911, denominava-se *La Libertá*; de 1912 a 1917, *Il Colono*; de 1918 a 1940, passa a ser denominado *Staffetta Rio-grandense* e de 1941 até o período atual, denomina-se *Correio Rio-grandense*<sup>96</sup>. Para fins deste estudo, o jornal será considerado somente com a denominação *Staffetta Rio-grandense*, por corresponder ao período proposto para o trabalho.

Desde sua primeira edição, o impresso mantém, como idioma oficial, o italiano e percebe-se, nas décadas de 10 e 20 do século XX, poucos trechos em português. Na década de 30, a escrita em português já aparece no impresso, mas de forma minoritária em anúncios de produtos, serviços e alguns textos transcritos de outros impressos ou transcrições de falas específicas. Na década de 40, o impresso passa a assumir o português como idioma oficial e passa a ser publicado neste idioma. Tal mudança relaciona-se com as políticas nacionalistas que definiram o português como idioma oficial do Brasil e que inibiam outras manifestações.

O *Staffetta Rio-grandense* era uma edição semanal, publicada no meio da semana (quarta-feira), em formato A3, papel jornal, normalmente quatro páginas. O impresso encontra-se preservado e em fase de digitalização pela equipe do Museu dos Capuchinhos. As consultas ao material podem ser realizadas no

---

<sup>96</sup> Valduga (1997) estuda como os impressos católicos, de forma específica o *Staffetta Rio-grandense* e o *Correio Rio-grandense*, intervieram na constituição identitária da população italiana de Caxias do Sul e Região no período de 1930-1945.

MusCap<sup>97</sup> (Museu dos Capuchinhos) em Caxias do Sul.

Figura 12 – *Staffetta Rio-grandense*



(*Staffetta Rio-grandense*, 06/01/1932, p.1 e p. 2)

O *Staffetta Rio-grandense* é produzido pela Congregação dos Capuchinhos<sup>98</sup>, uma das principais ordens a se estabelecer na cidade de Caxias do Sul. É a congregação responsável pela imprensa católica na região, sendo a responsável pelo primeiro impresso católico.

<sup>97</sup> O MusCap foi criado em 1980, funcionou primeiramente na cidade de Veranópolis/RS. Em 1998, adquiriu sede própria na cidade de Caxias do Sul/RS onde funciona até os dias atuais. O Acervo do MusCap é composto por alfaias, arquivo de documentos, arquivo fotográfico, arte sacra, biblioteca, discoteca, livros, objetos pessoais e objetos litúrgicos.

<sup>98</sup> A congregação dos capuchinhos da Sabóia, constituída desde 1576, foi fundada pelo Frei Matias de Bellintani de Salló. A congregação cresceu durante o século XVII e boa parte do XVIII. A partir da segunda metade do século XVIII, a congregação entra em declínio; seus frades passaram a ser perseguidos, acusados de crime contra a pátria, seus bens confiscados e foram proibidos de ampliar a congregação. Com um esforço empreendido por Frei Eugênio de Rumilly, religiosos dispersos foram reunidos e foi restaurada a ordem no século XIX. Em 1875, foi criada, em Sabóia, na França, a Escola Seráfica, responsável pela formação dos novos capuchinhos e de onde saíram os frades que foram para o Rio Grande do Sul. Ver Valduga (2007, p. 60-65).

Em 18 de janeiro de 1896, chegaram a Conde d'Eu (Garibaldi) os frades capuchinhos vindos da França (Lyon) e foram a primeira congregação (houve atendimentos religiosos feitos por jesuítas) a estabelecer-se na Região Colonial Italiana. Frei Bernardin D'Apremont e Frei Bruno Gillonnay, franceses, tiveram formação superior e conviveram em condições culturais muito diferenciadas daquela encontrada na Região Colonial Italiana. Enviados como missionários 'civilizadores e portadores da cristandade e da cultura', foram vistos com certa desconfiança por alguns padres seculares italianos que já realizavam atendimento religioso nos núcleos coloniais. Fundaram um seminário seráfico em Garibaldi e iniciaram inúmeras missões e atendimentos religiosos. Gillonnay, em relatório apresentado a Dom Scalabrini em outubro de 1904, registrou que a preocupação dos capuchinhos fora: "[...] preocupamo-nos ativamente em conjurar estes três perigos que ameaçam a fé dos italianos. Trabalhamos para organizar: 1) as escolas; 2) a imprensa; 3) as missões." (D'APREMONT e GILLONNAY, 1976, p. 246). Expressando os ideais da romanização católica, foi por intermédio dos capuchinhos que se instalaram em Garibaldi as Irmãs de São José e os Irmãos Maristas.

(LUCHESE, 2007, p. 216-217)

A Congregação dos Carlistas<sup>99</sup> também se estabeleceu em Caxias do Sul e publicou um impresso denominado *Il Corrire D'Italia* que circulou de 1912 a 1927, sendo então absorvido pelo impresso Capuchinho. Para fins deste estudo não acessamos o *Il Corrire D'Italia*.

Valduga (2007), ao realizar um estudo sobre como o impresso *Correio Rio-grandense* constrói a identidade do imigrante na região de Caxias, destaca que os jornais católicos eram a forma de diálogo estabelecida entre Igreja e comunidade, principalmente nas regiões mais distantes. Nesse sentido, muitas das orientações da Igreja eram divulgadas pelos jornais.

O jornal *Staffetta Rio-grandense* funcionou como um mecanismo de comunicação e como agente de promoção de identidade da comunidade italiana presente na região de Caxias do Sul. Consolidou-se como mecanismo eficiente de intervenção junto aos imigrantes italianos, principalmente junto àquele grupo que ainda não dominava o português. A dinâmica de distribuição do *Staffetta* segue a lógica dos outros jornais católicos estudados, sua aquisição podia ser realizada em bancas e espaços vinculados à Igreja Católica e Congregação dos

<sup>99</sup> Os carlistas ou scalabristas chegaram ao Brasil e estabeleceram-se primeiramente no Espírito Santo e no Paraná, posteriormente foram para São Paulo e Rio Grande do Sul. A congregação foi fundada por Dom João Batista Scalabrini, bispo de Piacenza, na Itália, uma importante personalidade da Igreja italiana do século XIX. O projeto de criação da congregação foi aprovado pelo Papa Leão XIII, em 1887. Ver Valduga (2007).

Capuchinhos. Nota-se também um estímulo aos leitores para realizarem a assinatura mensal do impresso.

Os Capuchinhos mantiveram um linha editorial que contemplava a publicação de temas locais; notícias internacionais, com objetivo de atender à demanda dos imigrantes italianos e pauta nacional da Igreja Católica. É fundamental destacar que dentre os impressos analisados o Staffetta é o que defende de forma menos incisiva a pauta nacional da Igreja Católica. Tinham consciência dos temas tratados e abordam o ensino religioso nas escolas, estimulam a participação no processo constituinte e potencializam as ideias de nacionalização do país, no entanto esses temas aparecem em menor quantidade, se comparado aos outros impressos estudados.

A análise dos impressos permite destacar alguns temas insurgentes entre os jornais e as revistas. Observamos até o momento três núcleos temáticos, considerando o problema de pesquisa apresentado e o período explorado, são eles: a liberdade de ensino, a constituição de um espaço para a mulher e a imprensa como espaço de formação, os quais são descritos a seguir.

## **2 A Liberdade de Ensino como princípio para educação**

[...] o que se pede é permissão para ensinar a religião de acordo com os desejos dos pais das crianças que frequentam os cursos. (*Unitas*, mar/abr, 1931, p. 225)

O princípio da liberdade aparece no contexto brasileiro sob influência das ideias liberais que constituíam a base de um estado moderno e representavam o progresso social para o país. Os pressupostos liberais valorizam a ação do Estado na gestão da estrutura pública com base na afirmação de liberdade, independência e igualdade entre os sujeitos.

Um dos textos que ficou conhecido como marco, no que se refere à ideia de liberdade e principalmente no que se refere à ideia de liberdade religiosa foi a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão<sup>100</sup>, assinada na França, durante a Revolução Francesa. Refletiu em vários países e previa, no décimo artigo, que: “Ninguém pode ser molestado por suas opiniões, incluindo opiniões religiosas, desde que sua manifestação não perturbe a ordem pública estabelecida pela lei”.

A Constituição, como norma limitadora do poder governamental, busca garantir os direitos individuais do sujeito e assim implementar o princípio da igualdade, ou seja, todos são iguais perante o Estado e cabe a esse garantir, respeitando a constituição, os direitos do cidadão. O poder exercido pelo Estado deve ser mediado pela carta magna e buscar o bem de todos.

No Brasil, a Constituição Imperial<sup>101</sup>, em seu artigo 179, afirmava a liberdade da seguinte forma: “A inviolabilidade dos direitos civis e políticos dos cidadãos brasileiros, que têm por base a liberdade, a segurança individual e a propriedade, é garantida pela constituição do Império”; a liberdade como direito do cidadão anuncia a influência das ideias liberais ainda no contexto do Império.

A Constituição de 1824 afirmava a religião Católica como religião oficial do Estado. Tal situação foi alterada radicalmente com a proclamação da república e com a primeira Constituição Republicana que estabelece a laicidade do estado e anuncia, assim, a ruptura entre Estado e Igreja; por consequência, o fim do padroado no Brasil.

---

<sup>100</sup> A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 26 de agosto de 1789, é um dos documentos de maior repercussão da revolução francesa. Define os direitos individuais e coletivos dos homens. No artigo primeiro, explicita a compreensão de homem como um sujeito livre: “Art. 1 Os homens nascem e são livres e iguais em direitos”.

<sup>101</sup> A Constituição de 1824 foi a constituição do Império do Brasil; no que se refere à educação, restringiu-se no artigo 32 em definir “a instrução primária e gratuita para todos os cidadãos”, sem especificar como isso seria feito e no artigo 33 tratou da função dos colégios e universidades, definindo-os como local “aonde serão ensinados os elementos das ciências, belas artes e artes”. De acordo com Portela (1876), esses dois artigos foram transcritos para a constituição portuguesa em 1826.

De acordo com Cury (1978, p.14) “o padroado transformava o imperador numa espécie de 'censor' dos atos da Santa Sé” e, por consequência, tornava a Igreja Católica no Brasil desligada das preocupações de Roma. Cury afirma que “nesta fase a Igreja foi uma obra do Império Brasileiro”. A proclamação da república rompe com o padroado e permite que a Igreja Católica reestruture-se internamente com certa autonomia em relação ao controle do Estado, os laços com a Santa Sé são reestabelecidos e a Igreja brasileira ingressa em uma nova fase em sintonia com as ideias de recatolização.

Na primeira constituição republicana, a ideia de liberdade aparece na seção II – referente à declaração de direitos do cidadão, no artigo 72: “A Constituição assegura a brasileiros e a estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade, à segurança individual e à propriedade nos termos seguintes”. Cita diversos itens e entre eles afirma que o ensino oferecido nos estabelecimentos públicos será leigo.

Ambos os textos apresentam o conceito de liberdade que se consolida de forma diferenciada, considerando o contexto político de cada época. No entanto, a presença destas ideias no cenário brasileiro indica a mobilização acerca da percepção do sujeito em consonância com a ideia de um sujeito livre.

De certa forma, os dois primeiros textos constitucionais do Brasil apresentam influência das ideias liberais em desenvolvimento no período e resquícios do ideário da revolução francesa no que tange a liberdade de culto. A liberdade era uma tendência global para os estados democráticos, embora tenha sido pensada e organizada de forma diferente em cada local, o pressuposto da liberdade não comportava a ideia de uma única religião no espaço escolar.

A primeira Constituição Republicana mantém sintonia com as ideias liberais e estabelece a democracia representativa para o país, estabelecendo alguns critérios para o exercício do voto e a participação dos cidadãos em processos eleitorais. Dentre eles a exigência das “primeiras letras”, para o exercício do voto. De certa forma, tal prerrogativa valoriza o espaço escolar a longo prazo.

A Constituição Republicana estabelecia que o governo federal deveria se responsabilizar pelo ensino superior; os outros níveis de ensino eram

responsabilidade das secretarias de cada estado, devendo cumprir as deliberações da constituição, com destaque para o ensino laico.

A descentralização federativa da educação possibilitou a ocorrência de várias reformas educacionais nos estados que possuíam certa autonomia para gerenciar a organização escolar. Nota-se a utilização de diferentes métodos pedagógicos e o aumento no oferecimento da educação escolar. No entanto, os estados apresentavam discrepâncias na arrecadação, o que limitava o investimento na educação.

A participação estabelecida por meio da representação faz parte do imaginário esperado para um estado moderno que apresenta a educação como item de um programa mais amplo que propõe uma organização específica para a sociedade. As instituições educativas assumem a responsabilidade de projetar a sociedade do futuro e possibilitam uma formação básica para que o sujeito se encaixe nesta estrutura. Nessa lógica, a liberdade de ensino é mediada pelas opções do Estado que estabelece de forma prática o que deve ser aprendido no espaço escolar.

A liberdade de ensino no universo escolar apresenta algumas polêmicas e tal debate adquiriu visibilidade; no caso brasileiro, com a declaração da escola laica. Os grupos religiosos, dentre eles os católicos como grupo majoritário, questionam a laicidade da educação estabelecida pela carta magna e organizam-se para alterar essa legislação.

A liberdade de ensino é entendida, neste trabalho, em acordo com Martins (1976), que define a possibilidade de escolha sobre um determinado gênero de educação, ressaltando os limites estabelecido pelo Estado, por meio de sua legislação.

Entende-se por liberdade de ensino a prerrogativa de se escolher um determinado gênero de educação. O adulto, em estado de educação permanente, faz sua escolha; a família faz a opção pelo menor. A fim de que a escolha não seja privilégio de poucos, o Estado cria as condições de sua efetivação, quer abrindo suas escolas, quer destinando subsídios – sob cautelas – para a manutenção do pluralismo escolar, quando os responsáveis são idôneos. (MARTINS, 1976, p. 7)

A forma como um país entende a liberdade de ensino está atrelada à forma como ele concebe o sujeito e garante seus direitos. De forma geral, no meio social, a liberdade individual está condicionada ao bem comum e o exercício da liberdade é mediado pela ação do Estado. De certa maneira, a ideia ontológica acerca da liberdade atrelada à liberdade de consciência perde espaço para uma ideia de liberdade funcional, onde a autonomia do sujeito é mediada pelas regras do Estado.

Ainda sobre a liberdade de ensino, é importante ponderar que a Igreja católica será umas das proponentes desde debate, pois questiona constantemente o inciso constitucional que define como leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e disputa de forma organizada a alteração do mesmo. A seguir, trataremos dos argumentos estabelecidos pela Igreja Católica contra o ensino laico e a favor da inserção do ensino religioso no espaço escolar.

## 2.1 A Liberdade de Ensino na lógica pontifícia

*A instrução sem Deus e sem religião foi o que me precipitou no crime e na desgraça. (Rainha dos Apóstolos, 1932, fevereiro, p. 32)*

A expressão “Liberdade de Ensino” não aparece nos dois primeiros textos constitucionais do Brasil; no entanto, ocorre a disputa conceitual acerca do ensino escolar, o que nos remete à problematização sobre qual instituição deve definir a pauta do ensino escolar.

A base da argumentação católica estava localizada no direito dos pais de escolherem o tipo de educação recebida pelos seus filhos. Ainda que advogassem em causa própria, colocaram a liberdade de ensino no foco no debate e potencializaram a argumentação acerca do tema; os católicos pautaram de forma global e unificada a liberdade de ensino.

O discurso da Igreja do Rio Grande resgatou fortemente não apenas o dever da mesma em educar, mas, sobretudo, seu direito. Sendo a instituição escolar um dos meios principais de educação, a Igreja reivindicava o direito a uma escola que, penetrada do espírito cristão,

servisse à educação cristã e, desse direito, não podia nunca renunciar, sendo este diretamente relacionado à educação religiosa. (CORSETTI, 2007, p. 300)

Os Católicos defendiam a liberdade de consciência como prerrogativa da liberdade de escolha que era garantida pela constituição brasileira; afirmavam que a possibilidade de escolha só seria realmente efetivada se o sujeito tivesse a oportunidade de conhecer para posteriormente escolher.

A ideia de liberdade presente na constituição brasileira possibilitava aos católicos construir uma argumentação que, envolvendo o texto legal, responsabilizava o Estado pela prática efetiva da liberdade. “A questão, que se discutia ao nível do direito constitucional, envolve uma filosofia de educação e ganha outra dimensão, quando se inquire, também, sobre a política educacional, que deve implicar o exercício da liberdade garantido pela constituição” (MARTINS, 1976, p. 54)

As orientações presentes nas encíclicas papais apresentam de forma sistematizada a organização estabelecida pela Igreja Católica com o objetivo de reafirmar seus valores e a reação estabelecida contra a tendência laicista do Estado moderno.

A documentação pontifícia aponta a orientação estabelecida por Roma para toda a Igreja Católica. Dados os nossos interesses, destacamos três encíclicas que nos ajudam a pensar a postura assumida pela Igreja no Brasil, no período que estudamos e no que tange a temática da liberdade de ensino, são elas a ***Rerum Novarum*** (1891), de Leão XIII; a ***Ubi Arcano Dei*** (1922), de Pio XI e a ***Divini Illius Magistri*** (1929), também de Pio XI. As três encíclicas destacadas foram as mais citadas nos impressos que analisamos.

A Igreja Católica reage à constituição de um estado laico e estabelece assim uma estratégia que busca unificar os discursos por meio das encíclicas papais. Nesta lógica, citamos Leão XIII, com a publicação da ***Rerum Novarum***, que critica a industrialização e as relações baseadas na exploração do trabalho, mas aprova diversas reivindicações dos operários, no que se refere a direito social. A crítica de Leão XIII era em relação à ideologia liberal que se explicitava no crescente processo de industrialização, nas mudanças no processo de

trabalho, no acúmulo de capital e nos princípios doutrinários dos movimentos socialistas, comunistas e anarquistas.

No primeiro parágrafo da *Rerum Novarum*, no item relativo à introdução, Leão XIII anuncia a oposição da Igreja Católica sobre a industrialização e as relações humanas geradas por esse processo.

*A sede de inovações, que há muito tempo se apoderou das sociedades e as tem numa agitação febril, devia, tarde ou cedo, passar das regiões da política para a esfera vizinha da economia social. Efetivamente, os progressos incessantes da indústria, os novos caminhos em que entraram as artes, a alteração das relações entre os operários e os patrões, a influência da riqueza nas mãos dum pequeno número ao lado da indigência da multidão, a opinião enfim mais avantajada que os operários formam de si mesmos e a sua união mais compacta, tudo isto, sem falar da corrupção dos costumes, deu em resultado final um temível conflito. (Rerum Novarum, 1891, primeiro parágrafo da introdução)*

A encíclica *Rerum Novarum* anuncia a desaprovação da Igreja Católica ao Estado moderno<sup>102</sup>; estabelece a crítica, assumindo-se a favor dos operários e propondo uma organização social para o Estado que contemple liberdade do sujeito. Embora tenha sido publicada em 1891, será citada e referendada como diretriz para a organização dos operários por muito tempo.

A encíclica estimula a organização dos trabalhadores em associações. Na lógica do texto, os trabalhadores deveriam se preocupar em defender os direitos trabalhistas no presente para garantirem o futuro, deveriam selar pelo desenvolvimento humano e também espiritual do sujeito.

Convite para os operários católicos se associarem

*é necessário ainda prover de modo especial a que em nenhum tempo falte trabalho ao operário; e que haja um fundo de reserva destinado a fazer face, não somente aos acidentes súbitos e fortuitos inseparáveis do trabalho industrial, mas ainda à doença, à velhice e aos reveses da fortuna. (Rerum Novarum, 1891)*

A convocatória realizada pelo Papa, em 1891, no que se refere à organização dos operários em associações, foi se efetivando lentamente em diversos países. No Brasil, no início do século XX, surgem diversas instituições

<sup>102</sup> A Igreja Católica estabelece a sua crítica ao Estado moderno laico que não admite a religião.

representativas sob coordenação, liderança ou influência da Igreja Católica.

Transcrevemos abaixo o primeiro editorial do jornal 'O Trabalho' publicado pelo Círculo Operário no Rio Grande do Sul e em que se percebe conexões explícitas com a *Rerum Novarum*.

### **O Trabalho**

Surgiu 'O Trabalho'.

Irrrompendo hoje para a luta 'O Trabalho', sente-se feliz por poder interpretar as aspirações nobres e justas do proletariado.

É o brado de milhares de brasileiros que quer salvar seus companheiros das teias perniciosas de ideias nocivas e princípios malsões.

Significa a arrancada enérgica de um povo que quer lutar pelo seu bem e estar dentro da justiça e do direito humano.

É a concretização da cooperação das energias empregadas para o reerguimento espiritual e econômico da pátria.

Onde quer que exista um necessitado, 'O Trabalho' exercerá sua ação imediata e irretorquível, para socorrê-lo e defendê-lo até o último instante.

Pugnará pela confirmação da paz e desvendará as tramas indignas daqueles que fomentam as animosidades e as discórdias.

Não servirá a facciosos, nem individualismos, porque batalhará só e unicamente pelos interesses da coletividade.

Não o animam ambições pessoais, não o acalentam ideias perversas, não o conduzem planos nocivos. Marcha firme, confiante na vitória de seu programa.

Batalhará incessantemente pela causa que defende, que é a causa dos Círculos Operários, dignificando o trabalho e prestando aos sócios todo o gênero de benefícios possíveis.

Será a palavra escrita dos Círculos Operários que ecoando por estas nossas quebradas há de conclamar os operários gaúchos para uma organização e uma mobilização geral em prol das ideologias sadias, capazes de salvaguardar os seus interesses morais e materiais e assim os interesses da pátria.

Surge de cabeça erguida e jamais se curvará porque nasce da verdade, da justiça e da ordem.

Milhares de trabalhadores organizados sob a bandeira dos Círculos Operários são o pedestal de mármore em que se entroniza a salvação das massas proletárias. E o C.O. há de conduzi-las, pelejando com dignidade, com desassombro, com vigor.

O pavilhão glorioso dos Círculos Operários conduzido pelo pulso firme e vigoroso do operário há de tremular sobre todas as localidades, em todas as fábricas, em todas as usinas com todas as casas de campo da nossa terra.

Ele vai inflamando e conflagrando o RS em todas as zonas, deixando após si não a desolação e o terror, mas o entusiasmo, a dedicação, o alívio, o socorro aqueles que lutam por suas reivindicações.

'O Trabalho' é uma clarinada que convoca a todo o proletariado para uma ação conjunta em sua defesa.

'O Trabalho' simboliza este erguimento cheio de glória que há de se perpetuar nas páginas da nossa história como sendo a labareda candente, que arrasando o mal e os erros, fará surgir os melhores dias

de uma idade nova. (Editorial do n. 1, do ano 1, do Jornal 'O Trabalho', Porto Alegre, 08/12/1934)

O primeiro Círculo Operário do Brasil foi criado no Estado do Rio Grande do Sul e acata o desafio proposto pela encíclica de criar uma organização coletiva que represente e defenda os interesses dos operários.

O movimento operário faz parte da estratégia estabelecida pela Igreja Católica com o objetivo de ampliar espaço de intervenção social; explorava a falta de políticas sociais por parte do Estado e propunha, através do sindicalismo cristão, o acesso à assistência. Ainda atuava como elemento regulador das relações sociais, considerando que pretendia estabelecer uma relação harmônica<sup>103</sup> com o Estado.

Nota-se que o jornal *O Trabalho*, vinculado ao Círculo Operário do Rio Grande do Sul, utiliza a encíclica como argumento discursivo que potencializa a organização dos Círculos Operários.

#### A Igreja Católica e a Questão Social

[...]

A doutrina social católica, condensada nas magistraes encyclicas *Rerum Novarum* de Leão XIII e a Quadragésima ano de Pio XI, conservando o princípio natural do direito de propriedade, mas insuflando-lhe o espírito Cristão que lhe dá um caráter social, além do individual, procura a solução do problema operário na cooperação das classes, no espírito cristão de caridade e de justiça local que devem animar patrões e operários.

A doutrina social católica difere essencialmente, tanto do caduco liberalismo econômico, como do blandicioso socialismo que tanto tem seduzido o proletariado, arrastando-o ao comunismo animalizante.

[...] (*O Trabalho*, 22/12/34, p. 1)

A *Rerum Novarum* critica as ideias liberais que se explicitavam na sociedade e, paralelamente a essa crítica, estabelece mecanismos para organizar os operários neste novo contexto. A carta é uma reação da igreja no intuito de consolidar uma base social que enfrentasse a tendência laicista do Estado moderno.

Já a encíclica **Ubi Arcano Dei** (1922), de Pio XI estimulava os católicos e

<sup>103</sup> De acordo com Diehl (1990, p.11), ao analisar os elementos constituintes dos Círculos Operários, é possível identificar a busca pela harmonia social sob o manto de um pensamento hegemônico.

os leigos a organizarem-se em agremiações, grupos, legiões e entidades em prol da catolização do mundo. Esse conjunto de ações leigas compõe a prática da Ação Católica e se constitui diferentemente em cada local.

A prática da Ação Católica é inspirada no lema do pontificado de Pio XI: “restaurar todas as coisas em Cristo”. Tal lema explicita o desafio posto para a Igreja no que se refere à cristianização do mundo e à restauração da fé.

A difusão em larga escala e grande atividade do apostolado que, pela oração, a palavra da boca, pela imprensa religiosa, por exemplo pessoal, por obras de caridade procura de todas as maneiras possíveis para conduzir as almas ao Sagrado Coração de Jesus e para restaurar o mesmo Sagrado Coração, seu governo soberano sobre a família e sobre a sociedade. Referimo-nos também à *batalha santa* travada em tantas frentes de reivindicar para a família e a Igreja dos direitos naturais e divinos que eles possuem sobre a educação e a escola. Finalmente, incluímos entre estes frutos de piedade que todo grupo de movimentos, organizações, e funciona tão caro ao nosso coração de pai que passa sob o nome de "Ação Católica", e em que temos sido tão intensamente interessados. (*Ubi Arcano Dei*, 1922, item 54)

A convocatória feita pelo papa PIO XI é reproduzida em vários jornais católicos. No Brasil, a Ação Católica se constituiu de forma ampla, incorporando grupos do laicato católico e fomentando a criação de outros grupos que atuariam sob influência da Igreja Católica.

#### A Ação Católica

Entre as causas que merecem a máxima atenção é decidido o apoio de todos quanto querem ser filhos fiéis da igreja, ocupar, sem dúvida alguma, lugar primordial na ação católica, por ser com tamanho empenho recomendada pelo S. Padre PIO XI, denominou ‘a pupila dos nossos olhos’.

É pois, e deve ser do interesse de todos conhecer, antes de tudo, o que vem a ser a Ação Católica, vai nisso a condição preliminar do seu estabelecimento. Ora, ninguém melhor do que o próprio Papa para dizer. Eis porque entendemos que nos jornais católicos não pode ser omitida esta paternal e luminosa palavra, dirigida ao Cardeal Segura e Saenz, arcebispo Toledo, por ocasião do Congresso da Ação Católica de Madrid.

[...]

Ela (**Ação Católica**) deriva da necessidade que a hierarquia eclesiástica sempre sentiu de ter cooperadores no estado leigo católico e, por outro lado, o desejo que esses mesmos leigos católicos devem nutrir bem intenso no seu coração, de darem de bom grado ao clero a própria cooperação, para o pacífico triunfo do Reino de Jesus Cristo.

[...] (*Estrella do Sul*, 12/01/1930, p. 1, grifo nosso)

A ideia defendida pela encíclica de catolizar o mundo encontra forte eco no Brasil, pois vários movimentos, grupos, associações, entre outros surgem após a publicação da encíclica, o que nos indica: primeiro, um contexto de disputa que possibilitava o surgimento desses grupos e, segundo, a ideia da romanização presente no movimento católico brasileiro.

A Encíclica *Divini Illius Magistri*, de PIO XI, publicada em 1929, incorporou elementos na argumentação a favor da liberdade de ensino. Apresentava uma introdução que valorizava a educação cristã, quatro subtítulos e conclusão; os subtítulos abordavam de forma muito clara e objetiva a concepção de educação defendida pela Igreja Católica. Nos impressos que temos estudado, a encíclica em questão foi a mais citada. Nota-se trechos da encíclica reproduzidos em vários momentos dos impressos.

#### **A QUEM PERTENCE A EDUCAÇÃO**

##### **A) Em geral**

A educação é obra necessariamente social e não singular. Ora, são três as sociedades necessárias, distintas e também unidas harmonicamente por Deus, no meio das quais nasce o homem: duas sociedades de ordem natural, que são a família e a sociedade civil; a terceira, a Igreja, de ordem sobrenatural. Primeiramente a família, instituída imediatamente por Deus para o seu fim próprio que é a procriação e a educação da prole, a qual por isso tem a prioridade de natureza, e portanto uma prioridade de direitos relativamente à sociedade civil. Não obstante, a família é uma sociedade imperfeita, porque não possui em si todos os meios para o próprio aperfeiçoamento, ao passo que a sociedade civil é uma sociedade perfeita, tendo em si todos os meios para o próprio fim que é o bem comum temporal, pelo que, sob este aspecto, isto é, em ordem ao bem comum, ela tem a preeminência sobre a família que atinge precisamente na sociedade civil a sua conveniente perfeição temporal.

A terceira sociedade em que nasce o homem, mediante o Baptismo, para a vida divina da graça, é a Igreja, sociedade de ordem sobrenatural e universal, sociedade perfeita, porque reúne em si todos os meios para o seu fim, que é a salvação eterna dos homens, e portanto suprema na sua ordem. (Encíclica *Divini Illius Magistri*, Papa PIO XI, 1929)

A *Divini Illius Magistri* defende os princípios da educação cristã para a juventude e para a ação católica. Reconhece o direito do Estado no que se refere ao ensino escolar e à educação de forma geral; reafirma a função e a relevância

da família no trato desse tema, condena o laicismo escolar e convoca o laicato católico a agir em prol da religião.

Lopes (2003), ao tratar da revista do ensino de Minas Gerais, observa que a encíclica *Divini Illius Magistri* foi amplamente divulgada em vários impressos do período e absorvida por diversos setores do laicato católico.

A repercussão dessa encíclica foi enorme. Foi citada não apenas pelos porta-vozes oficiais da Igreja, ou seja, outros papas, bispos e toda a hierarquia eclesial e seus meios de divulgação, mas também por vários educadores que, instalados no campo do leigo e do público, daí repetiam seus ensinamentos e suas formas de conduta ideais. (LOPES, 2003, p. 39)

A encíclica *Divini Illius Magistri*, ao tratar da educação Cristã da Juventude foi um eficiente recurso pedagógico que possibilitou a unificação do discurso acerca deste tema. Os quatro subtítulos que compunham o corpo da carta abordavam e respondiam as seguintes questões: a quem pertence a educação? (Igreja, família e por último o Estado); o sujeito da educação (o homem); o ambiente da educação (família, igreja, obras educativas, escola); e, por fim, a finalidade da educação cristã (formar o homem no modelo do grande mestre).

Em acordo com Garcia e Capdeville (2001, p.157), “é importante ressaltar ainda que a encíclica trata com especial interesse os problemas pedagógicos com ampla explicitação do que compete à família, à Igreja e ao Estado”.

A liberdade de ensino advogada pelos católicos afirma a família como responsável pela educação das crianças e advoga a favor do direito de escolha por parte do sujeito sobre a sua educação. Entende-se que o adulto pode fazer suas escolhas e a criança é tutelada pela família. Nesta lógica, a família adquire autoridade sobre o que deve ser apreendido pelo sujeito.

A encíclica *Divini Illius Magistri* dirigia-se aos fiéis de um orbe católico que obedecia às normas da Igreja, por isso a obra da educação se confundia com a da educação cristã. Nessa perspectiva o primeiro problema que apareceu foi: a quem pertence a missão de educar? A Encíclica respondeu que, em primeiro lugar, à Igreja, por sua missão sobrenatural, em seguida à família, por sua fonte natural e, finalmente de modo subsidiário, ao Estado, que é responsável pelo bem comum (TAMBARA, 1995, p. 418)

Os católicos potencializaram a divulgação da encíclica *Divini Illius Magistri*, considerando o contexto local e as disputas estabelecidas pela instituição. A mobilização acerca da constituição absorve o movimento católico e a encíclica contribuía com o debate sobre o lugar da educação escolar na sociedade, bem como acumulava argumentos a favor da liberdade sobre o ensino.

#### **A educação Cristã da juventude**

Chamamos a atenção dos nossos leitores, principalmente dos pais de família, sobre a ministrável encíclica do Santo padre Pio XI, sobre a educação Cristã da juventude.

É o representante de Jesus Cristo na terra que, com plenitude de sua autoridade, traça os princípios em que assenta o assunto de tão capital importância e dita as normas que devem reger. A sua palavra tem força de lei e deve ser aceita por quem se diz católico, e por ele se deve reger a educação dos filhos, para que ela seja verdadeiramente cristã. (*Estrella do Sul*, 25/05/30, p. 4)

A escola faz parte do projeto de sociedade disputado pela Igreja Católica e cumpre a função social de formar humanisticamente o indivíduo. A crítica estabelecida pelos católicos à escola pública está localizada na ideia de uma escola laica, baseada no cientificismo e desprovida da religiosidade, que na lógica do catolicismo seria responsável pela formação do sujeito pleno. Jamais a Igreja Católica cogitou a extinção da escola, o que ocorre é a disputa pelo direito de intervir neste espaço. “Os povos modernos ocupam-se muito da instrução, que abre o espírito, e desprezam a educação, que forma o caráter” (A Palavra 04/04/31 p. 1)

## **2.2 A família e a liberdade de ensino**

*Um dos assuntos que muito deve interessar aos pais é, sem dúvida alguma, a educação dos filhos, e isso é um problema de não fácil solução por parte de todos aqueles que o encaram devidamente. (A Palavra, 01/03/1930, p. 1)*

As mudanças anunciadas com o século XX exigiram a reorganização do

discurso da Igreja a fim manter-se como referência religiosa, principalmente no Brasil. Nota-se como estratégia utilizada a valorização das questões humanísticas que ganhavam espaço no cenário social, como, por exemplo, a questão da liberdade e da igualdade. Neste sentido, destacamos um artigo publicado no jornal *Staffetta Rio-grandense* sob o título: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, que convoca os católicos e os simpatizantes a lutar pela liberdade e afirma que parte desta luta é guerrear contra a escola laica e outros.

#### Liberdade, igualdade e fraternidade

Eis o pomposo grito que ecoa no dia de hoje pelo orbe inteiro. Bradam em altas vozes pelas ruas, praças e assembleias, oradores públicos repetem: liberdade! Liberdade! Sim, liberdade bradaremos nós católicos brasileiros; mas a liberdade a que nós aspiramos e queremos é a liberdade dos filhos de Deus, aquela liberdade que formou a norma da ação heroica de Garcia Moreno, o grande e simpático vulto sul americano: liberdade para tudo e para todos, menos para o mal e os malfeitores.

Não, não queremos nós católicos a falsa liberdade que persegue a inocência e deixa impuro o vício; queremos liberdade, mas para o bem e para a virtude. Queremos liberdade sã que declara guerra à má imprensa cheia de blasfêmias e imoralidade, guerra à escola neutra, à escola sem Deus, mãe e mestra da descrença.

Eia! A nossa pátria, o caro Brasil; homens sem princípios nem fé procuram e querem infiltrar-lhe o mal escondido sob a capa de títulos pomposos. Eia! Cumpre unirmo-nos para propugnar a verdadeira liberdade para o engrandecimento dessa nossa cara pátria que amamos com o mais terno e santo amor. Eia! Ao combate para o bem, seja o nosso lábaro; o pavilhão auriverde, o nosso escudo; o cruzeiro, símbolo da nossa santa religião.

A vitória será nossa.

Prof. Ludovico Maestri (*Staffetta Rio-grandense*, 21/02/1934, p. 1)

Cabe ponderar que Garcia Moreno<sup>104</sup> foi presidente por dois mandatos no Equador, no final do século XIX, quando assumiu a presidência estabeleceu que a religião católica apostólica romana era a única permitida no país; qualquer outra era proibida. Considerando que o catolicismo era a religião oficial do estado, o ensino religioso era disciplina obrigatória em todos os níveis de ensino; escolas públicas e particulares seguiam a mesma orientação. Moreno moldou o seu

<sup>104</sup> Garcia Moreno nasceu em Guayaquil, sul do Equador, em 24 de dezembro de 1821. Seu pai faleceu quando ele era pequeno e sua mãe procurou um sacerdote para ensinar-lhe as primeiras letras; estudou depois no Colégio San Fernando de Quito e, movido pelo fervor religioso, iniciou seus estudos para se tornar padre, mas desistiu, segundo ele por falta de vocação. Logo a seguir entrou na faculdade de Direito e, depois de formar-se, dedicou-se à política. Maiores detalhes sobre a trajetória de Garcia Moreno, ver Pattee (1955): “Gabriel Garcia Moreno e o Equador de seu Tempo”.

governo mantendo o catolicismo como elo de força política; o que unia a nação era a religião.

A exaltação da prática de Moreno presente no *Staffetta Rio-grandense*, sob o título “liberdade, igualdade e fraternidade”, busca mobilizar o leitor para uma ideia de liberdade mediada pelo Estado e em acordo com os pressupostos do catolicismo.

O deslocamento de alguns conceitos pelo grupo católico nos indica a necessidade da instituição de adaptar-se aos contextos em disputa e estabelecer novas entradas para manter-se como referência. Passos (2002) se utiliza da leitura D. Hervieu-Léger com objetivo de pensar esse movimento da Igreja Católica no Brasil e afirma que talvez um dos limites e dos desafios para a instituição tenha sido pensar a permanência em um momento de mudanças.

As mudanças trazidas pela modernidade exigem desdobramentos, adaptações e arranjos. Segundo D. Hervieu-Léger, o problema das religiões na sociedade moderna pode ser entendido da seguinte forma: como garantir a continuidade de um grupo governado pelo imperativo da permanência, numa sociedade governada pelo imperativo da mudança?

Outra novidade do mundo de hoje é o individualismo. Na sociedade tradicional, a instituição familiar tinha mais força. Pontuava os valores, os costumes e as tradições religiosas. Família e comunidade vinham antes dos indivíduos. Dessa forma, a religião vai-se tornando também um assunto privado e objeto de escolha pessoal. Enquanto, em outros momentos, ela dava sentido à vida, ao homem, hoje se reduz a uma esfera entre outras. Suas normas e seus valores são influenciados pelas novidades da civilização moderna. (PASSOS, 2002, p. 188-189)

A defesa da liberdade de ensino, para ser eficaz no contexto de uma sociedade moderna, exigiu mudanças na estratégia política da Igreja e a constituição de um discurso que dialogasse com os conceitos liberais presentes no cotidiano. O trecho abaixo ilustra como o conceito de democracia é mobilizado como argumento a favor do ensino religioso nas escolas públicas.

Ainda se destaca neste trecho o estímulo explícito ao exercício do voto e à responsabilização do sujeito pelo futuro na nação. Ideias novas em diálogo com uma concepção liberal de Estado que ganham espaço no discurso católico e são elementos de disputa política.

### O que está em Jogo

Entre as aspirações dos católicos brasileiros quanto à futura constituição, lugar principal ocupa, sem dúvida, a admissão do ensino religioso, dentro do horário oficial, nas escolas públicas.

E se nisto não pleiteamos um privilégio exclusivo para nós, mas acordamos em que tal autorização venha em favor de todas religiões constituídas, é porque, com espírito de tolerância, queremos expandir qualquer contenda confessional neste assunto, e porque estamos convencidos da capital importância da causa.

E desta capital importância é que os católicos brasileiros devem convencer-se e ter nítido conceito do que está em jogo neste momento histórico do nosso país.

[...]

Ora, na democracia, no regime republicano, o governo e as leis devem ser o resultante da vontade popular, que se manifesta pela eleição dos seus representantes, incumbidos de plasmarem a nova constituição.

Daí decorre, em rigorosa lógica, a responsabilidade dos cidadãos católicos: a eles cabe dizer se ratificam ou não o ato ímpio da expulsão de Deus da escola.

Esta responsabilidade será tanto daqueles que votarem em candidatos partidários do ateísmo oficial na instrução pública, como daqueles que se conservarem indiferentes e alheios ao pleito: uns e outros ratificam a expulsão de Deus; os primeiros explicitamente; os segundos tacitamente, mantendo-se calados, quando não lhes é permitido silenciar.

Portanto, brasileiros católicos, é disso que se trata, quanto à escola e quanto à aspiração do ensino religioso: todos em geral, e cada um individualmente, na futura eleição para a constituinte hão de dizer querem Deus na escola, ou se dela querem expulso.

Mons. Marx (*Estrella do Sul*, 26/04/1931, p. 1)

Mons. Marx é editor do jornal *Estrella do Sul*, membro da Boa Imprensa do Rio Grande do Sul e cargo de confiança de Dom Becker. É uma figura presente na Revista *Unitas*. A manifestação apresentada acima nos surpreende, pois é incomum a explicitação da autoria nos textos publicados no *Estrella do Sul*. A nossa hipótese sobre a falta de autoria ou omissão das autorias está relacionada à Boa Imprensa, pois, como já dito, a mesma produzia ou indicava artigos para publicação em jornais e revistas, o que nos ajuda a entender a publicação do mesmo texto em jornais católicos que circulam em regiões diferentes do país.

O movimento católico coloca-se contra a ideia de uma escola laica e não contra a instituição escolar; bem pelo contrário, a escola é valorizada como espaço de formação do sujeito que deve, na lógica católica, propiciar uma

formação integral, incluindo a formação religiosa.

Nesta lógica, é comum encontrar nos impressos alguns textos muito incisivos que indicam a obrigatoriedade do encaminhamento das crianças para as instituições educativas. Nota-se que o jornal *Estrella do Sul* apresentou em destaque, impresso na primeira página, em várias edições, a seguinte chamada: “O pai que não manda seu filho à escola é um criminoso” (*Estrella do Sul*, 07/12/30, p. 1). A reprodução da mesma nota várias vezes indica a valorização do espaço escolar e reafirma a responsabilidade da família, representada na figura paterna, pela educação das crianças.

A liberdade de ensino consolidou-se como um dos principais argumentos utilizados pela Igreja Católica a favor do ensino religioso nas escolas; defendia a possibilidade de cada um escolher o que é necessário para a sua formação; no caso dos infantes, impossibilitados de escolher pela sua imaturidade, cabia à família fazer a escolha.

[...]

É evidente, pois, que quando os católicos impetram, na futura constituição, seja permitido, explicitamente, por uma declaração formal, o ensino religioso nas escolas, não está pedindo que o ensino a ministrar seja a religião católica, nem de outra qualquer religião tomada particularmente. O que se pede é permissão para ensinar a religião de acordo com os desejos dos pais das crianças que frequentam os cursos. (*Unitas*, mar/abr, 1931, p. 225)

Embora a construção discursiva utilize a expressão: “o que se pede é permissão para ensinar qualquer religião”. Na prática, o retorno do ensino religioso facultativo nas escolas se consolidaria como o ensino dos princípios do catolicismo, dada a nossa identidade e construção histórica cultural.

A investida presente na imprensa é a responsabilização da família pela educação da prole. A escolha por uma educação de qualidade ou sem qualidade é responsabilidade da família, que deve buscar o melhor para seus filhos. “Vós, queridos pais, sóis os jardineiros desse jardim divino da alma do vosso filho, chamados a fazer desta terra bendita um paraíso.” (A Palavra, 22/03/30, p.1)

A família também é responsabilizada pela atuação do Estado, ou seja, cabe à mesma escolher e pressionar os seus governantes para receber uma

educação de qualidade e de acordo com seus princípios.

#### Educação

Um dos assuntos que muito deve interessar aos pais é, sem dúvida alguma, a educação dos filhos, e isso é um problema de não fácil solução por parte de todos aqueles que o encaram devidamente.

Existem vários métodos de instrução: leiga, ateia, etc. Aponto como única e verdadeira a que é ministrada sob a base de nossa santa religião e que, portanto, está apta para formar os homens do amanhã. (*A Palavra*, 01/03/1930, p. 1)

A disputa acerca do ensino religioso facultativo constrói uma estrutura discursiva que valoriza e estimula a participação da família nas decisões sociais, seja por meio do voto, seja por meio da reivindicação perante o Estado.

No entanto, o estímulo à participação é mobilizado em prol de uma causa específica e qualquer alteração nesta lógica é negativa. A família é a primeira instância responsável pela educação e a escola, a segunda. A educação disputada é baseada nos princípios católicos e o espaço para outras manifestações é muito restrito.

A educação dos antigos tinha grande vantagem sobre a nossa, porque nunca era desmentida. No último ano de sua vida. Epaminondas dizia, ouvia, via e fazia exatamente o mesmo que na época em que principiou a ser instruído. Hoje recebemos três educações diversas ou contrárias: a dos nossos pais, a dos nossos mestres e a do mundo: e o que nos ensinam na última destrói tudo quanto aprendemos nas duas primeiras. (*Estrella do Sul*, 07/12/1930, p. 3)

### 2.3 Um apóstolo da romanização – Dom João Becker

*O nome de Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, já é conhecido sobejamente em todo o país, mercê das obras notáveis, como o de um sociólogo de grande valor. Destaca sua palavra na tribuna sagrada, como no texto de seus livros [...] (Estrella do Sul, 05/06/1932, p. 1)*

Dom João Becker, arcebispo de Porto Alegre, consolida-se como um forte soldado da romanização do catolicismo no estado do Rio Grande do Sul,

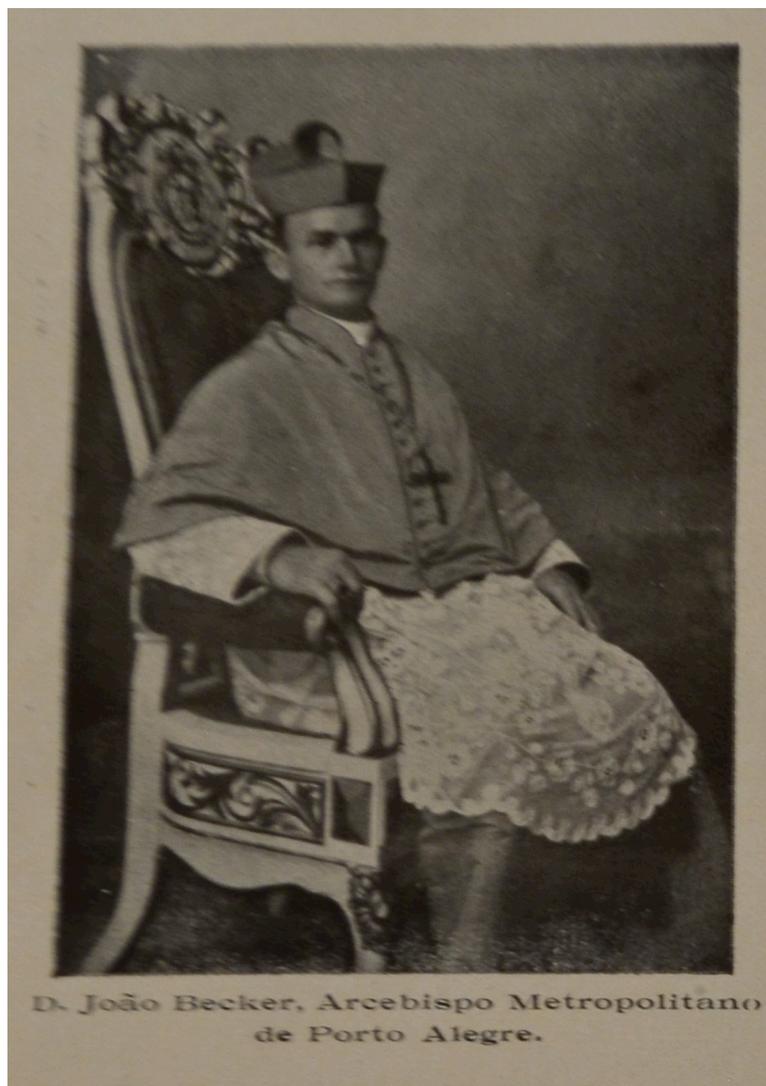
comanda a arquidiocese de Porto Alegre e mantém uma relação próxima a Dom Leme. É reconhecido pela Igreja brasileira, sendo citado em diversos impressos, também recebe convites e participa de vários eventos fora do estado.

Dom João Becker esteve à frente da arquidiocese de Porto Alegre de 1912 a 1946, vivenciou um período de intensificação da presença católica na vida Rio-grandense e atuou ativamente no fomento da prática religiosa no estado. Becker preocupava-se em formar um clero disciplinado e um laicato praticante dos sacramentos. Comprometido com a ideia de romanização da Igreja Católica afirmou a autoridade episcopal como estratégia de controle sobre a postura do clero e do laicato.

Becker acreditava na solução política para o país e sempre demarcou posição neste campo, foi muito criticado pelo apoio à política de nacionalização implementada por Vargas, “Ao interditar a pregação, o canto e a oração em língua alemã, D. João Becker passou a chamar para si a oposição de numeroso contingente de leigos e padres no Rio Grande do Sul” (ISAIA, 1998, p. 58).

No período que estudamos esta animosidade não está apresentada na imprensa católica, talvez pela periodização ou pela vinculação dos impressos com a arquidiocese de Porto Alegre e com o Centro da Boa Imprensa.

**Figura 13 – Dom João Becker**



(Rainha dos Apóstolos, 1932, setembro, p. 154)

No período em que estudamos Becker publica seis cartas pastorais que se consolidam como um rico material de referência sobre os pressupostos do catolicismo aplicados no Brasil. Elas também podem ser compreendidas como um manual que indica a postura adequada para os católicos e simpatizantes.

No quadro abaixo, busca-se situar essas cartas quanto à data de sua produção, temas tratados e quantidade total de páginas. Cabe ainda lembrar que ambas cartas foram transcritas na íntegra na revista *UNITAS* e acessamos esse material por meio do impresso.

**Quadro 9 – Cartas Pastorais de Dom João Becker**

<b>Cartas Pastorais de D. João Becker 1930-1935 - publicadas na íntegra na revista <i>Unitas</i></b>				
Revista	Ano	Publicação	Carta Pastoral – página – data - tema	Total de páginas
Unitas	1930	Setembro	19º Carta Pastoral - 88 páginas – 13/09/1930 O Comunismo Russo e a Civilização Cristã	110 pág.
	1931	Janeiro Fevereiro	20º Carta Pastoral – 92 páginas – 25/01/1931 Cristo e a República	120 pág.
		Setembro Outubro	21º Carta Pastoral – 106 páginas – 13/09/1931 O Laicismo e o Estado Moderno	136 pág.
	1932	Agosto Setembro	22º Carta Pastoral – 113 páginas – 13/09/1932 Os Católicos e a Futura Constituição	134 pág.
	1933	Novembro	23 º Carta Pastoral – 137 páginas – 12/10/1933 Sobre o Novo Estado Brasileiro	158 pág.
	1934	Agosto Setembro	24º Carta Pastoral – 132 páginas – 13/09/1934 O Futuro da Nação Brasileira	166 pág.

Fonte: Revista *Unitas* (1930 -1934)

As cartas de Becker são extensas e realizam uma análise conjuntural que engloba a situação do catolicismo no mundo e no Brasil. A redação se utiliza de um vocabulário erudito, o que nos sugere um leitor letrado e vinculado ao cotidiano da Igreja Católica, dado o vocabulário e alguns conceitos usuais no mundo eclesial.

De acordo com Tambara (1995, p.411), as cartas pastorais são documentos coletivos que figuram o pensamento médio do episcopado brasileiro e “representam, de certo modo, uma simbiose entre as diretrizes do Vaticano e as peculiaridades circunstanciais ideológicas que condicionavam a relação entre Igreja e Estado”.

Em 'O Comunismo Russo e a Civilização Cristã', Becker realiza uma crítica ao comunismo e subdivide o tema nos seguintes subtítulos: noções preliminares; país, povos e religiões da União Soviética; atraso da cultura russa; o Estado czarista e o Estado soviético; a concepção bolchevique do mundo; a finalidade suprema do bolchevismo; a constituição do Estado moderno; a ideia soviética do Estado moderno; a Ditadura bolchevista; defesa da ditadura bolchevista; o Kremlin, sede do governo bolchevista; os próceres do bolchevismo; causas do bolchevismo russo; a liberdade no regime soviético; a degradação da mulher na Rússia; a família no Estado soviético; a educação na União Soviética; o paraíso

bolchevista do operário; a condições de habitação; o ateísmo bolchevista; combate ao cristianismo; a guerra contra Deus; Deus ainda vive; confronto de duas situações; o bolchevismo não salva, destrói as nações; a propaganda internacional do comunismo; o direito da legítima defesa e a paz em Cristo.

No subtítulo 'a educação na União Soviética', Becker crítica a ação do Estado no que tange a política educacional e afirma que “O Estado comunista considera os filhos como sua exclusiva propriedade. [...] Se destruiu o direito que a família reclama sobre os filhos, porque estes, que são os futuros cidadãos, pertencem à sociedade bolchevista”. O tom que permeia o desenvolvimento da carta é a crítica negativa ao comunismo. Encerra, o último subtítulo, com um trecho da encíclica de PIO XI que afirma: “a paz em Cristo e no reino de Cristo” e subentende-se que a Rússia não era o reino de Cristo naquele momento.

Em 'Cristo e a República', Becker pauta a política brasileira e subdivide a carta nos seguintes temas: a voz do tempo e a voz de Deus; a origem da sociedade civil; a origem do poder público; reis por graça de Deus ou por direito divino; a investidura no poder político; a transmissão do poder ao sumo pontífice; o consentimento do povo; a soberania popular; a soberania do Estado; o fundamento das leis humanas; os limites da obediência à lei civil; a resistência armada ao poder tirânico; a deposição dos governos tirânicos; a injustiça da tirania política; a repressão da tirania; os aspectos da doutrina do cardeal belarmino; Santo Thomaz e a tirania dos soberanos; as reflexões de Balnes; a moral cívica ou leiga; a voz do sinal; a reforma da constituição; o dever do voto; o episcopado e a primeira república; a necessidade social da religião; a crise do trabalho; Simão Bolívar, um modelo brilhante; a igreja e a democracia e Cristo nosso rei.

Ao tratar do subtema 'moral cívica ou leiga', Becker retoma a encíclica *Rerum Novarum* para argumentar sobre os direitos e os deveres do homem e dos operários; critica a exploração do trabalho e adverte sobre as ideias comunistas. Defende a moral baseada no evangelho em oposição a uma “moral independente como a positivista, científica ou natural”. Estabelece a crítica às sociedades modernas que permitem diversas manifestações morais. No subtítulo “a reforma da constituição”, concorda com o princípio da democracia presente nas sociedades modernas, estimula o exercício do voto e afirma a necessidade de

eleger representantes comprometidos com os interesses católicos.

Nas democracias modernas, são os cidadãos que elegem seus dirigentes e determinam a forma de seus governos. A Igreja Católica não impõe sistema governativo algum, mas admite todas as formas de governo, desde que respeitem as leis divinas e conduzam o povo à consecução da prosperidade pública. (*Unitas*, jan/fev 1931, p. 67)

No 'Laicismo e o Estado Moderno', Becker organiza a carta da seguinte forma: um fenômeno geral; a significação do laicismo; os defensores do laicismo estatal; o ideal do laicismo; a religião da irreligião; a liberdade física do homem; a liberdade moral; o regime laical; a autonomia política; a laicização do Estado e de suas instituições; a origem da religião; o laicismo repugna a observação psicológica; as contradições do laicismo; outros erros do laicismo; a laicidade do regime político; as funestas realizações do laicismo; a igreja defensora da verdadeira liberdade; a moral leiga, modalidade do laicismo; a verdadeira e a falsa tolerância; a liberdade de religião; a liberdade de ensino – relações de interdependência; a irreligião ameaça o Estado de ruína; a colisão de deveres cívicos e religiosos; a mentalidade da igreja no regime de separação; o fundamento da ordem social; o cidadão no Estado leigo; os católicos na vida pública; sobre o laicismo econômico; a igreja e as questões econômicas; o caminho da salvação social; o repúdio ao laicismo; o ensino religioso nas aulas públicas; o ensino religioso nas constituições modernas; o laicismo e o bolchevismo.

Becker afirma que a expressão laica faz referência à liberdade de consciência e à liberdade de religião: “O ideal do laicismo é o pensamento livre”. Pondera que a apropriação feita no Brasil do conceito de laicismo e implementada nas instituições educacionais é equivocada; organiza o argumento da liberdade a favor do laicismo e critica os ateísmos.

A neutralidade, que se traduz pela laicidade completa das leis, não é outra coisa senão uma preferência e uma proteção em favor do ateísmo! Só, num tal sistema, a liberdade do incrêu está garantida. Ela é exercida ao preço de uma tirania em relação ao crente, duma tirania oculta sob máscara da liberdade. (*Unitas*, set/out 1931, p. 471)

Trata a liberdade de consciência, mas defende a necessidade de uma religião oficial para o país, constrói seu argumento a favor do catolicismo como religião oficial baseado na ideia de maioria, afirma que os brasileiros são majoritariamente católicos e o Estado deve prover o desejo da maioria. Encerra dizendo que o laicismo vai contra os fundamentos da sociedade e defende o ensino religioso nas escolas públicas. Ainda saúda a publicação do decreto de 1931 que autoriza o retorno do ensino religioso de forma facultativa às escolas.

A carta 'Os Católicos e a Futura Constituição' está subdividida em: a ordem constitucional; o regime ditatorial; o laicismo constitucional; lição estadista: antigos e moderados; a igreja como realidade histórica; testemunhas autorizadas; as tradições históricas; o exemplo de outras repúblicas; a norma suprema da constituinte: o direito da nação; fundamentos da ordem jurídica; o espírito da constituinte de 1823; a providência divina e os estados políticos; a política e os políticos; a prudência política e o não maquiavelismo; Deus e a política humana; a atitude da Igreja na organização do Império brasileiro; o estado e a ordem moral; os assuntos que dizem respeito à igreja e ao Estado; os católicos em face à política; César e Deus; a confiança e a oração; a consequência do ateísmo do Estado; as advertências pontifícias; as tentativas antipatrióticas; os males das revoluções; a natureza do poder eclesiástico e do poder civil; os contatos inegáveis entre a igreja e o Estado; as legislações modernas; as diretivas políticas; o exemplo da Bélgica católica; a igreja na vida política inglesa; o episcopado germânico em face de um novo partido; a atitude episcopal em face de eleições; os acontecimentos políticos em diversas nações e a união dos católicos.

A carta 'Os Católicos e a Futura Constituição' trata ainda da reforma constitucional e explora o conceito de constituição como normativa para a organização do Estado; aborda historicamente as constituições brasileiras e crítica o laicismo, também convoca os brasileiros a aderirem à defesa do catolicismo como direito do cidadão. Desenvolve o argumento a favor de uma república católica e do ensino religioso presente no cotidiano das escolas. Destaca as características de um bom político e convoca os católicos a participarem a frente do processo constituinte.

Das atribuições da religião com referência à política profana e, sobretudo, a política religiosa e eclesiástica resulta que os católicos 'têm a obrigação sacrossanta, imposta por Deus, de envidar todos os esforços para que o espírito do evangelho penetre em todas as leis e instituições dos povos'. Devemos transfundir a sabedoria e a fortaleza da religião, como um sangue vivificador, nas artérias do Estado. (*Unitas*, ago/set 1932, p. 305)

'O Novo Estado Brasileiro' está subdividido em: os momentos históricos; a revolução de 1930 e suas consequências; o dever da igreja na atualidade; a escassez de condutores de homens; a qualidade de condutor do povo; os direitos do homem e os direitos de Deus; a deformação das liberdades públicas; a igreja face às liberdades modernas; a liberdade que a igreja reclama; o valor natural e sobrenatural dos homens; a família e o estado; a voz da etnografia; o estado e o direito dos pais; a necessidade do ensino religioso; o Estado e os princípios da moral; os problemas concretos do Estado; os direitos internacionais do estado; a solução de dúvidas; a finalidade do estatuto; o liberalismo econômico e a intervenção do Estado; a autoridade e a liberdade no Estado; os deveres cívicos; o serviço militar; a comunicação do poder estatal; o novo Estado e a religião; a concentração nacional; a eugenia e néo-maltusianismo; a educação sexual; o estado integral brasileiro e as considerações finais.

Becker faz uma retrospectiva histórica de como foram constituídas as constituições brasileiras; afirma a responsabilidade dos católicos com a nação e com a pátria e convoca todos à reconstituição do país. Afirma que a crise do Estado é um problema contemporâneo e faltam condutores para o povo, trata da educação com foco no ensino religioso e na educação sexual, valoriza a família e mostra-se satisfeito com o projeto de lei apresentado pelo ministro Osvaldo Aranha; encerra a carta desejando uma feliz Pátria a todos.

Por isso, teve plena razão o ilustre ministro Osvaldo Aranha quando consagrou esse direito no projeto de lei apresentado, em março de 1933, à comissão encarregada de preparar a futura constituição do país. 'Art. 1 – a união compete promover, orientar e dirigir a instrução em todos os seus graus, primário, secundário e superior. Parágrafo único: - na difusão e manutenção do ensino público, com a União colaboram os estado e os municípios. Art. 11 – aos pais incumbe o dever de assistir o direito natural de educar os filhos, preparando-os no ponto de vista físico, intelectual, moral e social, para as responsabilidades da vida. Parágrafo 1 – o dever de dar instrução aos filhos, podem cumpri-los os pais, mas escolas públicas, nos estabelecimentos particulares ou no lar

doméstico. Parágrafo 2 – ao estado, em colaboração com as iniciativas particulares, incumbe subsidiariamente o dever de assistência e proteção às crianças, físicas ou moralmente abandonadas’

Este artigo exprime a verdadeira liberdade de ensino. Aos pais compete o ensino dos filhos escolhendo as escolas e os mestres. O estado auxilia e ministra o ensino aos que assim não possam ser instruídos. (*Unitas*, nov. 1933, p. 364)

Em 'O futuro da Nação', Becker trata dos seguintes temas: a colaboração no destino nacional; a autoridade da nova constituição; os trabalhos da ação católica; a justiça e a fraternidade; a eugenia e o eugenismo; a norma moral dos atos humanos; o esclarecimento sobre a consciência; a salvação do paganismo antigo e moderno; a igreja católica organizadora da sociedade humana; a estiepicultura e a esterilização; a insuficiência da esterilização na homicultura; a eugenia e a moral cristã; as intoxicações alcoólicas, as morfina e as cocaínas; a educação à continência; a cruzada dos bons costumes; a frustração do fim natural; o grave castigo dos excessos genésicos; o fundamento natural e divino da família; os atributos necessários do casamento; as noções de teologia médico pastoral; a organização do cinema; o combate ao mau cinema; a importância da ação católica; a ação católica desenvolvida; a importância religiosa e social do clero; os encargos e as obrigações do sacerdote; a proteção ao sanatório de tuberculosos; a urgente medida sanitária e social e o olhar retrospectivo.

A carta pastoral apresenta júbilo com a nova carta constituinte do Brasil, observa a responsabilidade dos católicos com a pátria e com a autoridade do Estado. Retoma a função da ação católica e saúda a participação política dos católicos. Parabeniza o país pela vitória na constituição: “E quem contemplar a situação brasileira da atualidade, depois de lutas reunidas de caráter moral e material, e agora, sob os auspícios da nova constituição, deve exclamar: 'Oh como é bom e agradável, quando os irmãos vivem em concórdia e união’”. Após o júbilo acerca da constituição, a carta assume um tom de preocupação com as questões relacionadas à saúde e eugenia, realiza uma abordagem baseada na moral, criticando os casamentos consanguíneos, também realiza a crítica à esterilização de animais e seres humanos, citando o aborto como uma prática abominada pela Igreja. Ainda se posiciona contra o cinema e as produções cinematográficas que estimulem maus hábitos; sobre a prática política da ação católica observa sua característica apartidária e destaca a função dos sacerdotes

neste movimento: “A ação católica deve estar fora e acima dos partidos políticos”.

Nota-se a publicação de extratos das cartas pastorais nos jornais católicos, o que nos indica a pretensão de ampliar o debate e facilitar a leitura das mesmas, considerando a extensão do texto original.

O espaço de circulação das cartas de Becker é relativamente amplo; localizamos comentários em diversos impressos católicos sobre as cartas “Cristo e a República”, “O laicismo e o Estado Moderno” e “Os Católicos e a Futura Constituição”, elogiando a articulação de Dom Becker nas cartas e reconhecendo sua contribuição para a Igreja Brasileira.

O trecho abaixo foi publicado no Boletim da Associação dos Professores Católicos e transcrito para a revista *Unitas*, exalta o potencial discursivo de Becker e indica a rede de sociabilidade da qual Becker participa nacionalmente. No texto, o Sr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, o Dr. Everardo Backheuser, presidente da Associação de Professores, e o Dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão do Athayde) estabelecem elogios às cartas de Becker.

Embora o texto seja relativamente extenso, acreditamos ser necessário transcrevê-lo na íntegra para garantir a interpretação do leitor.

#### **Os católicos e a futura constituição**

A respeito da última Pastoral de Dom João Becker, com o título supra, o “Boletim da Associação dos Professores Católicos” do Rio de Janeiro publicou a seguinte notícia bibliográfica:

Ninguém mais do que o preclaro arcebispo metropolitano de Porto Alegre se tem esforçado, entre nós, por traçar diretrizes à restauração indispensável do influxo cristão nas leis e no governo da nova República, a ser inaugurada com a Constituinte de maio de 1933.

Em entrevista aos jornais, com larga repercussão em todo o país; da tribuna das conferências, notadamente daquela que se armou no alto do Corcovado por ocasião das festas de Cristo Redentor, não tem cessado Dom João Becker de pregar a volta a Deus como artigo fundamental de pregar ordem de coisas que a Revolução de 1930 pretenda estabilizar no Brasil.

Mas, acima de tudo, em cartas pastorais famosas, como esta que temos debaixo dos olhos, se tem feito ouvir o operoso antístite, que vai marcando os anos de seu fecundo labor episcopal no Rio Grande do Sul, como outrora em Santa Catarina, com as mais belas publicações que jamais a sabedoria da Igreja produziu em nossa Pátria.

Assim se denominam as três últimas cartas de Dom João Becker: “Cristo

e a República”, “O laicismo e o Estado Moderno” e “Os Católicos e a Futura Constituição”.

Cada uma delas é digna de meditação e estudo, prestando-se a aplicações e citações magníficas, cada qual mais proveitosa ao momento político nacional.

De tarefa tão patriótica se desobrigarão de certo os responsáveis pela defesa dos direitos da Igreja e da consciência do povo brasileiro, nos dias históricos que estamos vivendo e em que se vai decidir da sorte do Brasil como nação, nascida e formada à luz do evangelho.

Limite-me, nestas linhas, a uma breve notícia, sobre a última pastoral, publicada aos 13 de setembro, ao tempo ainda da contra-revolução de São Paulo. Considero-a uma estupenda lição de sã política, digna, repito, da maior divulgação entre os que vão construir a segunda república.

Compõe-se a nova carta de Dom João Becker, de 36 capítulos, em que são largamente estudados a ordem constitucional, o caráter transitório da ditadura, o laicismo que nos infelicitou por 40 anos; a lição a respeito de estadistas antigos e modernos; a Igreja, a mãe da nacionalidade brasileira; alguns testemunhos autorizados; as nossas tradições históricas; o exemplo de outras repúblicas, a norma suprema da constituinte, o fundamento da ordem jurídica, o espírito da constituição do império, a província divina e os Estados políticos, os católicos em face da política, as consequências do ateísmo do Estado, os males das revoluções, a natureza do poder eclesiástico e do poder civil, os contatos inegáveis entre a Igreja e o Estado, as legislações modernas, o exemplo da Bélgica católica, a Igreja na vida política inglesa, a atitude episcopal em face às eleições, a união dos católicos; e muitos outros assuntos da mais palpitante atualidade.

Não deixem os homens de boa vontade de ler e reler a Vigésima segunda pastoral de Dom João Becker. Nela, como nas duas anteriores, encontrarão todo o plano de ação e todo o programa para os prélios pacíficos em que se vai empenhar a inteligência católica brasileira, ávida de reivindicar na nova constituição os princípios indispensáveis à conservação da nacionalidade e à grandeza moral e religiosa do Brasil – P.M.

Além disso, por motivo da publicação da mesma carta pastoral, o senhor arcebispo metropolitano, de todos os pontos do país, tem recebido calorosas e desvanecedoras felicitações.

O Sr. Herbert Moses, presidente da Associação Brasileira de Imprensa, enviou à S. Excia. Revma. a seguinte carta: “Exmo. Sr. D. João Becker, acusando o recebimento da elevada carta Pastoral de V. Exa., cabe-me, agradecendo com a maior sinceridade a leitura desse documento que deve honrar e encher de orgulho o clero brasileiro, inclinar-me diante de V. Exa. como o faço, com sincera veneração saúdo V. Exa. com respeito e admiração. Herbert Moses.”

O Dr. Everardo Backheuser, presidente da Associação de Professores Católicos, assim se referiu à mesma carta pastoral: “Sumamente penhorado agradeço a V. Ex. Rev. a bondosa remessa de um exemplar da última carta pastoral que o eminente Arcebispo de Porto Alegre enviou aos fiéis da sua diocese, e que apreciada há de ser não só por eles como por todos os católicos do Brasil. Nesta, como nas demais pastorais, mostra-se com a salvação do Brasil. Lendo-a não sei o que mais apreciar, se a sabedoria, a erudição dos conceitos, se a elegância da forma, se o espírito católico que exalam de todas as formosas páginas”.

Do conhecido escritor e sociólogo Dr. Alceu Amoroso Lima (Tristão do Athayde) recebeu S. Excia. Revma. a seguinte missiva: “Exmo. E Revmo. D. João Becker. Laudetur Jesus Christus. Acabo de receber, com grande desvanecimento, a sua vigésima segunda carta pastoral. É mais um grande documento da sua invulgar capacidade de trabalho, do brilho do seu talento e solidez da sua cultura e que vem dignificar sobremodo o episcopado brasileiro.

Enviando-lhe esta minha opinião sobre o importante documento, que o seu grande amor à causa de Nosso Senhor vem oferecer à inteligência nacional, faço-o sem a mínima preocupação de lisonja.

É por uma exigência imperiosa da minha consciência de católico e de brasileiro que me venho congratular com V. Excia. Revma. pelo seu decisivo concurso à nossa santa Igreja, na penosa tarefa em que está empenhado no sentido de repor a nacionalidade nas verdadeiras bases de que a deslocou a mentalidade agnóstica e maçonizada de 89.

É, estou certo, os ensinamentos de Cristo, através da palavra dos seus sábios e abnegados apóstolos como V. Excia. Revma. não de ser ouvidos, e, depois de tanto sangue derramado inutilmente, o Brasil compreender que será em vão qualquer tentativa de salvação fora os princípios cristãos: e se deixará novamente iluminar pela luz dos evangelhos, para maior glória de Deus” (*Unitas*, número referente a dezembro de 1932, p. 498-500)

As cartas de Becker apresentam unidade com as encíclicas papais e com as orientações de Dom Leme. Becker foi um discípulo da Romanização da Igreja Católica no sul do Brasil, estabeleceu sua prática de forma organizada e disputava o espaço político de forma incisiva. As cartas são uma estratégia que buscava unificar a prática do Catolicismo no estado, pois nelas estavam contidas as orientações sobre como atuar perante as questões polêmicas do período.

### **3 A Igreja Católica e as Mulheres: a modernização de um discurso**

*Unidos às urnas*

*[...]*

*E a todos os fatores da vitória, que nos sorri, junta-se o voto feminino.*

*A mulher, com sua fina sensibilidade, que se apresenta, pela primeira vez nos embates eleitorais, pressentirá melhor, por certo, do que o homem, já embrutecido pelas paixões políticas, as necessidades nacionais.*

*[...] (Estrela do Sul, 01/05/1932, p. 3)*

A Igreja realizou um investimento considerável na atuação das mulheres como estratégia para ampliar a intervenção católica no mundo social. A defesa do voto feminino é um exemplo desta prática. Ao advogar a favor do voto feminino, a Igreja Católica pretendia ganhar o apoio das mulheres nas urnas e consolidar um laicato feminino que ampliasse a ação da Igreja. Zanlochi (2001) observa que a mulher leiga está na base das operações evangelizadoras; no entanto, a estrutura representativa da Igreja é masculina, estabelecendo assim uma distinção de gênero<sup>105</sup> explícita que propicia o anonimato sobre a ação das mulheres.

Chamadas como: *Alerta! Brasileiras católicas* (*Estrella do Sul*, 17/05/1931, p. 1), *Unidas às Urnas* (*Estrella do Sul*, 01/05/1932, p. 3), *A Mulher e a política* (*Estrella do Sul*, 26/06/1932, p. 1) fizeram parte do cotidiano da imprensa católica. A valorização da mulher ocorre pela valorização do gênero feminino e em alguns momentos ocorre em depreciação ao gênero masculino.

E a todos os fatores da vitória, que nos sorri se junta o voto feminino.

A mulher, com sua fina sensibilidade, que se apresenta, pela primeira vez nos embates eleitorais, pressentirá melhor, por certo, do que o homem, já embrutecido pelas paixões políticas, as necessidades nacionais. (*Estrella do Sul*, 01/05/1932, p. 3)

A valorização de características impressas ao gênero feminino, como a sensibilidade, se tornam argumentos discursivos que têm como objetivo estimular o exercício do voto das mulheres; é agregada a esse argumento a valorização do potencial reflexivo deste grupo que, pela sua inatividade no universo da política, não apresentaria os vícios dessas disputas e teria assim melhores condições de refletir sobre o futuro da nação.

A mulher apresenta papel coadjuvante na cena pública e sua ação sempre foi resguardada ao espaço doméstico em consonância com a educação da prole. A alteração deste cenário, na virada do século XX, se deve às mudanças políticas e culturais que perpassavam o país. Havia a necessidade da Igreja de ampliar o

---

<sup>105</sup> Compreendemos gênero como uma construção social sobre o feminino e o masculino que pode variar de acordo com o tempo e o espaço (Joan Scott, 1995). No caso brasileiro, as mulheres estão em desvantagem na construção de gênero, pois historicamente ficaram marginalizadas. Nesse sentido, ver Heleith Saffioti (1994).

espaço de intervenção social; neste contexto, as mulheres eram um número considerável do laicato católico e foram estrategicamente jogadas à cena pública, como tática de ampliação social.

Sobre o cenário cultural e político é fundamental evidenciar que o movimento feminista reivindicava estender o direito do voto às mulheres. A luta acerca do voto ficou conhecida como 'sufragismo' e se alastrou por vários países no início do século XX. No Brasil, esse movimento foi reconhecido como “primeira onda do feminismo”<sup>106</sup> e suas reivindicações estavam ligadas ao voto, à organização familiar, à oportunidade de estudo e à ampliação profissional. Louro (1998, p. 15) observa que as reivindicações das sufragistas brasileiras “estavam ligadas aos interesses das mulheres brancas, de classe média, que poderiam alcançar essas metas”.

Resguardada a crítica feita por Louro, no que se refere à classe social das mulheres que fizeram parte do movimento sufragista<sup>107</sup>, é inegável a contribuição deste grupo para a consolidação de um novo espaço para a mulher na cena pública brasileira. O movimento sufragista possibilitou a tomada de consciência das mulheres sobre os direitos políticos e desloca as mesmas do espaço doméstico para o espaço público. O movimento se utiliza da imprensa como forma de divulgar e de promover mobilizações. Dentre as atividades realizadas, nota-se a recorrência de manifestações em praças e repartições públicas.

As manifestações que defendiam os direitos das mulheres fazem parte da história do Brasil desde o século XIX e, de certa forma, já denunciavam a desigualdade entre os sexos. Podemos citar aqui alguns exemplos, como a abolicionista e feminista Nísia Floresta do Rio Grande do Norte (1831)<sup>108</sup>; Violante Bivar e Velasco, que fundou o primeiro jornal dirigido por mulheres, em Salvador (1852)<sup>109</sup>; Francisca Senhorinha Da Motta Diniz, que criou o jornal feminista 'O

---

<sup>106</sup> Ver Louro (1998).

<sup>107</sup> São denominados de sufragistas, homens e mulheres que participaram do movimento social, político e econômico de reforma, com o objetivo de estender o sufrágio (o direito de votar) às mulheres. No caso brasileiro, a maioria dos integrantes deste movimento eram mulheres.

<sup>108</sup> Dionísia Gonçalves Pinto, mais conhecida por seu pseudônimo de Nísia Floresta, incorporou para seu nome o lugar onde nasceu, a fazenda Floresta, em Papari, Rio Grande do Norte. Foi educadora, poetisa e escritora, incorporou em seus escritos a defesa à educação e o exercício do voto para as mulheres. Em 1831, começou a publicar uma série de artigos sobre a condição feminina em um jornal Pernambucano.

<sup>109</sup> Violante Atalipa Ximenes Bivar e Velasco foi jornalista, nasceu em Salvador, Bahia, dirigiu o jornal “O Jornal das Senhoras”, primeiro jornal dirigido por mulheres no país, tratava de diversas questões e pautava o direito das mulheres participarem do debate político do país.

sexo feminino' em Minas Gerais (1873)<sup>110</sup>, entre outras. Tais manifestações cumularam para que no século posterior o movimento sufragista ganhasse vulto social.

Embora o movimento sufragista não tenha apresentado, no Brasil, as características de um movimento de massas, como ocorreu nos Estados Unidos e na Inglaterra, sua atuação foi significativa para ampliar os direitos políticos das mulheres. Dentre as táticas utilizadas pelo movimento, é notória a veiculação de suas atividades pela imprensa, com o objetivo de mobilizar a opinião pública. Em 1919, Bertha Lutz, bióloga engajada nas causas do feminismo, funda a Liga pela Emancipação Intelectual da Mulher; posteriormente denominada de Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em 1927, devido à influência do Presidente do Rio Grande do Norte, Juvenal Lamartine, foi incluído na Constituição do estado um artigo permitindo o exercício do voto às mulheres. Tal iniciativa estimula a mobilização das mulheres, que começam a requerer, em vários estados do País, seu alistamento eleitoral, provocando acirrados debates jurídicos<sup>111</sup>.

O trecho reproduzido abaixo é um recorte do texto “O voto Feminino”, publicado na Revista Feminina, n. 105, em fevereiro de 1923. O texto é a transcrição do discurso, proferido por Diva Nolf Nazario, na sessão solene promovida pela Liga Paulista do Progresso Feminino, em prol do voto feminino.

Estávamos reunidas, um grupo de senhoras pacíficas, a fim de tratar do sufrágio feminino e procurar meios para a realização, entre nós, de uma reivindicação hoje universal, patriótica e justíssima, pois o mundo inteiro não pode estar se empenhando em uma questão ilegítima, irrecebível, desairosa e condenável. (NAZARIO, 1923, p. 63)

O texto completo reúne argumentos a favor do voto feminino e convoca as mulheres a participarem do movimento. O mesmo texto foi publicado no livro de Diva Nolf Nazario (1923), “Diário Popular” (25/01/1923), “Jornal do Comércio”

---

<sup>110</sup> Francisca Senhorinha Da Motta Diniz era responsável pela publicação do jornal “O sexo feminino”, fundado em 1873, na cidade da Campanha (MG). Em 1874, a proprietária mudou-se para capital e continua a publicar o impresso que tinha como objetivo discutir questões relevantes para a causa feminina; dentre elas, a participação na vida pública. Souto (2013).

<sup>111</sup> Sobre os debates jurídicos acerca do voto feminino, ver “O voto feminino e feminismo”, publicado originalmente em 1923, por Diva Nolf Nazar. A autora, na época de publicação do livro, era estudante de direito e relata no mesmo o pedido de alistamento eleitoral feito em 1922; destaca detalhadamente as polêmicas geradas pela sua solicitação e o trâmite jurídico do seu documento.

(15/01/1923) e na “Gazeta de Batatas” (n. 843 e n. 844). O que nos indica que os argumentos desenvolvidos ganharam visualização no espaço público e ecoavam de forma organizada nas reivindicações das mulheres acerca do voto eleitoral.

A Liga Paulista do Progresso Feminino estava vinculada à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que divulgava as iniciativas locais e levava adiante a luta pelo sufrágio. Foi a primeira entidade feminista brasileira com expressão nacional e internacional, cujos esforços resultaram na conquista do voto para as mulheres, em 1932.

A mulher, que até então não era estimulada a participar da vida pública, ganha *status* neste espaço, ao ser habilitada para o exercício do voto. No período que temos estudado, a imprensa disputa, em prol de seus candidatos, o voto das mulheres. No trecho 'A mulher e a Política', reproduzido abaixo, nota-se o estímulo para que a mulher ocupe um espaço ativo junto à política. Tal discurso produz um espaço e uma prática que promove a participação da mulher na vida pública.

#### A Mulher e a Política

Como deve a mulher receber o direito do voto em relação à sua autonomia na sociedade?

Com a mais legítima satisfação. Se ela é parte integrante da sociedade, concorrendo com os seus esforços para o progresso do país, justo é que interfira nos negócios públicos.

Existe já um grande número de brasileiras capazes, pela sua cultura, de dar convenientemente o voto para a escolha dos que devem governar a nação. (*Estrella do Sul*, 26/06/1932, p. 1)

É fundamental atentar para o discurso como uma importante ferramenta de produção da realidade. Embora legalmente as mulheres pudessem exercer o voto, culturalmente não apresentavam a disposição para essa prática. A imprensa ocupa uma função estratégica neste contexto, pois constrói discursivamente um novo espaço para a intervenção feminina, em diálogo com a política e o bem estar da nação.

Nos jornais católicos, eram veiculados diversos textos e promovidas diversas atividades de formação tratando do voto feminino. Nota-se, de forma explícita, o estímulo ao exercício do voto, e podemos dizer que semanalmente as mulheres católicas eram bombardeadas com essa temática e estimuladas a

participar da vida política do país. A presidente da Associação Católica de Professores do Rio de Janeiro esteve, em outubro de 1932, em Porto Alegre, com o objetivo de proferir uma palestra ao magistério. Na ocasião, tratou de diversas questões relacionadas à educação e por fim fez um apelo ao voto feminino.

Destaca-se que o argumento desenvolvido pela professora a favor do voto feminino tem como base a educação e responsabiliza as mulheres pela educação escolar das crianças no país, assim como ocorre no lar. As mulheres agora teriam a possibilidade de decidir por meio do voto sobre a educação dos infantes do Brasil, fazendo referência específica ao retorno do ensino religioso facultativo nas escolas.

#### VOTO FEMININO

Senhoras e senhores,

[...]

Destinam-se estas lições a convencer as senhoras brasileiras, de todas as idades e condições, de que chegou também para elas uma época de envolvimento e arrancadas, em que toda mulher, como Joana D'Arc, na Guerra dos Cem Anos, terá de decidir, não com metralhadoras ou granadas de mão, mas mercê do voto político e de sua colaboração na vida pública, da sorte e destino do Brasil.

[...] (*Estrella do Sul*, 30/10/1932, p. 3)

O voto feminino, tratado insistentemente neste período, indica o processo de reorganização do país, pois se para algumas mulheres votar era algo fundamental, como é o caso das mulheres envolvidas no movimento sufragista, para outras o voto não era uma boa opção! A ideia do voto estava em fase de consolidação, e parte considerável das mulheres brasileiras não se sentiam em condições de opinar sobre política.

A imprensa católica estimula o exercício do voto e utiliza-se de diversos depoimentos na tentativa de convencimento do eleitorado feminino. No trecho abaixo, uma senhora católica dialoga com as mulheres por meio da imprensa e desafia as leitoras a assumirem o seu dever; neste caso, o voto.

## Uma voz a favor do voto feminino

[...]

Não fomos nós, senhoras católicas, que pedimos o voto feminino. Muitas dentre nós prefeririam deixar o voto aos homens e continuar como antes, na bela imagem de Ozanam, a conduzir o mundo a guisa dos anjos da guarda, conservando-se sempre invisíveis.

Uma vez que nos deram o direito de votar, criando-nos assim o dever de votar, cumpramos serenamente este dever.

[...] (*Estrella do Sul*, 27/11/1932, p. 1)

A desmotivação de uma parcela das mulheres em participar do pleito eleitoral é natural. Considerando que somente em 1928 o Senado Federal reconhece a capacidade eleitoral da mulher aos 21 anos, alguns estados introduzem nas legislações locais essa prerrogativa, sendo o Rio Grande do Norte o primeiro estado a eleger uma mulher como prefeita no Brasil, Alzira Soriano de Souza<sup>112</sup>, ainda em 1928. Embora a experiência do Rio Grande do Norte tenha ganhado publicidade e se consolidado como um argumento positivo a favor da ampliação dos direitos da mulher, só ocorre uma iniciativa nacional neste sentido quatro anos depois, com a promulgação do decreto lei que instituía o código eleitoral provisório e assegurava o direito de voto para as mulheres de forma mais ampla.

A Lei Eleitoral decretada por Vargas, em 1932, instituía importantes novidades, dentre elas a extensão do voto para as mulheres e a obrigatoriedade do voto secreto. O direito ao voto foi sendo alcançado paulatinamente nos estados brasileiros. Desta forma, quando Getúlio Vargas promulga o decreto que permitia o direito de sufrágio às mulheres, este já era exercido em dez estados do país. O debate sobre o voto feminino estava presente na sociedade, sendo a legalização desta prática algo necessário para a estabilização do governo. Algumas constituições estaduais já permitiam o exercício do voto às mulheres, com restrições específicas. Tal deformidade causava equívocos que foram resolvidos com a padronização propiciada pelo Código Eleitoral Provisório.

O código também foi uma resposta ao movimento de mulheres que estava presente na sociedade brasileira e, depois de muita discussão e de uma série de

---

<sup>112</sup> Alzira Soriano de Souza era fazendeira e se elegeu na pequena cidade de Lajes, sertão do Rio Grande do Norte.

reivindicações, conquistavam o direito de votar e de serem eleitas para cargos do executivo e do legislativo. A participação no pleito como eleitor ocorria sob algumas restrições para homens e mulheres, mas independente disso a possibilidade da mulher votar e ser votada é inaugurada neste momento. Embora a participação das mulheres nas urnas tenha ocorrido sob algumas restrições, é indiscutível que os anos 30 marcaram uma nova forma de participação das mulheres na vida pública do país<sup>113</sup>.

O Código Eleitoral de 1932 permitia o voto feminino desde que atendidas as seguintes restrições: só poderiam votar as mulheres casadas com autorização do marido e mulheres viúvas; no que se refere às solteiras, só era permitido o exercício do voto se estas possuísem cargos públicos ou comprovassem o exercício de uma profissão com renda própria. Tais restrições foram eliminadas no Código Eleitoral de 1934, ainda que o voto feminino se mantivesse como facultativo e o voto masculino como obrigatório. Em 1946, o voto feminino passou a ser obrigatório.

Ao estudar a participação das mulheres no processo constituinte de 1933, é comum encontrarmos afirmativas sobre a baixa participação feminina no pleito. No entanto, é relevante considerar que o exercício do voto das mulheres estava primeiramente tutelado pelo marido e provavelmente sob influência política do mesmo. Também cabe destacar que um contingente considerável de mulheres não se enquadrava nos critérios estabelecidos pelo código para credenciar-se como eleitora e ficou à margem do processo eleitoral. Após a realização das eleições para a assembleia nacional constituinte, foram eleitos 254 deputados e, dentre eles, uma mulher<sup>114</sup>.

Fora os limites práticos, ou seja, nem todas as mulheres poderiam se alistar para votar, recorre aqui outro aspecto que trataremos de forma pontual: as mulheres não estavam habituadas a participar do debate político e exercer o voto

---

<sup>113</sup> Pós década de 1930, o feminismo perde força no cenário brasileiro; o sufrágio era a pauta que unificava a ação. Com a concessão do direito do voto, em 1932, o movimento apresenta certo refluxo e volta a ser difundido mais acirradamente na década 1960, sob influência de diversos autores, dentre eles, Simone de Beauvoir, que lança, em 1949, "O Segundo Sexo", que nortearia o movimento feminista moderno com a célebre frase "não se nasce mulher, torna-se mulher", estimulando o debate acerca da construção de gênero.

<sup>114</sup> No dia 3 de maio de 1933, foram realizadas as eleições para a Assembleia Constituinte. E Carlota Pereira de Queirós foi eleita por São Paulo. No dia 13 de março de 1934, proferiu seu primeiro discurso: preocupava-se com a criança abandonada, com a situação da mulher, com a educação e com a assistência social.

exigia uma mudança de comportamento neste sentido. Se o voto feminino estava atrelado a algumas ressalvas e sob tais condições as mulheres poderiam participar ativamente do processo constituinte de 1933, restava então consolidar na sociedade brasileira o lugar para a mulher eleitora. Nessa construção, a Igreja Católica atuou de forma eficiente.

#### O voto feminino

Como é de domínio público, o novo Código Eleitoral da República, instituiu, entre nós, o voto feminino.

Novidade, que é, na nossa legislação eleitoral, tem dado lugar a desencontradas opiniões, cada qual a mais absurda, no tocante ao assunto, quando, no entanto, o código é de grande clareza.

Basta tão somente que, para se qualificarem, juntem, as senhoras e senhoritas, ao requerimento em que pedem sua qualificação, a prova de idade.

Sejam casadas, solteiras ou viúvas; tenham ou não tenham rendimentos, uma vez que sejam maiores de 21 anos, podem ser qualificadas e inscritas como eleitoras.

[...] (*Estrella do Sul*, 20/11/1932, p. 1)

Pode-se afirmar que a Igreja buscou construir nesse período um novo lugar para a mulher e na constituição deste lugar ocorre uma redefinição dos papéis desempenhados até então. Os impressos católicos anunciam esses novos espaços e se constituem como uma estratégia de consolidação desse lugar para a mulher.

O lugar anunciado para a mulher se apresenta em diálogo com a modernização do país e incorpora o léxico da modernidade para construir o discurso que estimula o exercício do voto feminino; a mulher é repetidamente responsabilizada pelo desenvolvimento da nação.

O voto é tratado como um dever a ser cumprido pela mulher católica e o descumprimento dessa tarefa contribui de forma negativa para a construção do reino de Deus na terra. As excitações acerca do cumprimento desta tarefa são duramente criticadas nos impressos católicos.

#### Incompreensão de um dever

“Pois eu não voto - sou contrária à intervenção de mulher na política”.  
Essas palavras, caro leitor, são de uma zeladora do Coração de Jesus.  
Quero crer, porém, que esta senhora peque por ignorância, por

incompreensão.

Do contrário, que juízo se dê de sua religiosidade, de seu zelo.

Zelar significa dedicar-se ardentemente, desvelar-se.

Assim sendo, uma zeladora do Coração de Jesus deve zelar por tudo é que é d'ele e para ele.

Pois bem.

Na política atual há duas correntes.

Uma quer, sob falsos escrúpulos de consciência, afastar o Brasil de Jesus e outra quer mostrar ao mundo que o Brasil é uma nação católica.

A Sra. Zeladora não deseja, por certo, formar entre os que negam a Jesus o lugar a que têm direito. Mas, formando entre os indiferentes, pouca distância a separa dos inimigos, cuja vitória representa a derrocada dos ideais dos brasileiros católicos.

Senhora Zeladora! Lembre-se que não votar é desprezar as aspirações católicas.

Portanto, para que conserve dignamente o belo título de zeladora deve não só cumprir pessoalmente o dever eleitoral, mas ainda zelar para que suas associadas cumpram.

Isto está nas atribuições de zeladora do Coração de Jesus, pois é por ele que a mulher católica vai às urnas.

É para que seu nome abençoe nossa constituição!

É para que seja adorado por todos os brasileiros de boa vontade!

Anônima. (*Estrela do Sul*, 19/01/1933, p. 1)

Embora a possibilidade de participar do pleito eleitoral na condição de eleitora ou candidata anuncie um espaço novo para a mulher, esse lugar não precisa estar atrelado à ideia de emancipação feminina, pois se analisado pelo viés do catolicismo, o voto feminino dialogou, neste período, com a ideia de conservadorismo e, corroborando com Perrot (2005), manteve um modelo existente.

O estímulo à participação da mulher na vida pública não previa a alteração das relações de poder, mas estabelece uma nova forma de manter as estruturas vigentes que inaugura uma nova relação com a mulher. Veremos, a seguir, como as estratégias discursivas aparecem na imprensa católica e como a mulher ganha um espaço por causa desta nova atribuição que é o exercício do voto. A mulher se consolida discursivamente como responsável em potencial pelo futuro da nação e emerge no espaço público com atributos como o senso crítico e o discernimento político.

### **3.1 As mulheres e o voto eleitoral**

*A quem apenas por motivo de comodismo, ou sob alegação do preconceito de que 'a mulher não deve meter-se em política', recusar*

*sua adesão a LEC e o exercício do voto eleitoral, não dá nota de zelo pela causa religiosa nem de amor a Jesus. ( Estrella do Sul, 12/01/1933, p. 1)*

Analisaremos, a seguir, uma sequência de dez trechos publicados no jornal *Estrella do Sul*, localizados na primeira página do impresso, ocupando sempre um terço da mesma. A sequência dos textos é assinada pelo Monsenhor Nicolau Marx, redator do jornal. O título da primeira inserção publicada é 'A mulher e o voto feminino' e os posteriores receberam o título 'A mulher e o voto eleitoral'; os textos estão enumeradas para explicitar ao leitor que o tema será tratado a longo prazo.

### **A mulher e o voto feminino**

Mui respeitável senhora

[...]

São dos interesses de Jesus e de nossa religião que estão em jogo e se trata de propugnar e salvaguardar a instrução religiosa nas escolas, para chamar para junto desses pequeninos, o desejo que ele mesmo expressou com tamanho empenho, a estabilidade da família, elevada por ele sobre a base do casamento e do matrimônio, indissociável da assistência religiosa nos quartéis, a fim de preservar da corrupção moral os jovens chamados ao serviço militar. Ninguém pode negar que aqui estão anunciados verdadeiros e reais interesses do coração de Jesus.

Ora, ao alcance de todas vós está alguma coisa a contribuir para tudo isto pelo uso da cédula eleitoral, colocando nas urnas do sufrágio cívico.

[...]

Não há dúvida, custará um pouco de trabalho e incômodo habilitar para isso e inscrever-se no pleito eleitoral; e, principalmente, haverá necessidade, da parte de vós, de vencer o preconceito que nutrem contra o voto, contra a participação da mulher da atividade pública.

[...] (Mons. Marx – *Estrella do Sul*, 12/01/1933, p. 1)

O primeiro empenho discursivo identificado nos dez textos é o encorajamento para o exercício do voto feminino, considerando que o espaço reservado para mulher esteve até então relacionado ao âmbito privado, em consonância com as tarefas domésticas e com a educação dos filhos. A inserção destas no espaço público necessitava de um estímulo considerável. Diversos são os argumentos utilizados para promover o exercício do voto feminino e destacaremos cinco deles que se destacam nos dez artigos observados: primeiro, **a responsabilidade com a família e com Igreja**, o voto era entendido como um

elemento necessário para construir o reino de Deus na terra.

Conforme já anunciado neste trabalho, na lógica católica, a família é a responsável terrena pela educação plena das crianças, incluindo a educação escolar. Pretendendo intervir junto à educação escolar é que a Igreja mobiliza sua articulação discursiva sobre a relevância do voto das mulheres e observa que aquela que sempre se preocupou com a educação de filhos, deveria agora assumir a responsabilidade com a nação e reivindicar uma escola que atendesse à orientação religiosa da família.

Magaldi (2007) aborda esse debate afirmando que na lógica do catolicismo a família responsabilizou a escola pela educação das crianças e por isso a família deveria ser considerada neste espaço. “Sendo os pais aqueles que investiriam a escola de autoridade para educar, seriam também eles que deveriam ter sua crença respeitada na educação dos filhos” (MAGALDI, 2007, p. 131).

A base argumentativa acerca do exercício do voto feminino articula os interesses da religião católica e dialoga com as leitoras pautando a responsabilidade das mesmas com a família e com a Igreja. Não exercer o voto significava o oposto, ou seja, abandonar a família e a Igreja; na lógica apresentada, não resta uma justificativa aceitável para as mulheres católicas não exercerem o voto. Com isso, não estamos afirmando que a maioria das mulheres católicas em condições legais votaram, mas queremos explicitar que os textos anunciam um constrangimento para aquelas que explicitavam sua intenção de não exercer o voto. Como anuncia Mons. Marx: “São os interesses de Jesus e de nossa religião que estão em jogo e se trata de propugnar e salvaguardar a instrução religiosa nas escolas”<sup>115</sup>.

O segundo argumento utilizado é a **realocação do espaço da mulher na sociedade**, ou seja, o exercício do voto implicava em promover a participação da mulher em outros espaços e reconhecer um novo perfil relacionado ao mundo do trabalho e aos novos padrões de beleza feminina; ambas as questões, sempre tratadas de forma muito rigorosa pela Igreja, foram relativizadas a fim de promover argumentos a favor do exercício do voto feminino.

No trecho 'A mulher e o voto eleitoral II', Mons. Marx afirma que as

---

<sup>115</sup> Mons. Marx – *Estrella do Sul*, 12/01/1933, p. 1.

mulheres apresentam um “pendor ao que é novo” ao assumirem, por exemplo, os ditamos da moda no vestuário (cita as saias curtas, as blusas justas e os decotes) e, na maquiagem, o que já provocou reclamações nas paróquias. Faz essa afirmação para estabelecer a comparação entre as novidades do campo estético (vestuário e maquiagem) e as novidades do campo político (exercício do voto) e critica as mulheres que se adaptam à primeira novidade e resistem ao exercício do voto.

### **A mulher e o voto eleitoral II**

Mui respeitável senhora

[...]

“Concordem, pois, as bem intencionadas em proclamar o voto eleitoral, coisa da moda”

“Há também, na aversão de certas senhoras à atividade política, o motivo de ter sido esta, até agora, exercida exclusivamente pelos homens, e entenderem elas que a mulher não deve invadir este terreno.

Ainda aqui cumpre notar que isto, de ter sido alguma atividade considerada como própria do homem, nem sempre constitui motivo para que a mulher a olhe como vedada e imprópria para ela.

Por exemplo: o fumar. Há muitas que consideram coisa muito “chic” saborear um cigarrinho...

Dirá Vossa Excelência que se trata duma excentricidade de mau gosto. No entanto, não são poucas as que pensam d’outra forma.

Passe, porém, seja o fumar uma excentricidade na mulher. Mas V. Ex. há de convir que já ninguém estranha uma senhora guiar um automóvel, exercer profissões de médico, advogado, comerciante... E eram ocupadas pelo sexo masculino durante muito tempo.

Até a invasão feminina nos campos de atividade olhados como próprios do homem contribuiu não pouco para o aumento da desocupação. Nem por isso se pode ou deve censurar aquelas que no trabalho honesto e profícuo desceram à arena da luta pela vida e aí fazem concorrência aos homens. Na certa, porém, que o voto eleitoral, para o qual agora a Pátria e a Religião chamaram a mulher, terá qualquer caráter de concorrência, já que junto à urna eleitoral haverá lugar para todos e, dentro dela, lugar para todas as células, tanto de homem como das mulheres”.

[...] (Mons. Marx – *Estrella do Sul*, 19/01/1933, p. 1)

As representações acerca do comportamento feminino não coexistem de forma uniforme. Nota-se que no trecho acima a adesão a uma postura moderna se consolida como uma entrada para argumentar a favor do voto feminino. Em outros momentos, no mesmo impresso, as questões relacionadas à comportamento e estética são muito criticadas. Compreendemos essas

ambivalências como características do processo de reorganização pelo qual passava a Igreja Católica, que buscava se renovar e ao mesmo tempo manter a tradição.

O terceiro argumento que gostaríamos de destacar é a ênfase estabelecida para a **consciência**. Uma leitora pergunta a Mons. Marx se é pecado mortal não votar; a resposta dele, presente no trecho abaixo, explicita que a resposta para a pergunta está na consciência da leitora. Explicita que não exercer o direito do voto contribui para o enfraquecimento da Igreja, mas cabe à sua consciência decidir sobre tal fato.

### **A mulher e o voto eleitoral VIII**

“Mui respeitável senhora,

Depois do quanto ficou dito, resta-me ainda tratar duma questão que Vossa Excelência me propôs outro dia e é demasiada não por pouca gente:

‘Será pecado mortal deixar de votar nas eleições?’

Por aí entendi que Vossa Excelência é contrária ao voto feminino. Não queria arriscar-se a um pecado mortal, por simples capricho ou teimosia.

Nisso leva Vossa Excelência vantagem, sobre outras católicas que, mesmo se o Deus Ihes declarasse haver obrigação de votar, não desempenharam, como lá diz o gaúcho, e já é um escrúpulo louvável de sua parte. [...]

Não vou responder nem com ‘sim’ ou com um ‘não’ redondo.

Vamos analisar o assunto, este qual a obrigação do voto, é pregar a resposta à consciência cada qual. [...]

Portanto, existe o dever eleitoral, intimado pela voz da Igreja e este dever é grave, nas circunstâncias expostas [...]

Ora, que é que depende do próximo pleito a 3 de maio?

Nada menos do que as reivindicações católicas, a saber: o ensino religioso facultativo nas escolas públicas, a assistência religiosa de classes armadas, a estabilidade da família brasileira contra os divorcistas. [...]

Expostas, pois, a palavra autorizada dos bispos intimando aos fiéis a obrigação, e grave, de votar; é vista a suma gravidade dos interesses da religião em jogo, diga-me a consciência de Vossa Excelência, se uma pessoa católica, por simples comodismo, por mero capricho, pode, sem pecado, e sem pecado grave, deixar de cumprir o dever eleitoral?

Cito Vossa Excelência e aquelas que participam de suas ideias perante o tribunal da consciência.

À espera do veredicto fica este humilde servo. (Mons. Marx – *Estrela do Sul*, 09/03/1933, p. 1)

A resposta à pergunta da leitora está nas entrelinhas, embora o autor não tenha afirmado que a omissão ao pleito é um pecado mortal, afirma que os “interesses da religião em jogo” são de suma importância e omitir-se deste momento equivale a não cumprir o seu dever junto à Igreja, o que equivale na prática a cometer um pecado.

O quarto argumento desenvolvido é o **preconceito com a política** e afirma que as mulheres precisam vencer esse sentimento para se tornarem agentes na construção de um novo país. Também pondera que o preconceito com a política é consequência das fraudes que ocorriam nos primeiros anos da república e não ocorrem mais. Ainda observa que a participação feminina nas urnas contribuirá para que o processo eleitoral ocorra na máxima seriedade e respeito.

Aponta o preconceito com a política como consequência da condição cultural da mulher, cerceada de participar de espaços públicos e principalmente sem ter desenvolvido a habilidade de opinar sobre questões políticas.

#### **A mulher e o voto eleitoral VII**

“Mui respeitável senhora [...]

Devemos concordar que os anos de república justificam o desprezo com que muita gente vota à política e aos políticos. Isso que tem havido, durante esses decênios em matéria de eleições foi politicagem ou politicalha, feita de conchavos e fraudes. [...]

E está aí por que a mulher brasileira, com as suas tradições e virtudes, deve alistar-se e concorrer às urnas, para que estas readquiram o conceito de respeito que merecem e devem ter, pois nelas se jogam os destinos da Pátria.

Eu sei que muitas senhoras têm receio de votar, por se lembrarem dos conflitos eleitorais, tantas vezes ocorridos. Acho infundados tais receios, justamente o **curso** da mulher evitará distúrbios.

O brasileiro, por índole e tradição, nutre um grande respeito pela mulher e evita diante dela arrebatamentos e excessos.

[...] (Mons. Marx – *Estrela do Sul*, 02/03/1933, p. 1)

O texto destaca a participação das mulheres como elemento estabilizador do processo eleitoral e enfatiza a responsabilidade das mesmas com o destino da nação brasileira. Reconhece o espaço da política como historicamente composto pelo sexo masculino, mas afirma que a participação das mulheres propiciará uma mudança neste contexto e contribuirá para a sociedade e para o bom andamento

do pleito. Nota-se que o investimento está alicerçado no convencimento da mulher sobre a relevância de sua participação no processo eleitoral.

O último argumento desenvolvido é a necessidade de superar a **preguiça e o comodismo**. Afirma que muitas mulheres se deixam dominar por essas características e não consideram a seriedade do momento político que passa o país. Critica duramente esse comportamento e convoca as leitoras a uma ação incisiva junto às mulheres que se acomodam nos afazeres diários e não percebem a gravidade da situação brasileira.

#### **A mulher e o voto eleitoral IX**

“Mui respeitável senhora,

[...]

Entre cada uma de nós estão fixos os olhares de certo número de pessoas, para tirarem motivo do nosso comportamento; e aí se este for mais, maior, será a influência do que é o bom comportamento para o bem.

Sobre Vossa Excelência que conta entre as boas católicas, vire a atenção de muitas de suas amigas e conhecidas, algumas lastimarão a sua atitude e não se deixarão influenciar por ela; outras, porém, dela se aproveitarão para legitimarem o seu comodismo.

À luz destas considerações que aqui ficam, peço a Vossa Excelência e, com muito cuidado, o seu proceder. Tenho para mim que, na sinceridade de sua consciência, ouvirá uma voz que lhe dirá que não é falta tão insignificante a omissão do dever eleitoral.

[...] (Mons. Marx - *Estrella do Sul*, 16/03/1933, p. 1)

As justificativas apresentadas pela mulher para o não exercício do voto são desvalorizadas e tratadas de forma pejorativa, como preguiça, capricho, comodismo, o que reafirma uma possível situação de constrangimento para a mulher católica que assume publicamente o não exercício do voto.

O Mons. Marx era um autor presente no *Estrella do Sul*, mas 'a mulher e o voto eleitoral', de sua autoria, nos chama a atenção, pois era incomum um tema com abordagem continuada permanecer em tantas edições do Jornal. Ao todo foram 10 edições, perfazendo três meses, que acumulavam argumentos sobre o voto feminino.

A abordagem continuada possibilitou o aprofundamento da temática e desenvolveu argumentos que refletiram no debate prático sobre o voto; somente

no *Estrella do Sul* ocorreu a publicação na íntegra dos trechos; nos outros impressos foram publicados recortes que perderam parte do contexto argumentativo, pois não apresentavam o debate anterior ou posterior, apenas inserções isoladas, como era comum nos jornais católicos.

Nas mesmas edições em que foram publicados 'A mulher e o voto eleitoral', nota-se a sugestão para que o texto seja utilizado em pequenos grupos para 'esclarecer' as mulheres indecisas, também sugere que repassem o jornal após a leitura, com o objetivo de socializar as informações ali veiculadas.

O estímulo ao exercício do voto como fio condutor do debate apresentado nas dez inserções nos indica uma resistência por parte da mulher em incorporar o voto à sua rotina de atividades. Neste sentido, é inegável que a Igreja, embora advogando em interesse próprio, estabeleceu uma ação incisiva que buscou convencer as mulheres sobre a participação no pleito eleitoral.

A investida mostra alguns resultados, ainda em fevereiro de 1933, cerca de três meses antes das eleições. A LEC anuncia que a maioria dos requerimentos que recebeu eram de eleitoras do sexo feminino e espera ampliar esses números. Veja o trecho abaixo que apresenta a quantidade específica de pessoas cadastradas.

#### **Os trabalhos da LEC**

As palavras ardentes de fé e patriotismo, então pronunciadas, calaram fundo na alma singela do pacato lavrador, que sentiu deveras incendiar-lhe o coração de amor por seu lar, sua pátria e religião, ora ameaçados. De volta ao seu lar, estava consolidada sua resolução: 'Devo votar; eu e minha família'.

Graças a estas circunstâncias, desdobra-se, nesta paróquia, uma intensa seletividade em prol da qualificação eleitoral da LEC.

O que causa surpresa é o movimento feminista, todo ele inspirado de fé na causa santa pela qual a LEC se debate. Dos 529 requerimentos, tidos por exato que deram entrada no escritório da LEC, pertencem 290 ao sexo feminino. E estamos certos de que poderemos duplicar estes algarismos para o dia das eleições, a despeito de todos os boatos, "diz que diz", que invadem a colônia, fomentados por elementos desnorteadores ou mal intencionados.

A colônia da Estrella saberá cumprir o seu dever. (*Estrella do Sul*, 02/02/1933, p. 1)

A estratégia utilizada por Mons. Marx e mantida como linha editorial do *Estrella do Sul* é a que valorizava a ação da mulher no espaço da família e no

espaço do trabalho para posteriormente responsabilizá-la pelo futuro da Igreja e do país. A consciência é a conselheira da eleitora, mas as possíveis razões para o não exercício do voto são semanalmente bombardeadas pela imprensa católica que não aceita as justificativas apresentadas pelas mulheres para não votar.

O voto feminino passou a ser tratado como um dever de consciência, uma obrigação inerente às mulheres católicas que estavam comprometidas com o catolicismo e com o futuro da nação.

Por fim, a participação das mulheres no pleito no Rio Grande do Sul, de acordo com a imprensa, foi satisfatória e as queixas apresentadas se relacionaram ao excesso de filas para votar e à desorganização de algumas listas de eleitores.

#### **Civismo Promissor**

[...]

Nesta paciência e constância do eleitorado, na boca das urnas é que está mais uma prova do elevado civismo. Vimos senhoras da melhor sociedade esperarem horas inteiras de pé nas salas eleitorais, até que fossem chamados seus nomes. E no meio de homens de toda classe social reinava sempre o maior respeito para com essas eleitoras. Verificou-se, pois, o que neste sentido havíamos afirmado ao elemento feminino: nossos homens são educados e sabem ter o devido acatamento às senhoras.

Por isto mesmo, aquelas que por medo de perturbação de ordem ou falta de respeito se mantiveram arredadas do alistamento eleitoral, não de reconhecer agora o seu erro e cumprir o seu dever.

Assim, as eleições da constituinte valeram por uma prova magnífica do civismo do nosso povo católico e por uma prova de que nem tudo está perdido neste Brasil. Prosseguindo no caminho ora iniciado com tão belo resultado, chegaremos a ter os legisladores convenientes e as leis necessárias para a felicidade da Pátria. (*Estrela do Sul*, 18/05/1933, p. 1)

O resultado do pleito foi satisfatório para a Igreja Católica, que elegeu os representantes que esperava. No ano posterior, pouco se falou sobre mulheres e voto feminino; no entanto, as mulheres já despontavam no espaço público de forma diferenciada.

O Empenho da Igreja Católica para garantir a participação das mulheres nas eleições de 1933 estava atrelado, como já observamos, às questões e às disputas do período, dentre elas o retorno do ensino religioso às escolas.

### 3.2 As mulheres modernas demais

*As mulheres tiram-nos toda a serenidade e toda a paz. Às vezes, quando vejo passar algumas delas, com vestidos de vinte e cinco centímetros de altura, as bocas pintadas, as pestanas enormes, as saias tão curtas que se lhes veem as pernas, decotes tão abertos, sabe o que me apetece? Chamar um polícia e gritar-lhe: prenda-me aquela senhora. (Estrella do Sul, 19/01/30, p. 4)*

O termo moderno quando relacionado às mulheres aparece nos impressos católicos de forma pejorativa, estabelecendo conexão com a estética, com o comportamento e com a moral. Critica as mulheres que participam dos concursos de beleza, realizam a exposição do corpo e utilizam maquiagem. O novo perfil adotado pelas mulheres no século XX causa certo desconforto aos padrões estabelecidos pela Igreja.

A ampliação do lugar ocupado pela mulher na sociedade brasileira ocorre de forma gradativa e gera uma série de discursos (científicos, religiosos, morais) que convivem e disputam espaço social. A mulher continua a ser referência no espaço maternal e doméstico, aglutinando a isso a possibilidade de participar da política, do espaço público e exercer uma profissão.

Tais modificações refletem nas vestimentas femininas que aderem a traços mais ousados. A moda busca inspiração no contexto social e esse contexto reflete um novo perfil feminino mais independente, moderno e ousado. De acordo com Rago (1997), a classe média, pela possibilidade financeira e aquisitiva, adere primeiramente a inovações no vestuário feminino.

*As classes média e alta abandonaram as roupas sóbrias e sisudas e passaram a se vestir de acordo com os ditames da moda francesa [...] O maiô vermelho progressivamente passou a fazer parte do guarda-roupa das jovens, quando a figura da mulher moderna, magra, ágil, agressiva e independente, comparada à melindrosa, à *suffragette* ou às atrizes norte-americanas, passou a ser admirada pelas plateias femininas e masculinas. (RAGO, 1997, p. 586)*

A adesão a ditames da moda é alvo de crítica pela Igreja Católica que, embora não impusesse restrição específica sobre o vestuário, considerava tais

roupas extravagantes e a maquiagem algo desnecessário, que mascarava a naturalidade da mulher. Dentre o material analisado, diversos textos estabelecem a crítica e sugerem que a mulher deve chamar a atenção pelas suas características morais em detrimento a aparência física.

**O feminino e a moda** – o conhecido escritor Júlio Dantas, presidente da academia de ciências de Lisboa e sócio correspondente da nossa academia de letras – faz em seu último livro intitulado – “Eterno Feminino” – o ferino comentário que se segue, a respeito dos atuais costumes e modas femininas:

As mulheres tiram-nos toda a serenidade e toda a paz. Às vezes, quando vejo passar algumas delas, com vestidos de vinte e cinco centímetros de altura, as bocas pintadas, as pestanas enormes, as saias tão curtas que se lhes veem as pernas, decotes tão abertos, sabe o que me apetece? Chamar um polícia e gritar-lhe: prenda-me aquela senhora. (*Estrella do Sul*, 19/01/30, p. 4)

Para fins desta análise, utilizamos o conceito de estética relacionado aos padrões de beleza em voga para a imagem feminina no período. As representações estéticas no que se refere à mulher valorizam um corpo belo e saudável, que pode ser decorado com diversos adereços, dentre eles a maquiagem. O corpo feminino se torna mais aparente por meio das vestimentas mais justas e decotadas, também ganha visualização por meio dos diversos concursos de beleza que são realizados pelo país.

Os concursos de beleza fazem parte da história do Brasil desde o século XX e promovem um padrão de beleza nacional. O concurso para Miss Brasil<sup>116</sup> é um exemplo que ilustra esta prática, pois mobiliza os estados brasileiros e promove uma beleza nacional. Nota-se que os concursos, ao incorporarem os estados e escolherem entre esses a Miss Brasil, potencializam uma cultura nacional sobre o feminino: “a ideia de cultura nacional funciona como um dispositivo discursivo que representa a diferença como unidade, homogeneidade” (Veiga, 2010, p. 413). Os concursos de beleza são um mecanismo que consolida uma identidade nacional por meio da definição de um padrão de beleza para a mulher brasileira.

---

<sup>116</sup> A partir de 1900, os concursos de beleza começam a ganhar espaço na imprensa. Embora não apresentem uma periodicidade específica, nota-se a eleição, em 1900, de Violeta Lima Castro; em 1922, Zezé Leone e em 1929, Yolanda Pereira. No período posterior, os concursos ocorrem de forma mais regular.

Veiga e Gouveia (2000), ao tratarem dos concursos de robustez infantil em Belo Horizonte, observam que, juntamente aos concursos de beleza feminina, esses mecanismos se consolidam como estratégias na implementação de um ideal de raça e estabelecem um ideal de sujeito, de acordo com o desenvolvimento pretendido para o país. Os concursos ganham repercussão pública e os premiados se tornam modelos de beleza: “busca-se enaltecer o tipo ideal da raça, educando, na vida pública, não apenas as crianças e as mulheres, mas a população como um todo” (VEIGA, GOUVEIA, 2000, p. 19).

A participação em concursos de beleza é algo criticado ferreamente pela Igreja Católica, pois a valorização do corpo da mulher pressupõe a desvalorização moral e, na lógica do catolicismo, o que deve predominar são os aspectos morais. Na nota abaixo, a mulher exposta nos concursos de beleza é comparada a um produto na prateleira, uma mercadoria.

E esta!...

Não há que ver. Os concursos são coisa da época. Concursos de salto, de soco, de corrida, de velocidade, de altura, de profundidade, de inteligência, de estupidez, etc. A lista seria longa. Em tudo se quer bater o recorde. Até na beleza feminina. Tais esses tão celebrados concursos de beleza. Concursos não só! Também exposição.

Quando se fala em exposição de máquina, exposição de pinturas, exposição de gado, exposição de cereais, exposição de uvas, e outras que tais – tudo está muito bem, não há o que isso lhe diga. Isso, porém, de exposição de moças bonitas, perdoai-me a casmurrice, mas – na minha opinião, pelo menos – isso não está direito, não senhoras. Porque, enfim, – sempre na minha opinião, – moças não são artigo de mercado.

[...] (*Rainha dos Apóstolos*, maio, 1932, p. 86)

Os tempos modernos apresentam uma concepção de corpo mais aparente, torneada e pública. Tal concepção também se relaciona com o conceito de saúde promovido pelos higienistas<sup>117</sup> e a exaltação da prática de atividades físicas e esportivas. De acordo com Linhares (2006), a incorporação do esporte à sociedade (e principalmente ao universo escolar) se consolidou como uma revolução na forma de conceber o corpo.

<sup>117</sup> Sobre os higienistas no Brasil ver Gondra (2000) e Stephanou (1999).

Ao “revolucionar” necessidades e expectativas relativas às experiências corporais, o fenômeno esportivo apresenta-se como uma espécie de ethos moderno. Aderir a ele ou rejeitá-lo torna-se, em alguma medida, elemento de balizamento sobre o ser ou não ser moderno. (LINHALES, 2006, p. 26)

A escolarização do esporte, por meio da Educação Física, promove uma imagem de sujeito saudável, em acordo com uma sociedade moderna. Ainda sobre a redefinição do corpo por meio do esporte, é fundamental destacar que a educação escolariza a Educação Física e estabelece o esporte como conteúdo de ensino. Ao fazer isso, promove o esporte como prática fundamental para o desenvolvimento saudável do sujeito e a conseqüente valorização do corpo como parte de uma sociedade moderna que buscava redefinir seus padrões<sup>118</sup>.

A igreja critica os concursos que valorizam os limites do corpo; de forma particular, se opõe à exposição do corpo feminino e à valorização dos atributos físicos em detrimento das características morais; compara a exposição realizada por meio dos concursos a produtos expostos em um supermercado e afirma que tal procedimento não deve ser adotado para tratar de seres humanos.

Dentre os católicos, os pais são duramente criticados quando suas filhas aderem aos modernismos ditados pela moda. A família fica desacreditada no seu potencial educativo e de certa forma é socialmente desmoralizada.

#### **Os maiores culpados**

Hoje em dia, todas as sensatas não poderão deixar de clamar contra certas meninas, moças e senhoras que, para andarem na moda, se vestem escandalosamente! ... No entanto, os maiores culpados de tudo isto são os pais e maridos, que lhes consentem usarem tais modernismos! Pois se eles se opusessem formalmente, com toda a autoridade que têm, elas não ousariam apresentar-se com tais vestes. Muitos pais dizem: ‘Meus filhos não me obedecem...’, mas não se lembram de ensinar aos seus filhos a obedecerem a Deus e a observarem seus mandamentos e depois querem que eles saibam ter-lhes o devido respeito e obediência! Eduquem bem os pais a seus filhos, e eles saberão respeitá-los. Haja pais modelos e haverá filhos exemplares.  
Maria Luiza. (*Estrela do Sul*, 02/03/1930, p. 4)

Na lógica apresentada pela Igreja, a mulher católica deve se afastar das modernidades da estética, evitar as roupas justas ou curtas e a maquiagem; deve

<sup>118</sup> Para melhor compreender o ethos esportivo em consonância com a implementação de uma sociedade moderna ver Linhales (2006).

assumir um comportamento modesto e discreto, pois assim encontrará um marido que valorize os seus atributos e a escolha pelas suas características pessoais e não por uma falsa beleza.

Nas páginas dos nossos impressos, fica registrado que o esforço feminino deve primar pela boa conduta moral e a beleza física deve ser um elemento secundário; o mesmo sentimento deve reger os homens ao escolherem suas esposas. Dentre os aspectos valorizados na educação de uma moça católica para ser uma boa esposa estava a instrução; entende-se aqui as primeiras letras e as prendas domésticas; um comportamento discreto; uma cultura geral e a prática do catolicismo.

#### A mulher e o templo

As mulheres modestas são semelhantes aos templos, os quais, grandes ou pequenos, simples ou artísticos, são sempre objeto de respeito, veneração e muitas vezes de admiração.

As mulheres escravas da moda imodesta se parecem com os templos profanados e transformados em armazéns ou em salões de cine. (*Rainha dos Apóstolos*, maio, 1932, p. 86)

Com a intenção de desmotivar a adesão das mulheres aos ditames da moda, notamos diversos relatos de homens que ao escolherem uma noiva pela beleza física, fizeram um mau casamento e foram infelizes.

Na lógica do catolicismo, além de apresentar uma boa educação, a moça deveria se proteger das tentações do mundo moderno, pois não seriam poucas as moças que educadas nos princípios do catolicismo aderiam a comportamentos inadequados. Na compreensão da Igreja, todo comportamento que não se encaixava no perfil explicitado de boa moça era vinculado a uma perspectiva de vida moderna e considerado negativo.

#### A filha de Maria moderna

Um artigo para as moças lerem

É filha de Maria – educada com esmero, instruída, culta, piedosa, até, em certo tempo, deixou-se de tal modo embair pelas teorias do século, ouvia com tal encanto as palavras blandiciosas e elegantes dos pregoeiros do erro, leu com tal enlevo periódicos burilados de estilistas cuja arte escondia os mais traiçoeiros perigos para a fé e a virtude, que foi pouco a pouco perdendo o senso cristão e com ele o senso moral.

[...]

É filha de Maria – mas perdeu por completo a noção de dever, da responsabilidade: sua lei é o capricho, o prazer. Não frequenta as reuniões porque é incapaz de se impor ao sacrifício de um levantar matinal; desperdiça as horas da manhã por um despertar tardio, tão inimigo da saúde como da santidade, não encontramos, por isso, tempo para estudos sérios e ocupações úteis. Coração de ouro, tem uma vontade de manteiga! Sensível à beleza da verdade, ouve tão somente por diletantismo, sem se inquietar de pautar por ela a vida, tempestuosamente agitada ao sopro do prazer, da opinião e da moda. [...] (*Estrella do Sul*, 26/01/30, p. 1)

As mudanças no campo estético e comportamental, quando relacionadas às mulheres, não eram bem vistas pela Igreja Católica e geravam diversas críticas. A flexibilização desta crítica ocorre somente quando tratada a temática do voto feminino. Neste caso, nota-se certa valorização de um comportamento mais ousado por parte das mulheres.

As imagens sobre o feminino variavam desde uma mulher ideal, alvo de todos os tipos de afeições, até uma imagem extremamente nociva. Tais imagens estavam relacionadas ao espaço que as mulheres ocupavam no imaginário social que relacionava a mesma ao casamento, lar e educação dos filhos. Nota-se que as imagens sobre o feminino estão em disputa e este embate comporta a coexistência de diversas imagens sobre o feminino.

As imagens de mulher ideal presentes na imprensa católica explicitam um modelo de mulher baseado no catolicismo, que tinha como exemplo a ser preservado na memória da população a “Santa Mãe” de Jesus. A participação na cena pública por meio do voto, do exercício do magistério e da atuação no laicato católico tinham como objetivo ampliar a base social da instituição, sem a intenção de promover a emancipação feminina. Contudo, a inserção da mulher no espaço público propicia um novo espaço para a atuação feminina ligada a modernidade.

Goellner (2003), ao tratar das imagens de mulher veiculadas pela *Revista Educação Physica* (1932-1945), localiza um “discurso voltado à produção de uma 'nova mulher': moderna, ágil, companheira, responsável, capaz de enfrentar os desafios dos novos tempos” (GOELLNER, 2003, p. 24). Tal discurso, segundo a autora, pouco dialoga com a emancipação feminina, pois tem como foco principal adaptar a sociedade aos tempos modernos.

O temor à degenerescência da raça e o robustecimento da força produtiva necessária ao desenvolvimento da economia nacional evocam um maior controle sobre o corpo, objetivando resguardar e canalizar suas energias. Seja pela ótica do trabalho, seja pela do lazer, o trabalho corporal é reconhecido como essencial ao desenvolvimento da nação, por ser capaz de mobilizar, simultaneamente, duas energias: a do corpo individual e a do corpo social. (GOELLNER, 2003, p. 16)

O estímulo ao exercício do voto inaugura um novo espaço para a mulher, que não está obrigatoriamente vinculado à ideia de emancipação, mas sim à ideia de adaptação aos tempos modernos. Tal reorganização pretende consolidar a mulher como sujeito atuante no meio social, o que a coloca num outro espaço vinculado aos pressupostos da modernidade. O novo espaço anunciado para a mulher já não comporta a sua presença somente no espaço doméstico, bem como permite sua presença na cena pública com restrições.

### 3.3 O humor na seção *Página Alegre*

- Uma vez, dizia um soldado, fiz correr mais de cem inimigos.
- Como foi? Conta.
- Ora eu corria na frente e eles atrás de mim! (*Rainha dos Apóstolos*, 1931, maio, p. 96)

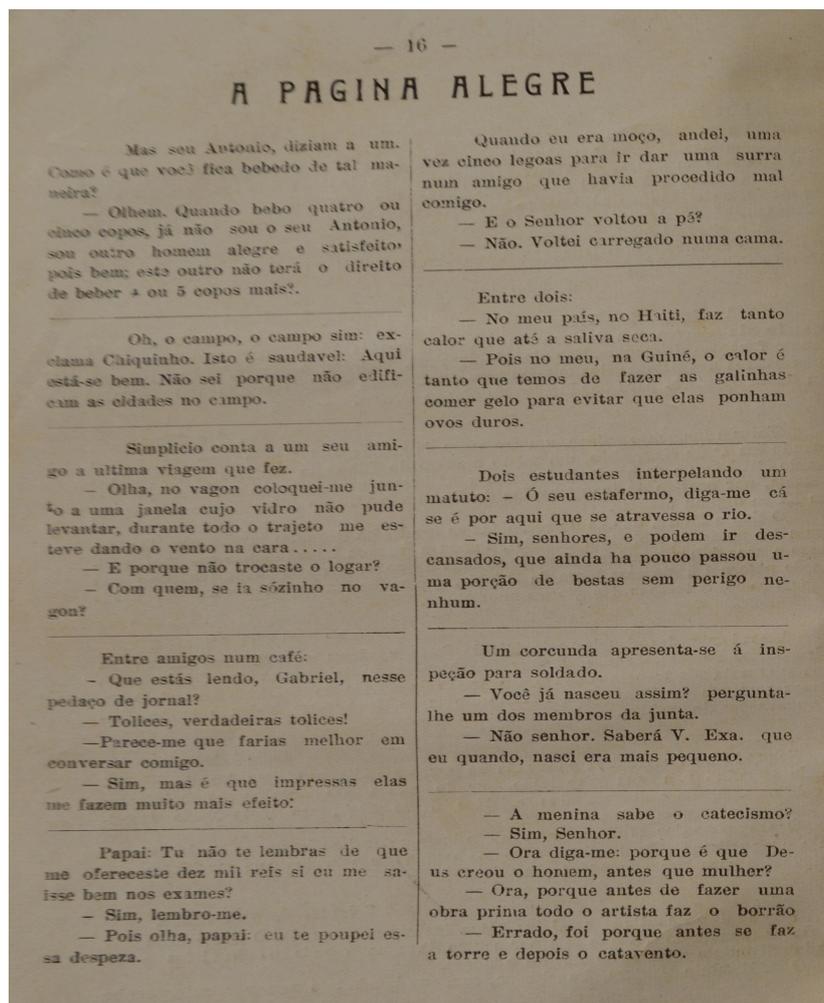
A seção denominada *Página Alegre* faz parte da revista *Rainha dos Apóstolos*, ocupa o espaço de uma página e comumente está alocada no final da revista. O objetivo da seção é apresentar um espaço de descontração na revista por meio de piadas curtas que versam sobre características físicas, talentos, bebidas, viajantes, padres, mentirosos, relação homem e mulher, mau pagador, estripulias infantis, médicos, viajantes, sorte, diálogo familiar, música, galanteadores e situações escolares.

A utilização do humor como estratégia discursiva pouco aparece na imprensa católica. De forma periódica e com uma seção específica, só localizamos na revista *Rainha dos Apóstolos*. O humor explicitado através das piadas apresenta-se na forma de textos curtos e ocupa uma página da revista. A quantidade de piadas era variável e em alguns números percebe-se uma

quantidade menor, com textos mais longos; em outras edições, nota-se uma quantidade maior de piadas com textos curtos. Ao que tudo indica, a restrição estava imposta pela lauda e a seção sempre se matinha no limite de uma página.

De acordo com Carrieri (2004), “o humor facilitaria a comunicação dos valores, ritos, mitos, enfim, de uma suposta ordem organizacional” (CARRIERI, 2004, p. 31). A utilização do humor como estratégia discursiva materializa-se nas pequenas narrativas, interpenetrando os diversos temas abordados e estimula um modo de ser implícito que está de acordo com os pressupostos do catolicismo.

As pequenas narrativas que compunham a seção Página Alegre se constituíam como estratégia discursiva para a consolidação de novos leitores e embora os temas religiosos e doutrinários se sobrepusessem na revista, nota-se, na seção Página Alegre, a abordagem de temas diversos ligados às situações do cotidiano.

Figura 14 – Revista *Rainha dos Apóstolos* – seção Página Alegre

(*Rainha dos Apóstolos*, janeiro, 1932, p. 16)

Entre os temas abordados, notamos alguns de relevância recreativa que apresentam pouca influência ideológica e dialogam com o imaginário popular e com imagens caricatas como, por exemplo, o mentiroso, que relata suas experiências de forma exagerada.

Entre mentirosos. — Quando eu toco flauta lá em casa, há uma aranha que desce do teto para me ouvir melhor. E em minha casa há uma aranha que, quando toco violino, desce do teto para virar-me as páginas da música. (*Rainha dos Apóstolos*, 1931, abril, p. 64)

Dentre os diversos temas tratados, destacaremos as pequenas narrativas que tratam das mulheres e as que tratam de situações escolares, entendendo

que apresentam uma intenção que dialoga com os interesses deste estudo.

### 3.3.1 As Rainhas do Lar

As narrativas curtas apresentam a mulher como base da estrutura familiar; ela sabe os detalhes do cotidiano doméstico; implicitamente é a verdadeira rainha do lar, aquela que vê tudo e administra de forma impecável o ambiente doméstico. O homem ocupa espaço secundário neste contexto. Os trechos abordam e potencializam essa conduta para a mulher.

Entre marido e mulher:

- Escuta, Matilde, se por acaso não voltar para o almoço, te enviarei uma carta.

- É inútil, meu João, que te dê a esse trabalho, escovando o teu sobretudo já encontrei a carta que estava em um dos bolsos. (*Rainha dos Apóstolos*, 1933, julho, p. 136)

Ai, ai! Minha querida mulher, vou morrer... e na gaveta da minha secretária tenho dez contos de réis.

- Ora, deixe-te disso, meu velho, podes morrer tranquilo que já guardei. (*Rainha dos Apóstolos*, 1931, junho, p. 112)

As piadas que apresentam a mulher no centro da narrativa, disfarçadas de entretenimento, apresentam uma imagem para a mulher em diálogo com o espaço da família, da reflexão e da cautela. Ainda que esteja apresentada hierarquicamente de forma submissa ao homem, no ambiente doméstico ela é emponderada e apresenta autoridade superior. Os dois trechos transcritos acima respaldam essa afirmação e nota-se que, em ambos os casos, o marido resolve fazer uma confissão para a esposa; entretanto, nas duas situações, ela já sabia do que se tratava, pois havia descoberto tais segredos na realização das tarefas domésticas.

Na lógica do catolicismo, assim como Maria, mãe de Jesus é anunciada como a rainha do céu e da terra; a mulher é a rainha do lar e a responsável pelo bem-estar da família, cuidando de todos com o maior zelo e dedicação.

As mini narrativas são uma estratégia discursiva moderna que utiliza o humor como centro de sua intervenção, estabelece comportamento e condutas de forma sutil; na maioria das vezes, o leitor absorve o texto sem reflexão e

naturaliza sua mensagem como parte de seu cotidiano. As piadas ocupam uma função social e produzem uma realidade social. No caso das inserções relacionadas à mulher, nota-se que se produz um espaço para ela relacionado à família, à doação, à reflexão e ao magistério.

Outro aspecto que percebemos nas mini narrativas é a presença da ironia como recurso discursivo que convida o leitor a ser ativo durante a leitura e estimula a reflexão sobre determinado tema. Embora a ironia apareça de forma minoritária na seção Página Alegre, indica-nos a preocupação dos editores em diversificar a forma como a revista é apresentada ao leitor.

Diga, mamãe, casar-se é verbo ativo ou reflexivo?  
 Não minha filha, é reflexivo... muito reflexivo. (*Rainha dos Apóstolos*, 1932, agosto, p. 148)

Na volta às aulas  
 O pai pergunta ao filho: - O que aprendeste hoje no colégio?  
 - Aprendi os gêneros. Mamãe é feminino.  
 - E tu?  
 - Eu sou masculino  
 - E o papai?  
 -Tu, papai? És singular. Mamãe que disse. (*Rainha dos Apóstolos*, 1934, janeiro, p. 41)

Considerando tais anúncios, é possível afirmar que os dois trechos apresentam de forma irônica um espaço de interpretação para a função dos gêneros masculino e feminino na sociedade. O humor<sup>119</sup> e a ironia, ao dialogar com questões do cotidiano, insere a realidade do leitor na construção narrativa e estimula que o mesmo se aproprie dos elementos apresentados de forma lúdica.

### 3.3.2 Situações Escolares

As situações escolares estabelecem a autoridade centrada no professor e afirmam essa postura. O professor é a expressão da sabedoria no universo escolar. Os alunos são reproduzidos como travessos e irreverentes; de certa forma, podemos dizer que a seção destaca as características naturais da infância.

Ainda sobre os alunos, cabe ponderar que eles aparecem como desprovidos de conhecimento, o que nos sugere a valorização da escola como

<sup>119</sup> Sobre os textos de humor como estratégias de poder, ver a dissertação de mestrado de SILVA (1996) - "Representações do humor no imaginário teuto-brasileiro".

espaço de desenvolvimento da aprendizagem, considerando que ao tratar de conhecimento as narrativas curtas fazem referência ao espaço escolar.

A piada que relata a criança travessa anuncia uma postura que é ridicularizada através do humor e produz um ideal contrário, ou seja, o leitor assume uma postura que evita o processo de ridicularização e utiliza a piada como exemplo a não ser seguido. Neste caso, um processo quase natural de preservação social do sujeito. Supõe-se aqui que algumas atitudes se explicitam no universo do humor como estímulo para atitude inversa no mundo real.

Transcreveremos algumas mini narrativas que ilustram o argumento que desenvolvemos até aqui no que se refere a professores e alunos:

Professor: - Diga cá, Carlito, quem era Colombo? Carlito: - Era um pássaro. Uma gargalhada geral faz conhecer Carlito que a sua resposta não estava exata.

Procura justificar-se: É que eu li num livro uma história, cujo título era: o ovo de Colombo. (*Rainha dos Apóstolos*, 1931, junho, p. 112)

A professora trata da maneira por que se orientam no mar os viajantes, observando de dia o sol e a estrela polar à noite; fala do emprego da bússola, que orienta os navios a qualquer hora.

- E quando não se tem bússola? Pergunta ela a classe.

Silêncio. Mas Juquinha, lá do seu banco, levanta o dedo para o ar.

- Então diga: que faz o viajante quando não tem bússola?

- Compra uma. (*Rainha dos Apóstolos*, 1934, julho, p. 112)

O professor explica a um discípulo muito bronco a posição dos quatro pontos cardeais. Depois lhe diz:

- Tem você à direita o norte, à esquerda o sul. Que é que tem à frente?

- O nariz...(*Rainha dos Apóstolos*, 1934, julho, p. 112)

Na aula de lições de coisas.

Professor: - Qual é a mais alta forma de vida animal?

Carlinhos (de pressa): - É a girafa.

Professor: - Pedrinho, dá-me um exemplo de um réptil.

Pedrinho: - uma cobra.

Professor: - Outro?

Pedrinho: - Outra cobra. (*Rainha dos Apóstolos*, 1934, dezembro, p. 227)

Um estudante que não simpatizava com certo professor, ao passar-lhe um dia pela casa, lembrou-se de lhe meter por baixo da porta um papel com a palavra 'burro'.

No dia seguinte, o professor entra na aula, senta-se e começa:

- Antes que me esqueça, devo agradecer ao meu aluno que teve ontem a amabilidade de me ir deixar seu cartão de visita. (*Rainha dos Apóstolos*, 1933, março, p. 64)

A professora explica o significado de alguns termos.  
 Um anônimo, – diz ela – é uma pessoa que não quer que a conheçam.  
 (OuvIU-se no fundo da classe uma risada sufocada)  
 Quem é que ri, pergunta a professora zangada.  
 Um anônimo, respondeu uma voz. (*Rainha dos Apóstolos*, 1933, agosto, p. 157)

Um pai, para o filho, mostrando a conta do colégio:  
 - Nunca imaginei que os estudos custassem tão caro!  
 - É isso, papai, sendo eu um dos que estuda menos! (*Rainha dos Apóstolos*, 1934, janeiro, p. 21)

Os textos de humor são uma estratégia discursiva que pretende abordar o leitor de forma lúdica; paralelamente, imprime valores morais e culturais em suas inserções que chegam ao leitor de uma forma leve e descontraída. Os alunos são representados como travessos e irreverentes e anunciam um modelo a não ser seguido. A piada apresenta uma postura adotada pelo aluno que se encaixa no contexto do humor, mas não é desejável para o universo escolar.

A partir da análise da seção *Página Alegre*, é possível perceber o projeto de educação que a Igreja Católica motivava para estabelecer a professora como sujeito de autoridade no espaço escolar, bem como valorizar a escola como espaço de aprendizagem e, por consequência, estimulava a criança a frequentar a escola.

### 3.4 Um protótipo profissional anunciado

Porque o dever do professor não se limita, não deve se limitar a transmitir conhecimentos ao espírito do aluno unicamente, e sim procurar, por todos os meios, inculcar-lhe os sãos princípios da moral, de par com os cuidados tendentes a assegurar-lhe robustez do corpo, pois a educação é um tríplice em seus fins. (*Estrela do Sul*, 17/07/1932, p. 1)

As profissões explicitadas para as mulheres na imprensa católica são restritas e se resumem a dois protótipos bastante conhecidos. Primeiro deles, a vida religiosa e segundo, o magistério.

A inserção das mulheres na vida religiosa é uma estratégia há muito utilizada para ampliar a estrutura organizacional da Igreja Católica. Para as

mulheres, às vezes se consolidava como única alternativa possível para fugir das relações de opressão explicitadas na família e posteriormente no casamento.

Sobre a vida religiosa de moças no Brasil, Azzi (1983) destaca que, em alguns períodos de nossa história, os conventos se constituíram como uma forma de libertação feminina, pois embora mediados pelas normas da ordem ou congregação a que se vinculavam, possibilitavam maior autonomia às mulheres do que o espaço social.

A vida conventual, pelo contrário, libertava as moças da dominação masculina direta, pelo menos no âmbito da vida cotidiana. Permitia-lhes a participação em atividades geralmente negadas à mulher, como administração de propriedades e capitais, a organização interna da instituição, a instrução das educandas e o contato um pouco mais livre com mulheres e mesmo homens da sua própria classe, nos parlatórios e mosteiros. (AZZI, 1982, p. 48)

A vocação estava na base da opção pela vida religiosa e se estende ao magistério, conforme este se consolida como uma opção profissional aceita para as mulheres. Embora tenhamos percebido, junto à estratégia discursiva que estimula o voto feminino, exemplos de outros espaços profissionais ocupados pela mulher, compreendemos que se constituíram como exceção e o espaço anunciado, por excelência, para a atuação das mulheres, era o magistério.

A formação para o exercício do magistério no Brasil se consolidou tardiamente, sendo que a primeira escola normal pública data de 1835<sup>120</sup>. De acordo com Campos (2002), os conteúdos do curso eram apresentados de forma difusa e havia pouca preocupação com o método; o que, segundo a mesma autora, “refletia uma tendência geral da época de que o magistério não constituía uma profissão, mas, sim, uma vocação, para a qual eram necessárias: dedicação, qualidades morais e aptidão” (CAMPOS, 2002, p. 18)

A vocação está presente na constituição do professorado brasileiro e imprime neste fazer características relacionadas à devoção e à abdicção, limitando a valorização da profissão, pois compreende a prática docente como uma missão em prol dos outros e a realização pessoal do professor está atrelada

---

<sup>120</sup> De acordo com Campos (2002), a primeira escola normal do Brasil foi fundada em 1935, no Rio de Janeiro, havendo sido a primeira da América Latina e, enquanto instituição pública, a primeira do continente americano, pois as existentes nos Estados Unidos eram privadas.

a efetivar essa prática. Kreutz (1986), ao tratar do magistério como vocação, observa que:

O professor deveria ser formado a partir de princípios espirituais, pois eram o coração e a caridade que o consagravam para uma missão mais profunda. Tendo o sacerdócio a exercer, em decorrência, postulava-se, do mesmo, profunda consagração às funções, com muita responsabilidade e abnegação, sem esperar grandes vantagens materiais. A vocação era espiritual, a recompensa também deveria ser creditada para a eternidade. (KREUTZ, 1986, p. 15)

O *ethos* religioso está presente na constituição do nosso professorado e, de certa forma, é responsável pela naturalização com que as professoras encaram as orientações estabelecidas pela Igreja Católica para o trato escolar. Diversas são as intervenções, divulgadas nos impressos católicos, com foco na educação escolar e a receptividade dos leitores é positiva. Cabe lembrar que embora os jornais analisados sejam católicos, eles circulam em diversos espaços e abrangem um público bem mais amplo do que somente os católicos.

De acordo com Lopes (2003), embora possam ocorrer exceções, de forma geral, os professores se constituíram imersos num *ethos* pedagógico religioso e feminino, o que gera uma série de conflitos.

UMA professora/UM professor pode não estar submetido a esse todo educativo. TODOS os professores podem não estar, mas AS professoras, OS professores estão, sim, imersos nesse ETHOS pedagógico, religioso e feminino, repetidas vezes reiterado, profundamente pregnado de lutas, de conflitos, de renegados, de reprimidos, de recalcados, que não se pode continuar ignorando [...] (LOPES, 2003, p. 58)

Nota-se que o estímulo para o exercício da docência, principalmente junto ao ensino primário, é estabelecido para as mulheres, exaltando as características relacionadas à maternidade. Como já dito, o magistério é entendido inicialmente como um prolongamento da atividade maternal, o que reforça o argumento a favor da mulher neste espaço de trabalho. De acordo com Perrot (2005), o ingresso de mulheres no mundo de trabalho se efetiva por meios de profissões que permitem às mesmas conciliar as tarefas domésticas e as tarefas profissionais.

'as profissões de mulheres', aquelas que se afirma serem 'boas para uma mulher', obedecem a certo número de critérios que também determina limites. Consideradas como pouco monopolizadoras, elas devem permitir que a mulher realize bem a sua tarefa profissional (menor) e doméstica (primordial). (PERROT, 2005, p. 251)

'As profissões de mulher' incorporam as características do gênero feminino, como cuidar e educar, que são produções culturais grudadas ao imaginário feminino. O estímulo para o exercício do magistério, no período que estudamos, reflete a ampliação do sistema escolar, a necessidade de professores, a disputa acerca do ensino religioso facultativo nas escolas e a influência da Igreja Católica junto às mulheres; cumula-se a isso a possibilidade de conciliar a profissão com as atividades domésticas ou relacionadas ao cuidado da família.

Sentimentos que antes eram relacionados à educação familiar, como afeto, amor e carinho, passam a se tornar adjetivos para a educação escolar; a mulher se torna a pessoa indicada para exercer a docência, pois tais características faziam parte da sua formação e da sua prática da educação dos filhos. De acordo com Assunção (2002, p. 44), a mulher era considerada portadora natural desses sentimentos e passa a ser foco dos cursos normais, pois "ao privilegiar tais atitudes na prática docente, os cursos contribuíram, talvez, para a formação científica da professora, mas, seguramente, para o aprendizado para o casamento e para a maternidade".

A escola é comparada a uma família e, seguindo a lógica do argumento discursivo apresentado nos impressos, a mulher é o sujeito indicado para cuidar deste espaço. Como já dito, a mulher é o alicerce da família e cabe a ela cuidar e zelar de todos que integram o núcleo familiar.

#### **A escola deve ser uma família**

A escola é antes de tudo uma família. Há famílias e famílias, é preciso estabelecer-lo sem subterfúgios, e antes de tudo. A família boa é como um recinto sagrado, onde não penetram tempestades; é um santuário encantador em perene holocausto á divindade; é um fruto como que amadurecido para o céu; é um tesouro desconhecido, mas nem por isso menos fecundo, de benção e riquezas espirituais.

Ao inverso, a família má, a família sem Deus, é por via de regra um mar revoltado de todas as dúvidas, um incêndio contínuo, uma guerra sem tréguas, uma tempestade sem bonança; os vícios medram ali como em terreno próprio; os crimes preparam-se ali, na sombra e tudo ali é Deus,

menos o próprio Deus. A linha divisória é o caráter fundamental que acentua uma iniludível divergência entre estas duas famílias, é a mesma que extrema o bem do mal, e o vício da virtude. (A Palavra, 06/03/32, p. 1)

Ainda cabe observar que o magistério, assim como a opção pela vida religiosa, às vezes era uma alternativa para as mulheres saírem do espaço doméstico sem sofrerem discriminação social. Almeida (1998) afirma enfaticamente que o magistério foi uma excelente oportunidade para o sexo feminino estabelecer uma atividade profissional.

O magistério, por sua especificidade, foi uma das maiores oportunidades com a qual contou o sexo feminino para atingir o equilíbrio. Era aceitável que as mulheres desempenhassem um trabalho, desde que este significasse cuidar de alguém. O doar-se com nobreza e resignação, 'qualidades inerentes às mulheres', era premissa com a qual também afinavam-se profissões como enfermeira e parteira. (ALMEIDA, 1998, p. 32)

A ideia de vocação, presente na representação simbólica acerca do magistério, apresenta sua origem no campo religioso e carrega comumente os conceitos de salvação e missão, relacionando diretamente à prática ao sacerdócio<sup>121</sup>. Com a ampliação das escolas públicas e a ampliação do aparato escolar gerido pelo Estado, o discurso acerca do magistério é mobilizado para a constituição de um imaginário social de pátria que se constrói junto às representações já existentes.

A elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir, não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração, isto é, as aspirações, os medos e as esperanças de um povo. É nela que as sociedades definem seu passado, presente e futuro. (CARVALHO, 1993, p. 10)

Concluimos afirmando que os protótipos anunciados se consolidaram como espaços importantes para as mulheres emergirem na vida pública sem a tutoria da família ou do marido. No próximo capítulo, vamos analisar os espaços ocupados pela mulher no magistério e como esses espaços se articulam com a escola pública.

---

<sup>121</sup> Sobre a influência religiosa nas representações docentes ver Lopes (2003), Pereira (1996), Assunção (2000) e Kreutz (1991).

#### **4 O debate educacional como espaço de formação**

Os católicos devem ser mais do que nunca verdadeiros apóstolos. É preciso contribuir para a manutenção da ordem pública, para o prestígio do governo estadual e da república, para a estabilidade da família e para a realização das aspirações católicas. (*Unitas*, 1931, n. 7 e 8, p. 385)

A Igreja Católica, por meio da imprensa, dialoga com setores internos e externos à instituição, articula o laicato católico e estimula a criação de novos grupos. Através dos impressos é possível mapear uma rede de sociabilidade que se articula no interior da instituição para atuar em diversos espaços. O trecho abaixo publicado no *Estrella do Sul* anuncia a organização pretendida pelo impresso.

A 'Estrella do Sul', semanário genuinamente católico, inicia hoje um novo ano de sua benéfica publicação. É justo, pois, que os reverendos, vigários lhe ofereçam o mais decidido apoio, procurando franquear-lhe a entrada em todos os lares católicos. No intuito de se conseguir esse fim, queiram eles interessar-se, seriamente, pelo referido jornal, angariando novas assinaturas, que, com as antigas sejam pagas sem demora.

Essa propaganda deve ser feita pessoalmente, pelos reverendos, sacerdotes e com o valioso auxílio das corporações religiosas estabelecidas nas referidas igrejas.

Uma palavra de recomendação proferida na escola, no catecismo, antes da pregação, nas reuniões de diretoria das associações católicas será de grande utilidade.

Mas, essa propaganda constante e sistemática, além de ser útil, torna-se necessária e constitui um sagrado dever para o reverendo clero.

A 'Estrella do Sul' não representa apenas um criterioso repertório de abundantes informações, mas é sobretudo uma defensoria temida e acérrima dos ensinamentos e preceitos da Igreja.

O vigário que lhe nega amparo priva-se de um poderoso auxílio no desempenho de seus trabalhos apostólicos. As revistas populares que se publicam dentro e fora do Estado, ainda que mereçam nossa inteira aprovação, não podem, de forma alguma, em face de sua finalidade especial, substituir a 'Estrella do Sul', redigida com muito carinho e indiscutível competência.

Para despertar maior interesse local, é mister que os Srs. vigários mandem regularmente notícias e informações com referência ao movimento social e religioso de suas paróquias. (*Estrella do Sul*, 04/01/1930)

O *Estrella do Sul* anuncia-se como um suporte para a discussão em diversos espaços; pretende ser uma presença nas escolas, reuniões, entre outros espaços; a ideia em voga é ampliar sua leitura e sua distribuição. Também se percebe o empenho em acolher textos/notícias que interessem o leitor e convoca os vigários a ajudar nesta tarefa.

Os jornais e as revistas que analisamos eram produzidos no Estado e

nota-se, no seu conteúdo, trechos produzidos localmente e reproduções de materiais publicados em outros impressos, também contamos aqui com os textos socializados pelo Centro da Boa Imprensa. A autoria dos textos/trechos/notícias é um desafio, pois a maioria deles não faz referência ao autor, característica comum neste período, exatamente pela intenção de socializar alguns textos que eram produzidos nacionalmente.

A falta de autoria não desqualifica a característica didático-pedagógica dos impressos e nem os endereçamentos que aparecem de forma muito explícita. Já comentamos alguns deles páginas antes, mas vamos retomá-los agora. Destacamos três possíveis leitores para o material que temos analisado: **o leigo**, sujeito comum que pega o material com a finalidade de informar-se de forma geral; **o clero**, que utiliza o material como subsídio para sua ação e socializa as atividades de sua diocese no mesmo (algumas vezes ele é leitor, outras vezes produz material para ser publicado); por fim, **o laicato católico militante** que utiliza o material como ferramenta de trabalho, reproduz e discute os textos nos espaços dos quais participa.

Considerando aqui o debate educacional, anunciamos que, na lógica católica, a função da escola é educar de acordo com os princípios do catolicismo. Qualquer alteração nesta lógica é negativa. Valoriza a família como primeira instância educativa e a escola como segunda.

Conforme já analisamos no capítulo dois, a família é uma instituição importante neste período e a Igreja responsabiliza a mesma pela educação ampla da criança. “A decadência social resulta da decadência moral; educa a criança desde o berço, fazei respeitar o supremo criador! E o futuro dar-nos-á os homens da antiguidade de que se ufana a história” (*Rainha dos Apóstolos*, out, 1930, p. 123).

A seguir uma orientação a um pai de família sobre como deve educar os filhos e manter o ambiente familiar.

#### **Os deveres e um pai de família**

Um homem católico pai de família deve com todo cuidado e empenho:  
1º – Proibir e impedir absolutamente que entre ou que fique em casa qualquer livro, jornal ou revista nociva aos bons costumes;

- 2º – Vigiar seus filhos, quais as companhias, as leituras, as reuniões, e como empregam eles o tempo e o dinheiro;
- 3º – Estar de olhos abertos em modo especial sobre as suas filhas informando-se bem quanto ao comportamento delas no ofício ou no trabalho, e em que gastam o tempo livre das ocupações;
- 4º Exigir que todas as mulheres da casa (a esposa, as filhas, as irmãs, as cunhadas, as sobrinhas, netas e também pessoas de serviço) vistam com aquela seriedade que convem a toda mulher cristã. ( *A palavra*, 21/12/31, p. 1)

A família recebe socialmente o mérito ou o demérito pelo comportamento da sua prole. Caso tenha prosperado e esteja (a prole) vinculada aos princípios do catolicismo, os pais estão de parabéns; caso contrário, são criticados pela má educação fornecida. São recorrentes nos impressos as dicas sobre como educar um filho, segue um exemplo:

O que faremos das nossas filhas

[...] primeiramente, ensinar-lhe-ei a serem católicas, depois, a par da instrução intelectual, mostrar-lhe-eis como prepara o alimento, como se lava e engoma a roupa, consertam as meias, pregam-se os botões, cortam e cozem-se os vestidos [...]

Se tiver recursos, proporciona-lhes a aprendizagem da música, desenho, deixando-lhes compreender que não são artes de primeira necessidade. Inspirar-lhe-ei o amor da verdade e a desconfiança das aparências [...](*Rainha dos Apóstolos*, 1931, jan, p. 7)

Certamente que as orientações para a educação de uma filha mulher são diferentes das orientações para a educação de um filho homem. Nota-se que as prioridades na educação da mulher são as tarefas relacionadas ao ambiente doméstico; secundariamente, pode se pensar em música, alguma expressão plástica ou outras.

#### 4.1 Os professores como foco do debate educacional

Professores católicos

[...] Chegou o tempo de agir e do professorado católico entrar em fase de atividade para modernizar o Brasil. A pátria e a igreja esperam por vós! (*Estrella do Sul*, 20/11/32, p. 4)

A formação pedagógica propiciada pela Igreja Católica era divulgada na imprensa e estava atrelada à concepção de educação disputada pela instituição. Cabe explicitar que esta posição não é antagônica à concepção de educação do Estado; em alguns momentos ocorrem aproximações, em outros, afastamentos. As professoras são alvos de dupla pressão: primeiro, no que se refere ao exercício do voto e, segundo, relacionado ao fazer pedagógico.

Os professores que atuam com a educação primária são o foco das pressões, pois, neste setor, está concentrada a maior parte do professorado e são estes os responsáveis pela formação básica do sujeito. Nesta fase, a criança, futuro adulto, consolida os princípios da moral, foco central da educação católica.

#### O professor primário

Sinceramente, do fundo da alma, confesso que não reconheço quem mais trabalhe pela honra e glória da pátria e da humanidade, nem quem possa espalhar mais benefícios no mundo. É por pensar assim é que me sinto revoltada contra quem desconhece a influência da escola primária e muito mais ainda contra o próprio professor primário, que não avalia no devido grão, a grandeza de sua missão.

Porque o dever do professor não se limita, não deve se limitar a transmitir conhecimentos ao espírito do aluno unicamente, e sim procurar, por todos os meios, inculcar-lhe os bons princípios da moral, de par com os cuidados tendentes a assegurar-lhe robustez do corpo, pois a educação é um tríptico em seus fins'.

[...] (*Estrella do Sul*, 17/07/1932, p. 1)

No que se refere à formação dos professores, percebemos duas abordagens: primeiro, a veiculação de diversos textos e notas com o objetivo de estabelecer um padrão de conduta para os professores e, segundo, a divulgação de diversos eventos que objetivam a formação dos docentes.

Cabe ponderar que a formação relacionada aos conteúdos específicos é uma demanda apresentada pelos professores. A formação continuada era quase inexistente no período, os professores recebiam um plano para desenvolver por nível de ensino, mas eram poucos os recursos didáticos oferecidos. Considerando tal aspecto, podemos afirmar que propiciar cursos de capacitação era uma estratégia que funcionava para aglutinar professores.

O debate educacional explicitado nos impressos indica a realização de diversos cursos e seminários com objetivo de formação. Os eventos de formação apresentam conteúdos diversos e mesclam questões didáticas, questões teológicas e a prática efetiva dos ritos do catolicismo.

Sob a mesma inspiração e buscando possibilitar formação aos educadores, foram anunciados diversos retiros espirituais. Não localizamos a programação específica dos retiros, mas encontramos indicadores de que, no desenvolvimento dos mesmos, ocorria formação didática, formação espiritual e os professores assistiam a palestras que tratavam da organização da Igreja Católica no Brasil, pois o desafio posto para os católicos era a permanente necessidade de recatolizar o país. Os retiros consolidavam-se, na prática, como espaços de formação pedagógica, teológica e espiritual.

#### Retiro Espiritual

No dia 20 do corrente, às 18h, começará o retiro espiritual fechado para professoras e catequistas, no Ginásio Nossa Senhora do Bom Conselho, terminando na manhã do dia 24, véspera de Natal.[...](*Estrella do Sul*, 13/12/1934, p. 4)

Ainda sobre o que deveria ser tratado no cotidiano escolar, nota-se a crítica feita pela Igreja ao excesso de conteúdos e à memorização, em detrimento do ensino moral, que ocupava pouco espaço nas orientações curriculares. Buscando driblar tal aspecto, a orientação é bastante clara e investe na autonomia didática do professor como alternativa para resolver essa questão.

#### A escola e o ensino moral

O que acabamos de dizer é apenas uma indicação para os professores novos sobre a maneira como poderão tirar partido de tudo para dar vida ao seu ensino moral. Tivemos também em vista mostrar como é que se subordinando a estes interesses morais, as lições ganham uma nova inspiração e uma vida nova.

1º Dar, na formação dos professores, um lugar muito maior aos assuntos da pedagogia moral e refundir por completo o programa demasiado abstrato das escolas normais, onde a memória desempenha um papel considerável em demasia.

2º Melhorar notavelmente a situação material do professorado, a fim de que o cansaço, os cuidados, os trabalhos acessórios não privem os professores do necessário descanso, do frescor espiritual e do

recolhimento, sem os quais se pode ser um mestre-escola, mas não um educador de almas.

3º Desembaraçar os programas de muitos pormenores supérfluos em vários ramos, reservando-os para as escolas especiais ou profissionais. Substituir a pedagogia do pormenor por uma pedagogia viva que ponha todos os conhecimentos em relação com a verdadeira vida, para desenvolver a robustez do caráter e dar ao espírito uma inspiração que o impeça de atrofiar numa dada profissão, seja ela qual for. É este ensino primordial do trabalho que se tornou hoje impossível em virtude da multidão de coisas que se exige que a escola ensine. É impossível fazer coisa alguma a fundo; a escola, em vez de ser foco de cultura, não passa de uma engrenagem onde mestres e alunos têm em vista, acima de tudo, armazenar conhecimentos por processos aperfeiçoados e onde todas as aspirações a uma vida mais elevada são quase relegadas para um segundo plano. (*A Palavra*, 02/05/1931, p. 4)

O trecho 'Escola e ensino moral' é relevante para nossa análise, pois sugere a supremacia da Igreja às orientações do Estado, o que não indica uma ruptura com o mesmo, mas explicita um lugar autônomo ocupado pela Igreja Católica na sociedade. Também nos indica que a relação Igreja e Estado ocorre em um processo de constante negociação. Ainda cabe ponderar que o trecho valoriza o fazer docente e denuncia as condições limitadas de trabalho do professorado, garantindo, assim, a simpatia dos professores à manifestação católica neste setor.

A *Divini Illius Magistri* apresenta, no subtítulo referente ao ambiente da educação, um tópico tratando dos bons mestres e observa que as características intelectuais e morais são fundamentais ao professor. Sugere a organização dos mestres através de associações e afirma a relevância das atividades desenvolvidas pelo mestre.

#### Bons mestres

As boas escolas são fruto, não tanto de bons regulamentos, como principalmente dos bons mestres que, egregiamente preparados e instruídos, cada qual na disciplina que deve ensinar, e adornados das qualidades intelectuais e morais exigidas pelo seu importantíssimo ofício, se abrasam dum amor puro e divino para com os jovens que lhes foram confiados, precisamente porque amam Jesus Cristo e a sua Igreja de quem eles são filhos prediletos, e por isso mesmo têm verdadeiramente a peito o bem das famílias e da sua pátria. É por isso que nos enche a alma de consolação e gratidão para com a bondade divina, o ver como juntamente com os religiosos e as religiosas que se dedicam ao ensino, tão grande número de tais bons mestres e mestras – outrossim, unidos em congregações e associações especiais para cada

vez melhor cultivarem o espírito, as quais são bem dignas de serem louvadas e promovidas como poderosas e nobilíssimas auxiliares da ação católica -. (*Divini Illius Magistri*, 1929)

A orientação presente na *Divini Illius Magistri*, estimulando a organização de Associações de Professores, já havia ganhado espaço no Brasil um ano antes da publicação da encíclica, pois, em 1928, foi fundada a Associação de Professores Católicos do Distrito Federal, primeira APC (Associação de Professores Católicos) do Brasil. Ainda no mesmo ano, foi fundada a Associação Fluminense de Professores Católicos, em Niterói; foram gradativamente surgindo Associações de Professores Católicos por todo lugar e, em 1934, a CCBE (Confederação Católica Brasileira de Educação) coordenava 40 APCS em todo o país e arregimentava em torno 300 colégios católicos que reuniam 60 mil alunos e cerca de 6.200 professores<sup>122</sup>.

A ideia da criação de uma confederação brasileira de professores católicos foi lançada em meados de 1933, por Dom Xavier Mattos. Em 7 de setembro de 1933, durante o 1º Congresso Eucarístico Nacional, realizado na cidade de Salvador, Bahia, o projeto de fundação de uma Confederação Católica de Educação foi apresentado aos delegados das diversas associações de professores católicos ali representados, sendo por eles aprovado. (BARREIRA, 1999, p. 178)

A CCBE foi criada então em 11 de novembro de 1933 e Everardo Beckheuser nomeado como primeiro presidente da instituição. Um ano depois de assumir a coordenação da CCBE, Beckheuser faz uma visita ao estado do Rio Grande do Sul e estabelece uma agenda que contemplava a capital e o interior; proferiu palestras relacionadas à educação, em Porto Alegre, e realizou duas conferências sob as seguintes temáticas: 'Ensino religioso e a renovação educacional' e 'A escola nova no Brasil'.

Dr. Everardo Beckheuser

Acompanhado de sua consorte, chegou a esta capital, a 17 do mês corrente, o Sr. Everardo Beckheuser, presidente da Confederação Católica de Professores de Educação e da Associação Católica de

<sup>122</sup> Os dados da CCBE, referentes à quantidade de professores e alunos, foram recolhidos em 'Dicionário de Educadores no Brasil: da Colônia aos dias atuais' de Fávero e Britto (1999).

Professores Católicos. No cais, foi aguardado por destacados elementos católicos e saudado em nome do Exmo. Sr. Padre Luiz Gonzaga.

A noite de 18, no salão da Biblioteca Pública, iniciou uma série de conferências pedagógicas, perante seleta e numeroso auditório.

O Exmo. Sr. Arcebispo metropolitano presidiu a mesa, fazendo a apresentação do orador, que, em nome do professorado católico, foi saudado pelo Dr. Eloy José da Rocha.

A seguir, o Dr. Beckheuser iniciou a sua conferência sobre o tema: 'o ensino religioso e a renovação educacional'. No decurso de sua oração, pôs em destaque a ação do episcopado brasileiro, em fazer sair o Brasil do indiferentismo com que havia suportado por mais de 40 anos o laicismo governamental.

Fartos aplausos saudaram suas palavras finais.

Por último, ergueu-se D. João Becker, que, após agradecer ao Sr. Everardo pela conferência proferida, que qualificou de magnífica e emocionante, a presença, da assistência, deu por encerrada a sessão.

No dia 19, fez a sua segunda conferência que teve como objeto 'A escola nova no Brasil', que não menos que a anterior foi apreciada e aplaudida.

[...] (*Estrella do Sul*, 27/12/1934, p. 3)

As palestras realizadas em Porto Alegre apresentaram um bom público e foram, segundo relatos apresentados no jornal, 'muito proveitosas intelectualmente'. Após as atividades realizadas na capital, o Prof. Everardo se dirigiu para a cidade de Pelotas, região sul do estado; chegando lá, foi acolhido pela Associação Católica de Professores. Sua visita ficou registrada no jornal *A Palavra* e, de acordo com as datas apresentadas, supõe-se que o mesmo tenha se mantido no estado em torno de uma semana.

#### Professor Everardo Beckheuser

Deverá chegar amanhã a esta cidade, proveniente de Porto Alegre, o ilustrado Dr. Everardo Beckeuser, abalizado lente catedrático na escola politécnica do Rio e presidente da Confederação Católica Brasileira e Educação.

A Associação Católica de Professores e de Cultura Social, que é filiada à Confederação, far-lhe-á, no cais do Porto, confortadora recepção, conduzindo-o depois ao Grande Hotel, onde eminente pedagogo será por ela hospedado.

Após as visitas que, durante o dia, S.S. e Exma. esposa farão acompanhados por uma comissão da Associação, às autoridades e aos estabelecimentos de ensino, haverá na sede da referida Associação uma reunião íntima, onde o ilustre hóspede será saudado pela professora senhorinha Sylvia Mello.

Às 21 horas, no salão nobre da Biblioteca, S. S. fará uma conferência pública, sendo por essa ocasião apresentado pelo presidente da Associação Dr. Waldemar Lages e saudado em nome da sociedade pelotense, pelo Dr. Vicente Russomano. (*A palavra*, 23/12/1934, p. 2)

## 4.2 O Associativismo e a capacitação pedagógica

*Na última segunda-feira, realizou-se mais um dos interessantes e instrutivos serões desta sociedade. (A Palavra, 16/09/1934, p. 2)*

A movimentação em torno da ideia de criar uma Associação Católica de Professores em Pelotas foi estabelecida em 1932 com a socialização de um artigo que divulgava a Associação de Professores Católicos de Niterói e observava a necessidade de organizar associações em todo o país a fim de defender os interesses católicos.

### Associação de Professores Católicos

Projeta-se nos meios católicos desta cidade fundar uma sucursal da Associação de Professores Católicos com sede em Niterói.

É grande a importância dessa associação e não menores serão os seus frutos para a classe do professorado e para a religião.

Para o professorado tem um fim útil e nobre. Pretende ela fundar a casa do Professor destinada não só a servir de casa de cômodos para as mestras que muitas vezes não sabem onde se alojar na cidade para onde são nomeadas, mas também para manter cursos de aperfeiçoamento para os seus sócios com preços mais reduzidos.

Visa essa associação, sobretudo, o bem da religião.

Até agora o nosso professorado católico tem hora alguns casos se mantido indiferente a certas questões que dizem respeito à religião e dum modo especial ao ensino religioso.

Quando foi por ocasião do decreto de ensino religioso facultativo nas escolas passaram-se vários telegramas de felicitações ao governo. Mas esse decreto não era e nem é definitivo. Pode ser anulado de um momento para o outro.

Urge, pois, que os católicos, mais especialmente os professores católicos, se unam em associações e empreguem todos os seus esforços para que esse decreto se torne efetivo.

Não é só nesse ponto que os professores podem ser úteis à religião. Mas também por ocasião das eleições, concorrendo com o seu voto para candidatos que sejam a favor da religião. E esses votos podem ser numerosos, pois tendo agora em nosso país as mulheres o direito do

voto, e, sendo o professorado em grande parte construído de elementos femininos, achamos que esses votos não serão de desprezar.

São essas em resumo as finalidades da Associação de professores católicos e parece-nos, como bem disse, há dias, um membro de destaque do nosso professorado que, onde se fundar essa Associação, todo o professor católico tem o dever de nela se inscrever.

Marília Dias Da Costa (*A Palavra* - 04/09/1932)

A Associação Católica de Professores foi fundada na cidade de Pelotas, no ano de 1933; sua ação estava direcionada para a região sul e aglutinava os professores em atividades de formação e confraternização. Tinha como objetivo ampliar os pressupostos do catolicismo no universo escolar. Era fiel à ideia de recatolização do Brasil e mantinha vínculo com a Confederação Católica de Professores de Educação e com a Associação Nacional de Professores Católicos.

No material que temos analisado, a primeira Associação de Professores Católicos do Rio Grande do Sul foi fundada na cidade de Pelotas, provavelmente porque a região já apresentava uma organização dos professores e os mesmos apresentavam certa familiaridade com o trabalho associativo. Funcionou na cidade uma seção da ABE de 1926 a aproximadamente 1929; em 1929, surge a Associação Sul Rio-grandense de Professores, incorporando alguns membros da seção da ABE, que gradativamente desaparece e, em 1933, surge a Associação Católica de Professores<sup>123</sup>.

A primeira atividade de formação organizada pela Associação Católica de Professores de Pelotas foi um curso de Filosofia que ocorreria na segunda-feira à tarde, por um período não explicitado, com um custo de 5\$000 mensais e as aulas seriam ministradas no Colégio Félix da Cunha. Na mesma nota que anuncia o curso, consta a inscrição de 22 pessoas interessadas.

#### **Associação de Professores Católicos**

##### Curso de Filosofia

Organizado pela associação de professores católicos, desta cidade, qual escolheu para patrono o venerável P. José de Anchieta, foi inaugurado, no dia 14 passado, em uma das dependências do conceituado Colégio Félix da Cunha, o curso de Filosofia, dirigido pelo eminente professor P.

<sup>123</sup> Sobre a organização das primeiras associações docentes da cidade de Pelotas ver Leon (2008).

Dr. Agostinho Scholl S. J., digno superior dos padres jesuítas.

(...)

Merece elogios essa grande iniciativa da culta associação de professores católicos, que assim vem preencher uma lacuna que existia em nosso meio intelectual, caracterizada na falta de um curso de Filosofia. [...] (*A Palavra*, 23/07/1933)

O curso de Filosofia é o primeiro de diversas outras atividades propiciadas pela instituição. Em outubro de 1933, a instituição promove uma comemoração ao 'Dia do Mestre', que aglutina uma quantidade considerável de professores e possibilita a integração com professores de uma cidade vizinha (a organização de um evento com professores de uma cidade vizinha nos indica um bom potencial organizacional da ACP).

#### O “dia do Mestre”

Passou o 15 deste dia em que foi consagrada a celebração da memória do nosso primeiro mestre, desse obscuro e abnegado guia que nos levou ao conhecimento das primeiras letras.

Não há como negar que esta consagração é das mais justas, como também muito justas as homenagens que hoje prestamos àquele a quem devemos uma gratidão imorredoura.

Por assim julgar, foi que a Associação de Professores Católicos de Pelotas resolveu solenizar o 'Dia do Mestre' com a celebração de uma santa missa que teve lugar na catedral, às 8h, a qual assistiram o professorado católico da cidade, comissões dos colégios locais e muitos convidados, tendo sido elevado o número das pessoas que se aproximaram da mesa eucarística.

Para comemoração digna desse mesmo 'Dia do Mestre' preparara também a A.P.C. uma sessão solene lítero-musical no salão do conservatório de música, a qual infelizmente não se pode realizar por motivos imperiosos.

Solidária nas homenagens ao 'Primeiro Mestre', esteve, entre nós, uma distinta caravana de professores da cidade vizinha, a qual foi cumulada de todas as gentilezas por parte das autoridades e colegas de Pelotas. (*A Palavra*, 22/10/1933, p. 2)

Não foi possível precisar a data exata de criação da ACP, mas identificamos registros relacionados à comemoração de um ano de funcionamento da instituição em junho de 1933, o que nos indica que ela foi fundada um ano antes e supõe-se em período aproximado.

### **Associação Católica de Professores e de Cultura Social**

Há mais de um ano funciona nesta cidade a Associação de Professores Católicos com a finalidade das existentes em todas as grandes cidades do Brasil. Ultimamente, de acordo com autoridade eclesiástica, tentou o clérigo Heitor Cavalcante congregar os intelectuais católicos de nosso meio, **no intuito de fundar aqui uma filial do Centro Don Vital do Rio de Janeiro**. Os trabalhos para a organização da nova sociedade iam seguindo em curso natural, quando surgiu a ideia de fundir a APC e os elementos do Centro em formação, numa única sociedade com os fins que ambas se propunham a atingir para o bem da ação social católica.

Daí surgiu a Associação Católica de Professores e Cultura Social que, no último domingo, se instalou solenemente num dos salões da Biblioteca que lhe serve de sede. [...]

Lida a ata pelo secretário Alvacyr Collares, foi dada a palavra ao orador oficial, Dr. Alvorino Mercio Xavier, que produziu um conceituoso discurso, pondo em foco os fins da Associação que se instalava e ressaltando a oportunidade de sua ação em nosso meio, que refletindo os anseios da alma brasileira nesta encruzilhada de nossa história, precisa, sobretudo, de mais espiritualidade para lhe esclarecer os caminhos para a posteridade. [...] (*A Palavra*, 17/06/34, p. 1, grifo nosso)

Destaca-se que a Associação Católica de Professores se fundiu com a intenção de fundar uma filial do Centro Dom Vital do Rio do Janeiro, no Rio Grande do Sul. Embora o Centro não tenha se efetivado, a intenção de sua criação nos indica uma relação entre a intelectualidade católica de ambos estados e também anuncia a participação do Rio Grande do Sul no debate nacional.

A comemoração de um ano também apresentou como novidade a aquisição de uma sede para a instituição, o que facilitou a dinâmica de trabalho do grupo. A partir do estabelecimento de endereço fixo, nota-se que as atividades da Associação adquiriram a periodicidade quinzenal. O jornal *A palavra* funcionava como mecanismo difusor destes eventos, divulgava os temas tratados, por vezes transcrevia a abordagem realizada e seguidamente realizava um relato posterior da atividade. O impresso consolidava-se como um mecanismo de formação, inclusive para os professores que não participavam da atividade, pois relatava o ocorrido e o professor poderia acessar o debate no impresso.

### **Associação Catholica de Professores e de Cultura Social**

Na série de palestras culturais inaugurada por esta utilíssima

Associação, realizou-se mais uma, na última segunda-feira, a qual congregou, na sede social, grande número de associados e atraídos pelo interesse sempre crescente daquelas reuniões. Não se pode deixar de levar em conta para se explicar o brilho do último serão literário da ACPCS a palestrante, senhorinha Silvia Mello, nome de relevo no professorado desta cidade.

O tema foi sugestivo: 'A escola nova e a Igreja'

A exposição correspondeu vantajosamente à expectativa de todos assistentes que ficaram encantados com a palestra perfeita na forma e justa nas ideias.

Como é de prova nestas reuniões, o tema foi discutido. A professora Senhora Osmania Campos, Frederico A. Algayer, Mons. Silvano de Souza, Rey Real e P. J. A. de Queiroz, fizeram interessantes observações sobre o assunto, encarando-o sob vários aspectos, sendo todos unânimes nos aplausos à palestrante pelo êxito de seu trabalho.

Encerrada a discussão, o Sr. Francisco B. Junior, na presidência, procedeu à escolha do novo 'palestrante' que recaiu no consócio, Sr. Frederico A. Algayer, com unânime aprovação e agrado. O futuro palestrante teve a gentileza de informar aos presentes acerca do assunto de sua palestra que será – A liga Brasil Unido, fazendo um sumário das ideias que irá expor no próximo dia 13 de agosto.

Por proposta de Mons. Sylvano de Souza, o Sr. Presidente fez a indicação do palestrante da 2º quinzena de agosto, apresentando o nome do Sr. José Mendonça.

A sessão da ACPCS foi, como as anteriores, um agradável convívio intelectual. (*A Palavra*, 05/08/34, p. 2)

Conforme dito anteriormente, a reunião foi exposta em detalhes no impresso, o que possibilita acompanhar as atividades da associação pelo jornal. Outro destaque interessante é a forma de organização estabelecida para as reuniões do grupo e como o mesmo escolhe o tema para os próximos encontros. Os componentes da reunião definem o palestrante e este propõe o tema; pelos relatos que acompanhamos, o tema é apreciado e aprovado ou não.

Os temas tratados são diversificados, mas atendem a duas demandas: primeiro, vinculada à natureza da instituição e nesse sentido são tratadas questões em disputa pela Igreja Católica na sociedade, como a Liga Brasil Unido, citada acima; segundo, relacionado ao cotidiano do fazer docente e às necessidades técnicas apresentadas pelos professores, lembrando que a produção de material didático é restrita e os professores solicitam cursos específicos.

### **Associação Católica de Professores e de Cultura Social**

Esta associação vem dando um belo exemplo de trabalho e assiduidade no cumprimento dos deveres regulamentares.

Além dos cursos que funcionam em sua sede com grande aproveitamento dos sócios, há as palestras quinzenais que são um verdadeiro encanto para seus frequentadores. Fez a última palestra o Sr. Ruy Real, que abordou os mais importantes comentários sobre o tema: Economia e Caridade.

Na apreciação da palestra do Sr. Ruy Real, falaram vários sócios presentes. O palestrador mereceu lisonjeiras referências a sua palestra que agradou a todos. (*A Palavra*, 02/12/1934)

Como já observado, a Associação de Professores Católicos de Pelotas mantinha vínculo com a CCBE e recebeu em Pelotas o Prof. Everaldo, presidente da CCBE. A atividade foi considerada um sucesso e o professor palestrou sobre a necessidade do ensino religioso nas escolas. O assunto tratado anuncia o compromisso com a pauta nacional e indica a disputa em prol do ensino religioso facultativo nas escolas. O local escolhido para a atividade comporta em torno de duzentas pessoas e os relatos afirmam que o espaço não foi suficiente para acomodar tantos professores.

Associação Católica de Professores e Cultura Social: em brilhante conferência pronunciada segunda-feira passada na biblioteca pública, o professor Everaldo Backheuser, presidente da Confederação Brasileira de Professores Católicos demonstra a necessidade sócio psicológica do ensino religioso nas escolas. (*A Palavra*, 30/12/1934)

De acordo com Monteiro (2007), a visita do Prof. Everardo ao Estado potencializou a organização dos professores e, após sua visita, em 1934, foi fundada mais uma Associação Católica de Professores, em Porto Alegre. Não encontramos registros na imprensa sobre a Associação da capital, talvez pela periodização estabelecida. Independente dos impressos, é importante salientar que a ação desta associação foi significativa para o Estado, pois muitos dos professores fundadores da ACP/PoA se tornaram professores da Faculdade de Filosofia<sup>124</sup>. Cabe retomar que, desde sua criação, tal faculdade apresenta

---

<sup>124</sup> Trindade (1982), ao estudar a história da Faculdade de Filosofia da UFRGS, considera a Associação de Professores Católicos de Porto Alegre uma pré-faculdade de Filosofia, considerando que os professores vinculados à Associação serão posteriormente os professores da faculdade de Filosofia.

identidade com o movimento católico.

A Associação dos Professores Católicos, criada, em 1934, por Armando Câmara, foi sugerida por Everardo Backhauser, quando visitou Porto Alegre, após ter idealizado e objetivado a do Rio de Janeiro anos antes. [...] a associação dirigiu-se para a formação de um núcleo de professores de escolas públicas e privadas capazes de reproduzir seu projeto de recristianização social. (MONTEIRO, 2007, p. 468)

Nota-se que os espaços de formação realizados pela ACP de Pelotas eram denominados de serões literários e possibilitavam um agradável espaço de encontro entre os professores. Além da formação explicitada as reuniões, se consolidavam como um espaço de convívio social valorizado pelos professores e pelos articulistas da Associação.

#### **Associação Catholica de Professores e de Cultura Social**

Na última segunda-feira, realizou-se mais um dos interessantes e instrutivos serões desta sociedade. Reunião de fina cultura intelectual, oferece aos seus componentes uma hora de convívio em que a distinção e o culto da elegância espiritual fazem esquecer a vulgaridade da vida cotidiana.

Fez a palestra do dia o consócio Dr. José Assis, tratando do seu assunto 'Médicos e Mediuns', prendeu a atenção de todos desde as primeiras palavras. O tema era realmente sugestivo. E o palestrante tem o senso do inédito, do inesperado que dão um tom de originalidade aos seus conceitos e à sua expressão. Por isso ninguém deixou de cumprimentá-lo efusivamente. (*A Palavra*, 16/09/1934, p. 2)

Os membros da diretoria se mantiveram durante o período que estudamos. Embora a instituição possua um estatuto e esteja prevista a eleição, no período que estudamos a diretoria foi reeleita e reconduzida ao cargo, indicando, assim, o reconhecimento dos sócios pelo trabalho desenvolvido.

#### **Associação Católica de Professores e de Cultura Social**

Comemorando a festa do padroeiro, Vel. Pe. José de Anchieta, aos 19 do mês foi celebrada, na catedral, uma missa em seu louvor, aproximando-se, por essa ocasião, da mesa eucarística elevado número de associados.

No sábado, 23, à noite, a Associação realizou uma sessão de Assembleia Geral, à qual estiveram presentes muitos sócios e exmas.

famílias.

Nessa ocasião, o presidente da Associação, Dr. Waldemar Lajes, fez a leitura do relatório de sua profícua gestão. Devendo nessa sessão ser eleita e empossada a nova diretoria, foi parecer da assembleia que deveriam continuar a formá-la os membros da anterior, sendo por isso reeleita a Diretoria que termina o mandato.

Após essas resoluções, se fez ouvir em eloquente oração o dedicado 1º secretário Professor Alvacyr Collares.

Pela distinta professora senhorinha Santuza Lemos foi feita formosa conferência sobre o Vel. Pe. Anchieta.

Encerrando a encantadora reunião, se fizeram ouvir e apreciar em diversos números de canto e declamação. (*A Palavra*, 07/04/1935, p. 5)

Em meados de 1930, o jornal *A Palavra* divulga a criação de uma Associação Católica de Professores do Rio Grande (município vizinho a Pelotas). Consta na nota a participação da Associação de Pelotas, bem como de figuras ilustres da cidade, o que nos indica que o movimento católico de professores ampliava sua intervenção no estado.

#### **Associação Católica de Professores e de Cultura Social de Rio Grande**

Na ampla sede católica da União dos Moços Católicos no Rio Grande, gentilmente cedida pelo seu presidente Sr. Lorea Pinto deu-se a inauguração A. P. C. e C. S. Rio Grandina.

Com o salão repleto de exmas. famílias deu-se início a sessão solene.

[...] representantes da associação de Pelotas, Professores: Sylvia Mello, Osmânia Campos e Alvacyr Faria Collares [...] (*A Palavra*, 15/09/1935, p. 2)

Por fim, as Associações Católicas de Professores se consolidaram como um importante espaço de articulação do professorado Católico no Rio Grande do Sul. O impresso *A Palavra* contribui para a divulgação da Instituição e a Associação Católica de Professores de Rio Grande interage com a Associação de Católica de Professores de Pelotas em algumas atividades de confraternização.

Dentre as muitas atividades realizadas, apresentam-se atividades culturais que cumprem a função de ser um espaço de integração e lazer com garantia moral.

## **Conclusão**

Diversas foram as iniciativas da Igreja Católica com objetivo de reorganizar-se internamente e disputar espaço social no início do século XX no Brasil. Para fins deste estudo, destacamos os discursos que se explicitaram na imprensa católica e indicam a disputa presente no debate educacional. A proclamação do Estado laico estimulou a Igreja Católica a estabelecer novas frentes de atuação que a mantivesse como espaço de referência religiosa e cultural no país. Dentre elas destacamos o investimento considerável na ampliação da imprensa católica.

Abordar o acontecimento nos permitiu perceber a mobilização acerca do processo constituinte, bem como visualizar as estratégias adotadas pela instituição a fim de intervir no debate educacional e ampliar espaço de intervenção social. A agenda defendida pelos católicos e levada adiante pela LEC apresenta diversos pontos. Entre eles nota-se o destaque para o retorno do ensino religioso nas escolas, que é o tema de maior presença nos impressos analisados.

A Igreja Católica utilizou-se de diversas estratégias com o objetivo de manter, produzir e construir influência no espaço social. O investimento na cultura escrita é uma estratégia utilizada que se explicita por meio da intensificação da produção de cartas encíclicas. Citamos aqui também as cartas pastorais produzidas por Dom João Becker, publicadas no Estado do Rio Grande do Sul, e que atendiam a particularidades locais para orientar os católicos e simpatizantes sobre questões políticas e religiosas.

Outra estratégia escrita utilizada foi o investimento na produção de impressos católicos, conforme já demonstrado neste trabalho, que se amplia consideravelmente a partir do século XX. Os jornais e as revistas passam a ser entendidos pela Igreja como um apóstolo do catolicismo que chega a lugares distantes, onde o pároco, por muitas vezes, não tinha acesso. Na produção de impressos destaca-se a criação de diversas frentes que, além de produzir, subsidiam a produção católica neste campo, com destaque para a criação do Centro da Boa Imprensa, a Liga da Boa Imprensa e a

Associação da Boa Imprensa. Sobre os impressos destacamos as revistas nacionais<sup>125</sup> e os impressos regionais que pipocaram em todo país. O investimento na cultura escrita indica que a instituição buscava adaptar-se à modernidade, aderindo a novos espaços de intervenção social, bem como utilizando estes espaços para reavivar a tradição do catolicismo no país.

A igreja reinventa a sua prática e produz um espaço para imprensa tão importante como o espaço da pregação no século passado. O impresso se consolida como um importante meio de comunicação e organização da instituição. Embora, em diversos documentos, a Igreja estabeleça a crítica à ideia de um Estado moderno, nota-se que reorganiza a sua prática com o objetivo de se adaptar à modernidade e manter-se como um espaço de referência no país. Para isso, realiza adaptações na sua ação institucional com o objetivo de conservar a tradição em novas condições sociais.

A defesa da liberdade de ensino, apresentada exaustivamente no material analisado, nos indica a renovação da tradição por meio do discurso, pois apresenta como argumento básico a autoridade da família. Na tradição do catolicismo, a família é a responsável terrena pela educação da prole, submetida à autoridade divina. Na construção discursiva que argumenta a favor da liberdade de ensino nota-se que a defesa da autoridade da família ganha novos elementos discursivos relacionados à democracia, à liberdade e à participação.

A ideia de liberdade de ensino apresentada nos impressos afirma a família como instância de autoridade anterior e superior ao Estado, no que se refere à educação das crianças. O Estado aparece nesta lógica como autoridade secundária que deve garantir a vontade da família; no que se refere à educação escolar, o argumento desenvolvido na imprensa é o de que a vontade da maioria é uma educação católica.

Para ser eficaz no contexto de uma sociedade moderna, a defesa da liberdade de ensino ganhou novos argumentos e exigiu mudanças na estratégia discursiva da instituição. Uma das frentes adotadas foi associar o laicismo à desordem e o catolicismo à ordem, ao progresso e ao desenvolvimento da nação.

A intervenção político partidária passa a fazer parte dos desafios encampados pela instituição e se materializa na ação da LEC, que apresenta diversos objetivos, dentre os quais se destaca a função de orientar os católicos para o exercício do voto

---

<sup>125</sup> Citamos aqui como revistas nacionais publicadas sob influência da Igreja Católica a Revista *A Ordem*, órgão do Centro Dom Vital; o *Boletim da Associação dos Professores Católicos*, que começou a circular em 1932 e, em 1934, foi substituído pela *Revista Brasileira de Pedagogia*.

eleitoral. No Rio Grande do Sul, a orientação da liga era incisiva e não deixava espaço de escolha para o eleitor católico. Dito de outra forma, o bom católico deveria votar nos candidatos apoiados pela liga; caso contrário, estaria conspirando contra o reino dos céus da terra. Nota-se que a orientação não considera a possibilidade de escolha, embora o voto se consolide como uma manifestação individual e privada e houvesse a possibilidade do sujeito manter sua escolha em sigilo, o que nos interessa explicitar é que a manifestação pública de apoio a candidatos descomprometidos com a LEC não era tolerada e, caso manifestada, seria alvo de críticas severas.

A mulher é promovida a sujeito ativo na política e se transforma em alvo de diversas campanhas, dentre elas as campanhas católicas. As mulheres, relegadas até então ao espaço doméstico, foram promovidas a salvadoras da nação e o voto das mulheres valorizado ao máximo, no intuito de propiciar sua participação nas urnas. Nota-se que o estímulo da Igreja ao exercício do voto feminino é mais uma ação que dialoga com a ideia de renovar a tradição católica por meio de uma ação moderna.

O estímulo ao exercício do voto feminino nos indica que a Igreja involuntariamente dialoga com a construção de um novo espaço para a mulher. Embora a instituição não tenha pretendido a emancipação feminina, ao defender de forma contundente o sufrágio feminino, potencializa um outro lugar para a mulher em diálogo com o espaço público e com a atuação política.

Considerando que a educação escolar era o foco do debate, nota-se que os professores ganham destaque nos impressos, pois eram convocados a participar ativamente do processo de modernização do país e a defenderem os interesses do catolicismo em suas salas de aula: “Chegou o tempo de agir e do professorado católico entrar em fase de atividade para modernizar o Brasil. A pátria e a igreja esperam por vós.” (*Estrella do Sul*, 20/11/1932, p. 4)

A Igreja Católica estabelece uma série de ações direcionadas aos professores. Nota-se a criação de diversas associações de professores católicos no Brasil, a produção de material didático para subsidiar a prática docente e a criação de uma representação nacional dos professores católicos<sup>126</sup>. As mulheres são parte considerável do magistério, principalmente junto às séries iniciais; o perfil potencializado para as docentes está vinculado à ideia de vocação, maternidade e

---

<sup>126</sup> Citamos aqui a CCBE (Confederação Católica Brasileira de Educação) que, em 1934, já coordenava 40 Associações Católicas distribuídas pelo país.

abdicação.

Os protótipos anunciados para o docente se consolidaram de forma bem definida e foram espaços importantes para as mulheres emergirem na vida pública e adquirirem certa autonomia financeira. Com o objetivo de melhor intervir junto ao debate educacional, a Igreja buscou adaptar-se ao processo de modernização como estratégia de disputa política. A análise da imprensa católica nos indicou diversos conflitos e algumas iniciativas da Igreja no sentido de estabelecer novas práticas e representações, vinculadas à ideia de modernização, tais como a utilização da imprensa, o voto feminino e a apropriação de um léxico característico do Estado moderno.

Concomitantemente à disputa específica do processo constituinte e dos itens reivindicados pela LEC, nota-se uma série de ações que pretendem garantir base social para as reivindicações estabelecidas, como o estímulo à organização do professorado em associações, com o objetivo de estabelecer uma unidade política e pedagógica entre os professores católicos do Brasil.

No que se refere às mulheres, o processo de modernização assumido pela Igreja Católica dialoga com a ideia de “modernização conservadora” anunciada por Perrot (2005). Como já dito anteriormente, tal prática não pretendia alterar as relações de poder no meio social. Ao advogar o voto feminino e a atuação profissional para as mulheres, a Igreja estabelece outro lugar para a mulher que interage com a ideia de emancipação feminina, presente e em disputa na sociedade no período.

A modernidade é uma disputa permanente entre o vivido e o idealizado; nesse contexto, as contradições ganham maleabilidade e se tornam presenças em um mesmo cenário. Nessa lógica é possível que a mulher seja estimulada a votar, a participar das decisões políticas do país e, paralelamente, não estimulada a práticas que enalteçam a beleza e a estética feminina.

Como é característico na modernidade, o período em análise comporta uma série de pensamentos que ora dialogam entre si e ora se opõem, anunciam a rejeição a uma ordem estabelecida e projetam uma nova organização social<sup>127</sup> que ainda não se constituiu. Como já afirmado, pensar a modernidade é pensar um conceito polissêmico que incorpora ideias contraditórias em um movimento de redefinição.

---

<sup>127</sup> De acordo com Martuccelli (1999), a consciência histórica sobre a modernidade surge na passagem de um mundo baseado na ordem que se desfaz para um mundo novo cuja ordem não se constituiu.

Por fim, não se pretendeu aqui encerrar o debate sobre Igreja Católica e educação na década de 1930, mas, ao contrário, buscamos apresentar um olhar mediado pelas nossas fontes e pelo referencial teórico utilizado. Parafraseando Martins (1976), “procuro dizer as coisas como penso e sem pruridos perfeccionistas, na esperança de que outros digam amanhã, de maneira diferente, melhor e mais acertada do que a minha” (MARTINS, 1976, p. 11). Vários outros aspectos ainda podem ser analisados sob inspiração desta mesma temática e a partir das mesmas fontes, uma vez que a relação Igreja Católica e laicato feminino é um tema ainda pouco problematizado na história da educação.

Optamos aqui em focar um acontecimento específico, o processo constituinte, buscando perceber como a instituição articulou sua prática para intervir na educação. Ao concluir este trabalho, consideramos que nossa tarefa foi apresentar algumas particularidades da disputa efetivada no Rio Grande do Sul, em consonância com a disputa nacional da Igreja Católica.

O presente estudo é uma contribuição para a área de história da educação e anuncia uma série de possibilidades que podem ser investigadas sob a certeza de constituir bonitas leituras sobre o Brasil.

## **Referências Bibliográficas**

ABREU, Alzira Alves de. As mudanças na imprensa brasileira: 1950-1970. In LUSTOSA, Isabel (org.) *Imprensa, história e literatura*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2008.

ABREU, Márcia. Em Busca do Leitor: estudo dos registros de leitura dos censores. In ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005. (Coleção História da Leitura)

ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.

ALMEIDA, Maria das Graças Ataíde de. A República Cristã: Fé, Ordem e Progresso. In: HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAIA, Artur César (Orgs.). *Progresso e Religião: A República no Brasil e em Portugal 1889 – 1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2007.

ALONSO, ÂNGELA. De positivismo e positivistas: interpretações do positivismo brasileiro. In: TRINDADE, Helgio (Org.). *O Positivismo: Teoria e Prática: Sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 2ª ed. Ampliada - PoA: Editora da UFRGS; Brasília, UNESCO, 2007.

AMARAL, Deivison Gonçalves. Confederação Católica do Trabalho: práticas discursivas e orientação católica para o trabalho em Belo Horizonte (1919-1930). Belo Horizonte, PUC, 2007. (Dissertação de Mestrado).

ANDRADE, Solange Ramos de. O Culto aos Santos: a religiosidade católica e seu hibridismo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, ANPUH, n.7, 2010.

AQUINO, Maurício de. Modernidade Republicana e diocesanização do catolicismo no Brasil: as relações entre Estado e igreja na primeira república (1889-1930). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, nº 63, 2012.

ASSUMPÇÃO, T. Lino de. História Geral dos Jesuítas, Lisboa, Moraes, 1982.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. *Magistério Primário e Cotidiano Escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. *A Psicologia da Educação e a Construção da Subjetividade Feminina* (Minas Gerais – 1920-1960). Belo Horizonte, 2002. (Tese de Doutorado).

AZEVEDO, Antônio Carlos Amaral. Dicionário histórico de religiões. 2ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2012.

AZZI, Riolando. Dom Romualdo Seixas e D. Macedo Costa: dois propugnadores da

igreja no século passado. *Revista de Cultura Vozes*, Petrópolis, n. 6, 1974.

\_\_\_\_\_. *A vida religiosa no Brasil: enfoques históricos*. São Paulo, Ed. Paulinas, 1983.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der. *História da Igreja no Brasil: ensaio e interpretação a partir do povo – terceira época: 1930-1964*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BARREIRA, Luiz Carlos Barreira. Estudo de Periódicos: Possibilidades Para a História da Educação Brasileira. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, Memória, História: Possibilidades, Leituras*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004.

BASTOS, Maria Helena Câmara. *A revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939 – 1942) o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.

\_\_\_\_\_. *A Revista do Ensino – RS: o novo e o nacional em revista*. Pelotas: Seiva, 2005.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In *Magia e Técnica, Arte e Política*. Trad. Paulo Sérgio Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.

\_\_\_\_\_. *Magia e Técnica, Arte e Política*. Traduzido por Paulo Sérgio Rouanet. (Obras Escolhidas; v.I). São Paulo: Brasiliense, 1986. BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

BICCAS, Maurilaine de Souza. *O impresso como estratégia de formação: revista do ensino de Minas Gerais (1925 -1940)*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro, 2002.

BORIM, Marta Rosa. *Por um Brasil Católico: tensão e conflito no campo religioso da república*. Porto Alegre: Unisinos, 2010. (Tese de Doutorado).

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BOTO, Carlota. A Racionalidade Escolar como Processo Civilizador: Moral que Captura Almas. In: CARVALHO, Marta Maria Chagas de; PINTASSILGO, Joaquim (Orgs). *Modelos culturais, saberes pedagógicos, instituições educacionais*. São Paulo: Edusp, 2011

\_\_\_\_\_. A Liturgia na Escola Moderna: saberes, valores, atitudes e exemplos. *Revista História da Educação*. Porto Alegre: UFRGS, n.44, 2014.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6ª ed. 2ª reimp. São Paulo: Perspectiva, 2009.

\_\_\_\_\_. *O Poder Simbólico*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRAGANÇA, Anibal; ABREU, Márcia. (Orgs). *Impressos no Brasil: dois séculos de livros brasileiros*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais: a longa duração. (In) NOVAIS, Fernando A. e SILVA, Rogerio Forastieri da. *Nova história em perspectiva*. São

Paulo: Cosac Naify, 2011.

BURKE, Peter. *A escola dos Annales (1929 – 1989) a revolução francesa da historiografia*. 2ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2010.

CAMPOS, Maria Cristina Siqueira de Souza. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: CAMPOS, Maria Cristina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar (Orgs.). *Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

CARRIERI, Alexandre de Pádua. O humor como estratégia discursiva de resistência: as charges do SINTTEL/MG. *Organização & Sociedade*. UFBA, v. 11, n. 30, mai/ago., 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Brasília: Editora UnB, 1981.

\_\_\_\_\_. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. O Novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 71, nov.1979.

\_\_\_\_\_. Notas para a reavaliação do movimento educacional (1920/1930). *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n.66, ago. 1988.

\_\_\_\_\_. *A escola e a República*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. (Coleção tudo é história).

\_\_\_\_\_. *O Molde Nacional e Fôrma Cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924 – 1931)*. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CATANI, Denise Bárbara. *Educadores à meia luz: um estudo sobre a revista de ensino da Associação Beneficente do professorado público de São Paulo*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Denise Bárbara & BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

CAVA, Ralph Della. Igreja e Estado no Brasil do século XX. Sete monografias recentes sobre o catolicismo brasileiro. 1916/64. *Revista Estudos do Cebrap*, n. 12, São Paulo, 1975.

CERTEAU, Michel. *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *A Escrita da História*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

CESAR, Guilhermino. A ocupação e diferenciação. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA Sergius (Orgs.). *RS: economia e política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

CHARTIER, Roger. *A história Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel;

Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger (Org.). *As utilizações do Objecto Impresso*. Portugal: Difel - Difusão Editorial AS, 1998.

\_\_\_\_\_. *A história ou a leitura do tempo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

CORBELLINI, Marcos. La Salle e seu projeto educativo. *Revista História da Educação*, n.20, Pelotas: UFPel, 2006.

CORSETTI, Berenice. *Controle e Ufanismo. A escola pública no Rio Grande do Sul (1889/1930)*. Santa Maria, UFSM, 1998. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. A Educação – Construindo o cidadão. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, tomo 2 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

\_\_\_\_\_. Cultura política positivista e educação no Rio Grande do Sul/ Brasil (1889 - 1930). *Cadernos de Educação*, v. 17, Pelotas: UFPel, 2008.

CORSETTI, Berenice; PADILHA, Alessandra Vieira; KISTEMACHER, Dilmar. A política educacional no Rio Grande do Sul e a questão da nacionalização do ensino (1930/1945). *Revista História da Educação*, n. 23, Pelotas: UFPel, 2007.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Comemorando o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *Educação e Sociedade*. São Paulo, v.5, n.12, set. 1982

\_\_\_\_\_. *Ideologias e educação brasileira: católicos e liberais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1984.

\_\_\_\_\_. Um olhar sobre o manifesto dos pioneiros da educação nova de 1932. In: XAVIER, Maria do Carmo. (Org.). *Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. A Educação e a Primeira Constituinte Republicana. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 -1988)*. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005a. (Coleção Memória da Educação).

\_\_\_\_\_. A Educação na revisão constitucional de 1926. In: FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 -1988)*. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005b. (Coleção Memória da Educação).

\_\_\_\_\_. Projetos republicanos e a questão da educação nacional. In: *Intelectuais e escola Pública no Brasil: séculos XIX e XX*. (Orgs.). VAGO, Tarcísio Mauro et. al. (Orgs.). Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

\_\_\_\_\_. *Alceu Amoroso Lima*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. (Coleção Educadores).

\_\_\_\_\_. Ensino Religioso: retratos históricos de uma polêmica. In: CARVALHO, Carlos Henrique de; GONÇALVES NETO, Wenceslau. (Orgs.). *Estado, Igreja e Educação: o mundo ibero-americano nos séculos XIX e XX*. Campinas: Editora Alínea, 2010.

\_\_\_\_\_. *Educação e Direito à Educação no Brasil: um histórico pelas constituições*. Belo Horizonte: Mazza edições, 2014.

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. O campo religioso e a formação de trabalhadores. *Revista História da Educação*, n. 1, Pelotas: UFPel, 1997.

DIAS, Romualdo. *A doutrina católica sobre a autoridade no Brasil 1922 – 1935*. Campinas: UNICAMP, 1993. (Tese de Doutorado).

DIEHL, Astor Antônio. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul: um projeto social-político (dos anos trinta a 1964)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes Literários da República: história e identidade nacional do Almanaque Garnier (1903 – 1914)*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

ECO, Umberto. *Lector in Fabula*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1986.

ELIAS, Norbert. *Sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1994.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA FILHO, L. M. *Dos pardieiros aos palácios*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 2000.

\_\_\_\_\_. Os jornais e outras fontes para a história da educação mineira do século XIX: uma introdução. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG: EDUFU, 2002. (Coleção Memória da Educação).

\_\_\_\_\_. *Edição e Sociabilidades Intelectuais: a publicação das obras completas de Rui Barbosa (1930-1949)*. Belo Horizonte: UFMG, 2012. (Tese – concurso professor titular FaE/UFMG)

FAUSTO, Bóris. (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil republicano - estrutura de poder e economia (1889 - 1930)*. São Paulo: Difel, 1975.

FÁVERO, Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 -1988)*. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; BRITTO, Jader de Medeiros. (Org.). *Dicionário de Educadores do Brasil – da colônia aos dias atuais*. Rio de Janeiro: UFRJ/MEC-Inep, 1999.

FERNANDES, Ana Lúcia Cunha. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na história da educação. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

FRAISSE, Geneviève & PERROT, Michelle. Ordens e liberdades. In: DUBY, Georges & PERROT, Michelle (Org.). *História das mulheres no Ocidente - o século XIX*. Porto: Afrontamento, 1991, v. 4.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; LOPES, Eliane Marta. *Território Plural: a pesquisa em história da educação*. São Paulo: Editora Ática, 2010.

\_\_\_\_\_. *Boletim Vida Escolar: uma fonte e múltiplas leituras sobre a educação no início do século XX*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GARCIA, Jacinta Turolo; CAPDEVILLE, Guy (Orgs). *Educação Católica*. São Paulo: EDUSC, 2001.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Educação e Movimento Operário*. São Paulo: Editora Cortez, 1987.

GIL, Natalia; ZICA, Matheus Cruz; FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). *Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012, v. 1, 240p.

GINZBURG, Carlo. Controlando a evidência: o juiz e o historiador. (In) NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da. *Nova história em Perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

\_\_\_\_\_. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990

\_\_\_\_\_. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

GIOLO, Jaime. *Estado & Igreja na implantação da república gaúcha: a educação como base de um acordo de apoio mútuo*. Série Estudos – Periódico do mestrado em educação da UCDB, Campo Grande – MS, 2009.

\_\_\_\_\_. *Estado, Igreja e Educação no RS na primeira República*. SP: Faculdade de Educação/USP, 1997. (Tese de Doutorado).

GOELLNER, Silvana Vilodre. *Bela, Maternal e Feminina: imagens da mulher na revista de educação physica*. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil 1917 - 1937*. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda., 1979.

\_\_\_\_\_. *Essa Gente do Rio... modernismos e nacionalismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas: 1999.

\_\_\_\_\_. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV: 2000.

\_\_\_\_\_. O primeiro Governo Vargas: Projeto Político e Educacional. In: MAGALDI, Ana Maria; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves (Orgs.). *Educação no Brasil: História, Cultura e Política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial*. São Paulo: USP, 2000. (Tese de Doutorado).

HABERMAS, Jürgen. *O Discurso Filosófico da Modernidade: 12 lições*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HOBBSAWM, Eric. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

HOHLFELDT, Antônio. A Imprensa (1870-1930) In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, tomo 2 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

HORTA, José Silvério Bahia. A Constituição de 1934: Comentários. In: FÁVERO,

Osmar (Org.). *A Educação nas Constituintes Brasileiras (1823 -1988)*. 3ª ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2005. (Coleção Memória da Educação).

\_\_\_\_\_. *O Hino, o sermão e a ordem do dia: a educação no Brasil (1930 -1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

IGLESIA, Francisco. *História e Ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

ISAIA, Artur César. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998.

\_\_\_\_\_. Catolicismo e Castilhismo. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). *República Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 3, tomo 2 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul) 23 – 29.

JINZENJI, Mônica Yumi. *Cultura Impressa e Educação da Mulher no Século XIX*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

KERN, Arno Alvarez. *Missões: uma utopia política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

KREUTZ, Lúcio. Magistério: vocação ou profissão. Educação em Revista. Belo Horizonte: UFMG, 1986<sup>128</sup>.

\_\_\_\_\_. *O professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Porto Alegre: UFRGS, UFSC, EDUSC, 1991.

KREUTZ, Lúcio; Sophia KREUTZ. Impressos pedagógicos: afirmação do projeto republicano e contraposições (1870-1920). *Revista História da Educação*, n. 11, Pelotas: UFPel, 2002.

KREUTZ, Lúcio. Das Schulbuch (o livro escolar) 1917 - 1938: um periódico singular para o contexto da imprensa pedagógica no período. *Revista História da Educação*, n. 23, Pelotas: FaE/UFPel, set/dez 2007.

KREUTZ, Lúcio; KUIAVA, Evaldo Antônio; NODARI, Paulo César. Representação do magistério sob o movimento da restauração católica e seu reflexo nas escolas da imigração alemã no RS. *Revista História UNISINOS*, v. 15, n. 1, São Leopoldo: UNISINOS, 2011.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio/Contratempo, 2006.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª ed., Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976.

LEON, Adriana Duarte. *O periódico A Palavra como possibilidade de estudo da Associação Católica de Professores (Pelotas/RS 1930-1940)*. *Revista História da*

<sup>128</sup> Esse artigo foi publicado com o sobrenome do autor trocado, na revista consta: KRENTZ, Lúcio. Magistério: vocação ou profissão. *Educação em Revista*. Belo Horizonte: UFMG, 1986.

*Educação*, n.34, Pelotas: UFPel, 2011.

\_\_\_\_\_. *A profissão docente na cidade de Pelotas: Associação Sul Rio-grandense de Professores e Associação Católica de Professores (décadas de 1930 e 1940)*. Pelotas: UFPel, 2008. (Dissertação de Mestrado).

LIMA, Maurílio César de. *Breve história da Igreja Católica no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Restauro, 2001.

LINHALES, Meily Assbú. *A escola, o esporte e a 'energização do caráter': projetos culturais em circulação na Associação Brasileira de Educação (1925 – 1935)*. Belo Horizonte, UFMG: 2006. (Tese de Doutorado)

LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Da Sagrada Missão Pedagógica*. São Paulo: Editora Universitária São Francisco, 2003.

\_\_\_\_\_. *Origens da educação pública. A instrução na Revolução Burguesa do século XVIII*. São Paulo: Loyola, 1981

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação uma perspectiva pós-estruturalista*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

LUCA, Tânia Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *Periodismo Cultural: a trajetória da Revista do Brasil*. In ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005. (Coleção História da Leitura)

LUCHESE, Terciane Ângela. *O processo escolar entre imigrantes de região colonial italiana do RS – 1875 a 1930*. São Leopoldo, UNISINOS, 2007. (Tese de Doutorado)

LUCHESE, Terciane Ângela; KREUTZ, Lúcio. *Imigração e Educação no Brasil: histórias, práticas e processos escolares*. (Orgs.) Santa Maria: Editora UFSM, 2011.

LUSTOSA, Isabel. *Imprensa, história e literatura*. (Org.) Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008.

\_\_\_\_\_. *O Macaco Brasileiro: um jornal popular na independência*. In ABREU, Márcia; SCHAPOCHNIK, Nelson (Orgs). *Cultura Letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2005. (Coleção História da Leitura)

\_\_\_\_\_. *O nascimento da Imprensa Brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. (Org.) *A Igreja Católica no Brasil e o Regime Republicano*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

LUSTOSA, Oscar de Figueiredo. *Os Bispos do Brasil e a Imprensa*. São Paulo: Edições Loyola, 1983.

MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. *Páginas do Professorado: um estudo sobre profissão e formação docente em periódicos católicos (anos 1930 - Brasil/Portugal)*. *Revista SÍSIFO*, n. 11, jan/abr. 2010.

\_\_\_\_\_. *Crônica feminina: sobre o lugar da mulher e de sua educação no periódico católico A Ordem (anos 1930)*. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER,

Libânia Nacif (Orgs.). *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2008.

\_\_\_\_\_. *Lições de Casa: discursos pedagógicos destinados à família no Brasil*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2007.

\_\_\_\_\_; ALVES, Cláudia; GONDRA, José Gonçalves. *Educação no Brasil: história, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

MAINWARING, Scott. *A Igreja Católica e a Política no Brasil (1916 -1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, Waldemar Valle. *Liberdade de Ensino: reflexões a partir de uma situação no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 1976.

MARTUCELLI, Danilo. *Sociologies de la modernité*. Paris: Gallimard, 1999.

MICELLI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na república velha*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

\_\_\_\_\_. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920 - 1945)*. São Paulo: DIFEL, 1979.

MONARCHA, Carlos. *Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920 - 1930*. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

MONTEIRO, Lorena Madruga. A elite católica e a disputa por espaços sociais de atuação sob a vigência da ditadura positivista no Rio Grande do Sul: o caso da Universidade do Rio Grande do Sul. In: TRINDADE, Héliog (Org.). *O Positivismo: Teoria e Prática: Sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 2ª ed. Ampliada – Porto Alegre: Editora da UFRGS; Brasília: UNESCO, 2007.

MONTES, Maria Lúcia. As figuras do sagrado: entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). *História da Vida Privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia da Letras, 1998.

MOREL, Marco e BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U. Editora Pedagógica e Universitária Ltda., 1974.

NARCIZO, Rodrigo Mota. Impressos e discursos para a formação docente nos moldes católicos na primeira metade da década de 1930. In: MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello; XAVIER, Libânia Nacif (Orgs.). *Impressos e História da Educação: usos e destinos*. RJ: 7 letras, 2008.

NAZÁRIO, Diva Nolf. *Voto feminino & feminismo*. São Paulo: Faculdade de Direito, 1923.

NEVES, Clarissa Ecker Baeta. O governo de Flores da Cunha. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930 - 1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 4 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das; MOREL, Marco; FERREIRA, Tânia Maria Bessone da C. (Orgs.). *História e Imprensa: representações culturais e práticas de*

*poder*. Rio de Janeiro: D&A, Faperj, 2006.

NEVES, Lúcia Maria Bastos P. das. *Livros e Impressos: retratos dos Setecentos e dos Oitocentos* (Org.). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2009.

NORA, Pierre. O retorno do fato. In: LE GOFF, Jacques e NORA, Pierre. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1976, p. 179-193.

NOVAES, NÉVIO de. *Intelectuais e Igreja Católica no Paraná: 1926 – 1938*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

NÓVOA, António. A Imprensa de Educação e Ensino. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CATANI, Denise Bárbara (Orgs.). *Educação em Revista: A Imprensa Periódica e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1997.

PACHECO, Cláudia Regina Costa; TAMBARA, Elomar Antonio Calegaro; CUNHA, Jorge Luiz. A perfeição humana na perspectiva católica de Dom João Becker no período de 1912 a 1946. *Conjecturas*, Caxias do Sul/RS: 2012.

PASSOS, Mauro. *A presença e o discurso da Igreja na formação da classe trabalhadora em Belo Horizonte (1890 - 1930)*. Belo Horizonte: UFMG, 1986. (Dissertação de Mestrado).

\_\_\_\_\_. (Org.) *A Festa na Vida – significado e imagens*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org.) *A Mística da Identidade Docente: tradição, missão e profissionalização*. Belo Horizonte, Fino Traço, 2011.

PATTÉE, Ricardo. *Gabriel Garcia Moreno e o Equador de seu tempo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1955.

PEREIRA, Luzia Ribeiro. *De donzela angelical a esposa dedicada... A profissional da educação e a presença do discurso religioso na formação da professora*. São Paulo: USP, 1996. (Tese de Doutorado).

PERES, Eliane Teresinha. *Aprendendo a forma de pensar, de sentir e de agir a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública primária gaúcha (1909 - 1959)*. Belo Horizonte: UFMG, 2000. (Tese de Doutorado).

\_\_\_\_\_. *Templos de Luz: os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875–1915)*. Pelotas: Seiva Publicações, 2002. (Série História da Educação em Pelotas-2).

PERROT, Michele. *As mulheres e os silêncios da história*. São Paulo: EDUSC, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahi. *RS: A Economia & O poder nos anos 30*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. (Série Documenta).

\_\_\_\_\_. *Exposições Universais: Espetáculos da Modernidade do Século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997

\_\_\_\_\_. *História do Rio Grande do Sul*. 6ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

(Série Revisão).

PETITAT, André. *Produção da escola / produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente*. Porto Alegre: Artes médicas, 1994.

PORTELA, Joaquim Pires Machado. *Constituição Política do Império do Brasil, confrontada com outras constituições*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1876.

QUINTANEIRO, Tânia. *Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajantes do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 1996.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary; BASSANEZI, Carla (Orgs.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, Ed. UNESP, 1997, p. 578-606.

RANGEL, Carlos Roberto da Rosa. O governo de Flores da Cunha. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). *República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930 - 1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, v. 4 (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

RÉMOND, René. *Por uma História Política*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

RICUPERO, Bernardo. *Sete Lições sobre as Interpretações do Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Alameda, 2011.

RIGO, Pe. Enio José. (Org.). *A diocese de Santa Maria RS – Brasil (1910 -2010)*. Santa Maria: Diocese de Santa Maria, 2010.

RODRIGUES, Cândido Moreira. *A Ordem: uma revista de intelectuais católicos (1934– 1945)*. Belo Horizonte: Autêntica/Fapesp, 2005.

ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (crítica ao populismo católico)*. São Paulo: Kairos Livraria e Editora, 1979.

RUBERT, Arlindo. *História da Igreja no Rio Grande do Sul: época colonial (1626 – 1822)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

REVEL, Jacques. (Org.). *Jogos de Escalas: a experiência da Microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Posfácio: Conceituando o Gênero. In: SAFFIOTI, Heleieth I. B.; MUÑOZ-VARGAS, Mônica (Orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro/Brasília: Rosa dos Tempos/NIPAS/UNICEF, 1994.

SANTOS, Hércules Pimenta dos. *Católicos e Protestantes: escolas confessionais fundadas por missionários estrangeiros*. Belo Horizonte – MG (1900-1950). Belo Horizonte: FaE/UFMG, 2010. (Dissertação de Mestrado).

SCHWARTZMAN, Simon. A Política da Igreja e a Educação: o sentido de um pacto. *Revista Religião e Sociedade*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, março, 1986.

SCHNEIDER, Regina Portella. *A Instrução Pública no Rio Grande do Sul 1770-1889*. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1993.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação Escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista Tempo*. Rio de Janeiro: UFF, São Paulo: Unicamp, volume 26, jan/2009.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre: UFRGS, jul/dez, 1995.

SGARBI, Antônio Donizetti. *Igreja, educação e modernidade na década de 30 escolanovismo católico: construído na CCBE, divulgado pela Revista Brasileira de Pedagogia*. São Paulo: PUC, 1997. (Dissertação de Mestrado).

SILVA, Hawke Roselane Kleber. *Representações do humor no imaginário teuto-brasileiro*. São Leopoldo, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1996. (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Mozart Pereira. O positivismo no Rio Grande do Sul. In: TRINDADE, Helgio (Org). *O Positivismo: Teoria e Prática: Sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 2ª edição ampliada- Porto Alegre: Editora da UFRGS; Brasília, UNESCO, 2007.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A História da Imprensa no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

SOUTO, Bárbara Figueiredo. “Senhoras do seu destino” *Francisca Senhorinha da Motta Diniz e Josephina Álvares de Azevedo - projeto de emancipação feminina na imprensa brasileira (1873-1894)*. São Paulo: USP, 2013. (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Jane Vieira de Souza. *Círculos Operários: a Igreja Católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

SOUZA, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e práticas culturais: a mediação religiosa no processo de produção/reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro*. São Paulo: PUC, 2000. (Tese de Doutorado).

SOUZA, Ricardo Luiz de. *Identidade Nacional e Modernidade Brasileira – diálogo entre Sívio Romero, Euclides da Cunha, Câmara Cascudo e Gilberto Freyre*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEPHANOU, Maria. Tratar e Educar, discursos médicos nas primeiras décadas do século XX. Porto Alegre: UFRGS, 1999. (Tese de Doutorado).

TAMBARA, Elomar. Círculo Operário e Igreja: a Formação da Classe Trabalhadora. In: GHIGGI, Gomercindo; HYPÓLITO, Álvaro; TAMBARA, Elomar (Orgs.). *Trabalho, Conhecimento e Formação do Trabalhador*. Pelotas: Editora Universitária, UFPel, 1993.

\_\_\_\_\_. *Positivismo e Educação: a educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo*. Pelotas: Ed. Universitária/ UFPel, 1995.

\_\_\_\_\_. Positivismo e Educação no Rio Grande do Sul. In: *Revisitando o Positivismo*. Canoas: La Salle, 1998.

\_\_\_\_\_. *Estado, Igreja e Educação: Urbi et Orbe*. Trabalho apresentado à 28ª Reunião Anual da ANPED, GT2 – História da Educação, Caxambu, 2005.

TAMBARA, Elomar; QUADROS, Claudemir de; BASTOS, Maria Helena Câmara. A Educação (1930 - 1980). In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau. (Orgs.). *República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930 - 1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007, (Coleção História Geral do Rio Grande do Sul).

TRINDADE, Fernando. Uma Contribuição à História da Faculdade de Filosofia da UFRGS. *Revista do IFCH/UFRGS*, Porto Alegre, n. 10, 1982.

TRINDADE, Hégio. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre; Sulina, 1980.

TRINDADE, Hégio. A República Positivista: teoria e prática. In: TRINDADE, Hégio (Org.). *O Positivismo: Teoria e Prática: Sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 2ª ed. ampliada- Porto Alegre: Editora da UFRGS; Brasília, UNESCO, 2007.

TRINDADE, Hégio (Org.). *O Positivismo: Teoria e Prática: Sesquicentenário da morte de Augusto Comte*. 2ª edição ampliada- PoA: Editora da UFRGS; Brasília, UNESCO, 2007.

VAGO, Tarcísio Mauro. *Histórias de Educação Física na Escola*. Belo Horizonte: Mazza Edções, 2010.

VALDUGA, Gustavo. *PAZ, ITÁLIA, JESUS: uma identidade para imigrantes italianos e seus descendentes: o papel do jornal correio riograndense (1930 – 1945)*. Porto Alegre, PUC/RS, 2007. (Dissertação de Mestrado).

VALLE, Ione Ribeiro; HAMDAN, Juliana Cesário; DAROS, Maria das Dores (Orgs.). *Moderno, Modernidade e Modernização: a educação nos projetos de Brasil - séculos XIX e XX*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2014, v. 2, 282p.

VEIGA, Cynthia Greive; GOUVEIA, Maria Cristina Soares. Celebrar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas. *Educação e Pesquisa*. São Paulo: USP, v. 26, nº 1, jan/jun, 2000.

VEIGA, Cynthia Greive. *História da Educação*. São Paulo: Ática, 2007

\_\_\_\_\_. Educação estética para o povo. In: LOPES, Eliane Marta; FARIA FILHO, Luciano; VEIGA, Cynthia (Org.) 4ª ed. *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da Educação: um estudo entre imprensa, intelectuais e modernidade nos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de (Org.). *Cinco estudos em história e historiografia da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

VIANA, Cláudia. Contribuições do conceito de gênero para a análise da feminização do magistério no Brasil. In: CAMPOS, Maria Cristina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lúcia Gaspar (Orgs.). *Feminização do Magistério: vestígios do passado que marcam o presente*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

WEIDUSCHADT, Patrícia. *A revista 'O Pequeno Luterano' e a formação educativa religiosa luterana no contexto pomerano em Pelotas – RS (1931 – 1966)*. São Leopoldo: UNISINOS, 2012. (Tese de Doutorado).

XAVIER, Maria do Carmo. (Org.). *Manifesto dos Pioneiros da Educação: um legado educacional em debate*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZANLOCHI, Terezinha. *Mulheres Leigas na Igreja de Cristo*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001.

### **Documentos on line**

**LEÃO XIII. Carta Encíclica *Rerum Novarum*. 1891.** Disponível em:  
[http://www.vatican.va/holy\\_father/leo\\_xiii/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/leo_xiii/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum_po.html)  
 (Consultado em 02/09/14 às 21h32)

**PIO XI. Carta Encíclica *Ubi Arcano Dei*. 1922.** Disponível em:  
[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_23121922\\_ubi-arcano-dei-consilio\\_en.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_23121922_ubi-arcano-dei-consilio_en.html)  
 (Consultado em 21/09/14 às 12h11)

**PIO XI. Carta Encíclica *Divini Illius Magistri*. 1929.** Disponível em:  
[http://www.vatican.va/holy\\_father/pius\\_xi/encyclicals/documents/hf\\_p-xi\\_enc\\_31121929\\_divini-illius-magistri\\_po.html](http://www.vatican.va/holy_father/pius_xi/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_31121929_divini-illius-magistri_po.html)  
 (Consultado em 02/09/14 às 20h56)

**Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. 1789.** Disponível em:  
<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-anteriores-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/declaracao-de-direitos-do-homem-e-do-cidadao-1789.html>  
 (Consultado em 16/09/2014 às 23h34)

### **Sites consultados**

**Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (AHCMPA)**  
<http://www.arquidiocesepoa.org.br/link.aspx?id=92>

**Arquivo Histórico Municipal de Caxias do Sul**  
<http://www.caxias.rs.gov.br/cultura/texto.php?codigo=37>

**Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul**  
[http://www.cultura.rs.gov.br/principal.php?inc=arq\\_hist](http://www.cultura.rs.gov.br/principal.php?inc=arq_hist)

**Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul - Legislação, Registros de Cartório**  
<http://www.apers.rs.gov.br/portal/index.php>

**Arquidiocese de Porto Alegre**  
<http://www.arquidiocesepoa.org.br/>

**Associação Sul Rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação**  
<http://www.asphe.com.br/>

**Acervo *on line* da Câmara Municipal de Caxias do Sul**  
<http://www.camaracaxias.rs.gov.br/site/?idConteudo=12>

**Museu dos Capuchinhos – Caxias do Sul**  
<http://www.capuchinhosrs.org.br/index.php>

**Museu de Comunicação Social Hipólito Leite – Porto Alegre**  
[http://www.cultura.rs.gov.br/principal.php?inc=mc\\_hipolito](http://www.cultura.rs.gov.br/principal.php?inc=mc_hipolito)

**Mitra Diocesana de Santa Maria**  
[http://www.diocesasantamaria.org.br/content/knowledgebase/kb\\_browse.asp?cat\\_browse=1&cat\\_id=20](http://www.diocesasantamaria.org.br/content/knowledgebase/kb_browse.asp?cat_browse=1&cat_id=20)

**Revista História da Educação**  
<http://fae.ufpel.edu.br/asphe/>

### **Acervos e Impressos Consultados**

Acervo da Arquidiocese de Pelotas - *Jornal A Palavra*

Acervo do Círculo Operário Pelotense - *Jornal O Trabalho*

Acervo do Círculo Operário Pelotense - *O Federalista*

Acervo Histórico do Instituto São José - *Cartas Pastorais*

*Arquivo do Museu Sacro de Santa Maria - Boletins da Diocese de Santa Maria*  
*Bibliotheca Púbrica Pelotense - Diário Liberal*

*AHCMPA – Arquivo Histórico da Cúria Metropolitana de Porto Alegre - Estrela do Sul, Revista Unidas, Documentos da Diocese de Uruguaiana e Documentos da Arquidiocese de Porto Alegre.*

*MusCap - Museu dos Capuchinhos - Jornal La Libertá, Il Colono, Staffetta Riograndense e Correio Riograndense.*

Museu dos Palotinos - *Revista A Rainha*

### **Documentos Consultados e Citados**

*Cadernos da AEC do Brasil. Documentos da Igreja Sobre Educação. Rio de Janeiro 2ª ed.: AEC do Brasil, 1978.*

*Papa PIO XI. Carta Encíclica Divini Magistri. Roma, 1929.*